



# Diário Oficial

ESTADO DO TOCANTINS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANO XXIX - ESTADO DO TOCANTINS, SEXTA-FEIRA, 21 DE JULHO DE 2017

Nº 4.915



PODER EXECUTIVO

PALÁCIO ARAGUAIA  
PRAÇA DOS GIRASSÓIS

## ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO

### DECRETO Nº 5.616, DE 3 DE ABRIL DE 2017.

Abre a diversos órgãos crédito adicional suplementar, no valor que especifica, e adota outra providência.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso II, da Constituição do Estado e com fulcro no art. 5º, inciso I, alínea "d", da Lei 3.177, de 28 de dezembro de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1º É aberto a diversos órgãos crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 5.091.961,00, consignado no vigente orçamento, na conformidade do Anexo Único a este Decreto.

Parágrafo único. Os recursos necessários à suplementação de crédito de que trata este artigo correm à conta do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior, nas rubricas "cota-parte do Instituto Nacional do Desenvolvimento do Desporto - INDESP - fonte 0210"; "Gestão do SUS - fonte 0248"; e "vigilância em saúde - fonte 0251".

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 3 de abril de 2017.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 3 dias do mês de abril de 2017; 196º da Independência, 129º da República e 29º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA  
Governador do Estado

David Siffert Torres  
Secretário de Estado do  
Planejamento e Orçamento

Télio Leão Ayres  
Secretário-Chefe da Casa Civil

## SUMÁRIO

ATOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO	1
CASA CIVIL	4
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO	5
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO	5
SECRETARIA DE CIDADANIA E JUSTIÇA	12
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, TURISMO E CULTURA	27
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES	29
SECRETARIA DA FAZENDA	32
SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	67
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	67
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	68
SECRETARIA DA SAÚDE	70
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	74
AEM-TO	106
AGETO	107
DETRAN	107
NATURATINS	110
UNITINS	111
DEFENSORIA PÚBLICA	112
TRIBUNAL DE CONTAS	113
PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS	114
PUBLICAÇÕES PARTICULARES	118

#### ANEXO ÚNICO

ANEXO AO DECRETO Nº 5.616 DE 03 DE ABRIL DE 2017

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

#### CRÉDITO SUPLEMENTAR I

pág. 1

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPEZA	FONTE	VALOR
27	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES			95.841,00
010	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES			95.841,00
27010.27.812.1163.1118	Reforma e ampliação de infraestrutura esportiva	4.4.90.51	0210	95.841,00
30	SECRETARIA DA SAÚDE - ENTIDADES VINCULADAS			4.996.120,00
550	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE			4.996.120,00
30550.10.128.1163.4154	Qualificação e formação dos trabalhadores do SUS em processos educacionais em saúde	3.3.90.14	0248	715.000,00
		3.3.90.36	0248	85.000,00
		3.3.90.39	0248	40.000,00
30550.10.302.1163.3006	Aparelhamento dos pontos da rede de atenção à saúde	3.3.90.30	0248	406.120,00
		4.4.90.52	0248	404.000,00
30550.10.305.1163.4028	Cooperação técnica na gestão da vigilância em saúde	3.3.70.41	0251	3.750.000,00
			TOTAL	5.091.961,00

### ATO Nº 975 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

#### NOMEAR

JOSÉ TEIXEIRA FILHO para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente de Expansão e Manutenção - DAI-1, da Fundação Radiodifusão Educativa do Estado do Tocantins - REDESAT.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 4 dias do mês de julho de 2017; 196º da Independência, 129º da República e 29º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA  
Governador do Estado

Télio Leão Ayres  
Secretário-Chefe da Casa Civil

### ATO Nº 982 - NM.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

#### NOMEAR

ROGÉRIO DE ALMEIDA FILHO para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil - DAI-1, do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS, a partir de 20 de abril de 2017.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 5 dias do mês de julho de 2017; 196º da Independência, 129º da República e 29º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA  
Governador do Estado

Télio Leão Ayres  
Secretário-Chefe da Casa Civil

### ATO Nº 1.017.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve:

#### I - EXONERAR, a pedido,

ALEXANDRE MARCOS PEREIRA BORGES de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Especial X - AE-10, da Secretaria da Administração, redistribuído para o Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS, a partir de 1º de julho de 2017;

## II - NOMEAR

PAULA REGIS DIAS BORGES para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial X - AE-10, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS, a partir de 1º de julho de 2017.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 7 dias do mês de julho de 2017; 196º da Independência, 129º da República e 29º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA  
Governador do Estado

Télio Leão Ayres  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.062 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, na conformidade do art. 1º do Decreto nº 5.587, de 16 de fevereiro de 2017, e em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 0023894-17.2015.827.2729, resolve

## NOMEAR

LEANDRO MONTEIRO DA SILVA NETO, inscrição 3570126, 69º classificado, para exercer a função de cargo de provimento efetivo de Técnico em Defesa Social - Masculino, do Grupo "Defesa Social e Segurança Penitenciária" do Quadro-Geral do Poder Executivo do Estado do Tocantins.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 17 dias do mês de julho de 2017; 196º da Independência, 129º da República e 29º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA  
Governador do Estado

Télio Leão Ayres  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.064 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

## NOMEAR

KASSIA JAKELINE LAUDARES para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial XII - AE-12, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Casa Civil, a partir de 13 de junho de 2017.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 18 dias do mês de julho de 2017; 196º da Independência, 129º da República e 29º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA  
Governador do Estado

Télio Leão Ayres  
Secretário-Chefe da Casa Civil



**MARCELO DE CARVALHO MIRANDA**  
Governador do Estado

**TÉLIO LEÃO AYRES**  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**GERISVALDO DA COSTA MACEDO**  
Diretor do Diário Oficial do Estado

**ATO Nº 1.065 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

## NOMEAR

TULIO VIANNA NASCIMENTO para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial V - AE-5, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com o respectivo ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Fazenda.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 18 dias do mês de julho de 2017; 196º da Independência, 129º da República e 29º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA  
Governador do Estado

Télio Leão Ayres  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.066 - DSG.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

## DESIGNAR

os servidores adiante indicados para o exercício da Função Comissionada de Administração - FCA-6, na Secretaria da Fazenda:

1. DAVID MUNDIM RIOS NETO, matrícula 1244965-2;
2. LEIDIANA DE SOUSA LIMA, matrícula 971800-2.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 18 dias do mês de julho de 2017; 196º da Independência, 129º da República e 29º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA  
Governador do Estado

Télio Leão Ayres  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.067.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve:

## I - EXONERAR, a pedido,

PRISCILA FIALHO SOUZA REZENDE de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Especializado de Procurador - DASP-5, da Procuradoria-Geral do Estado, a partir de 3 de julho de 2017;

## II - NOMEAR

LORENA CALDEIRA RODRIGUES para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especializado de Procurador - DASP-5, da Procuradoria-Geral do Estado.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 19 dias do mês de julho de 2017; 196º da Independência, 129º da República e 29º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA  
Governador do Estado

Télio Leão Ayres  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.068.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, e considerando a superveniência da nova decisão proferida nos autos Mandado de Segurança nº 0011183-82.2016.827.0000, resolve

## REVOGAR

o Ato nº 1.081 - NM, de 22 de agosto de 2016, publicado na edição 4.690 do Diário Oficial do Estado, que nomeia AMANDHA FRANCISCO PINTO MOTA para exercer o cargo de provimento efetivo de Administrador, do Quadro-Geral do Poder Executivo, com lotação no Município de Palmas.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 19 dias do mês de julho de 2017; 196º da Independência, 129º da República e 29º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA  
Governador do Estado

Télio Leão Ayres  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.069 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, e em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 0012245-94.2015.827.0000, resolve

**N O M E A R**

IHURY BORGES ASSÊNCIO, inscrição 0370129656, 3º classificado, para exercer a função do cargo de provimento efetivo de Inspetor de Serviços Fiscais, do Quadro-Geral do Poder Executivo, com lotação no Município de Araguaína.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 19 dias do mês de julho de 2017; 196º da Independência, 129º da República e 29º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA  
Governador do Estado

Télio Leão Ayres  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.072 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**N O M E A R**

RAYANE NERES DA SILVA SOUSA para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial VI - AE-6, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 20 dias do mês de julho de 2017; 196º da Independência, 129º da República e 29º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA  
Governador do Estado

Télio Leão Ayres  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.073 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve

**N O M E A R**

NAYARA SÁVIA AYRES ALENCAR para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - DAL-1, da Secretaria de Cidadania e Justiça.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 20 dias do mês de julho de 2017; 196º da Independência, 129º da República e 29º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA  
Governador do Estado

Télio Leão Ayres  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.074.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve:

**I - E X O N E R A R**

SELMA CARVALHO GALVÃO de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Especial IV - AE-4, da Secretaria da Administração, redistribuído para o Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins - IGEPREV - TOCANTINS, a partir de 1º de julho de 2017;

**II - N O M E A R**

MARIA DOMINGAS CARDOSO DE ARAUJO para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial IV - AE-4, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria de Cidadania e Justiça, a partir de 1º de julho de 2017.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 20 dias do mês de julho de 2017; 196º da Independência, 129º da República e 29º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA  
Governador do Estado

Télio Leão Ayres  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.075.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, resolve:

**I - E X O N E R A R**

MARIA DOMINGAS CARDOSO DE ARAUJO de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Especial II - AE-2, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Secretaria de Cidadania e Justiça, a partir de 1º de julho de 2017;

**II - N O M E A R**

MARIANE CAMELO GOMES DELLA TORRE para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor Especial II - AE-2, da Secretaria da Administração, redistribuindo-o, até vacância, com a respectiva ocupante, para a estrutura operacional da Secretaria de Cidadania e Justiça.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 20 dias do mês de julho de 2017; 196º da Independência, 129º da República e 29º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA  
Governador do Estado

Télio Leão Ayres  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**ATO Nº 1.077 - NM.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso X, da Constituição do Estado, na conformidade do art. 1º do Decreto nº 5.587, de 16 de fevereiro de 2017, e em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos da Apelação nº 0001433-22.2017.827.0000, resolve

**N O M E A R**

LUCÍLIA REIS SILVA, inscrição 3437426, 48ª classificada, para exercer a função do cargo de provimento efetivo de Técnico em Defesa Social - Feminino, do Grupo "Defesa Social e Segurança Penitenciária" do Quadro-Geral do Poder Executivo do Estado do Tocantins.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 21 dias do mês de julho de 2017; 196º da Independência, 129º da República e 29º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA  
Governador do Estado

Télio Leão Ayres  
Secretário-Chefe da Casa Civil

**CASA CIVIL****PORTARIA CCI Nº 693 - CSS, DE 5 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, com fulcro no art. 23 da Lei 1.614, de 4 de outubro de 2005, e no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica nº 8, de 26 de junho de 2015, resolve

**C E D E R**

à Defensoria Pública do Estado do Tocantins o Economista CÉLIO PINHEIRO DE OLIVEIRA JÚNIOR, matrícula 1127160-4, integrante do quadro de pessoal do Poder Executivo, no período de 24 de julho a 31 de dezembro de 2017, com ônus para o requisitante, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do IGEPREV-TOCANTINS, parcelas referentes às pessoas natural e jurídica.

Télio Leão Ayres  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 695 - EX, DE 5 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**E X O N E R A R**

ROGÉRIO DE ALMEIDA FILHO de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Gerente de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil - DAI-1, do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS, a partir de 19 de abril de 2017.

Télio Leão Ayres  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 704 - RVG, DE 10 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, resolve

**R E V O G A R,**

a partir de 16 de julho de 2017, a Portaria CCI nº 1.643 - CSS, de 13 de dezembro de 2016, publicada na edição 4.765 do Diário Oficial do Estado, na parte em que mantém o Motorista WESLEY CANTUÁRIA TEIXEIRA, matrícula 11237961-1, cedido ao Poder Judiciário do Estado do Tocantins.

Télio Leão Ayres  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 705 - CSS, DE 10 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, com fulcro no art. 23 da Lei 1.614, de 4 de outubro de 2005, e no art. 106 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e na conformidade do Termo de Cooperação Técnica nº 9, de 21 de fevereiro de 2013, resolve

**C E D E R**

ao Poder Judiciário do Estado do Tocantins o Técnico em Defesa Social WESLEY CANTUÁRIA TEIXEIRA, matrícula 11237961-2, integrante do quadro de pessoal do Poder Executivo, no período de 16 de julho a 31 de dezembro de 2017, com ônus para o requisitante, inclusive quanto ao recolhimento previdenciário em favor do IGEPREV-TOCANTINS, parcelas referentes às pessoas natural e jurídica.

Télio Leão Ayres  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 716 - RVG, DE 11 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, resolve

**R E V O G A R,**

a partir de 1º de agosto de 2017, a Portaria CCI nº 323 - CSS, de 8 de março de 2017, publicada na edição 4.829 do Diário Oficial do Estado, mediante a qual a Assistente de Serviços de Saúde GISELLE TAVARES COSTA, matrícula 1114263-2, é cedida à Secretaria da Administração.

Télio Leão Ayres  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 722 - EX, DE 18 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**E X O N E R A R,** a pedido,

CLAUDIA LOHANY NUNES DA CONCEIÇÃO SILVA de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Especial XII - AE-12, da Secretaria da Administração, redistribuído para a Casa Civil, a partir de 17 de julho de 2017.

Télio Leão Ayres  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 729 - RVG, DE 21 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, inciso IV, da Constituição do Estado, outorgada pelo Ato nº 50, de 5 de janeiro de 2015, do Governador do Estado, resolve

**R E V O G A R,**

a partir de 24 de julho de 2017, a Portaria CCI nº 1.497 - CSS, de 22 de novembro de 2016, publicada na edição 4.759 do Diário Oficial do Estado, na parte em que mantém o Agente Penitenciário HERBERT AYRES SARDINHA, matrícula 536766-2, cedido à Secretaria de Cidadania e Justiça.

Télio Leão Ayres  
Secretário-Chefe

**PORTARIA CCI Nº 730 - DISP, DE 21 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso I, do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**D I S P E N S A R**

da Função Comissionada Especial de Chefe de Unidade Prisional Porte III - FCDS-7 o servidor HERBERT AYRES SARDINHA, matrícula 536766-2, lotado na Secretaria de Cidadania e Justiça, a partir de 24 de julho de 2017.

Télio Leão Ayres  
Secretário-Chefe

**APOSTILA CCI Nº 88 - APT, DE 5 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO-CHEFE DA CASA CIVIL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso II, da Constituição do Estado, e com fulcro no art. 1º do Decreto 2.919, de 2 de janeiro de 2007, resolve

**A P O S T I L A R**

a Portaria CCI nº 193 - CSS, de 13 de fevereiro de 2017, publicada na edição 4.817 do Diário Oficial do Estado, a fim de declarar que a cessão da Auxiliar Administrativa ARIS VALDA MARACAIPE CHAVES SOUSA, matrícula 542705-3, ao Município de São Sebastião do Tocantins, se perfez com ônus para a origem e, em parte, ao amparo do Termo de Cooperação Técnica 39/2017, cujo extrato restou publicado na edição 4.894 do Diário Oficial do Estado.

Télio Leão Ayres  
Secretário-Chefe



## PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

### PORTARIA PGE/GAB/Nº 62, DE 20 DE JULHO DE 2017.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar Estadual Nº 20, de 17 de junho de 1999 e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar a licitação, com fulcro no inciso II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, referente à contratação da pessoa jurídica, MACHADO E MOREIRA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob nº 37.246.220/0001-00, para prestação de serviço de dedetização desta Procuradoria, no valor total de R\$ 1.487,00 (um mil quatrocentos e oitenta e sete reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, em Palmas, aos 20 dias do mês de julho de 2017.

DÊ-SE CIÊNCIA E PUBLIQUE-SE.

SÉRGIO RODRIGO DO VALE  
Procurador-Geral

## SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

### PORTARIA Nº 561, DE 19 DE JULHO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, e na conformidade do disposto nos arts. 11 e 21, da Lei Estadual nº 2.669, de 19 de dezembro de 2012, resolve:

I - CONCEDER Evolução Funcional Vertical do padrão "I" para o padrão "II", constantes dos Anexos IV e VI da Lei 2.669/2012, a partir de 1º/01/2011, para o servidor RICARDO VITORIA VARGUES, C.P.F. nº 113.923.551-68, Número Funcional 189744-2, do Quadro-Geral do Poder Executivo, a serem implementada na folha de pagamento do mês de agosto de 2017;

II - RETIFICAR, a Portaria nº 297, de 17 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial nº 3.609, de 17 de abril de 2012, na parte em que concede Evolução Funcional Horizontal para o servidor RICARDO VITORIA VARGUES, C.P.F. nº 113.923.551-68, Número Funcional 189744-2, do Quadro-Geral do Poder Executivo, para onde se lê: "1º/01/2009", Leia-se: "1º/01/2010";

III - RETIFICAR, a Portaria nº 393, de 13 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial nº 3.876, de 16 de maio de 2013, na parte em que concede Evolução Funcional Horizontal para o servidor RICARDO VITORIA VARGUES, C.P.F. nº 113.923.551-68, Número Funcional 189744-2, do Quadro-Geral do Poder Executivo, para onde se lê: "1º/01/2011", Leia-se: "1º/01/2012";

IV - CONCEDER Evolução Funcional Vertical do padrão "II" para o padrão "III", constantes dos Anexos IV e VI da Lei 2.669/2012, a partir de 01/01/2014, para o servidor RICARDO VITORIA VARGUES, C.P.F. nº 113.923.551-68, Número Funcional 189744-2, do Quadro-Geral do Poder Executivo, a ser implementada na folha de pagamento do mês de agosto de 2017;

V - CONCEDER Evolução Funcional Horizontal da referência "I" para a referência "J", constantes dos Anexos IV e VI da Lei 1.534/2004, a partir de 1º/01/2014, com efeitos financeiros a partir de 01/01/2015, para o servidor RICARDO VITORIA VARGUES, C.P.F. nº 113.923.551-68, Número Funcional 189744-2, do Quadro-Geral do Poder Executivo, a ser implementada na folha de pagamento do mês de agosto de 2017.

O pagamento dos valores retroativos, constituídos em razão do lapso temporal transcorrido entre a data de preenchimento de requisitos para evolução funcional e a concessão processada na conformidade desta portaria, será realizado em momento oportuno, segundo a capacidade orçamentário-financeira do Estado.

GEFERSON OLIVEIRA BARROS FILHO  
Secretário de Estado da Administração

### PORTARIA Nº 562 REM, DE 19 DE JULHO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, usando a competência que lhe atribui a alínea "d", inciso II, art. 1º, do Decreto nº 2.919, de 02 de janeiro de 2007, c/c o inciso VI, art. 15, da Lei nº 2.669, de 19 de dezembro de 2012, com fulcro no inciso I, §1º, art. 35, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, e em conformidade ao disposto na Instrução Normativa Geral Nº 02/2015, de 17 de setembro de 2015, e considerando:

que a movimentação de servidores é imprescindível para a manutenção do funcionamento permanente dos órgãos do Poder Executivo Estadual;

que o quantitativo de vagas existente em cada órgão deve ser suprido sob pena de causar prejuízos ao regular andamento dos serviços públicos;

a conveniência administrativa manifestada oficialmente entre os órgãos envolvidos, resolve:

REMOVER, para a Procuradoria-Geral do Estado do Tocantins,

JOCYELMA SANTANA DOS SANTOS GUILHARDI, número funcional 704754-3, CPF 588.509.021-15, Jornalista, oriunda da Secretaria da Comunicação Social, a partir de 1º de junho de 2017.

GEFERSON OLIVEIRA BARROS FILHO  
Secretário de Estado da Administração

### PORTARIA Nº 563 REM, DE 20 DE JULHO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, usando a competência que lhe atribui a alínea "d", inciso II, art. 1º, do Decreto nº 2.919, de 02 de janeiro de 2007, c/c o inciso VI, art. 15, da Lei nº 2.669, de 19 de dezembro de 2012, com fulcro no inciso I, §1º, art. 35, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, e em conformidade ao disposto na Instrução Normativa Geral Nº 02/2015, de 17 de setembro de 2015, e considerando:

que a movimentação de servidores é imprescindível para a manutenção do funcionamento permanente dos órgãos do Poder Executivo Estadual;

que o quantitativo de vagas existente em cada órgão deve ser suprido sob pena de causar prejuízos ao regular andamento dos serviços públicos;

a conveniência administrativa manifestada oficialmente entre os órgãos envolvidos, resolve:

REMOVER, para a Procuradoria-Geral do Estado do Tocantins,

TELMA REJANE LIMA MARANHÃO DE MORAIS, número funcional 338439-2, CPF 268.247.953-72, Jornalista, oriunda da Secretaria da Comunicação Social, a partir de 1º de junho de 2017.

GEFERSON OLIVEIRA BARROS FILHO  
Secretário de Estado da Administração

### PORTARIA Nº 564, DE 20 DE JULHO DE 2017.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, e na conformidade do disposto no art. 6º da Lei nº 2.314, de 30 de março de 2010, combinado com o art. 4º da Lei nº 2.808, de 12 de dezembro de 2013, e em cumprimento da decisão liminar proferida no Mandado de Segurança nº 0013377-21.2017.827.0000, resolve:

I - CONCEDER evolução funcional horizontal da Referência "F" para a Referência "L", constante do Anexo II da Lei nº 2.314/2010, a partir de 1º/08/2014, ao servidor público Wilson Elias de Oliveira, Delegado de Polícia Civil, CPF 869.472.148-15, número funcional 984647-2, integrante do Quadro Próprio de Delegados de Polícia Civil do Estado do Tocantins, a ser implementada na folha de pagamento do mês de julho de 2017.

GEFERSON OLIVEIRA BARROS FILHO  
Secretário de Estado da Administração

**PORTARIA Nº 565, DE 20 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da atribuição que lhes conferem o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, na conformidade do disposto no art. 7º, da Lei Estadual 1.545, de 30 de dezembro de 2004, e no art. 7º da Lei 2.808, de 12 dezembro de 2013, e em cumprimento da decisão liminar proferida no Mandado de Segurança nº 0011989-83.2017.827.0000, resolve:

I - CONCEDER evolução funcional vertical ao servidor público Luiz Carlos da Silva Bernardino, CPF 965.426.917-15, Agente de Polícia, Número Funcional 1071181-3, integrante do Quadro da Polícia Civil do Estado do Tocantins, posicionando-o nas correspondentes classes, constantes do Anexo II da Lei 1.545/2004, a ser implementada na folha de pagamento do mês de junho de 2017:

ORDEM	NÚMERO FUNCIONAL	VÍNC	NOME	CLASSE ANTERIOR	NOVA CLASSE	DATA DE PRECISEMENTO DE REQUISITOS	DATA DE AQUISIÇÃO DO DIREITO AO INCREMENTO FINANCEIRO
1	1071181	3	Luiz Carlos da Silva Bernardino	1ª	2ª	08/11/2001	08/11/2001
2	1071181	3	Luiz Carlos da Silva Bernardino	2ª	3ª	08/11/2011	08/11/2011

II - CONCEDER evolução funcional horizontal da Referência "G" para a Referência "L", constante do Anexo II da Lei 1.545/2004, a partir de 01/12/2014, ao servidor público Luiz Carlos da Silva Bernardino, CPF 965.426.917-15, Agente de Polícia, Número Funcional 1071181-3, integrante do Quadro da Polícia Civil do Estado do Tocantins, a ser implementada na folha de pagamento do mês de junho de 2017

GEFERSON OLIVEIRA BARROS FILHO  
Secretário de Estado da Administração

**PORTARIA Nº 566, DE 20 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso da atribuição que lhes conferem o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, e na conformidade do disposto nos arts. 7º e 10 da Lei Estadual 2.887, de 26 de junho de 2014, e em cumprimento da decisão liminar proferida no Mandado de Segurança nº 0013252-53.2017.827.0000, resolve:

CONCEDER evolução funcional vertical da Classe Especial para Padrão III, constante do Anexo III da Lei 2.887/2014, a partir de 02/03/2014, referente à servidora pública Conceição de Maria Ferreira da Paz, Perita Oficial, CPF 381.235.764-04, Número Funcional 479126-3, integrante do Quadro dos Peritos Oficiais da Polícia Civil do Estado do Tocantins, a ser implementada na folha de pagamento do mês de julho de 2017.

GEFERSON OLIVEIRA BARROS FILHO  
Secretário de Estado da Administração

**ATO DECLARATÓRIO DE PRORROGAÇÃO Nº 153, DE 19 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, tendo-se atendido o disposto no art. 2º, §3º, da Lei nº 1.978, de 18 de novembro de 2008, e considerando o Ofício nº 657/2017/DETRAN, que solicitou a prorrogação contratual da servidora do Departamento Estadual de Trânsito, resolve:

DECLARAR PRORROGADO, por 12 (doze) meses, o Termo de Compromisso de Serviço Público de Caráter Temporário, a partir da data especificada, da profissional a seguir relacionada:

Ordem	Nº Funcional	Nome	CPF	A partir
01	11543434/1	CARLA RAMALHO RODRIGUES	007.948.271-60	18/07/2017

GABINETE DO SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, em Palmas, aos 19 de julho de 2017.

GEFERSON OLIVEIRA BARROS FILHO  
Secretário de Estado da Administração

**ATO DECLARATÓRIO DE PRORROGAÇÃO Nº 154, DE 19 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, tendo-se atendido o disposto no art. 2º, §3º, da Lei nº 1.978, de 18 de novembro de 2008, e considerando o Ofício nº 2085/2017/SGG, que solicitou a prorrogação contratual dos servidores da Secretaria-Geral de Governo, resolve:

DECLARAR PRORROGADO, por 12 (doze) meses, o Termo de Compromisso de Serviço Público de Caráter Temporário, a partir da data especificada, da profissional a seguir relacionada:

Ordem	Nº Funcional	Nome	CPF	A partir
01	11544589/1	MAYZA SITUBA DA SILVA LACERDA	000.137.922-45	04/07/2017

GABINETE DO SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, em Palmas, aos 19 de julho de 2017.

GEFERSON OLIVEIRA BARROS FILHO  
Secretário de Estado da Administração

**ATO DECLARATÓRIO DE PRORROGAÇÃO Nº 155, DE 19 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, tendo-se atendido o disposto no art. 2º, §3º, da Lei nº 1.978, de 18 de novembro de 2008, e considerando o Ofício nº 306/2017/NATURATINS, que solicitou a prorrogação contratual dos servidores do Instituto Natureza do Tocantins, resolve:

DECLARAR PRORROGADO, por 12 (doze) meses, o Termo de Compromisso de Serviço Público de Caráter Temporário, a partir da data especificada, da profissional a seguir relacionada:

Ordem	Nº Funcional	Nome	CPF	A partir
01	11543337/1	KATIA DOS SANTOS SERAFIM	845.036.451-53	19/07/2017

GABINETE DO SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, em Palmas, aos 19 de julho de 2017.

GEFERSON OLIVEIRA BARROS FILHO  
Secretário de Estado da Administração

**ATO DECLARATÓRIO DE PRORROGAÇÃO Nº 156, DE 19 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, tendo-se atendido o disposto no art. 2º, §3º, da Lei nº 1.978, de 18 de novembro de 2008, e considerando o Ofício nº 056/2017/SETAS, que solicitou a prorrogação contratual do servidor da Secretaria do Trabalho e Assistência Social, resolve:

DECLARAR PRORROGADO, por 12 (doze) meses, o Termo de Compromisso de Serviço Público de Caráter Temporário, a partir da data especificada, da profissional a seguir relacionada:

Ordem	Nº Funcional	Nome	CPF	A partir
01	11543361/1	FLAVIA CRISTINA NEVES DA SILVA	035.782.691-40	11/07/2017

GABINETE DO SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, em Palmas, aos 19 de julho de 2017.

GEFERSON OLIVEIRA BARROS FILHO  
Secretário de Estado da Administração

**ATO DECLARATÓRIO Nº 176, DE 22 DE JUNHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado e consoante o disposto no art. 6º da Lei nº 1.978, de 18 de novembro de 2008, resolve:

DECLARAR EXTINTOS os Termos de Compromisso de Serviço Público de Caráter Temporário firmados com os profissionais abaixo relacionados.

ORDEM	Nº FUNCIONAL	CPF	NOME	FUNÇÃO	A PARTIR
01	262290/5	194.896.841-04	JOSE DE RIBAMAR AIRES GOMES	AGENTE ADMINISTRATIVO	07/06/2017
02	11529814/1	027.408.081-86	JULIANA LIMA MARANHÃO SA	ANALISTA TÉCNICO EM SERVIÇOS DE SAÚDE	01/05/2017

GEFERSON OLIVEIRA BARROS FILHO  
Secretário de Estado da Administração

**ATO DECLARATÓRIO Nº 213, DE 19 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado e consoante o disposto no art. 6º da Lei nº 1.978, de 18 de novembro de 2008, resolve:

DECLARAR EXTINTOS os Termos de Compromisso de Serviço Público de Caráter Temporário firmados com os profissionais abaixo relacionados.

ORDEM	Nº FUNCIONAL	CPF	NOME	FUNÇÃO	A PARTIR
01	11516682/1	851.023.001-30	CLAUDINEY PEREIRA DA SILVA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	27/06/2017
02	11527498/2	015.531.041-02	ELIZONE NOLETO BEZERRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	01/07/2017
03	346679/7	276.799.181-04	HELOISA HELENA GOUVEIA AGUIAR	PROFESSOR AUXILIAR DE ENSINO II	31/05/2017
04	11465719/2	009.177.511-67	LUSIANIA PEREIRA DE SOUSA GUIMARAES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	08/07/2017
05	11507918/2	947.456.251-20	MIGUEL QUEIROZ SANTOS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	02/07/2017

GEFERSON OLIVEIRA BARROS FILHO  
Secretário de Estado da Administração

**EXTRATO DE ADITIVO**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado, e considerando a solicitação formulada por meio do Ofício nº 2925/2017/SEDUC, da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, resolve:

ADITIVAR o Termo de Compromisso de Serviço Público de Caráter Temporário, firmado com a servidora a seguir relacionada, quanto à Cláusula Quarta do respectivo contrato, a fim de considerar como término a data final especificada, ratificando as demais cláusulas e condições estabelecidas:

Ordem	Nº Funcional	Nome	CPF	Data
01	904627/7	MARIA LILIA PEREIRA	805.002.343-53	30/06/2017

GABINETE DO SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, em Palmas, aos 19 de julho de 2017.

GEFERSON OLIVEIRA BARROS FILHO  
Secretário de Estado da Administração

**EXTRATO DE ADITIVO**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado e considerando o Ofício nº 1402/2017, da Secretaria da Administração, que solicitou alteração de função, resolve:

ADITIVAR, o Termo de Compromisso de Serviço Público de Caráter Temporário, a seguir relacionado, quanto às Cláusulas Primeira e Terceira do respectivo contrato, a fim de considerar a FUNÇÃO de Agente de Cadastro e Informação e REMUNERAÇÃO de R\$ 2.400,00, a partir de 31/05/2017, ratificando as demais cláusulas e condições estabelecidas:

Nº FUNCIONAL	NOME	CPF
11506474/2	RONEILSON SILVA ROCHA	702.318.002-82

GABINETE DO SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO, em Palmas, aos 19 de julho de 2017.

GEFERSON OLIVEIRA BARROS FILHO  
Secretário de Estado da Administração

**DESPACHO Nº 3.432/2017**

PROCESSO Nº: 2017/30550/003548  
INTERESSADO(A): JOÃO CIRINO DOS SANTOS NETO  
ASSUNTO: Contagem em Dobro de Licença-Prêmio por Assiduidade, não gozada  
CARGO: Técnico em Radiologia  
NÚMERO FUNCIONAL: 206924/2  
CPF: 131.896.201-30  
ÓRGÃO: Secretaria da Saúde  
LOTAÇÃO: Hospital Infantil de Palmas Dr. Hugo da Rocha Silva  
MUNICÍPIO: Palmas

Com base na informação funcional fornecida pela Diretoria de Gestão de Pessoal, da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, desta Pasta, INDEFIRO a pretensão do(a) servidor(a) João Cirino dos Santos Neto, em virtude de ter completado o período aquisitivo, referente ao 1º (primeiro) quinquênio de efetivo exercício, após a data de edição da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, com base no que consta do art. 73, inciso II, da Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005, c/c o art. 212, inciso I, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, que assegurou o direito de Contagem em Dobro de Licença-Prêmio por Assiduidade, não gozada desde que cumpridos os requisitos para o gozo até 16 de dezembro de 1998.

O tempo de serviço decorrente do contrato de trabalho firmado em 1º de abril de 1993 não foi computado em virtude de sua nulidade.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 17 de julho de 2017.

Geferson Oliveira Barros Filho  
Secretário de Estado da Administração

**DESPACHO Nº 3.433/2017**

PROCESSO Nº: 2017/30550/003710  
INTERESSADO(A): MIRIAN BORGES DOS SANTOS PEREIRA  
ASSUNTO: Licença-Prêmio por Assiduidade  
CARGO: Técnico em Enfermagem  
NÚMERO FUNCIONAL: 587567/3  
CPF: 477.187.061-68  
ÓRGÃO: Secretaria da Saúde  
LOTAÇÃO: SEMUS - Convênio  
MUNICÍPIO: Marianópolis do Tocantins

Nos termos da informação funcional da Diretoria de Gestão de Pessoal, da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, desta Pasta, que informa a inexistência de impedimentos legais para a concessão do benefício em referência, resolvo CONCEDER ao(à) servidor(a) Mirian Borges dos Santos Pereira, 03 (três) meses de LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, referente ao 1º (primeiro) quinquênio, compreendido no período aquisitivo de 1º.09.1989 a 31.08.1994, para gozo no interstício de 1º.08.2017 a 31.10.2017, em conformidade com o art. 143 da Lei nº 255, de 20 de fevereiro de 1991, c/c o art. 212, inciso I, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Não faz jus ao 2º (segundo) quinquênio, em vista de ter completado o período aquisitivo de efetivo exercício, após 12 de fevereiro de 1999, conforme estabelecido no art. 212 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 17 de julho de 2017.

Geferson Oliveira Barros Filho  
Secretário de Estado da Administração

**DESPACHO Nº 3.434/2017**

PROCESSO Nº: 2017/27000/014063  
INTERESSADO(A): MÁRCIA DOS SANTOS DE OLIVEIRA  
ASSUNTO: Contagem em Dobro de Licença-Prêmio por Assiduidade, não gozada  
CARGO: Professor da Educação Básica  
NÚMERO FUNCIONAL: 486924/4  
CPF: 387.562.261-87  
ÓRGÃO: Secretaria da Educação, Juventude e Esportes  
LOTAÇÃO: Escola Estadual José Damasceno Vasconcelos  
MUNICÍPIO: Miracema do Tocantins  
REGIONAL: Miracema do Tocantins



Acolhendo a informação funcional da Diretoria de Gestão de Pessoal, da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, desta Pasta, que informa a inexistência de impedimentos legais para a concessão do benefício em referência, resolvo CONCEDER ao(à) servidor(a) Márcia dos Santos de Oliveira CONTAGEM EM DOBRO DE LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, NÃO GOZADA, referente ao 1º (primeiro) quinquênio, compreendido no período aquisitivo de 23.02.1989 a 22.02.1994, em conformidade com o art. 80 da Lei nº 351, de 13 de janeiro de 1992, c/c o art. 212, inciso I, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Não faz jus ao 2º (segundo) quinquênio, em vista de ter completado o período aquisitivo de efetivo exercício após a data de edição da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 17 de julho de 2017.

Geferson Oliveira Barros Filho  
Secretário de Estado da Administração

**DESPACHO Nº 3.435/2017**

PROCESSO Nº: 2017/27000/014522  
INTERESSADO(A): ANA LÚCIA BATISTA  
ASSUNTO: Contagem em Dobro de Licença-Prêmio por Assiduidade, não gozada  
CARGO: Professor da Educação Básica  
NÚMERO FUNCIONAL: 614601/3  
CPF: 498.869.671-53  
ÓRGÃO: Secretaria da Educação, Juventude e Esportes  
LOTAÇÃO: Colégio João D'Abreu - Convênio  
MUNICÍPIO: Dianópolis  
REGIONAL: Dianópolis

Com base na informação funcional fornecida pela Diretoria de Gestão de Pessoal, da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, desta Pasta, INDEFIRO o pedido de Contagem em Dobro de Licença-Prêmio por Assiduidade, não gozada, formulado pelo(a) servidor(a) Ana Lúcia Batista, considerando que a sua admissão no cargo que ora ocupa ocorreu somente em 19 de maio de 2000, em dissonância com o art. 73, inciso II, da Lei nº 1.614, de 04 de outubro de 2005, c/c o art. 212, inciso I, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, que assegurou o direito à Contagem em Dobro de Licença-Prêmio por Assiduidade, não gozada, desde que cumpridos os requisitos para o gozo, até 16 de dezembro de 1998.

O tempo de serviço decorrente do ingresso ocorrido em 13 de fevereiro de 1989 não foi computado em vista de sua natureza comissionada, bem como do concurso realizado em 1991, instituído pela Lei nº 157/90, em virtude de sua nulidade por decisão do Supremo Tribunal Federal.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 17 de julho de 2017.

Geferson Oliveira Barros Filho  
Secretário de Estado da Administração

**DESPACHO Nº 3.436/2017**

PROCESSO Nº: 2017/27000/013954  
INTERESSADO(A): SEVERINA SOBRAL DA SILVA  
ASSUNTO: Licença-Prêmio por Assiduidade  
CARGO: Professor Normalista  
NÚMERO FUNCIONAL: 657636/2  
CPF: 546.655.581-91  
ÓRGÃO: Secretaria da Educação, Juventude e Esportes  
LOTAÇÃO: Escola Estadual Paulina Câmara  
MUNICÍPIO: Barrolândia  
REGIONAL: Paraíso do Tocantins

Nos termos da informação funcional da Diretoria de Gestão de Pessoal, da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, desta Pasta, que informa a inexistência de impedimentos legais para a concessão do benefício em referência, resolvo CONCEDER à servidora Severina Sobral da Silva, 03 (três) meses de LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, referente ao 1º (primeiro) quinquênio, compreendido no período aquisitivo de 1º.02.1990 a 31.01.1995, para gozo no interstício de 1º.08.2017 a 31.10.2017, em conformidade com o art. 77 da Lei nº 351, de 13 de janeiro de 1992, c/c o art. 212, inciso I, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Não faz jus ao 2º (segundo) quinquênio, em vista de ter completado o período aquisitivo de efetivo exercício, após 12 de fevereiro de 1999, conforme estabelecido no art. 212 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 17 de julho de 2017.

Geferson Oliveira Barros Filho  
Secretário de Estado da Administração

**DESPACHO Nº 3.437/2017**

PROCESSO Nº: 2017/27000/013806  
INTERESSADO(A): CONCEIÇÃO DOS SANTOS  
ASSUNTO: Licença-Prêmio por Assiduidade  
CARGO: Professor Normalista  
NÚMERO FUNCIONAL: 499400/2  
CPF: 392.284.791-91  
ÓRGÃO: Secretaria da Educação, Juventude e Esportes  
LOTAÇÃO: CAIC - Centro de Atenção Integral à Criança  
MUNICÍPIO: Palmas  
REGIONAL: Palmas

Nos termos da informação funcional da Diretoria de Gestão de Pessoal, da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, desta Pasta, que informa a inexistência de impedimentos legais para a concessão do benefício em referência, resolvo CONCEDER à servidora Conceição dos Santos, 03 (três) meses de LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, referente ao 2º (segundo) quinquênio, compreendido no período aquisitivo de 1º.09.1989 a 31.08.1994, para gozo no interstício de 17.08.2017 a 16.11.2017, em conformidade com o art. 77 da Lei nº 351, de 13 de janeiro de 1992, c/c o art. 212, inciso I, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Não faz jus ao 3º (terceiro) quinquênio, em vista de ter completado o período aquisitivo de efetivo exercício, após 12 de fevereiro de 1999, conforme estabelecido no art. 212 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 17 de julho de 2017.

Geferson Oliveira Barros Filho  
Secretário de Estado da Administração

**DESPACHO Nº 3.438/2017**

PROCESSO Nº: 2017/27000/014044  
INTERESSADO(A): CÍCERA NUNES DA SILVA  
ASSUNTO: Licença-Prêmio por Assiduidade  
CARGO: Professor Normalista  
NÚMERO FUNCIONAL: 554690/1  
CPF: 446.338.664-00  
ÓRGÃO: Secretaria da Educação, Juventude e Esportes  
LOTAÇÃO: Escola Presbiteriana - Convênio  
MUNICÍPIO: Colinas do Tocantins  
REGIONAL: Colinas do Tocantins

Nos termos da informação funcional da Diretoria de Gestão de Pessoal, da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, desta Pasta, que informa a inexistência de impedimentos legais para a concessão do benefício em referência, resolvo CONCEDER à servidora Cícera Nunes da Silva, 03 (três) meses de LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, referente ao 1º (primeiro) quinquênio, compreendido no período aquisitivo de 21.07.1992 a 20.07.1997, para gozo no interstício de 1º.08.2017 a 31.10.2017, em conformidade com o art. 77 da Lei nº 351, de 13 de janeiro de 1992, c/c o art. 212, inciso I, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Não faz jus ao 2º (segundo) quinquênio, em vista de ter completado o período aquisitivo de efetivo exercício, após 12 de fevereiro de 1999, conforme estabelecido no art. 212 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 17 de julho de 2017.

Geferson Oliveira Barros Filho  
Secretário de Estado da Administração



**DESPACHO Nº 3.439/2017**

PROCESSO Nº: 2017/27000/013814  
 INTERESSADO(A): ANA RUBIA SILVA COSTA  
 ASSUNTO: Licença-Prêmio por Assiduidade  
 CARGO: Professor Normalista  
 NÚMERO FUNCIONAL: 612069/2  
 CPF: 498.410.331-00  
 ÓRGÃO: Secretaria da Educação, Juventude e Esportes  
 LOTAÇÃO: Colégio Estadual Adolfo Bezerra de Menezes  
 MUNICÍPIO: Araguaína  
 REGIONAL: Araguaína

Nos termos da informação funcional da Diretoria de Gestão de Pessoal, da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, desta Pasta, que informa a inexistência de impedimentos legais para a concessão do benefício em referência, resolvo CONCEDER à servidora Ana Rubia Silva Costa, 03 (três) meses de LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, referente ao 1º (primeiro) quinquênio, compreendido no período aquisitivo de 1º.02.1993 a 31.01.1998, para gozo no interstício de 1º.08.2017 a 31.10.2017, em conformidade com o art. 77 da Lei nº 351, de 13 de janeiro de 1992, c/c o art. 212, inciso I, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Não faz jus ao 2º (segundo) quinquênio, em vista de ter completado o período aquisitivo de efetivo exercício, após 12 de fevereiro de 1999, conforme estabelecido no art. 212 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 17 de julho de 2017.

Geferson Oliveira Barros Filho  
 Secretário de Estado da Administração

**DESPACHO Nº 3.440/2017**

PROCESSO Nº: 2017/27000/013908  
 INTERESSADO(A): JACY PEREIRA DOS SANTOS  
 ASSUNTO: Licença-Prêmio por Assiduidade  
 CARGO: Professor Normalista  
 NÚMERO FUNCIONAL: 491084/3  
 CPF: 388.787.631-87  
 ÓRGÃO: Secretaria da Educação, Juventude e Esportes  
 LOTAÇÃO: Escola Estadual Angélica Ribeiro Aranha  
 MUNICÍPIO: Porto Nacional  
 REGIONAL: Porto Nacional

Nos termos da informação funcional da Diretoria de Gestão de Pessoal, da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, desta Pasta, INDEFIRO a pretensão do(a) servidor(a) Jacy Pereira dos Santos, em virtude de ter completado o período aquisitivo referente ao 1º (primeiro) quinquênio de efetivo exercício após 12 de fevereiro de 1999, conforme estabelecido no art. 212 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, o qual assegurou o direito ao gozo da Licença-Prêmio por Assiduidade, somente aos que tenham completado o interstício necessário à concessão deste benefício até a referida data.

O tempo de serviço, decorrente do contrato de trabalho firmado em 1º de fevereiro de 1994, não foi computado em virtude de sua nulidade.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 17 de julho de 2017.

Geferson Oliveira Barros Filho  
 Secretário de Estado da Administração

**DESPACHO Nº 3.441/2017**

PROCESSO Nº: 2017/27000/013906  
 INTERESSADO(A): ZENILDE CIRQUEIRA MARTINS  
 ASSUNTO: Licença-Prêmio por Assiduidade  
 CARGO: Professor Normalista  
 NÚMERO FUNCIONAL: 550910/2  
 CPF: 440.154.451-04  
 ÓRGÃO: Secretaria da Educação, Juventude e Esportes  
 LOTAÇÃO: Escola Estadual Dom Domingos Carrerot  
 MUNICÍPIO: Porto Nacional  
 REGIONAL: Porto Nacional

Nos termos da informação funcional da Diretoria de Gestão de Pessoal, da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, desta Pasta, INDEFIRO a pretensão do(a) servidor(a) Zenilde Cirqueira Martins, em virtude de ter completado o período aquisitivo referente ao 2º (segundo) quinquênio de efetivo exercício após 12 de fevereiro de 1999, conforme estabelecido no art. 212 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, o qual assegurou o direito ao gozo da Licença-Prêmio por Assiduidade, somente aos que tenham completado o interstício necessário à concessão deste benefício até a referida data.

O tempo de serviço, decorrente do contrato de trabalho firmado em 1º de maio de 1991, não foi computado em virtude de sua nulidade.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 17 de julho de 2017.

Geferson Oliveira Barros Filho  
 Secretário de Estado da Administração

**DESPACHO Nº 3.442/2017**

PROCESSO Nº: 2017/27000/013903  
 INTERESSADO(A): LUIZ RIBEIRO ALMEIDA FILHO DAMACENA  
 ASSUNTO: Licença-Prêmio por Assiduidade  
 CARGO: Professor da Educação Básica  
 NÚMERO FUNCIONAL: 715351/2  
 CPF: 596.591.571-34  
 ÓRGÃO: Secretaria da Educação, Juventude e Esportes  
 LOTAÇÃO: Colégio Estadual Família Agrícola  
 MUNICÍPIO: Porto Nacional  
 REGIONAL: Porto Nacional

Nos termos da informação funcional da Diretoria de Gestão de Pessoal, da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, desta Pasta, que informa a inexistência de impedimentos legais para a concessão do benefício em referência, resolvo CONCEDER ao servidor Luiz Ribeiro Almeida Filho Damacena, 03 (três) meses de LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, referente ao 1º (primeiro) quinquênio, compreendido no período aquisitivo de 01.08.1992 a 31.07.1997, para gozo no interstício de 1º.08.2017 a 31.10.2017, em conformidade com o art. 77 da Lei nº 351, de 13 de janeiro de 1992, c/c o art. 212, inciso I, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Não faz jus ao 2º (segundo) quinquênio, em vista de ter completado o período aquisitivo de efetivo exercício, após 12 de fevereiro de 1999, conforme estabelecido no art. 212 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 17 de julho de 2017.

Geferson Oliveira Barros Filho  
 Secretário de Estado da Administração

**DESPACHO Nº 3.482/2017**

PROCESSO Nº: 2017/27000/013667  
 INTERESSADO(A): ANTONIA SOARES DE SOUSA OLIVEIRA  
 ASSUNTO: Licença-Prêmio por Assiduidade  
 CARGO: Professor Normalista  
 NÚMERO FUNCIONAL: 613566/1  
 CPF: 498.566.851-68  
 ÓRGÃO: Secretaria da Educação, Juventude e Esportes  
 LOTAÇÃO: Colégio Estadual Adolfo Bezerra de Menezes  
 MUNICÍPIO: Araguaína  
 REGIONAL: Araguaína

Nos termos da informação funcional da Diretoria de Gestão de Pessoal, da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, desta Pasta, que informa a inexistência de impedimentos legais para a concessão do benefício em referência e nos termos do art. 77 da Lei nº 351, de 13 de janeiro de 1992, c/c o art. 212, inciso I, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, em relação à servidora Antonia Soares de Sousa Oliveira, resolvo:

- TORNAR SEM EFEITO, a pedido, o Despacho nº 782, de 19 de fevereiro de 2016, publicado no Diário Oficial nº 4.565, de 23 de fevereiro de 2016, de concessão de Contagem em Dobro de Licença-Prêmio por Assiduidade, não gozada, relativa ao 1º (primeiro) quinquênio, referente ao período aquisitivo de 1º.02.1993 a 31.01.1998;

- CONCEDER 03 (três) meses de LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, referente ao 1º (primeiro) quinquênio, compreendido no período aquisitivo de 1º.02.1993 a 31.01.1998, para gozo no interstício de 1º.08.2017 a 31.10.2017.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 18 de julho de 2017.

Geferson Oliveira Barros Filho  
Secretário de Estado da Administração

#### DESPACHO Nº 3.483/2017

PROCESSO Nº: 2017/27000/013444  
INTERESSADO(A): MARIA GORETE MONTE DA SILVA  
ASSUNTO: Licença-Prêmio por Assiduidade  
CARGO: Professor Normalista  
NÚMERO FUNCIONAL: 246880/1  
CPF: 182.834.971-20  
ÓRGÃO: Secretaria da Educação, Juventude e Esportes  
LOTAÇÃO: Escola Estadual Madre Belém  
MUNICÍPIO: Palmas  
REGIONAL: Palmas

Nos termos da informação funcional da Diretoria de Gestão de Pessoal, da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, desta Pasta, que informa a inexistência de impedimentos legais para a concessão do benefício em referência, resolvo CONCEDER à servidora Maria Gorete Monte da Silva, 03 (três) meses de LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, referente ao 1º (primeiro) quinquênio, compreendido no período aquisitivo de 18.01.1994 a 17.01.1999, para gozo no interstício de 1º.08.2017 a 31.10.2017, em conformidade com o art. 77 da Lei nº 351, de 13 de janeiro de 1992, c/c o art. 212, inciso I, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Não faz jus ao 2º (segundo) quinquênio, em vista de ter completado o período aquisitivo de efetivo exercício, após 12 de fevereiro de 1999, conforme estabelecido no art. 212 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 18 de julho de 2017.

Geferson Oliveira Barros Filho  
Secretário de Estado da Administração

#### DESPACHO Nº 3.484/2017

PROCESSO Nº: 2017/27000/013430  
INTERESSADO(A): ZEBEDEU JOSÉ DE SOUSA FILHO  
ASSUNTO: Licença-Prêmio por Assiduidade  
CARGO: Professor da Educação Básica  
NÚMERO FUNCIONAL: 441731/1  
CPF: 350.397.791-00  
ÓRGÃO: Secretaria da Educação, Juventude e Esportes  
LOTAÇÃO: Colégio Estadual de Filadélfia  
MUNICÍPIO: Filadélfia  
REGIONAL: Araguaína

Nos termos da informação funcional da Diretoria de Gestão de Pessoal, da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, desta Pasta, que informa a inexistência de impedimentos legais para a concessão do benefício em referência, resolvo CONCEDER ao servidor Zebedeu José de Sousa Filho, 03 (três) meses de LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, referente ao 1º (primeiro) quinquênio, compreendido no período aquisitivo de 07.07.1992 a 06.07.1997, para gozo no interstício de 1º.08.2017 a 31.10.2017, em conformidade com o art. 77 da Lei nº 351, de 13 de janeiro de 1992, c/c o art. 212, inciso I, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Não faz jus ao 2º (segundo) quinquênio, em vista de ter completado o período aquisitivo de efetivo exercício, após 12 de fevereiro de 1999, conforme estabelecido no art. 212 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 18 de julho de 2017.

Geferson Oliveira Barros Filho  
Secretário de Estado da Administração

#### DESPACHO Nº 3.485/2017

PROCESSO Nº: 2017/27000/013676  
INTERESSADO(A): MARIA HELIENE RIBEIRO NUNES LIMA  
ASSUNTO: Licença-Prêmio por Assiduidade  
CARGO: Professor Normalista  
NÚMERO FUNCIONAL: 396919/1  
CPF: 315.328.701-59  
ÓRGÃO: Secretaria da Educação, Juventude e Esportes  
LOTAÇÃO: Escola Estadual João Guilherme Leite Kunze  
MUNICÍPIO: Araguaína  
REGIONAL: Araguaína

Nos termos da informação funcional da Diretoria de Gestão de Pessoal, da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, desta Pasta, que informa a inexistência de impedimentos legais para a concessão do benefício em referência, resolvo CONCEDER à servidora Maria Helene Ribeiro Nunes Lima, 03 (três) meses de LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, referente ao 1º (primeiro) quinquênio, compreendido no período aquisitivo de 20.01.1994 a 19.01.1999, para gozo no interstício de 1º.08.2017 a 31.10.2017, em conformidade com o art. 77 da Lei nº 351, de 13 de janeiro de 1992, c/c o art. 212, inciso I, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Não faz jus ao 2º (segundo) quinquênio, em vista de ter completado o período aquisitivo de efetivo exercício, após 12 de fevereiro de 1999, conforme estabelecido no art. 212 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 18 de julho de 2017.

Geferson Oliveira Barros Filho  
Secretário de Estado da Administração

#### DESPACHO Nº 3.486/2017

PROCESSO Nº: 2017/27000/014549  
INTERESSADO(A): ZILMA MARIA SEVERINO BARBOSA  
ASSUNTO: Licença-Prêmio por Assiduidade  
CARGO: Professor Normalista  
NÚMERO FUNCIONAL: 614959/2  
CPF: 498.888.971-87  
ÓRGÃO: Secretaria da Educação, Juventude e Esportes  
LOTAÇÃO: Colégio Estadual Joaquim de Sena e Silva  
MUNICÍPIO: Combinado  
REGIONAL: Arraias

Nos termos da informação funcional da Diretoria de Gestão de Pessoal, da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, desta Pasta, que informa a inexistência de impedimentos legais para a concessão do benefício em referência, resolvo CONCEDER à servidora Zilma Maria Severino Barbosa, 03 (três) meses de LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, referente ao 1º (primeiro) quinquênio, compreendido no período aquisitivo de 13.02.1989 a 12.02.1994, para gozo no interstício de 1º.08.2017 a 31.10.2017, em conformidade com o art. 77 da Lei nº 351, de 13 de janeiro de 1992, c/c o art. 212, inciso I, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 18 de julho de 2017.

Geferson Oliveira Barros Filho  
Secretário de Estado da Administração

**DESPACHO Nº 3.487/2017**

PROCESSO Nº: 2017/27000/013533  
 INTERESSADO(A): SALMA BRITO BUCAR FERNANDES  
 ASSUNTO: Licença-Prêmio por Assiduidade  
 CARGO: Professor Normalista  
 NÚMERO FUNCIONAL: 511411/1  
 CPF: 402.465.311-34  
 ÓRGÃO: Secretaria da Educação, Juventude e Esportes  
 LOTAÇÃO: Escola Estadual Frederico Pedreira Neto  
 MUNICÍPIO: Palmas  
 REGIONAL: Palmas

Nos termos da informação funcional da Diretoria de Gestão de Pessoal, da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, desta Pasta, que informa a inexistência de impedimentos legais para a concessão do benefício em referência, resolvo CONCEDER à servidora Salma Brito Bucar Fernandes, 06 (seis) meses de LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, referente aos 1º (primeiro) e 2º (segundo) quinquênios, compreendidos nos períodos aquisitivos de 01.02.1986 a 31.01.1991 e de 1º.02.1991 a 31.01.1996, para gozo no interstício de 01.08.2017 a 31.01.2018, em conformidade com o art. 77 da Lei nº 351, de 13 de janeiro de 1992, c/c o art. 212, inciso I, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Não faz jus ao 3º (terceiro) quinquênio, em vista de ter completado o período aquisitivo de efetivo exercício, após 12 de fevereiro de 1999, conforme estabelecido no art. 212 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s)  
 18 de julho de 2017.

Geferson Oliveira Barros Filho  
 Secretário de Estado da Administração

**DESPACHO Nº 3.488/2017**

PROCESSO Nº: 2017/27000/013905  
 INTERESSADO(A): NIVALDA RODRIGUES SOARES  
 ASSUNTO: Licença-Prêmio por Assiduidade  
 CARGO: Professor Normalista  
 NÚMERO FUNCIONAL: 482150/1  
 CPF: 382.993.481-53  
 ÓRGÃO: Secretaria da Educação, Juventude e Esportes  
 LOTAÇÃO: Escola Estadual Dom Domingos Carrerot  
 MUNICÍPIO: Porto Nacional  
 REGIONAL: Porto Nacional

Nos termos da informação funcional da Diretoria de Gestão de Pessoal, da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, desta Pasta, que informa a inexistência de impedimentos legais para a concessão do benefício em referência, resolvo CONCEDER à servidora Nivalda Rodrigues Soares, 03 (três) meses de LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, referente ao 1º (primeiro) quinquênio, compreendido no período aquisitivo de 1º.08.1992 a 31.07.1997, para gozo no interstício de 1º.08.2017 a 31.10.2017, em conformidade com o art. 77 da Lei nº 351, de 13 de janeiro de 1992, c/c o art. 212, inciso I, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Não faz jus ao 2º (segundo) quinquênio, em vista de ter completado o período aquisitivo de efetivo exercício, após 12 de fevereiro de 1999, conforme estabelecido no art. 212 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s)  
 18 de julho de 2017.

Geferson Oliveira Barros Filho  
 Secretário de Estado da Administração

**DESPACHO Nº 3.489/2017**

PROCESSO Nº: 2017/27000/013674  
 INTERESSADO(A): MARIA DO ROSÁRIO SILVA MOURÃO  
 ASSUNTO: Licença-Prêmio por Assiduidade  
 CARGO: Professor Normalista  
 NÚMERO FUNCIONAL: 551573/2  
 CPF: 440.355.781-34  
 ÓRGÃO: Secretaria da Educação, Juventude e Esportes  
 LOTAÇÃO: Escola Estadual João Guilherme Leite Kunze  
 MUNICÍPIO: Araguaína  
 REGIONAL: Araguaína

Nos termos da informação funcional da Diretoria de Gestão de Pessoal, da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, desta Pasta, que informa a inexistência de impedimentos legais para a concessão do benefício em referência, resolvo CONCEDER à servidora Maria do Rosário Silva Mourão, 03 (três) meses de LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, referente ao 1º (primeiro) quinquênio, compreendido no período aquisitivo de 13.01.1994 a 12.01.1999, para gozo no interstício de 1º.08.2017 a 31.10.2017, em conformidade com o art. 77 da Lei nº 351, de 13 de janeiro de 1992, c/c o art. 212, inciso I, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Não faz jus ao 2º (segundo) quinquênio, em vista de ter completado o período aquisitivo de efetivo exercício, após 12 de fevereiro de 1999, conforme estabelecido no art. 212 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s)  
 18 de julho de 2017.

Geferson Oliveira Barros Filho  
 Secretário de Estado da Administração

**DESPACHO Nº 3.490/2017**

PROCESSO Nº: 2017/27000/013460  
 INTERESSADO(A): ALZIRA AZEVEDO MACHADO  
 ASSUNTO: Licença-Prêmio por Assiduidade  
 CARGO: Professor Normalista  
 NÚMERO FUNCIONAL: 514539/2  
 CPF: 409.310.801-34  
 ÓRGÃO: Secretaria da Educação, Juventude e Esportes  
 LOTAÇÃO: Escola Estadual Irmã Aspásia  
 MUNICÍPIO: Porto Nacional  
 REGIONAL: Porto Nacional

Nos termos da informação funcional da Diretoria de Gestão de Pessoal, da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, desta Pasta, que informa a inexistência de impedimentos legais para a concessão do benefício em referência, resolvo CONCEDER ao(à) servidor(a) Alzira Azevedo Machado, 03 (três) meses de LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, referente ao 1º (primeiro) quinquênio, compreendido no período aquisitivo de 18.01.1994 a 17.01.1999, para gozo no interstício de 1º.08.2017 a 31.10.2017, em conformidade com o art. 77 da Lei nº 351, de 13 de janeiro de 1992, c/c o art. 212, inciso I, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

O tempo de serviço decorrente do contrato de trabalho firmado em 03 de fevereiro de 1992, não foi computado em virtude de sua nulidade.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s)  
 18 de julho de 2017.

Geferson Oliveira Barros Filho  
 Secretário de Estado da Administração

**DESPACHO Nº 3.491/2017**

PROCESSO Nº: 2017/27000/014653  
 INTERESSADO(A): CARMINA CARVALHO DOS SANTOS  
 ASSUNTO: Licença-Prêmio por Assiduidade  
 CARGO: Professor Assistente, Nível A  
 NÚMERO FUNCIONAL: 419671/1  
 CPF: 333.171.511-53  
 ÓRGÃO: Secretaria da Educação, Juventude e Esportes  
 LOTAÇÃO: Escola Estadual Madre Belém  
 MUNICÍPIO: Palmas  
 REGIONAL: Palmas

Nos termos da informação funcional da Diretoria de Gestão de Pessoal, da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, desta Pasta, que informa a inexistência de impedimentos legais para a concessão do benefício em referência, resolvo CONCEDER à servidora Carmina Carvalho dos Santos, 03 (três) meses de LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, referente ao 2º (segundo) quinquênio, compreendido no período aquisitivo de 04.02.1990 a 03.02.1995, para gozo no interstício de 1º.08.2017 a 31.10.2017, em conformidade com o art. 77 da Lei nº 351, de 13 de janeiro de 1992, c/c o art. 212, inciso I, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.



Não faz jus ao 3º (terceiro) quinquênio, em vista de ter completado o período aquisitivo de efetivo exercício, após 12 de fevereiro de 1999, conforme estabelecido no art. 212 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 18 de julho de 2017.

Geferson Oliveira Barros Filho  
Secretário de Estado da Administração

#### DESPACHO Nº 3.492/2017

PROCESSO Nº: 2017/27000/014615  
INTERESSADO(A): VALFREDO LEAL PEREIRA  
ASSUNTO: Licença-Prêmio por Assiduidade  
CARGO: Professor Normalista  
NÚMERO FUNCIONAL: 435019/1  
CPF: 346.044.643-91  
ÓRGÃO: Secretaria da Educação, Juventude e Esportes  
LOTAÇÃO: Colégio Estadual Marechal Ribas  
MUNICÍPIO: Axixá do Tocantins  
REGIONAL: Araguatins

Nos termos da informação funcional da Diretoria de Gestão de Pessoal, da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, desta Pasta, que informa a inexistência de impedimentos legais para a concessão do benefício em referência, resolvo CONCEDER ao(à) servidor(a) Valfredo Leal Pereira, 03 (três) meses de LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, referente ao 1º (primeiro) quinquênio, compreendido no período aquisitivo de 01.02.1993 a 31.01.1998, para gozo no interstício de 1º.08.2017 a 31.10.2017, em conformidade com o art. 77 da Lei nº 351, de 13 de janeiro de 1992, c/c o art. 212, inciso I, da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 18 de julho de 2017.

Geferson Oliveira Barros Filho  
Secretário de Estado da Administração

#### DESPACHO Nº 3.493/2017

PROCESSO Nº: 2017/27000/014555  
INTERESSADO(A): ROMILDA BENTO DE OLIVEIRA ABREU  
ASSUNTO: Licença-Prêmio por Assiduidade  
CARGO: Professor Normalista  
NÚMERO FUNCIONAL: 409150/1  
CPF: 328.430.462-20  
ÓRGÃO: Secretaria da Educação, Juventude e Esportes  
LOTAÇÃO: Colégio Estadual Archangela Milhomem  
MUNICÍPIO: Couto Magalhães  
REGIONAL: Guaraí

Com base na informação funcional fornecida pela Diretoria de Gestão de Pessoal, da Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, desta Pasta, INDEFIRO a pretensão do(a) servidor(a) Romilda Bento de Oliveira Abreu, em virtude de ter completado o período aquisitivo referente ao 1º (primeiro) quinquênio de efetivo exercício após 12 de fevereiro de 1999, conforme estabelecido no art. 212 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, o qual assegurou o direito ao gozo da Licença-Prêmio por Assiduidade, somente aos que tenham completado o interstício necessário à concessão deste benefício até a referida data.

O tempo de serviço, decorrente do contrato de trabalho firmado em 1º de fevereiro de 1993, não foi computado em virtude de sua nulidade.

Gabinete do Secretário da Administração, em Palmas, ao(s) 18 de julho de 2017.

Geferson Oliveira Barros Filho  
Secretário de Estado da Administração

#### CORREGEDORIA-GERAL DE PESSOAL

#### EDITAL DE INTIMAÇÃO

A CORREGEDOR-ADJUNTA DE PESSOAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, ex-vi do art. 7º, do Decreto nº 638/98, cumprindo determinação do Secretário de Estado da Administração, consoante o art. 185, inciso II, c/c o art. 196, ambos da Lei Estadual nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, FAZ SABER, a quantos o presente edital virem, ou dele tomarem conhecimento, que perante esta Corregedoria-Geral de Pessoal tramita o Recurso Administrativo nº 2013.2300.005766, em cujo feito houve determinação da expedição do presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, para que o ex-servidor GESSIR RIBEIRO FILHO tenha conhecimento da decisão, bem como para tomar as providências que reputar cabíveis, a partir do dispositivo extraído do Despacho nº 54, proferido pelo do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Tocantins, a saber:

Ante o exposto, DECIDO pelo improvimento do recurso manejado por GESSIR RIBEIRO FILHO, mantendo incólumes as deliberações tomadas na origem.

CORREGEDORIA-GERAL DE PESSOAL, em Palmas, Capital do Estado do Tocantins, aos 11 de julho de 2017.

MARCELA MATOS FERNANDES DE OLIVEIRA  
Corregedora-Adjunta de Pessoal

#### EDITAL DE INTIMAÇÃO

A CORREGEDOR-ADJUNTA DE PESSOAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, ex-vi do art. 7º, do Decreto nº 638/98, cumprindo determinação do Secretário de Estado da Administração, consoante o art. 185, inciso II, c/c o art. 196, ambos da Lei Estadual nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, FAZ SABER, a quantos o presente edital virem, ou dele tomarem conhecimento, que perante esta Corregedoria-Geral de Pessoal tramita o Processo Administrativo Disciplinar nº 2016.23000.00008, em cujo feito houve determinação da expedição do presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, para que o servidor abaixo tenha conhecimento da decisão, bem como para tomar as providências que reputar cabíveis, a partir do dispositivo extraído do Despacho Decisório proferido pelo Secretário da Administração, a saber:

#### DA DECISÃO

Do exposto, no uso das atribuições que me são delegadas pelo art. 1º, inciso II, alínea "b", do Decreto nº 2.919, de 02 de janeiro de 2007: a) DEFIRO o pedido de exoneração (requerimento às fls. 69 dos presentes autos) postulado pelo servidor VANEILDON DE SOUSA AGUIAR, número funcional 11236965/1, do cargo de Fiscal das Relações de Consumo, a partir de 1º de abril de 2015; b) JULGO EXTINTO o presente Processo Administrativo Disciplinar sem apreciação de mérito, em razão da perda do objeto, o que faço para determinar o seu ARQUIVAMENTO; Retornem - se os autos à Corregedoria-Geral de Pessoal para os procedimentos de mister. Intime-se o Servidor. Ao final, sejam os autos encaminhados à Diretoria de Desenvolvimento e Formação para adoção das providências necessárias ao prosseguimento do feito, expedindo e publicando a competente Portaria de Exoneração, a partir de 1º de abril de 2015, a pedido do servidor. Após, arquivem-se.

CORREGEDORIA-GERAL DE PESSOAL, em Palmas, Capital do Estado do Tocantins, aos 13 de julho de 2017.

MARCELA MATOS FERNANDES DE OLIVEIRA  
Corregedora-Adjunta de Pessoal

### SECRETARIA DE CIDADANIA E JUSTIÇA

#### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2017

Republicada para correção(\*)

Regulamenta a lotação dos servidores do quadro efetivo do Sistema Socioeducativo da Secretaria de Cidadania e Justiça.

A SECRETÁRIA DE CIDADANIA E JUSTIÇA, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 42, §1º, incisos II da Constituição do Estado do Tocantins, c/c art. 37, inciso II, Constituição Federal, e ainda na conformidade das Leis 2.669, de 19 de dezembro de 2012, e 2.808, de 12 de dezembro de 2013, e ainda



CONSIDERANDO a disposição do Art. 17 da Lei nº 2.808, de 12 de dezembro de 2013 do concurso público para provimento efetivo dos cargos do Grupo Defesa Social e Segurança Penitenciária compreende a realização de provas ou provas e títulos, testes de aptidão física, exames médicos, psicotécnicos ou psicológicos, curso de formação e outras etapas previstas no edital de convocação.

CONSIDERANDO os itens 1.8.1 e 19.3 do Edital nº 004/001-2014 do Concurso Público para provimento do quadro da Defesa Social e Segurança Penitenciária onde estabelecem que a lotação poderá ocorrer em qualquer uma das Unidades Socioeducativas dos Municípios com Sede de Unidades Administrativas ou outro Município que vier a ter Unidades, conforme escolha do candidato no momento da posse, observada rigorosamente a classificação final no Concurso Público;

CONSIDERANDO o disposto no art. 20, § 14º do Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Tocantins, Lei Estadual nº 1.818/2007;

CONSIDERANDO o dever da Administração Pública de observar rigorosamente a previsão do inciso IV, Art. 37, da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar internamente as vagas e locais de lotação do Grupo Defesa Social e Segurança, no âmbito da Secretaria de Cidadania e Justiça do Estado do Tocantins;

RESOLVE:

#### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A lotação de Servidor Público nas Unidades Socioeducativas do Estado, obedece aos procedimentos contidos nesta Instrução Normativa.

Art. 2º Para os efeitos desta Instrução Normativa, considera-se:

I - Lotação - a indicação de Unidade Administrativa da SECIJU em que o ocupante do cargo efetivo ou função pública estável deva ter exercício.

II - Unidade Administrativa - prédio público destinado a abrigar unidade socioeducativa.

III - Unidade Socioeducativa - local de ressocialização dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Art. 3º A primeira lotação nas unidades socioeducativas define-se a partir do quantitativo previsto no "Quadro de Vagas para Lotação do Sistema Socioeducativo", na forma do Anexo I.

Parágrafo Único - O quadro de vagas constantes do Anexo I será observado, exclusivamente, para a primeira lotação, podendo ser alterado a critério da Administração Pública.

#### CAPÍTULO II DA LOTAÇÃO

Art. 4º A escolha da unidade socioeducativa para preenchimento de vaga obedecerá à ordem de classificação conforme Edital nº 04/001 do Concurso Público, Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, Lei 2.808, de 12 de dezembro de 2013 e aos critérios definidos nesta Instrução Normativa.

Art. 5º Para lotação dos servidores nas unidades socioeducativa serão adotados os seguintes procedimentos:

I - Para o cargo de Assistente Socioeducativo - Motorista e Técnico em Enfermagem:

a) Após 02 (dois) dias úteis da publicação do primeiro "Ato de Nomeação", no Diário Oficial, o nomeado terá o prazo improrrogável de 05 (cinco) dias para acessar o endereço eletrônico: <http://lotacao.cidadaniaejustica.to.gov.br>.

b) preencher corretamente os dados para acesso ao Sistema.

c) escolher em ordem de preferência (1º, 2º, 3º... 9º) os municípios em que há unidade socioeducativa no Estado na qual o nomeado tem interesse em ser lotado, de acordo com quadro de vagas (Anexo - I) dessa Instrução Normativa.

II - Para o cargo de Técnico Socioeducador:

a) Após 02 (dois) dias úteis da publicação do primeiro "Ato de Nomeação", no Diário Oficial, o nomeado terá o prazo improrrogável de 05 (cinco) dias para acessar o endereço eletrônico: <http://lotacao.cidadaniaejustica.to.gov.br>.

b) preencher corretamente os dados para acesso ao Sistema.

c) escolher em ordem de preferência (1º, 2º, 3º... 9º) os municípios em que há unidade socioeducativa no Estado na qual o nomeado tem interesse em ser lotado, de acordo com quadro de vagas (Anexo - I) dessa Instrução Normativa.

III - Para o cargo de Analista Socioeducador:

a) Após 02 (dois) dias úteis da publicação do primeiro "Ato de Nomeação", no Diário Oficial, o nomeado terá o prazo improrrogável de 05 (cinco) dias para acessar o endereço eletrônico: <http://lotacao.cidadaniaejustica.to.gov.br>.

b) preencher corretamente os dados para acesso ao Sistema.

c) escolher em ordem de preferência (1º, 2º, 3º... 9º) dentre os municípios em que há unidade socioeducativa no Estado na qual tem interesse em ser lotado, de acordo com quadro de vagas (Anexo - I) dessa Instrução Normativa.

§ 1º O nomeado deverá acessar o sistema de lotação (<http://lotacao.cidadaniaejustica.to.gov.br>), informar o CPF, inscrição no certame e Nome completo da Mãe.

§ 2º Os prazos de que tratam as alíneas "a" dos incisos I e II deste artigo são improrrogáveis e a não escolha prévia da lotação pelo nomeado, dá à Administração o direito de lotar o servidor em qualquer das uma das unidades socioeducativa com vagas em aberto.

Art. 6º Após a posse, que se dará na Secretaria da Administração o servidor deverá apresentar cópia do "Comprovante de Posse" junto a Gerência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, na sede da Secretaria de Cidadania e Justiça, que emitirá o encaminhamento de lotação.

Art. 7º A lotação dos servidores "Pessoa com Deficiência - PCD", será realizada de acordo com as vagas estabelecidas no anexo I desta Instrução Normativa, conforme os critérios de segurança e acessibilidade definidos por esta Secretaria.

#### CAPÍTULO III DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º Caso o candidato não cumpra todas as exigências previstas no art. 5º desta Instrução Normativa, o local de lotação será definido pela Secretaria de Estado de Cidadania e Justiça.

Art. 9º Após realizar os procedimentos previstos no art. 5º desta Instrução Normativa, o candidato não poderá alterar as preferências de lotação.

Art. 10 Independente da lotação escolhida pelo servidor este poderá ser removido, a critério da Administração Pública, para qualquer uma das Unidades Administrativas do Estado, por meio de Portaria de Remoção, divulgada no Diário Oficial do Estado.

Art. 11 Por questão segurança a movimentação de servidores do novo quadro do Sistema Socioeducativo da Secretaria de Cidadania e Justiça, para órgãos da Administração Pública Direta e Indireta, do Estado, União e Município, bem como do Poder Judiciário, Legislativo de todas as esferas só será permitida após o fim do estágio probatório.

Art. 12 Os casos omissos e excepcionais serão resolvidos pela Secretaria de Estado de Cidadania e Justiça.

Art. 13 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Palmas/TO, 29 de junho de 2017.

GLEIDY BRAGA RIBEIRO  
Secretária de Cidadania e Justiça

**ANEXO I**  
**Quadro de Vagas para Lotação do Sistema Socioeducativo**

UNIDADE	CIDADE	CARGO: TÉCNICO SOCIOEDUCADOR			
		MASCULINO		FEMININO	
		AMPLA CONCORRÊNCIA	PCD	AMPLA CONCORRÊNCIA	PCD
1 Centro de Atendimento Socioeducativo - CASE	Palmas/TO	58	2	8	1
2 Centro de Internação Provisória - CEIP CENTRAL (MASCULINO)	Palmas/TO	38	1	4	
3 Centro de Internação Provisória - CEIP CENTRAL (FEMININO)	Palmas/TO			16	
4 Unidade de Semiliberdade - USL Palmas (MASCULINO)	Palmas/TO	16		4	
5 Unidade de Semiliberdade - USL Palmas (FEMININO)	Palmas/TO			12	2
6 Centro de Internação Provisória - CEIP SUL	Gurupi/TO	38	1	6	
7 Unidade de Semiliberdade - USL Gurupi	Gurupi/TO	16		4	
8 Centro de Internação Provisória - CEIP NORTE	Santa Fé do Araguaia/TO	38	1	4	
9 Unidade de Semiliberdade - USL Araguaína	Araguaína/TO	16		4	
TOTAL		220	5	62	3

UNIDADE	CIDADE	CARGO: ANALISTA SOCIOEDUCADOR														
		TERAPEUTA OCUPACIONAL	PEDAGOGIA	ODONTOLOGIA	PSICOLOGIA	DIREITO	MED. CLÍNICA	EDU. FÍSICA	ENFERMAGEM	NUTRIÇÃO	SERVIÇO SOCIAL					
		AC	AC	AC	PCD	AC	PCD	AC	AC	AC	PCD	AC	AC	PCD		
1 Centro de Atendimento Socioeducativo - CASE	Palmas/TO	1	3	1		3	1		1	1	1	1		1	3	
2 Centro de Internação Provisória - CEIP CENTRAL (MASCULINO)	Palmas/TO		2			2		1					1	1	3	
3 Centro de Internação Provisória - CEIP CENTRAL (FEMININO)	Palmas/TO		1			2									3	
4 Unidade de Semiliberdade - USL Palmas (MASCULINO)	Palmas/TO		1			1									1	
5 Unidade de Semiliberdade - USL Palmas (FEMININO)	Palmas/TO		1			1									1	
6 Centro de Internação Provisória - CEIP SUL	Gurupi/TO	1	2		1	2		1		1	1	1		1	2	
7 Unidade de Semiliberdade - USL Gurupi	Gurupi/TO		1			1									1	
8 Centro de Internação Provisória - CEIP NORTE	Santa Fé do Araguaia/TO		2	1		2		1			1	1		1	1	1
9 Unidade de Semiliberdade - USL Araguaína	Araguaína/TO		1			1									1	
TOTAL		2	14	2	1	15	1	3	1	2	3	3	1	4	16	1

UNIDADE	CIDADE	CARGO: ASSISTENTE SOCIOEDUCATIVO - TÉCNICO EM ENFERMAGEM				CARGO: ASSISTENTE SOCIOEDUCATIVO - MOTORISTA			
		AMPLA CONCORRÊNCIA		PCD		AMPLA CONCORRÊNCIA		PCD	
		AMPLA CONCORRÊNCIA	PCD	AMPLA CONCORRÊNCIA	PCD	AMPLA CONCORRÊNCIA	PCD		
1 Centro de Atendimento Socioeducativo - CASE	Palmas/TO	4		1		5		1	
2 Centro de Internação Provisória - CEIP CENTRAL (MASCULINO)	Palmas/TO	4				4			
3 Centro de Internação Provisória - CEIP CENTRAL (FEMININO)	Palmas/TO	3		1		2			
4 Unidade de Semiliberdade - USL Palmas (MASCULINO)	Palmas/TO					2			
5 Unidade de Semiliberdade - USL Palmas (FEMININO)	Palmas/TO					2			
6 Centro de Internação Provisória - CEIP SUL	Gurupi/TO	4				4			
7 Unidade de Semiliberdade - USL Gurupi	Gurupi/TO					2			
8 Centro de Internação Provisória - CEIP NORTE	Santa Fé do Araguaia/TO	4				5			
9 Unidade de Semiliberdade - USL Araguaína	Araguaína/TO					2			
TOTAL		19		2		28			1

\* Republicada, originariamente, na Edição nº 4.901 do Diário Oficial do Estado. Republicada na Edição nº 4.914 do Diário Oficial do Estado.

**PROCON**

**EDITAIS DE NOTIFICAÇÕES**

**F.A. Nº 0215-036.486-6**

RECLAMANTE: GEORJE ALBERTO BARBOZA SILVA  
RECLAMADA: ELETROSOM S/A

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: ELETROSOM S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 22.164.990/0203-23, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Julgamento em última instância administrativa datado de 03/02/2017, no qual o Superintendente do PROCON/TO manteve a decisão recorrida por seus próprios e legítimos fundamentos, ou seja, R\$ 6.383,96 (seis mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e seis centavos), sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. O pagamento deverá ser efetuado em favor do Fundo de Defesa do Consumidor- PROCON- Através do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais - DARE- obtidos via internet, pelo Site www.Sefaz.to.gov.br, com código de barra ou na Coletoria Local, devendo constar no Campo 7, o Código de Receita de nº 619. Tal documento deverá ser encaminhado para a Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor-Procon-/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº 0909-000.105-5**

RECLAMANTE: SELMA MUNIZ DE SOUSA  
RECLAMADA: SOCIEDADE COMERCIAL E IMPORTADORA HERMES S.A

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: SOCIEDADE COMERCIAL E IMPORTADORA HERMES S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.068.883/0001-20, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Julgamento em última instância administrativa datado de 02/05/2017, no qual o Superintendente do PROCON/TO manteve a decisão recorrida por seus próprios e legítimos fundamentos, ou seja, R\$ 2.552,00 (dois mil, quinhentos e cinquenta e dois reais), sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. O pagamento deverá ser efetuado em favor do Fundo de Defesa do Consumidor- PROCON- Através do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais - DARE- obtidos via internet, pelo Site www.Sefaz.to.gov.br, com código de barra ou na Coletoria Local, devendo constar no Campo 7, o Código de Receita de nº 619. Tal documento deverá ser encaminhado para a Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor-Procon-/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº 0413-011.472-8**

RECLAMANTE: ROMAS ALVES SOBRINHO  
RECLAMADA: LOJAS ARAÇÁ LTDA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: LOJAS ARAÇÁ LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.454.819/0001-17, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Julgamento em última instância administrativa datado de 29/10/2013, no qual o Superintendente do PROCON/TO manteve a decisão recorrida por seus próprios e legítimos fundamentos, ou seja, R\$ 1.021,43 (um mil, vinte e um reais e quarenta e três centavos), sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. O pagamento deverá ser efetuado em favor do Fundo de Defesa do Consumidor- PROCON- Através do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais - DARE- obtidos via internet, pelo Site [www.Sefaz.to.gov.br](http://www.Sefaz.to.gov.br), com código de barra ou na Coletoria Local, devendo constar no Campo 7, o Código de Receita de nº 619. Tal documento deverá ser encaminhado para a Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor-Procon-/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº 17-001.004.16-0037340**

RECLAMANTE: FÁTIMA DA CONCEIÇÃO SILVA  
RECLAMADA: COMERCIAL ÁGUA VIVA LTDA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: COMERCIAL ÁGUA VIVA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 16.447.922/0001-81, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Julgamento em última instância administrativa datado de 02/05/2017, no qual o Superintendente do PROCON/TO manteve a decisão recorrida por seus próprios e legítimos fundamentos, ou seja, R\$ 851,20 (oitocentos e cinquenta e um reais e vinte centavos), sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. O pagamento deverá ser efetuado em favor do Fundo de Defesa do Consumidor- PROCON- Através do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais - DARE- obtidos via internet, pelo Site [www.Sefaz.to.gov.br](http://www.Sefaz.to.gov.br), com código de barra ou na Coletoria Local, devendo constar no Campo 7, o Código de Receita de nº 619. Tal documento deverá ser encaminhado para a Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor-Procon-/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº 0614-036.572-0**

RECLAMANTE: BOBSON JOSÉ PEREIRA DOS REIS  
RECLAMADA: BICICLETAS MONARK S/A

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: BICICLETAS MONARK S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 56.992.423/0001-90, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Julgamento em última instância administrativa datado de 13/02/2017, no qual o Superintendente do PROCON/TO manteve a decisão recorrida por seus próprios e legítimos fundamentos, ou seja, R\$ 2.553,58 (dois mil, quinhentos e cinquenta e três reais e cinquenta e oito centavos), sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. O pagamento deverá ser efetuado em favor do Fundo de Defesa do Consumidor- PROCON- Através do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais - DARE- obtidos via internet, pelo Site [www.Sefaz.to.gov.br](http://www.Sefaz.to.gov.br), com código de barra ou na Coletoria Local, devendo constar no Campo 7, o Código de Receita de nº 619. Tal documento deverá ser encaminhado para a Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor-Procon-/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº 0315-008.587-9**

RECLAMANTE: MARIA MERES FERREIRA DA SILVA  
RECLAMADA: FDC- FACULDADE DOM CASMURO

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: FDC- FACULDADE DOM CASMURO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.438.705/0001-08, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Julgamento em última instância administrativa datado de 19/04/2017, no qual o Superintendente do PROCON/TO manteve a decisão recorrida por seus próprios e legítimos fundamentos, ou seja, R\$ 4.255,97 (quatro mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e noventa e sete centavos), sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. O pagamento deverá ser efetuado em favor do Fundo de Defesa do Consumidor- PROCON- Através do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais - DARE- obtidos via internet, pelo Site [www.Sefaz.to.gov.br](http://www.Sefaz.to.gov.br), com código de barra ou na Coletoria Local, devendo constar no Campo 7, o Código de Receita de nº 619. Tal documento deverá ser encaminhado para a Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor-Procon-/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº 17-001.004.16-0036698**

RECLAMANTE: DJALMA DIAS ARAUJO  
RECLAMADA: COMERCIAL ÁGUA VIVA LTDA PALMAS

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: COMERCIAL ÁGUA VIVA LTDA PALMAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 16.447.922/0001-81, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Julgamento em última instância administrativa datado de 02/05/2017, no qual o Superintendente do PROCON/TO manteve a decisão recorrida por seus próprios e legítimos fundamentos, ou seja, R\$ 1.891,54 (um mil, oitocentos e noventa e um reais e cinquenta e quatro centavos), sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. O pagamento deverá ser efetuado em favor do Fundo de Defesa do Consumidor- PROCON- Através do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais - DARE- obtidos via internet, pelo Site [www.Sefaz.to.gov.br](http://www.Sefaz.to.gov.br), com código de barra ou na Coletoria Local, devendo constar no Campo 7, o Código de Receita de nº 619. Tal documento deverá ser encaminhado para a Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor-Procon-/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº 0214-017.662-3**

RECLAMANTE: RAQUEL GONÇALVES FRANÇA  
RECLAMADA: BANCO DO BRASIL

Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: BANCO DO BRASIL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.000.000/4621-36, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Julgamento em última instância administrativa datado de 31/05/2017, no qual o Superintendente do PROCON/TO manteve a decisão recorrida por seus próprios e legítimos fundamentos, ou seja, R\$ 1.276,80 (um mil, duzentos e setenta e seis reais e oitenta centavos), sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. O pagamento deverá ser efetuado em favor do Fundo de Defesa do Consumidor- PROCON- Através do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais - DARE- obtidos via internet, pelo Site [www.Sefaz.to.gov.br](http://www.Sefaz.to.gov.br), com código de barra ou na Coletoria Local, devendo constar no Campo 7, o Código de Receita de nº 619. Tal documento deverá ser encaminhado para a Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor-Procon-/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.



**F.A. Nº 0212-019.268-6**

RECLAMANTE: ELAYNE AGUIAR MACIEL ROCHA  
RECLAMADA: ÁSIA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: ÁSIA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMÉSTICAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 85.305.258/0001-59, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Julgamento em última instância administrativa datado de 03/03/2016, no qual o Superintendente do PROCON/TO manteve a decisão recorrida por seus próprios e legítimos fundamentos, ou seja, R\$ 10.639,58 (dez mil, seiscentos e trinta e nove reais e cinquenta e oito centavos), sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. O pagamento deverá ser efetuado em favor do Fundo de Defesa do Consumidor- PROCON- Através do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais - DARE- obtidos via internet, pelo Site [www.Sefaz.to.gov.br](http://www.Sefaz.to.gov.br), com código de barra ou na Coletoria Local, devendo constar no Campo 7, o Código de Receita de nº 619. Tal documento deverá ser encaminhado para a Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor-Procon-/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº 0214-010.189-5**

RECLAMANTE: WILTON JOSÉ DE SOUSA  
RECLAMADA: TEODORO & BRITO

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: TEODORO & BRITO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 04.505.395/0001-35, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Julgamento em última instância administrativa datado de 03/04/2017, no qual o Superintendente do PROCON/TO manteve a decisão recorrida por seus próprios e legítimos fundamentos, ou seja, R\$ 1.276,80 (um mil, duzentos e setenta e seis reais e oitenta centavos), sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. O pagamento deverá ser efetuado em favor do Fundo de Defesa do Consumidor- PROCON- Através do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais - DARE- obtidos via internet, pelo Site [www.Sefaz.to.gov.br](http://www.Sefaz.to.gov.br), com código de barra ou na Coletoria Local, devendo constar no Campo 7, o Código de Receita de nº 619. Tal documento deverá ser encaminhado para a Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor-Procon-/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

**F.A. Nº 0807-026.830-9**

RECLAMANTE: PATRICIA DE MEDEIROS CABRAL  
RECLAMADA: DIBENS LEASING S.A

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: DIBENS LEASING S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 65.654.303/0001-73, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Julgamento em última instância administrativa datado de 09/05/2016, no qual o Superintendente do PROCON/TO manteve a decisão recorrida por seus próprios e legítimos fundamentos, ou seja, R\$ 2.127,99 (dois mil, cento e vinte e sete reais e noventa e nove centavos), sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. O pagamento deverá ser efetuado em favor do Fundo de Defesa do Consumidor- PROCON- Através do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais - DARE- obtidos via internet, pelo Site [www.Sefaz.to.gov.br](http://www.Sefaz.to.gov.br), com código de barra ou na Coletoria Local, devendo constar no Campo 7, o Código de Receita de nº 619. Tal documento deverá ser encaminhado para a Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor-Procon-/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

**F.A. Nº 0209-034.960-8**

RECLAMANTE: FRANCILENE LUSTROSA DE ARAÚJO  
RECLAMADA: BANCO ABN AMRO REAL S/A

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: BANCO ABN AMRO REAL S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 33.066.408/0489-08, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Julgamento em última instância administrativa datado de 30/03/2017, no qual deu provimento ao recurso administrativo, exclusivamente para anular a decisão recorrida que arbitrou multa de R\$ 2.553,58 (dois mil, quinhentos e cinquenta e três reais e cinquenta e oito centavos), em desfavor da recorrente AYMORÉ FINANCIAMENTOS, exonerando a empresa do seu pagamento.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

**F.A. Nº 0307-018.241-4**

RECLAMANTE: LUIZ NUNES PINTO  
RECLAMADA: MERCOPEL COMERCIAL DISTRIBUIDORA LTDA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: MERCOPEL COMERCIAL DISTRIBUIDORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.257.699/0001-68, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Julgamento em última instância administrativa datado de 06/10/2008, no qual o Superintendente do PROCON/TO manteve a decisão recorrida por seus próprios e legítimos fundamentos, ou seja, R\$ 213,00 (duzentos e treze reais), sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. O pagamento deverá ser efetuado em favor do Fundo de Defesa do Consumidor- PROCON- Através do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais - DARE- obtidos via internet, pelo Site [www.Sefaz.to.gov.br](http://www.Sefaz.to.gov.br), com código de barra ou na Coletoria Local, devendo constar no Campo 7, o Código de Receita de nº 619. Tal documento deverá ser encaminhado para a Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor-Procon-/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

**F.A. Nº 0216-016.346-3**

RECLAMANTE: ALDA REGINA FRANCO  
RECLAMADA: TRANSBRASILIANA ENCOMENDAS E CARGAS LTDA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: TRANSBRASILIANA ENCOMENDAS E CARGAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.016.989/0036-14, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Julgamento em última instância administrativa datado de 19/04/2017, no qual o Superintendente do PROCON/TO manteve a decisão recorrida por seus próprios e legítimos fundamentos, ou seja, R\$ 1.276,80 (um mil, duzentos e setenta e seis reais e oitenta centavos), sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. O pagamento deverá ser efetuado em favor do Fundo de Defesa do Consumidor- PROCON- Através do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais - DARE- obtidos via internet, pelo Site [www.Sefaz.to.gov.br](http://www.Sefaz.to.gov.br), com código de barra ou na Coletoria Local, devendo constar no Campo 7, o Código de Receita de nº 619. Tal documento deverá ser encaminhado para a Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor-Procon-/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.



**F.A. Nº 0315-011.542-0**

RECLAMANTE: TIAGO SOARES DE LIMA  
RECLAMADA: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.184.037/0001-10, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Julgamento em última instância administrativa datado de 14/02/2017, no qual o Superintendente do PROCON/TO manteve a decisão recorrida por seus próprios e legítimos fundamentos, ou seja, R\$ 6.383,96 (seis mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e seis centavos), sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. O pagamento deverá ser efetuado em favor do Fundo de Defesa do Consumidor- PROCON- Através do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais - DARE- obtidos via internet, pelo Site [www.Sefaz.to.gov.br](http://www.Sefaz.to.gov.br), com código de barra ou na Coletoria Local, devendo constar no Campo 7, o Código de Receita de nº 619. Tal documento deverá ser encaminhado para a Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor-Procon-/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

**F.A. Nº 0209-028.710-3**

RECLAMANTE: JÚLIO CESAR RODRIGUES DE SOUSA  
RECLAMADA: ACER DO BRASIL LTDA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: ACER DO BRASIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.575.428/0001-25, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Julgamento em última instância administrativa datado de 28/08/2014, no qual o Superintendente do PROCON/TO manteve a decisão recorrida por seus próprios e legítimos fundamentos, ou seja, R\$ 10.639,94 (dez mil, seiscentos e trinta e nove reais e noventa e quatro centavos), sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. O pagamento deverá ser efetuado em favor do Fundo de Defesa do Consumidor- PROCON- Através do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais - DARE- obtidos via internet, pelo Site [www.Sefaz.to.gov.br](http://www.Sefaz.to.gov.br), com código de barra ou na Coletoria Local, devendo constar no Campo 7, o Código de Receita de nº 619. Tal documento deverá ser encaminhado para a Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor-Procon-/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

**F.A. Nº 0213-009.550-9**

RECLAMANTE: ANA CLAUDIA PEREIRA QUEIROZ  
RECLAMADA: LOJAS COPPEL LTDA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: LOJAS COPPEL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.704.349/0001-16, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Julgamento em última instância administrativa datado de 28/03/2017, no qual o Superintendente do PROCON/TO manteve a decisão recorrida por seus próprios e legítimos fundamentos, ou seja, R\$ 11.491,13 (onze mil, quatrocentos e noventa e um reais e treze centavos), sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado. O pagamento deverá ser efetuado em favor do Fundo de Defesa do Consumidor- PROCON- Através do Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais - DARE- obtidos via internet, pelo Site [www.Sefaz.to.gov.br](http://www.Sefaz.to.gov.br), com código de barra ou na Coletoria Local, devendo constar no Campo 7, o Código de Receita de nº 619. Tal documento deverá ser encaminhado para a Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor-Procon-/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0212-023.118-7**

RECLAMANTE: GLEICIANE CASSAL GALHARDO  
RECLAMADA: COMIBRÁS LITORAL COMÉRCIO E SERVIÇOS

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: COMIBRÁS LITORAL COMÉRCIO E SERVIÇOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.443.434/0001-54, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 5921/12, datado de 19/09/2012, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 4.255,98 (quatro mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e noventa e oito centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0314-027.310-2**

RECLAMANTE: GILVANI ESPERCILIA DA CONCEIÇÃO  
RECLAMADA: INSTITUTO HEITOR DE LIMA CUNHA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: INSTITUTO HEITOR DE LIMA CUNHA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.884.911/0001-30, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 3364/16, datado de 31/08/2016, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 680,96 (seiscentos e oitenta reais e noventa e seis centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 1110-021.304-7**

RECLAMANTE: LUZIMÁRIA FONSECA DOS SANTOS  
RECLAMADA: IV DA SILVA LOPES

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: IV DA SILVA LOPES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.545.125/0001-71, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 2456/2012, datado de 26/03/2012, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 10.214,34 (dez mil, duzentos e quatorze reais e trinta e quatro centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 17-001.004.17-0048004**

RECLAMANTE: DEUZUITA CRUZ DE ALMEIDA  
RECLAMADA: IPDCAL INST. DE PESQ. CONS. E DES. DA ÁSIAAFRICA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: IPDCAL INST. DE PESQ. CONS. E DES. DA ÁSIAAFRICA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.361.013/0001-60, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 611/2017, datado de 27/04/2017, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 567,46 (quinhentos e sessenta e sete reais e seis centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0216-017.269-2**

RECLAMANTE: LUCAS DIAS DE ABREU NETO

RECLAMADA: MAIS TECH COM E PRESTAÇÃO DE SERV. DE INF.

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: MAIS TECH COM E PRESTAÇÃO DE SERV. DE INF., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.473.264/0001-70, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento Nº 1423/17, datado de 25/04/2017, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 851,19 (oitocentos e cinquenta e um reais e dezenove centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 17-001.010.17-0044820**

RECLAMANTE: ELIODORO MENDES DOS SANTOS FILHO

RECLAMADA: BRISAS DO CERRADO

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: BRISAS DO CERRADO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.512.623/0001-50, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 1913/17, datado de 01/06/2017, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 25.961,44 (vinte e cinco mil, novecentos e sessenta e um reais e quarenta e quatro centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 17-001.004.17-0044002**

RECLAMANTE: IGOR CERQUEIRA ANDRADE

RECLAMADA: GALGRIN GROUP LTDA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: GALGRIN GROUP LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.506.236/0001-55, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 610/2017, datado de 27/04/2017, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 567,46 (quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta e seis centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0415-005.841-8**

RECLAMANTE: TONY CLEBER MENDES BARRETO

RECLAMADA: SIGHTGPS, IMPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÕES LTDA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: SIGHTGPS, IMPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.197.876/0001-03, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 2015/2015,

datado de 16/10/2015, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 638,40 (seiscentos e trinta e oito reais e quarenta centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0214-032.698-9**

RECLAMANTE: FRANCISCO CARLOS REIS E SILVA

RECLAMADA: SOCIEDADE EMPRESARIAL LIMITADA LU CUNHA STORE

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: SOCIEDADE EMPRESARIAL LIMITADA LU CUNHA STORE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.085.964/0001-97, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 2079/2015, datado de 02/09/2015, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 5.675,84 (cinco mil, seiscentos e setenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0415-013.950-1**

RECLAMANTE: FERNANDO REIS PEREIRA BARBOSA

RECLAMADA: SIGHTGPS IMPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÕES LTDA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: SIGHTGPS IMPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.197.876/0001-03, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 3415/2015, datado de 17/11/2015, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 638,40 (seiscentos e trinta e oito reais e quarenta centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0312-008.562-5**

RECLAMANTE: FABRICIO ANTUNES DE SOUSA

RECLAMADA: ALL NATIONS COMÉRCIO EXTERIOR LTDA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: ALL NATIONS COMÉRCIO EXTERIOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.070.112/0005-42, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 4951/2012, datado de 09/07/2012, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 4.255,98 (quatro mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e noventa e oito centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**P.A.D Nº: 042/09**

RECLAMANTE: COLETIVIDADE

RECLAMADA: J.J COMÉRCIO DE MAT. P/CONSTRUÇÃO

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: J.J COMÉRCIO DE MAT. P/CONSTRUÇÃO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.136.816/0001-06, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 0024/2010, datado de 12/04/2010, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 425,60 (quatrocentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**P.A.D Nº: 020/10**

RECLAMANTE: COLETIVIDADE

RECLAMADA: SEBASTIÃO VIEIRA DE SOUSA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: SEBASTIÃO VIEIRA DE SOUSA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 37.419.546/0001-91, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 860/11, datado de 23/08/2011, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**P.A.D Nº: 062/2011**

RECLAMANTE: COLETIVIDADE

RECLAMADA: SUPERMERCADO BATUTÃO LTDA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: SUPERMERCADO BATUTÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.100.067/0001-47, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 3376/2011, datado de 16/11/2011, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 638,40 (seiscentos e trinta e oito reais e quarenta centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0216-019.848-4**

RECLAMANTE: MAX DAY RODRIGUES

RECLAMADA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.360.305/3459-42, a qual encontra-

se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 1981/2017, datado de 02/06/2017, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 425,60 (quatrocentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 1014-029.035-0**

RECLAMANTE: JOSE EDIMAR DA CONCEIÇÃO

RECLAMADA: MARIA A. DE FREITAS-ME

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: MARIA A. DE FREITAS-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.345.032/0001-70, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 519/2015, datado de 21/07/2015, no qual determina sua notificação para que tome ciência do descumprimento do acordo e/ou cumprir o referido acordo no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de posterior análise e decisão administrativa do mérito em seu desfavor, conforme o art. 56, I, do CDC, levando em consideração os critérios do Decreto 2.181/97 e da IN nº 003/2008 da Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0210-025.769-5**

RECLAMANTE: MARIA DO ESPIRITO SANTO VERISSIMO

RECLAMADA: CONECTA ELETRONICOS LTDA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: CONECTA ELETRONICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.877.592/0001-24, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 4625/2011, datado de 16/12/2011, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 1.021,44 (um mil, vinte e um reais e quarenta e quatro centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 17-001.002.16-0038481**

RECLAMANTE: MARCOS QUIXABEIRA MATOS

RECLAMADA: BND FURTADO EIRELI-ME

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: BND FURTADO EIRELI-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.743.745/0001-46, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 1245/2017, datado de 07/04/2017, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 851,19 (oitocentos e cinquenta e um reais e dezenove centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.



**F.A. Nº: 17-001.004.17-0044539**

RECLAMANTE: REUVIA DE OLIVEIRA RIBEIRO  
RECLAMADA: ALAN VIEIRA BUCAR NETO LIMA-ME

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: ALAN VIEIRA BUCAR NETO LIMA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.186.150/0001-46, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 621/2017, datado de 05/05/2017, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 7.660,75 (sete mil, seiscentos e sessenta reais e setenta e cinco centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0210-019.321-1**

RECLAMANTE: ROSILENE VIEIRA DA COSTA  
RECLAMADA: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 47.508.411/1143-22, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 3415/2011, datado de 09/12/2011, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 6.383,96 (seis mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e seis centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0212-023.118-7**

RECLAMANTE: GLEICIANE CASSAL GALHARDO  
RECLAMADA: COMIBRÁS LITORAL COMÉRCIO E SERVIÇOS

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: COMIBRÁS LITORAL COMÉRCIO E SERVIÇOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.443.434/0001-54, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 5921/12, datado de 19/09/2012, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 4.255,98 (quatro mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e oito centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0314-027.310-2**

RECLAMANTE: GILVANI ESPERCILIA DA CONCEIÇÃO  
RECLAMADA: INSTITUTO HEITOR DE LIMA CUNHA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: INSTITUTO HEITOR DE LIMA CUNHA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.884.911/0001-30, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 3364/16, datado de 31/08/2016, no qual foi-lhe

imposta multa pedagógica no valor de R\$ 680,96 (seiscentos e oitenta reais e noventa e seis centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 1110-021.304-7**

RECLAMANTE: LUZIMÁRIA FONSECA DOS SANTOS  
RECLAMADA: IV DA SILVA LOPES

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: IV DA SILVA LOPES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.545.125/0001-71, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 2456/2012, datado de 26/03/2012, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 10.214,34 (dez mil, duzentos e quatorze reais e trinta e quatro centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 17-001.004.17-0048004**

RECLAMANTE: DEUZUITA CRUZ DE ALMEIDA  
RECLAMADA: IPDCAL INST. DE PESQ. CONS. E DES. DA ÁSIAAFRICA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: IPDCAL INST. DE PESQ. CONS. E DES. DA ÁSIA AFRICA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.361.013/0001-60, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 611/2017, datado de 27/04/2017, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 567,46 (quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta e seis centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0216-017.269-2**

RECLAMANTE: LUCAS DIAS DE ABREU NETO  
RECLAMADA: MAIS TECH COM E PRESTAÇÃO DE SERV. DE INF.

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: MAIS TECH COM E PRESTAÇÃO DE SERV. DE INF., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.473.264/0001-70, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento Nº 1423/17, datado de 25/04/2017, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 851,19 (oitocentos e cinquenta e um reais e dezenove centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.



**F.A. Nº: 17-001.010.17-0044820**

RECLAMANTE: ELIODORO MENDES DOS SANTOS FILHO  
RECLAMADA: BRISAS DO CERRADO

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: BRISAS DO CERRADO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.512.623/0001-50, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 1913/17, datado de 01/06/2017, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 25.961,44 (vinte e cinco mil, novecentos e sessenta e um reais e quarenta e quatro centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 17-001.004.17-0044002**

RECLAMANTE: IGOR CERQUEIRA ANDRADE  
RECLAMADA: GALGRIN GROUP LTDA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: GALGRIN GROUP LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.506.236/0001-55, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 610/2017, datado de 27/04/2017, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 567,46 (quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta e seis centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0415-005.841-8**

RECLAMANTE: TONY CLEBER MENDES BARRETO  
RECLAMADA: SIGHTGPS, IMPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÕES LTDA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: SIGHTGPS, IMPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.197.876/0001-03, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 2015/2015, datado de 16/10/2015, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 638,40 (seiscentos e trinta e oito reais e quarenta centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0214-032.698-9**

RECLAMANTE: FRANCISCO CARLOS REIS E SILVA  
RECLAMADA: SOCIEDADE EMPRESARIAL LIMITADA LU CUNHA STORE

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: SOCIEDADE EMPRESARIAL LIMITADA LU CUNHA STORE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.085.964/0001-97, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 2079/2015,

datado de 02/09/2015, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 5.675,84 (cinco mil, seiscentos e setenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0415-013.950-1**

RECLAMANTE: FERNANDO REIS PEREIRA BARBOSA  
RECLAMADA: SIGHTGPS IMPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÕES LTDA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: SIGHTGPS IMPORTAÇÃO E REPRESENTAÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.197.876/0001-03, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 3415/2015, datado de 17/11/2015, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 638,40 (seiscentos e trinta e oito reais e quarenta centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0312-008.562-5**

RECLAMANTE: FABRICIO ANTUNES DE SOUSA  
RECLAMADA: ALL NATIONS COMÉRCIO EXTERIOR LTDA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: ALL NATIONS COMÉRCIO EXTERIOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.070.112/0005-42, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 4951/2012, datado de 09/07/2012, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 4.255,98 (quatro mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e noventa e oito centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**P.A.D Nº: 042/09**

RECLAMANTE: COLETIVIDADE  
RECLAMADA: J.J COMÉRCIO DE MAT. P/CONSTRUÇÃO

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: J.J COMÉRCIO DE MAT. P/CONSTRUÇÃO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.136.816/0001-06, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 0024/2010, datado de 12/04/2010, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 425,60 (quatrocentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**P.A.D Nº: 020/10**

RECLAMANTE: COLETIVIDADE

RECLAMADA: SEBASTIÃO VIEIRA DE SOUSA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: SEBASTIÃO VIEIRA DE SOUSA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 37.419.546/0001-91, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 860/11, datado de 23/08/2011, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**P.A.D Nº: 062/2011**

RECLAMANTE: COLETIVIDADE

RECLAMADA: SUPERMERCADO BATUTÃO LTDA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: SUPERMERCADO BATUTÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.100.067/0001-47, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 3376/2011, datado de 16/11/2011, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 638,40 (seiscentos e trinta e oito reais e quarenta centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 1014-029.035-0**

RECLAMANTE: JOSE EDIMAR DA CONCEIÇÃO

RECLAMADA: MARIA A. DE FREITAS-ME

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: MARIA A. DE FREITAS-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.345.032/0001-70, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 519/2015, datado de 21/07/2015, no qual determina sua notificação para que tome ciência do descumprimento do acordo e/ou cumprir o referido acordo no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de posterior análise e decisão administrativa do mérito em seu desfavor, conforme o art. 56, I, do CDC, levando em consideração os critérios do Decreto 2.181/97 e da IN nº 003/2008 da Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0210-025.769-5**

RECLAMANTE: MARIA DO ESPIRITO SANTO VERISSIMO

RECLAMADA: CONECTA ELETRONICOS LTDA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: CONECTA ELETRONICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.877.592/0001-24, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 4625/2011, datado de 16/12/2011, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 1.021,44 (um mil, vinte e um

reais e quarenta e quatro centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 17-001.002.16-0038481**

RECLAMANTE: MARCOS QUIXABEIRA MATOS

RECLAMADA: BND FURTADO EIRELI-ME

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: BND FURTADO EIRELI-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 23.743.745/0001-46, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 1245/2017, datado de 07/04/2017, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 851,19 (oitocentos e cinquenta e um reais e dezenove centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 17-001.004.17-0044539**

RECLAMANTE: REUVIA DE OLIVEIRA RIBEIRO

RECLAMADA: ALAN VIEIRA BUCAR NETO LIMA-ME

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: ALAN VIEIRA BUCAR NETO LIMA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.186.150/0001-46, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 621/2017, datado de 05/05/2017, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 7.660,75 (sete mil, seiscentos e sessenta reais e setenta e cinco centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0210-019.321-1**

RECLAMANTE: ROSILENE VIEIRA DA COSTA

RECLAMADA: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 47.508.411/1143-22, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 3415/2011, datado de 09/12/2011, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 6.383,96 (seis mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e seis centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0210-003.242-4**

RECLAMANTE: TARCIANA SANDES MARTINS  
RECLAMADA: DROGA VALE REDE MED

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: DROGA VALE REDE MED, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.509.934/0001-89, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 3382/16, datado de 26/09/2016, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 425,60 (quatrocentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0216-008.561-4**

RECLAMANTE: HUGO VINICIUS DE OLIVEIRA BASTOS  
RECLAMADA: RESIDENCIAL ALTA VISTA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: RESIDENCIAL ALTA VISTA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 15.619.790/0001-65, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 1411/17, datado de 24/04/2017, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 64.690,81 (sessenta e quatro mil, seiscentos e noventa reais e oitenta e um centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0213-041.865-9**

RECLAMANTE: ALAIR TAVARES E SILVA MOTA  
RECLAMADA: COMPRE DA CHINA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: COMPRE DA CHINA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.235.717/0001-97, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 1559/15, datado de 06/08/2015, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 4.255,98 (quatro mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e noventa e oito centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0912-022.843-4**

RECLAMANTE: CARINE HAUPT  
RECLAMADA: RODOVIARIO RAMOS LTDA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: RODOVIARIO RAMOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 25.100.225/0085-60, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo

de Julgamento de nº 5229/2012, datado de 06/11/2012, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 15.321,15 (quinze mil, trezentos e vinte um reais e quinze centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0412-038.189-7**

RECLAMANTE: WEDSON GOMES DA SILVA  
RECLAMADA: PRONACAP

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: PRONACAP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.329.965/0001-71, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento Nº 637/2014, datado de 17/02/2014, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 567,46 (quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta e seis centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 1015-002.772-2**

RECLAMANTE: ANA HELENA PIRES DO NASCIMENTO  
RECLAMADA: MAREA COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: MAREA COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 18.069.908/0001-17, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 1595/2016, datado de 29/04/2016, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 425,60 (quatrocentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0213-000.393-2**

RECLAMANTE: CARLA BORNIO CAETANO  
RECLAMADA: TERRA NETWORKS BRASIL S.A

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: TERRA NETWORKS BRASIL S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 91.088.328/0043-16, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 899/2013, datado de 02/04/2013, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 638,40 (seiscentos e trinta e oito reais e quarenta centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.



**F.A. Nº: 0916-008.827-1**

RECLAMANTE: ADÃO PEREIRA MENDES  
RECLAMADA: FENIX SUL EMPRESA BRAS DE DIST. EIRELLI

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: FENIX SUL EMPRESA BRAS DE DIST. EIRELLI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.179.014/0001-94, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 1347/2017, datado de 03/05/2017, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 567,46 (quinhentos e sessenta e sete reais e quarenta e seis centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0411-021.706-8**

RECLAMANTE: WILSON CORREIA SANTOS  
RECLAMADA: MG DOS REIS E CIA LTDA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: MG DOS REIS E CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.201.749/0001-22, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 3855/2011, datado de 06/12/2011, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 425,60 (quatrocentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 17-001.004.17-0050166**

RECLAMANTE: MANAIM COMÉRCIO DE CIMENTO LTDA-ME  
RECLAMADA: ASSOCIAÇÃO DE TRANSPORTE AUTÔNOMO DE CARGA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: ASSOCIAÇÃO DE TRANSPORTE AUTÔNOMO DE CARGA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.924.477/0001-80, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 615/2017, datado de 02/05/2017, na qual julgou a demanda como improcedente, por não ter sido constatado desrespeito à legislação consumerista.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0313-047.435-2**

RECLAMANTE: GIULIANO BARBOS A RODRIGUES  
RECLAMADA: BRASIL VEÍCULOS SEGUROS

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: BRASIL VEÍCULOS SEGUROS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.356.570/0001-81, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 468/2014, datado de 04/02/2014, na qual julgou a demanda como improcedente, por não ter sido constatado desrespeito à legislação consumerista.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 17-001.004.17-0050180**

RECLAMANTE: J C DE OLIVEIRA TRANSPORTES-ME  
RECLAMADA: ASSOCIAÇÃO DE TRANSPORTE E AUTÔNOMOS DE CARGAS

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: ASSOCIAÇÃO DE TRANSPORTE E AUTÔNOMOS DE CARGAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.924.477/0001-80, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 614/2017, datado de 02/05/2017, na qual julgou a demanda como improcedente, por não ter sido constatado desrespeito à legislação consumerista.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 17-001.004.17-0050425**

RECLAMANTE: JOSÉ CARLOS DE OLIVEIRA  
RECLAMADA: ASSOCIAÇÃO DE TRANSPORTE E AUTÔNOMOS DE CARGAS

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: ASSOCIAÇÃO DE TRANSPORTE E AUTÔNOMOS DE CARGAS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.924.477/0001-80, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 613/2017, datado de 28/04/2017, na qual julgou a demanda como improcedente, por não ter sido constatado desrespeito à legislação consumerista.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0311-021.222-7**

RECLAMANTE: TAGIANNY GUIMARÃES FERREIRA  
RECLAMADA: JPGU COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: JPGU COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.432.883/0001-62, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 3123/2012, datado de 19/04/2012, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 1.021,44 (um mil, vinte e um reais e quarenta e quatro centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0315-026.317-2**

RECLAMANTE: RICARDO DA CONCEIÇÃO  
RECLAMADA: IMOBILIÁRIA E INCORPORADORA MUDAR LTDA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: IMOBILIÁRIA E INCORPORADORA MUDAR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.819.787/0001-05, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 3689/15, datado de 30/11/2015, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 17.875,10 (dezesete mil, oitocentos e setenta e cinco reais e dez centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.



**F.A. Nº: 0416-002.643-4**

RECLAMANTE: RAMON ALVES DA SILVA  
RECLAMADA: COMAFE COMÉRCIO DE AÇO E FERRAGENS LTDA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: COMAFE COMÉRCIO DE AÇO E FERRAGENS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.675.123/0002-76, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 1056/17, datado de 29/03/2017, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 3.783,08 (três mil, setecentos e oitenta e três reais e oito centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 17-001.009-15-0026535**

RECLAMANTE: LEONARDO DA CUNHA SILVA  
RECLAMADA: CITY LAR PORTO NACIONAL

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: CITY LAR PORTO NACIONAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.008.073/0064-76, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 1418/17, datado de 26/04/2017, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 15.321,50 (quinze mil, trezentos e vinte e um reais e cinquenta centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0214-012.211-7**

RECLAMANTE: MIGUEL RIBEIRO TORRES  
RECLAMADA: TEODORO & BRITO

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: TEODORO & BRITO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.505.395/0001-35, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Termo de Julgamento de nº 69/2016, datado de 04/01/2016, no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 1.276,80 (um mil, duzentos e setenta e seis reais e oitenta centavos), por ter infringido os arts. 4º, I; 6º, IV e VI, do CDC, bem como os arts. 12, III; 13, I e IV; e 22, IV, do Decreto nº 2.181/97, podendo apresentar recurso no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação do presente edital na imprensa oficial, devendo protocolá-lo na sede desta Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, localizada na QDR 104 Sul, Rua SE 09, Lt. 36, CEP 77.100-070, em Palmas/TO.

Palmas/TO, 18 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0208-042.125-0**

RECLAMANTE: NEUSILENE NOLETO BARBOSA  
RECLAMADA: PETROMAX COMÉRCIO DE PETRÓLEO LTDA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: PETROMAX COMÉRCIO DE PETRÓLEO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.610.872/0001-10, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento da decisão de última instância administrativa datado em 22/03/2017, na qual deu provimento ao recurso, anulando por conseguinte as multas aplicadas.

Palmas/TO, 18 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0213-052.565-9**

RECLAMANTE: BRUNO CARRILHO DE CASTRO  
RECLAMADA: TAPAJÓS DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: TAPAJÓS DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.075.306/0001-07, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Despacho nº 240/17, datado em 05/04/2017, que determina que as recorrentes, TAPAJÓS e VOLKSWAGEN, anexe aos autos documento hábil para indicar o valor do dano no veículo, notadamente o preço do conserto do automóvel levando em consideração os problemas identificados na reclamação.

Palmas/TO, 18 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0314-021.962-2**

RECLAMANTE: LIGIA DE GRANDE SCHUTZE  
RECLAMADA: LCR COBRANÇA LTDA

A Gerência Jurídica e do Contencioso, no uso das atribuições que lhe são, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: LCR COBRANÇA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.760.831/0001-97, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Despacho nº 108/2015, datado em 17/06/2015, que decidiu por incluir no pólo passivo da reclamação o grupo LCR/LCR COBRANÇA LTDA, determinando a reclamada seja notificada quanto a presente reclamação, para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias, apresentando defesa escrita em duas vias, ato constitutivo ou contrato social e balanço patrimonial do último ano.

Palmas/TO, 18 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 1011-004.929-0**

RECLAMANTE: SILK DISTRIBUIDORA DE TINTAS LTDA  
RECLAMADA: PORTAL WEB BRASIL SERV. DE TELEATEND. LTDA-ME

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: PORTAL WEB BRASIL SERV. DE TELEATEND. LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.316.275/0001-92, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Despacho, datado em 10/07/2013, no qual decide que a multa aplicada deve ser mantida em todos os seus termos e cobrada na forma legal, em virtude do processo ter sido julgado em primeira instância e a reclamada ter sido devidamente notificada para audiência e não compareceu, nem contestou a reclamação. Em observância, ainda, do teor do art. 53 do Decreto 2.181/97 e os documentos constantes nas fls. 25/30, que não servem para mudar o julgado de fls. 16/19 dos autos.

Palmas/TO, 18 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0213-000.752-8**

RECLAMANTE: DIEGO BOTELHO AZEVEDO  
RECLAMADA: MULTIPLUS S/A

O Gerente Jurídico e do Contencioso, no uso das atribuições que lhe são conferidas, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: MULTIPLUS S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 11.094.546/0001-75, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Despacho nº 493/2017, datado em 12/06/2017, no qual determina a intimação dos fornecedores TAM e MULTIPLUS para que recolham o restante da multa imediatamente, sob pena de inscrição em Dívida Ativa do Estado do Tocantins.

Palmas/TO, 18 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0410-020.311-8**

RECLAMANTE: MARIA EUGÊNIA LIMA DE CARVALHO  
RECLAMADA: UNIBANCO LEASING S.A

O Gerente Jurídico e do Contencioso, no uso das atribuições que lhe são conferidas, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: UNIBANCO LEASING S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 44.071.785/0001-69, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Despacho nº 496/2017, datado em 12/06/2017, no qual determina a notificação da reclamada para que tome ciência do termo de julgamento nº 315/2011, de primeira instância, apesar de constar na fl. 23 dos autos, um carimbo de "notificação expedida", em obediência aos princípios do contraditório e ampla defesa.

Palmas/TO, 18 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 17-001.002.16-0037804**

RECLAMANTE: HOTEL PALMAS TOCANTINS LTDA  
RECLAMADA: NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A

O Gerente Jurídico e do Contencioso, no uso das atribuições que lhe são conferidas, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.108.786/0185-36, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Despacho nº 468/2017, datado em 27/05/2017, no qual determina a notificação da reclamada para que apresente defesa escrita no prazo legal de 10 dias, em atendimento ao princípio do contraditório e da ampla defesa.

Palmas/TO, 18 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0215-005.958-3**

RECLAMANTE: FRANCISQUINHA LARANJEIRA CARVALHO  
RECLAMADA: DOELER DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL da empresa: DOELER DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.111.484/0002-76, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Despacho nº 456/2017, datado em 24/05/2017, no qual determina que o fornecedor seja notificado a fim de ser informado da correção do erro formal, bem como oportunizado prazo de 10 dias para pagamento no valor de R\$ 285.150,28 (duzentos e oitenta e cinco mil, cento e cinquenta reais e vinte e oito centavos).

Palmas/TO, 18 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0215-018.598-5**

RECLAMANTE: THAYNÁ PEREIRA DA SILVA  
RECLAMADA: CLARO S/A

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL do consumidor: THAYNÁ PEREIRA DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 03.195.321.190, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Despacho, datado em 24/04/2017 que determina a notificação do reclamante para que se manifeste no intuito de confirmar, ou não, as informações trazidas em sede de recurso, aduzindo ainda sobre o real atendimento de suas pretensões, quais sejam: o cancelamento do serviço, bem como, o estorno de todo e qualquer valor cobrado.

Palmas/TO, 18 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0215-016.255-8**

RECLAMANTE: JOÃO LUIZ DIAS PINTO  
RECLAMADA: GOL TRANSPORTES AÉREOS S/A (VRG LINHAS AÉREAS S/A)

A Gerência Jurídica e do Contencioso - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL do consumidor: JOÃO LUIZ DIAS PINTO, inscrito no CPF sob o nº 97.674.389.120, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Despacho, datado em 20/05/2017 que determina a notificação do consumidor para que se manifeste acerca das alegações apresentadas pelo fornecedor em defesa escrita no prazo legal de 10 dias.

Palmas/TO, 18 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0616-022.480-7**

RECLAMANTE: JOÃO BORGES DE SOUZA  
RECLAMADA: BANCO VOTORANTIM

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL do consumidor: JOÃO BORGES DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 57.873.020.282, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Despacho, datado em 29/03/2017 que determina a notificação do consumidor para trazer aos autos extrato da conta corrente 000087310, ag. 2812, da Caixa Econômica Federal, no sentido de comprovar ou não o depósito do valor supostamente contratado. Fica o consumidor advertido que pode se dirigir ao PROCON de Araguatins, para que uma servidora ateste, via certidão, o depósito ou não do valor questionado, depois de analisar o extrato bancário.

Palmas/TO, 18 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0413-012.171-5**

RECLAMANTE: GRACI GUIMARÃES GUERRA  
RECLAMADA: OI S.A

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL do consumidor: GRACI GUIMARÃES GUERRA, inscrita no CPF sob o nº 79.903.673.191, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Despacho, datado em 11/05/2017 que determina a notificação do consumidor para que se manifeste sobre o termo de acordo, fls 27 dos autos, bem como as informações trazidas pela empresa, em destaque sobre obrigações assumidas. Fica a consumidora advertida que o silêncio, em dez dias após a notificação, poderá ser interpretado como ratificação do narrado pela empresa, quando da apreciação do recurso.

Palmas/TO, 18 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0210-024.695-1**

RECLAMANTE: ERIKA SIMARA GOMES DE SOUZA  
RECLAMADA: LG ELETRONICS DO BRASIL LTDA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL do consumidor: ERIKA SIMARA GOMES DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 02.147.535.141, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Despacho, datado em 27/02/2013 que determina a notificação do consumidor a fim de que esclareça se a LG lhe restituiu a quantia de R\$ 395,23 (trezentos e noventa e cinco reais e vinte e três centavos), em cumprimento ao acordo firmado na audiência conciliatória de 1º/12/2010, como alegado às fls. 59 dos autos. Fica a reclamante advertida que caso não se manifeste, presumir-se-ão verdadeiras as alegações da recorrente.

Palmas/TO, 18 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0414-007.560-6**

RECLAMANTE: RONNALDO DA COSTA LEITE  
RECLAMADA: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL do consumidor: RONNALDO DA COSTA LEITE, inscrito no CPF sob o nº 93.854.706.120, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Despacho, datado em 09/05/2017 que determina a notificação do consumidor para que se manifeste se de fato houve o conserto do ar-condicionado, em quanto tempo, e se o veículo está em uso pelo mesmo, ficando advertido que o silêncio poderá confirmar como verdadeiras as alegações das empresas nos respectivos recursos.

Palmas/TO, 18 de julho de 2017.

**EDITAIS DE RETIFICAÇÃO****F.A. Nº: 0316-007.895-5**

Reclamante: ADVAIR CARDOSO PINTO  
Reclamada: JB CURSOS PROFISSIONALIZANTES

A Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. Nº 2181/97, determina a RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO, Publicada na Edição do Diário Oficial nº 4.707, de 20 de setembro de 2016, onde se lê: no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 6.383,96 (seis mil, trezentos e oitenta e três reais e noventa e seis centavos), leia-se: no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 12.767,92 (doze mil, setecentos e sessenta e sete reais e noventa e dois centavos). Ficando ratificados os demais termos da notificação por edital.

Palmas/TO, 18 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0315-033.890-7**

Reclamante: MARIA LISANE PEREIRA  
Reclamada: CLUB MAIS ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA

A Superintendência de Proteção aos Direitos do Consumidor, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. Nº 2181/97, determina a RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO, Publicada na Edição do Diário Oficial nº 4.666, de 20 de julho de 2016, onde se lê: no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 52,69 (cinquenta e dois reais e sessenta e nove centavos), leia-se: no qual foi-lhe imposta multa pedagógica no valor de R\$ 638,40 (seiscentos e trinta e oito reais e quarenta centavos). Ficando ratificados os demais termos da notificação por edital.

Palmas/TO, 18 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0209-035.446-3**

RECLAMANTE: JANAINA ARAUJO ALENCAR  
RECLAMADA: BRASIL TELECOM CELULAR S/A

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL do consumidor: JANAINA ARAUJO ALENCAR, inscrita no CPF sob o nº 99.065.860.100, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Despacho, datado em 30/03/2013 que determina a notificação do reclamante para que se manifeste no prazo de 10 (dez) dias do recebimento da notificação, se o seu acesso telefônico celular de fato fora desbloqueado no dia 30/10/2013, ou não, conforme noticiado pela recorrente.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0212-023.903-6**

RECLAMANTE: DIONE SILVA LIMA MIRANDA  
RECLAMADA: BRASIL TELECOM S/A

A Diretoria de Defesa do Consumidor, no uso das atribuições que lhe são conferidas, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL do consumidor: DIONE SILVA LIMA MIRANDA, inscrito no CPF sob o nº 75.996.170.191, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Despacho, datado em 08/10/2012 que determina a notificação do consumidor para que informe se houve o cumprimento do ajuste, de maneira que o presente processo possa ser arquivado. A inércia da consumidora ensejará o arquivamento desta reclamação como sendo fundamentada atendida.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 17-001.004.16-0034879**

RECLAMANTE: LUMA RAFAELA CARVALHO DA SILVA  
RECLAMADA: CLARO MÓVEL

A Gerência Jurídica e do Contencioso - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL do consumidor: LUMA RAFAELA CARVALHO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 03.708.254.112, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Despacho, datado em 02/05/2017 que determina a notificação do consumidor para que indique quais cláusulas do acordo foram descumpridas.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 17-001.002.16.0038722**

RECLAMANTE: HELISSON COSTA DE JESUS  
RECLAMADA: LOJAS AVENIDA S/A

A Gerência Jurídica e do Contencioso - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL do consumidor: HELISSON COSTA DE JESUS, inscrito no CPF sob o nº 05.037.931.169, o qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Despacho, datado em 14/06/2017 que determina a notificação do consumidor para que no prazo de 10 (dez) dias, contados da data do recebimento da notificação, junte aos autos extratos bancário constando lançamentos entre o dia 16/09/2016 a 20/10/2016, a fim de comprovar que os valores referentes aos pagamentos das parcelas mencionadas às fls. 10/12 dos autos foram efetivamente descontados do saldo da referida conta.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0410-028.941-9**

RECLAMANTE: JANDISLAU JOSÉ LUI  
RECLAMADA: OI S/A BRASIL TELECOM

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL do consumidor: JANDISLAU JOSÉ LUI, inscrito no CPF sob o nº 54.233.224.800, o qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Despacho, datado em 18/12/2012 que determina a notificação do consumidor para que informe se o acordo firmado com a Oi-Brasil Telecom fora cumprido, visto que os documentos de fls. 38 e 39, constante nos autos, apresentados pelo fornecedor nada comprova.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

**F.A. Nº: 0411-024.868-9**

RECLAMANTE: ANDREIA GLORIA DOS SANTOS  
RECLAMADA: LG DA AMAZÔNIA

A Superintendência de Proteção ao Direito do Consumidor - PROCON/TO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 42, §2º, do Dec. nº 2.181/97, determina a NOTIFICAÇÃO POR EDITAL do consumidor: ANDREIA GLORIA DOS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº 03.876.867.118, a qual encontra-se em lugar incerto e não sabido, para tomar conhecimento do Despacho datado, em 26/04/2017 que determina a notificação do consumidor para que se manifeste acerca do cumprimento do acordo mencionado pelo fornecedor, no prazo de 10 dias.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

Núbia Dias Gomes Batista  
Gerente Jurídico e do Contencioso

## SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, TURISMO E CULTURA

**EXTRATO DE COLABORAÇÃO**

Processo nº: 201719010000475  
Convênio/Colaboração nº: 329/2017  
Concedente: Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura  
Conveniente: Instituto Prosperar - Ipros  
CNPJ: 02.411.726/0001-42  
Objeto: Temporada de Praia em Itacajá - TO  
Valor Concedido: R\$ 100.000,00  
Valor da Contrapartida: R\$ 0,00  
Valor Total: R\$ 100.000,00  
Natureza da Despesa: 33.50.43  
Fonte de Recurso: 104 - EMENDA  
Data da Assinatura: 1º/07/2017  
Vigência: 27/11/2017  
Signatários: ALEXANDRO DE CASTRO SILVA - Secretário  
IURY ROCHA DA SILVA - Presidente

**EXTRATO DE COLABORAÇÃO**

Processo nº: 201719010000430  
Convênio/Colaboração nº: 262/2017  
Concedente: Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura  
Conveniente: Instituto Araguaia Tocantins - Iato  
CNPJ: 07.959.124/0001-48  
Objeto: Temporada de Praia de Rio dos Bois - TO  
Valor Concedido: R\$ 100.000,00  
Valor da Contrapartida: R\$ 0,00  
Valor Total: R\$ 100.000,00  
Natureza da Despesa: 33.50.43  
Fonte de Recurso: 104 - EMENDA  
Data da Assinatura: 07/07/2017  
Vigência: 27/11/2017  
Signatários: ALEXANDRO DE CASTRO SILVA - Secretário  
LARA NERY GOMES DA SILVA - Presidente

**EXTRATO DE COLABORAÇÃO**

Processo nº: 201719010000495  
Convênio/Colaboração nº: 319/2017  
Concedente: Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura  
Conveniente: Instituto Araguaia Tocantins - Iato  
CNPJ: 07.959.124/0001-48  
Objeto: Temporada de Praia de Itacajá - TO  
Valor Concedido: R\$ 150.000,00  
Valor da Contrapartida: R\$ 0,00  
Valor Total: R\$ 150.000,00  
Natureza da Despesa: 33.50.43  
Fonte de Recurso: 104 - EMENDA  
Data da Assinatura: 07/07/2017  
Vigência: 28/11/2017  
Signatários: ALEXANDRO DE CASTRO SILVA - Secretário  
LARA NERY GOMES DA SILVA - Presidente



**EXTRATO DE COLABORAÇÃO**

Processo nº: 201719010000434  
 Convênio/Colaboração nº: 243/2017  
 Concedente: Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura  
 Conveniente: Instituto Prosperar - Ipros  
 CNPJ: 07.832.209/0001-60  
 Objeto: 12ª Cavalcada de Goiatins  
 Valor Concedido: R\$ 100.000,00  
 Valor da Contrapartida: R\$ 0,00  
 Valor Total: R\$ 100.000,00  
 Natureza da Despesa: 33.50.43  
 Fonte de Recurso: 104 - EMENDA  
 Data da Assinatura: 30/06/2017  
 Vigência: 30/10/2017  
 Signatários: ALEXANDRO DE CASTRO SILVA - Secretário  
 IURY ROCHA DA SILVA - Presidente

**EXTRATO DE COLABORAÇÃO**

Processo nº: 201719010000433  
 Convênio/Colaboração nº: 249/2017  
 Concedente: Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura  
 Conveniente: Instituto Prosperar - Ipros  
 CNPJ: 07.832.209/0001-60  
 Objeto: Temporada de Praia de Praia Norte  
 Valor Concedido: R\$ 200.000,00  
 Valor da Contrapartida: R\$ 0,00  
 Valor Total: R\$ 200.000,00  
 Natureza da Despesa: 33.50.43  
 Fonte de Recurso: 104 - EMENDA  
 Data da Assinatura: 30/06/2017  
 Vigência: 04/11/2017  
 Signatários: ALEXANDRO DE CASTRO SILVA - Secretário  
 IURY ROCHA DA SILVA - Presidente

**EXTRATO DE COLABORAÇÃO**

Processo nº: 201719010000464  
 Convênio/Colaboração nº: 280/2017  
 Concedente: Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura  
 Conveniente: Instituto Prosperar - Ipros  
 CNPJ: 07.832.209/0001/60  
 Objeto: Rodeio na Cidade de Itacajá - TO  
 Valor Concedido: R\$ 120.000,00  
 Valor da Contrapartida: R\$ 0,00  
 Valor Total: R\$ 120.000,00  
 Natureza da Despesa: 33.50.43  
 Fonte de Recurso: 104 - EMENDA  
 Data da Assinatura: 06/07/2017  
 Vigência: 05/11/2017  
 Signatários: ALEXANDRO DE CASTRO SILVA - Secretário  
 IURY ROCHA DA SILVA - Presidente

**EXTRATO DE COLABORAÇÃO**

Processo nº: 201719010000470  
 Convênio/Colaboração nº: 287/2017  
 Concedente: Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura  
 Conveniente: Instituto Araguaia Tocantins -Iato  
 CNPJ: 07.959.124/0001-48  
 Objeto: Temporada de Praia de Araguacema - TO  
 Valor Concedido: R\$ 150.000,00  
 Valor da Contrapartida: R\$ 0,00  
 Valor Total: R\$ 150.000,00  
 Natureza da Despesa: 33.50.43  
 Fonte de Recurso: 104 - EMENDA  
 Data da Assinatura: 1º/07/2017  
 Vigência: 28/11/2017  
 Signatários: ALEXANDRO DE CASTRO SILVA - Secretário  
 LARA NERY GOMES DA SILVA - Presidente

**EXTRATO DE COLABORAÇÃO**

Processo nº: 201719010000514  
 Convênio/Colaboração nº: 303/2017  
 Concedente: Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura  
 Conveniente: Instituto Araguaia Tocantins - Iato  
 CNPJ: 07.959.124/0001-48  
 Objeto: Encontro das Comitivas e Festa do Agricultor em Rio Sono - To  
 Valor Concedido: R\$ 150.000,00  
 Valor da Contrapartida: R\$ 0,00  
 Valor Total: R\$ 150.000,00  
 Natureza da Despesa: 33.50.43  
 Fonte de Recurso: 104 - EMENDA  
 Data da Assinatura: 06/07/2017  
 Vigência: 06/11/2017  
 Signatários: ALEXANDRO DE CASTRO SILVA - Secretário  
 LARA NERY GOMES DA SILVA - Presidente

**EXTRATO DE COLABORAÇÃO**

Processo nº: 201719010000503  
 Convênio/Colaboração nº: 327/2017  
 Concedente: Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura  
 Conveniente: Instituto Araguaia Tocantins- Iato  
 CNPJ: 07.959.124/0001-48  
 Objeto: Temporada de Praia de Itacajá - TO  
 Valor Concedido: R\$ 100.000,00  
 Valor da Contrapartida: R\$ 0,00  
 Valor Total: R\$ 100.000,00  
 Natureza da Despesa: 33.50.43  
 Fonte de Recurso: 104 - EMENDA  
 Data da Assinatura: 07/07/2017  
 Vigência: 27/11/2017  
 Signatários: ALEXANDRO DE CASTRO SILVA - Secretário  
 LARA NERY GOMES DA SILVA - Presidente

**EXTRATO DE COLABORAÇÃO**

Processo nº: 201719010000534  
 Convênio/Colaboração nº: 343/2017  
 Concedente: Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura  
 Conveniente: Instituto Araguaia Tocantins - Iato  
 CNPJ: 07.959.124/0001-48  
 Objeto: Temporada de Praia de Itacajá - TO  
 Valor Concedido: R\$ 70.000,00  
 Valor da Contrapartida: R\$ 0,00  
 Valor Total: R\$ 70.000,00  
 Natureza da Despesa: 33.50.43  
 Fonte de Recurso: 104 - EMENDA  
 Data da Assinatura: 07/07/2017  
 Vigência: 27/11/2017  
 Signatários: ALEXANDRO DE CASTRO SILVA - Secretário  
 LARA NERY GOMES DA SILVA - Presidente

**EXTRATO DE COLABORAÇÃO**

Processo nº: 201719010000537  
 Convênio/Colaboração nº: 347/2017  
 Concedente: Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura  
 Conveniente: Instituto Araguaia Tocantins - Iato  
 CNPJ: 07.959.124/0001-48  
 Objeto: Vaquejada de Cristalândia - TO  
 Valor Concedido: R\$ 50.000,00  
 Valor da Contrapartida: R\$ 0,00  
 Valor Total: R\$ 50.000,00  
 Natureza da Despesa: 33.50.43  
 Fonte de Recurso: 104 - EMENDA  
 Data da Assinatura: 08/07/2017  
 Vigência: 06/11/2017  
 Signatários: ALEXANDRO DE CASTRO SILVA - Secretário  
 LARA NERY GOMES DA SILVA - Presidente

**EXTRATO DE COLABORAÇÃO**

Processo nº: 201719010000564  
 Convênio/Colaboração nº: 358/2017  
 Concedente: Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura  
 Conveniente: Instituto Prosperar - Ipros  
 CNPJ: 07.832.209/0001-60  
 Objeto: 13ª Cavalcada de Riachinho -TO  
 Valor Concedido: R\$ 60.000,00  
 Valor da Contrapartida: R\$ 0,00  
 Valor Total: R\$ 60.000,00  
 Natureza da Despesa: 33.50.43  
 Fonte de Recurso: 104 - EMENDA  
 Data da Assinatura: 21/07/2017  
 Vigência: 19/11/2017  
 Signatários: ALEXANDRO DE CASTRO SILVA - Secretário  
 IURY ROCHA DA SILVA - Presidente

**EXTRATO DE CONVÊNIO**

Processo nº: 201719010000421  
 Convênio/Colaboração nº: 266/2017  
 Concedente: Secretaria do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura  
 Conveniente: Prefeitura Municipal de Filadélfia - TO  
 CNPJ: 00.766.709/0001-00  
 Objeto: Temporada de Praia de Filadélfia - TO  
 Valor Concedido: R\$ 150.000,00  
 Valor da Contrapartida: R\$ 3.000,00  
 Valor Total: R\$ 153.000,00  
 Natureza da Despesa: 33.40.41  
 Fonte de Recurso: 104 - EMENDA  
 Data da Assinatura: 1º/07/2017  
 Vigência: 04/12/2017  
 Signatários: ALEXANDRO DE CASTRO SILVA - Secretário  
 IVANILZO GONÇALVES DE ALENCAR - Prefeito

**SECRETARIA DA EDUCAÇÃO,  
JUVENTUDE E ESPORTES**

**PORTARIA-SEDUC Nº 2286, DE 13 DE JULHO DE 2017.**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

**SUSPENDER**

as férias legais de SILVANE ALVES DA SILVA, matrícula nº 1132601-2, Professora da Educação Básica, previstas para o período de 1º a 30 de julho de 2017, referentes ao período aquisitivo de 21 de junho de 2016 a 20 de junho de 2017, em razão de concessão de Licença Maternidade, a partir de 21 de junho de 2017, assegurando-lhe o direito de fruí-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e à servidora.

WANESSA ZAVARESE SECHIM

Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

**PORTARIA-SEDUC Nº 2291, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

**SUSPENDER**

no período de 1º a 19 de julho de 2017, as férias legais de ANA LUISA NOBRE DE SOUSA, matrícula nº 773510-2, Auxiliar de Serviços Gerais, previstas para o período de 1º a 30 de julho de 2017, referentes ao período aquisitivo de 17 de maio de 2016 a 16 de maio de 2017, em razão de concessão de Licença Médica no mesmo período, assegurando-lhe o direito de fruí-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e à servidora.

WANESSA ZAVARESE SECHIM

Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

**PORTARIA-SEDUC Nº 2293, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

**SUSPENDER**

as férias legais de MARIA EDINEIDE FERREIRA DE FRANÇA, matrícula nº 792734-4, Professora da Educação Básica, previstas para o período de 4 de julho a 2 de agosto de 2017, referentes ao período aquisitivo de 3 de julho de 2016 a 2 de junho de 2017, em razão de imperiosa continuidade no exercício de suas funções, assegurando-lhe o direito de fruí-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e à servidora.

WANESSA ZAVARESE SECHIM

Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

**PORTARIA-SEDUC Nº 2294, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

**RETIFICAR**

a PORTARIA-SEDUC Nº 2.212, de 5 de julho de 2017, publicada na edição nº 4.908 do Diário Oficial do Estado, que determina a fruição de férias ao servidor LUCIANO ALVES OLIVEIRA, a seguir.

Onde se lê:	Leia-se:
Determinar a fruição de férias ao servidor LUCIANO ALVES DE OLIVEIRA, Professor da Educação Básica, matrícula nº 743127-4, no período de 1º a 5 de agosto de 2017.	Determinar a fruição de férias ao servidor LUCIANO ALVES OLIVEIRA, Professor da Educação Básica, matrícula nº 743127-4, no período de 7 a 11 de agosto de 2017.

WANESSA ZAVARESE SECHIM

Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

**PORTARIA-SEDUC Nº 2297, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

**INTERROMPER**

no período de 6 a 26 de julho de 2017, as férias legais de ROSEMARY GONCALVES TEIXEIRA CARVALHO, matrícula nº 742573-4, Professora da Educação Básica, previstas para o período de 3 a 26 de julho de 2017, referentes ao período aquisitivo de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017, em razão de concessão de Licença Médica no mesmo período, assegurando-lhe o direito de fruí-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e à servidora.

WANESSA ZAVARESE SECHIM

Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

**PORTARIA-SEDUC Nº 2298, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

**SUSPENDER**

as férias legais de THAYSLANNE CARVALHO DE ARAÚJO, matrícula nº 986000-2, Professora da Educação Básica, previstas para o período de 21 de junho a 20 de julho de 2017, referentes ao período aquisitivo de 21 de junho de 2016 a 20 de junho de 2017, em razão de imperiosa continuidade no exercício de suas funções, assegurando-lhe o direito de fruí-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e à servidora.

WANESSA ZAVARESE SECHIM

Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

**PORTARIA-SEDUC Nº 2299, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

**SUSPENDER**

as férias legais de RONIVAM GOMES CAMPOS, matrícula nº 736111-4, Professora da Educação Básica, previstas para o período de 3 de julho a 1º de agosto de 2017, referentes ao período aquisitivo de 17 de junho de 2016 a 16 de junho de 2017, em razão de imperiosa continuidade no exercício de suas funções, assegurando-lhe o direito de fruí-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e à servidora.

WANESSA ZAVARESE SECHIM

Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

**PORTARIA-SEDUC Nº 2300, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

**SUSPENDER**

as férias legais de WARLLA PEREIRA DA SILVA, matrícula nº 112322-2, Professora da Educação Básica, previstas para o período de 1º a 30 de julho de 2017, referentes ao período aquisitivo de 10 de junho de 2016 a 9 de junho de 2017, em razão de imperiosa continuidade no exercício de suas funções, assegurando-lhe o direito de fruí-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e à servidora.

WANESSA ZAVARESE SECHIM

Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

**PORTARIA-SEDUC Nº 2301, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

**SUSPENDER**

as férias legais de EUINA LOPES DA SILVA SANTOS, matrícula nº 575474-3, Professora da Educação Básica, previstas para o período de 5 de julho a 3 de agosto de 2017, referentes ao período aquisitivo de 4 de junho de 2016 a 3 de junho de 2017, em razão de imperiosa continuidade no exercício de suas funções, assegurando-lhe o direito de fruí-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e à servidora.

WANESSA ZAVARESE SECHIM

Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

**PORTARIA-SEDUC Nº 2302, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

**SUSPENDER**

as férias legais de FRANCISCO DE ASSIS ALVES MONTEIRO, matrícula nº 833098-2, Professor da Educação Básica, previstas para o período de 1º a 30 de julho de 2017, referentes ao período aquisitivo de 23 de junho de 2016 a 22 de junho de 2017, em razão de imperiosa continuidade no exercício de suas funções, assegurando-lhe o direito de fruí-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e ao servidor.

WANESSA ZAVARESE SECHIM

Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

**PORTARIA-SEDUC Nº 2303, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

**SUSPENDER**

as férias legais de MÁRCIA ESCUDERO GOMES LIRA, matrícula nº 757163-2, Professora da Educação Básica, previstas para o período de 3 de julho a 1º de agosto de 2017, referentes ao período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2016 a 31 de janeiro de 2017, em razão de concessão de Licença Médica no mesmo período, assegurando-lhe o direito de fruí-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e à servidora.

WANESSA ZAVARESE SECHIM

Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

**PORTARIA-SEDUC Nº 2304, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

**SUSPENDER**

as férias legais de MÁRCIA LUIZA PEREIRA DE CASTRO OLIVEIRA, matrícula nº 804025-2, Professora da Educação Básica, previstas para o período de 3 de julho a 1º de agosto de 2017, referentes ao período aquisitivo de 10 de junho de 2016 a 9 de junho de 2017, em razão de imperiosa continuidade no exercício de suas funções, assegurando-lhe o direito de fruí-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e à servidora.

WANESSA ZAVARESE SECHIM

Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

**PORTARIA-SEDUC Nº 2305, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

**DETERMINAR**

a fruição de férias à servidora ALINE QUEIROZ LABRE, Professora da Educação Básica, matrícula nº 893058-3, no período de 17 a 21 de julho de 2017, relativas ao período aquisitivo de 14 de junho de 2015 a 13 de junho de 2016, suspensas pela PORTARIA-SEDUC Nº 2399, de 31 de agosto de 2016, publicada na Edição nº 4.702 do Diário Oficial do Estado.

WANESSA ZAVARESE SECHIM

Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

**PORTARIA-SEDUC Nº 2306, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

**DETERMINAR**

a fruição de férias à servidora DELIANE LOPES PORTO, Assessor Especial VIII - AE-8, matrícula nº 807646-5, no período de 17 de julho a 10 de agosto de 2017, relativas ao período aquisitivo de 19 de janeiro de 2016 a 18 de janeiro de 2017, suspensas pela PORTARIA-SEDUC Nº 917, de 30 de março de 2016, publicada na Edição nº 4.842, do Diário Oficial do Estado.

WANESSA ZAVARESE SECHIM

Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

**PORTARIA-SEDUC Nº 2307, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

**DETERMINAR**

a fruição de férias à servidora MARIVANIA SILVA MENDES, Professora da Educação Básica, matrícula nº 749816-2, no período de 10 a 16 de julho de 2017, relativas ao período aquisitivo de 18 de junho de 2015 a 17 de junho de 2016, suspensas pela PORTARIA-SEDUC Nº 1952, de 26 de julho de 2016, publicada na Edição nº 4.672 do Diário Oficial do Estado.

WANESSA ZAVARESE SECHIM

Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

**PORTARIA-SEDUC Nº 2308, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

**DETERMINAR**

a fruição de férias à servidora ZELMA MARIA DE CARVALHO SILVA, Professora da Educação Básica, matrícula nº 820961-1, no período de 19 de junho a 3 de julho de 2017, relativas ao período aquisitivo de 2 de junho de 2014 a 1º de junho de 2015, suspensas pela PORTARIA-SEDUC Nº 1.841, de 31 de julho de 2015, publicada na Edição nº 4.436 do Diário Oficial do Estado.

WANESSA ZAVARESE SECHIM

Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes



**PORTARIA-SEDUC Nº 2309, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

**DETERMINAR**

a fruição de férias à servidora ZELMA MARIA DE CARVALHO SILVA, Professora da Educação Básica, matrícula nº 820961-1, no período de 17 a 29 de julho de 2017, relativas ao período aquisitivo de 2 de junho de 2015 a 1º de junho de 2016, interrompidas pela PORTARIA-SEDUC Nº 1.828, de 13 de julho de 2016, publicada na Edição nº 4.663 do Diário Oficial do Estado.

WANEISSA ZAVARESE SECHIM

Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

**PORTARIA-SEDUC Nº 2310, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

**DETERMINAR**

a fruição de férias ao servidor THYAGO PHELLIP FRANÇA FREITAS, Arquiteto, matrícula nº 1224697-5, no período de 1º a 11 de agosto de 2017, relativas ao período aquisitivo de 10 de outubro de 2015 a 9 de outubro de 2016, suspensas pela PORTARIA-SEDUC Nº 3200, de 9 de dezembro de 2016, publicada na Edição nº 4.768 do Diário Oficial do Estado.

WANEISSA ZAVARESE SECHIM

Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

**PORTARIA-SEDUC Nº 2312, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

**SUSPENDER**

as férias legais de MARIA GRACINA RIBEIRO CARDOSO, matrícula nº 1198599-1, Professora da Educação Básica, previstas para o período de 3 a 26 de julho de 2017, referentes ao período aquisitivo de 22 de junho de 2016 a 21 de junho de 2017, em razão de concessão de Licença Médica no mesmo período, assegurando-lhe o direito de fruí-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e à servidora.

WANEISSA ZAVARESE SECHIM

Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

**PORTARIA-SEDUC Nº 2313, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

**DESIGNAR**

THAMINNE BARBOSA RODRIGUES, matrícula nº 1150715-1, Professora da Educação Básica, para responder pela função de Secretária-Geral, da Escola Estadual Castro Alves, no município de Santa Fé do Araguaia, vinculada à Diretoria Regional de Educação de Araguaia, a partir de 2 de junho de 2017.

WANEISSA ZAVARESE SECHIM

Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

**PORTARIA-SEDUC Nº 2314, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

**DISPENSAR,**

JOSEFA DE JESUS MOREIRA DA SILVA, matrícula nº 463064-3, Assistente Administrativo, da função de Secretária-Geral, da Escola Estadual Castro Alves, no município de Santa Fé do Araguaia, a partir de 2 de junho de 2017.

WANEISSA ZAVARESE SECHIM

Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

**PORTARIA-SEDUC Nº 2315, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

**DESIGNAR**

ANA ZULEIDE DA SILVA LIMA SOARES, matrícula nº 1185314-1, Professora da Educação Básica, para responder pela função de Secretária-Geral, da Escola Estadual Joaquim Theotônio Segurado, no município de Sítio Novo do Tocantins, vinculada à Diretoria Regional de Educação de Araguatins, a partir de 21 de março de 2017.

WANEISSA ZAVARESE SECHIM

Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

**PORTARIA-SEDUC Nº 2316, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

**DESIGNAR**

ORLANDO ALVES MORAIS, matrícula nº 359881-1, Professor Assistente A, para responder pela função de Secretária-Geral, da Escola Estadual Olavo Bilac, no município de Crixás do Tocantins, vinculada à Diretoria Regional de Educação de Gurupi, a partir de 1º de junho de 2017.

WANEISSA ZAVARESE SECHIM

Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

**PORTARIA-SEDUC Nº 2317, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

**DESIGNAR**

JANAINA DA SILVA MARRA, matrícula nº 1119001-1, Professora da Educação Básica, para responder pela função de Secretária-Geral, do Colégio Estadual Joaquim de Sena e Silva, no município de Combinado, vinculada à Diretoria Regional de Educação de Arraias, a partir de 1º de agosto de 2017.

WANEISSA ZAVARESE SECHIM

Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

**PORTARIA-SEDUC Nº 2341, DE 18 DE JULHO DE 2017.**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

**DETERMINAR**

a fruição de férias à servidora CARLA SILVA CORREA, Professora Normalista, matrícula nº 585650-1, no período de 17 a 27 de julho de 2017, relativas ao período aquisitivo de 1º de fevereiro de 2013 a 31 de janeiro de 2014, suspensas pela PORTARIA-SEDUC Nº 0594, de 30 de março de 2015, publicada na Edição nº 4.348 do Diário Oficial do Estado.

WANEISSA ZAVARESE SECHIM

Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

**PORTARIA-SEDUC Nº 2343, DE 19 DE JULHO DE 2017.**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

**SUSPENDER**

as férias legais de DIONIZIO PEREIRA NETO, matrícula nº 787313-3, Professor da Educação Básica, previstas para o período de 24 de julho a 10 de agosto de 2017, referentes ao período aquisitivo de 27 de janeiro de 2015 a 26 de janeiro de 2016, em razão de concessão de Licença Médica no mesmo período, assegurando-lhe o direito de fru-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e ao servidor.

WANESSA ZAVARESE SECHIM  
Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

**PORTARIA-SEDUC Nº 2344, DE 19 DE JULHO DE 2017.**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

**DISPENSAR,**

ISMARINA DE SOUSA CONCEIÇÃO, matrícula nº 546486-5, Professora da Educação Básica, da função de Secretária-Geral, da Escola Paroquial São Vicente Ferrer, no município de Araguatins, a partir de 16 de fevereiro de 2017.

WANESSA ZAVARESE SECHIM  
Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

**PORTARIA-SEDUC Nº 2345, DE 19 DE JULHO DE 2017.**

A SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, incisos II e IV, da Constituição do Estado, resolve:

**REMOVER, a pedido**

EDIVÂNIA FERNANDES DE ARAÚJO, matrícula nº 435780-5, Professor da Educação Básica, com lotação na Diretoria Regional de Educação de Arraias, no município de Arraias, para a Escola Estadual Brigadeiro Felipe, no mesmo município, com carga horária de 180 horas mensais, a partir de 15 de fevereiro de 2017.

WANESSA ZAVARESE SECHIM  
Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes

**SECRETARIA DA FAZENDA****SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA****PORTARIA SEFAZ/DGT Nº 063, DE 19 DE JULHO DE 2017.**

Dispõe sobre a suspensão cadastral dos contribuintes que especifica.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 101, §4º, do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto 2.912, de 29 de dezembro de 2006,

**RESOLVE:**

Art. 1º Suspender o cadastro dos contribuintes relacionados no Anexo Único.

Parágrafo único. Considera-se como data da suspensão, a indicada no Anexo Único, no item "data do evento cadastral".

Art. 2º São inidôneos, os documentos fiscais de contribuinte cuja inscrição estadual esteja suspensa.

Art. 3º Ao contribuinte do ICMS com inscrição suspensa é vedado o trânsito com mercadorias e a autenticação de livros ou de documentos fiscais, hipótese em que os documentos por ele emitidos, ou a ele destinados, não terão efeitos fiscais, salvo como prova a favor do Fisco.

Art. 4º Os sócios ou titulares de empresas, cuja inscrição esteja suspensa, são impedidos de requerer nova inscrição estadual enquanto perdurar a irregularidade cadastral.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO RAMOS MARQUES  
Superintendente

**ANEXO ÚNICO À PORTARIA SEFAZ Nº 063, de 19 de julho de 2017.**

## 00950 - DELEGACIA DA RECEITA DE PALMAS

Insc. Estadual	Razão social	Município
29.005.128-2	COMERCIO E REPRESENTAÇÕES MARINHO LTDA ME	1721000 PALMAS
Fundamentação legal		
ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16		
Data do Evento Cadastral: 19/07/2017		
Insc. Estadual	Razão social	Município
29.009.624-3	ANTONIO B DA SILVA SECOS E MOLHADOS	1701101 APARECIDA DO RIO NEGRO
Fundamentação legal		
ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16		
Data do Evento Cadastral: 19/07/2017		
Insc. Estadual	Razão social	Município
29.029.835-0	FORTALEZA COMERCIAL LTDA EPP	1721000 PALMAS
Fundamentação legal		
ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16		
Data do Evento Cadastral: 19/07/2017		
Insc. Estadual	Razão social	Município
29.030.234-0	LEAL & OLIVEIRA LTDA - ME	1721000 PALMAS
Fundamentação legal		
ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16		
Data do Evento Cadastral: 19/07/2017		
Insc. Estadual	Razão social	Município
29.032.653-2	DISK GAS DISTRIBUIDORA LTDA	1721000 PALMAS
Fundamentação legal		
ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16		
Data do Evento Cadastral: 19/07/2017		
Insc. Estadual	Razão social	Município
29.032.700-8	COMERCIAL VAREJISTA PECAS CRUZEIRO LTDA	1721000 PALMAS
Fundamentação legal		
ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16		
Data do Evento Cadastral: 19/07/2017		
Insc. Estadual	Razão social	Município
29.035.490-0	TELENTELECOMUNICACOES E INFORMATICA LTDA	1721000 PALMAS
Fundamentação legal		
ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16		
Data do Evento Cadastral: 19/07/2017		
Insc. Estadual	Razão social	Município
29.035.629-6	PREMOLDADOS DE CONCRETO GURUPI LTDA	1721000 PALMAS
Fundamentação legal		
ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16		
Data do Evento Cadastral: 19/07/2017		
Insc. Estadual	Razão social	Município
29.035.686-5	ALUFER ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA - ME	1721000 PALMAS
Fundamentação legal		
ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16		
Data do Evento Cadastral: 19/07/2017		
Insc. Estadual	Razão social	Município
29.036.013-7	JOSE LOURENCO DE SOUSA - ME	1721000 PALMAS
Fundamentação legal		
ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16		
Data do Evento Cadastral: 19/07/2017		
Insc. Estadual	Razão social	Município
29.040.728-1	VALFRIDO CORDEIRO DOS SANTOS ME	1721000 PALMAS
Fundamentação legal		
ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16		
Data do Evento Cadastral: 19/07/2017		
Insc. Estadual	Razão social	Município
29.048.589-4	EDILAY VIANA VELAME	1721000 PALMAS
Fundamentação legal		
ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16		
Data do Evento Cadastral: 19/07/2017		
Insc. Estadual	Razão social	Município
29.049.843-0	ESTRUFERRO INDÚSTRIA E COMERCIO SIDERÚRGICO EIRELI - ME	1721000 PALMAS
Fundamentação legal		
ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16		
Data do Evento Cadastral: 19/07/2017		
Insc. Estadual	Razão social	Município
29.051.204-2	N M DE OLIVEIRA ME	1721000 PALMAS
Fundamentação legal		
ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16		
Data do Evento Cadastral: 19/07/2017		
Insc. Estadual	Razão social	Município
29.053.858-0	MORENO & PEREIRA LTDA	1721000 PALMAS
Fundamentação legal		
ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16		
Data do Evento Cadastral: 19/07/2017		

Insc. Estadual Razão social 29.054.309-6 RAIMUNDO RIBAMAR DOS SANTOS -ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1701101 APARECIDADO RIO NEGRO	Insc. Estadual Razão social 29.067.197-3 JOAO DE BARRO COM. DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1720150 SAO FELIX DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.054.560-9 RAIMUNDO LOPES DA SILVA O MARANHENSE Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.067.714-9 BARROS & ARAUJO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.055.309-1 RICO - SERVIÇOS, INDUSTRIA, COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.067.750-5 ARTUR E SILVA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.056.813-7 DARIO DARCI HAEFLIGER E CIA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.067.941-9 P E M COMERCIAL DE INFORMATICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.057.526-5 A CINDERELLA COMERCIO ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.068.142-1 KMM COM DE PECAS AUTOMOTIVAS E SERVICOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.057.979-1 DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIM. VALE DO PARAIBA EIRELI - EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.068.153-7 MOTO LASER CIAL DE PEÇAS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.058.381-0 DRAGA MINAS EXTRACAO DE PEDRA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.068.155-3 JOAO DE DEUS ALVES DE SOUSA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.059.776-5 COMERCIAL PALMAS PEDRAS LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.068.166-9 GRAFICA CIDADE LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.062.271-9 AMARASOM GOMES PIMENTEL Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.068.368-8 M. R. ALEXANDRE Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.062.362-6 SUPERMERCADO CONQUISTA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.068.922-8 DIAS E DIAS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.063.074-6 FARMÁCIA JK LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.069.069-2 MOLDAR ENGENHARIA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.064.205-1 L L INDUSTRIA DE MOVEIS E ESTOFADOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.069.528-7 GLOBAL VILLAGE TELECOM S.A. Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.064.612-0 A C BARBOSA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.069.532-5 FACORPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.064.942-0 VANDERLEI MIGUEL ENGEL & CIA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.069.776-0 S P DOS REIS - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.064.943-9 INDUSTRIA NACIONAL DE ASFALTOS S/A Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.070.303-4 GRANPALMAS GRANITOS E MARMORES LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.065.534-0 COLA BRASIL CARAJAS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.070.355-7 C.I.P.VILLAS BOAS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.066.805-0 G&R LTDA - EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.071.138-0 O P DE OLIVEIRA SANTIAGO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.066.831-0 MARIA DIVINA SOUSA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.089.226-0 ELIANETE T. FERREIRA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS



Insc. Estadual Razão social 29.089.434-4 PEDRA GRANDE S/A Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.381.756-1 MOREIRA E MOREIRA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.340.547-6 CAMPOS COMERCIO DE PEDRAS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.382.044-9 ARAUJO & REIS LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.342.031-9 JULIANA GERMANO DE CARVALHO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.383.247-1 GOIASFARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.357.574-6 M H COMERCIO E COMUNICACAO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.383.323-0 GAMA, ANDRADE E ANDRADE LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1719004 SANTA TEREZA DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.359.405-8 GPS CONSULTORIA SOCIO AMBIENTAL E PLANEJ VIARIO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.385.442-4 VEDAMAQ COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTORES LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.360.566-1 JL COMÉRCIO DE TINTAS LTDA - EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.385.521-8 M & C COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.362.882-3 M. R. DA SILVA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.385.562-5 GLEICY KENIA DA SILVA HAEFLIGER E CIALTDA. Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.363.069-0 MARIA BELA COMERCIO DE ARMARINHOS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.386.402-0 LUCINEIDE ALVES DA SILVA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.365.311-9 MERCANTIL COMERCIO DE DOCES E BISCOITOS TOCANTINS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.387.247-3 JE TORNEADORA E RECUPERADORA DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.371.887-3 OTICA SANTA LUZIA LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.387.927-3 FERREIRA & PIRES LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.373.249-3 POWER MUSCLE COMERCIO DE SUPLEMENTOS LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.387.929-0 ROSAMAURA ALVES DOS ANJOS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.375.265-6 DISTRIBUIDORA ESPIRITO SANTO EIRELI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.388.301-7 M E M INDUSTRIA E COMERCIO DE COCOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.378.752-2 AUTO ELETRICA FLAMBOYANT LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.388.419-6 FERRAZ & GOMES LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.379.816-8 J C COMERCIO DE ACESSORIOS PARA VEICULOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.390.256-9 JUCINE BARBOSA DA SILVA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.380.813-9 H R P AIRES - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.390.389-1 COSTA RICA MALHAS E CONFECÇÕES LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.380.891-0 PET SHOP REINO ANIMAL LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.390.689-0 A M C MELO SILVA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.381.471-6 GESSO NOGUEIRA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.391.205-0 CENTRO OESTE COMERCIO DE LUBRIFICANTES LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.381.656-5 STOPCAR ARAGUAIA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.391.556-3 CONVENIENCIA VERÃO LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS

Insc. Estadual Razão social 29.391.978-0 R. A. DA SILVA - MINIMERCADO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.396.707-5 T A FRAGA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.392.061-3 CAETANO & CARDOSO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.397.644-9 PMW BRASIL LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.392.303-5 MANOEL MESSIAS SILVA MAGALHÃES E CIA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.398.167-1 M P C GUIMARÃES -ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.392.442-2 ARAUJO E VIEIRA LTDA Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 17/07/2017	Município 1715101 NOVO ACORDO	Insc. Estadual Razão social 29.398.819-6 SANTOS & ROSA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.392.453-8 Y L R SALES Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.399.183-9 MARINHO & MEDEIROS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.392.610-7 SINTESE COMERCIAL HOSPITALAR LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.399.651-2 DA FAMILIA IND. E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.392.713-8 S F M FARIAS ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.399.695-4 C A DUARTE Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.393.019-8 C D S UNGARELLI & CIA LTDA -ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.399.766-7 BURITI COMERCIO DE PNEUS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.393.101-1 AQUI TEM COMERCIO DE CONFECÇÕES E CALÇADOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.400.071-2 COSTA & MONTEIRO LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.393.181-0 MY COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.400.432-7 BUFALO GRILL RESTAURANTE LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.393.878-4 NERSI FATIMA FAVEIRO HEYDT Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.400.489-0 ALMEIDA & PEREIRA LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.394.020-7 AGROWALET PRODUÇÃO E COMERCIOVDE SEMENTES LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.400.810-1 MM COMERCIO DE BICICLETAS E PEÇAS LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.394.130-0 PIMENTA & SILVA LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.401.293-1 JOSE MAMEDIO TAVARES RODRIGUES Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1711951 LAGOA DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.394.262-5 CURI COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.401.720-8 MARTINS E MONTEIRO LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.394.987-5 MOVELAR COMERCIO VAREJISTA DE ELETRODOMESTICO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.402.073-0 BARBOSA & SANTOS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.395.099-7 EQUIPALOJA - COMERCIO DE MOVEIS E INSTALAÇÕES COMERCIAIS LT Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.402.086-1 EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.395.103-9 FRANCISCO JACIO PINHEIRO DE SOUZA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.402.385-2 ADM. COMERCIO DE ROUPAS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.395.966-8 OCEANIC AUTOPEÇAS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.403.035-2 FORTVEL COMERCIAL DE VEICULOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS

Insc. Estadual Razão social 29.403.180-4 K2 COMERCIO VAREJISTA DE ROUPAS LTDA. Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.406.526-1 SOUZA E SICHELERO LTDA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.403.276-2 SOUSA & SANTOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1715101 NOVO ACORDO	Insc. Estadual Razão social 29.407.003-6 GILVANIA INOCENCIO MENDES -ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.403.364-5 CASA DO PORTAL COMERCIO DE MADEIRA E ARTEFATOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.407.109-1 RESPLANDES & SANTOS LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.403.393-9 ALICE AP SILVA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.407.159-8 MR COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.403.709-8 PEDRO F. DE SOUSA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.407.275-6 FENIX COM. DE CALÇADOS E ACESSORIOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.403.788-8 SONIA DA LUZ MADEIRA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.407.327-2 PAULA E GONÇALVES LTDA. Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.403.871-0 T & V TRANSPORTES LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.407.531-3 OTICA DINIZ PALMAS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.404.025-0 VISÃO DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS OPTICOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.407.773-1 GERMANO & PAIVA LTDA -ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.404.814-6 -AUTO MECANICA JR LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.407.909-2 D.L. DE SOUSA & CIA LTDA. - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.405.009-4 TRANSLIDER LTDA -ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.408.022-8 AGIL ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.405.103-1 DIVA COMERCIO DE CONFECCOES LTDA; Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.409.470-9 METAL BRASIL LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.405.333-6 SHOPPING DAS ANTENAS PROD E SERVIÇOS DE AUDIO E VIDEO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.409.505-5 NOVA MASSA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.405.503-7 AUGE TELECOM LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.409.677-9 COELHO & BALDON LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.405.787-0 JR CLIMATIZAÇÃO LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.409.926-3 T G M MATOS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.405.895-8 BRIGADEIRÃO PANIFICADORA & CONFEITARIA LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.410.065-2 A.M.S. COMERCIAL LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.405.958-0 DOMINGOS DE ALENCAR ALVES ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.410.555-7 CASA MAIS DECOR LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.406.368-4 ORLA INTERLINE LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1711951 LAGOA DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.411.347-9 PROSERVICE COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.406.430-3 SUPERDIESEL SERVIÇOS DE BOMBAS INJETORAS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.411.425-4 J. PATRICIA ALVES - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS



Insc. Estadual Razão social 29.411.498-0 DIGISAT DISTRIBUIDORA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.416.717-0 VANDERLAN COELHO MACIEL Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.411.947-7 JOSUÉ MOREIRA MATOS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.417.212-2 AIRES & CIA LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.411.966-3 TOCANTINS TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA - EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.417.214-9 IRENE SANTOS DIAS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.412.457-8 COMERCIAL DE MOVEIS R H LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.417.232-7 ANDRADE E PADUA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.412.581-7 MARISA DOS SANTOS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1701101 APARECIDA DO RIO NEGRO	Insc. Estadual Razão social 29.417.240-8 R. B. DAL MASO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.412.951-0 VEGETAL LIFE PRODUTOS ALIMENTICIOS E COSMETICOS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.417.316-1 COM.VAREJ.DE ALIM.E BEBIDAS A R LIMA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.413.218-0 ALCIDES DA SILVA NEIVA NETO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.417.362-5 SM - PARATI CONSTRUÇÃO E COMERCIO LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.413.658-4 CLOSET CONFECÇÕES LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.417.766-3 MIRANDA ANIMAIS VIVOS E PESCA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.413.826-9 INDUSTRIA E COMERCIO FIBERGLASS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.418.020-6 QATIVE-COM. VARJ. D EQUIP. E ACESSORIOS DE INFORMATICA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.414.400-5 AMILTON TAVARES RODRIGUES Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1711951 LAGOA DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.418.099-0 GLÍCIA NEVES DA COSTA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.414.416-1 UNIVÍDROS LTDA- ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.418.669-7 PALMAS PORTAL COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.414.922-8 LOJA DOS PLASTICOS LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.418.792-8 BRITO & RODRIGUES LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.415.043-9 PRO LOJA MOVEIS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.418.953-0 FARMACIA MEIO A MEIO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.415.915-0 E F OUTDOOR IMPRESSÃO DIGITAL E PAINÉIS LTDA- ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.419.068-6 DWC COMÉRCIO VAREJISTA DE LUBRIFICANTES LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.415.920-7 JOSIEL BARREIRA MOURA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.419.133-0 PINHÃO E RODRIGUES LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1720150 SAO FELIX DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.416.254-2 INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CONCRETO CESCONETTO LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.419.266-2 SOLID COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.416.407-3 RIBEIRO E SILVANO LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.419.742-7 M.M. ARAUJO AZEVEDO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.416.469-3 CARRETAS FORTES LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.419.997-7 OURO NEGRO EMPREENDIMENTOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS

Insc. Estadual Razão social 29.420.508-0 ALQUIMIA SCOTCH BAR LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.423.916-2 ASSINE TV - SERVIÇOS DE ASSINATURA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.420.844-5 SO LAZER PISCINAS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.423.919-7 P S M MATERIAIS PARA CONTRUÇÃO LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.421.198-5 PALMAS SORVETES LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.424.025-0 CARVALHO & FAQUINI LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.421.364-3 BRUNLY CONFECÇÕES LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.424.421-2 CANAA COMERCIAL E LOCAÇÕES LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.421.440-2 PALMAS ROUPAS INTIMAS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.424.514-6 P M A NORONHA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.421.459-3 PALMAS ROUPAS BASICAS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.424.673-8 W.F. DA COSTA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.421.625-1 POLIANA RAMOS DOS SANTOS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1719004 SANTA TEREZADO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.424.739-4 JAQUELINE SOUSA DA SILVA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.422.464-5 DIAS & PONTES LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.424.791-2 AVELINO E RODRIGUES LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1719004 SANTA TEREZADO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.422.475-0 OTICA DINIZ TAQUALTO LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.424.934-6 PICNIC CALÇADOS E ACESSÓRIOS INFANTIS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.422.619-2 GIO MODAS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.425.135-9 PANIFICADOS AFK LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.422.757-1 LUAR MOVEIS PLANEJADOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.425.241-0 JANAINÉ CASSIA RIBEIRO BATISTA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.422.867-5 RÁPIDO JALAPÃO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1715101 NOVO ACORDO	Insc. Estadual Razão social 29.425.332-7 PATRICIA MAGALHAES CIRILO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.422.894-2 SILVA & NOGUEIRA LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.425.443-9 JUCIMAR M. SOUSA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.423.081-5 STALIM & OLIVEIRA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.425.451-0 CHORÃO RECICLAGEM DE CARTUCHOS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.423.118-8 COMERCIAL PAPELARIA LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.425.821-3 CANTINA DOS SABORES-LOJA DE CONVENIENCIAS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.423.251-6 EDMILSON LUIZ DOS SANTOS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.425.906-6 CANDIDO & BUCAR LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.423.307-5 JODEIR SEBASTIÃO GONZAGA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.426.302-0 FRANCISCO AUGUSTO DE CARVALHO JUNIOR Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.423.907-3 ROSILMA CORDEIRO DA SILVA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.426.339-0 J M COMBUSTIVEIS LTDA-ME Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 11/07/2017	Município 1719004 SANTA TEREZADO TOCANTINS

Insc. Estadual Razão social 29.426.571-6 SHERWIN WILLIAMS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA 1721000 PALMAS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.430.075-9 F P BARROS RESTAURANTE Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.427.270-4 EIDER BORGES LIMA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.430.116-0 ESTEVAM PINHEIRO EMPREENDIMENTOS LTADA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.427.687-4 D.V. DOS SANTOS ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.430.251-4 ROMILDO NUNES DE CARVALHO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.427.742-0 ELETRO AR LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.430.621-8 M T DE SANTANA E CIA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.427.806-0 CONSTRUSUL COMERCIAL LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.430.741-9 MESQUITA & RODRIGUES LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.427.852-4 D. H. L. COM.DE EMBALAGENS E PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.430.764-8 JCAR COMERCIAL LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.428.237-8 PALMAS COLCHÕES & CIA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.430.811-3 ANA CLAUDIA BERTOLDO DE OLIVEIRA FERREIRA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.428.383-8 THOMPSON COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.430.919-5 TECNODOORS COMERCIO DE ESQUADRIAS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.428.476-1 CARGOLL TRANSPORTES LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.431.413-0 RAMOS & NOVELLI LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.428.709-4 FRANCA E CARVALHO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.431.450-4 FLASH COM.DE CELULAR LTDA -ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.428.768-0 H F DA SILVA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.431.603-5 RADIKA & SOUZA RAMOS LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.428.973-9 N & S COLETA E RECICLAGEM DE LIXO ELETRONICO LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.431.680-9 SARAIVA E MACHADO COMERC. VAREJ. DE COSMET. E PERFUM. LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.429.122-9 MARISSA DOS SANTOS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1701101 APARECIDA DO RIO NEGRO	Insc. Estadual Razão social 29.431.753-8 FERNANDA FASHION LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.429.175-0 VITAL - DIST. DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITARES LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.431.786-4 PAULA & CASTRO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.429.530-5 TO EMPREENDIMENTOS AUTOMOTIVOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.431.819-4 NACIONAL EMPREENDIMENTOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.429.632-8 JAMBO COMERCIAL LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.431.885-2 D DA S PEREIRA MOVEIS ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.429.658-1 D. G. DOS REIS & CIA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.431.956-5 J R PEREIRA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.429.806-1 ANTUNES E MOTA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.432.032-6 P H SOARES ARAUJO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS



Insc. Estadual Razão social 29.432.137-3 SOARES & SILVA LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.434.325-3 SOARES & SILVA LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.432.181-0 EVA GOMES DE OLIVEIRA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.434.589-2 MARGHERITA PIZZARIA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.432.334-1 M A BARROS - COMERCIO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.434.859-0 SAMPAIO DISTRIBUIDORA DE FRUTAS E VERDURAS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.432.429-1 JOSE ALVES SOUZA & FILHO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.434.877-8 GISELY DE SOUSA SANTOS COMÉRCIO DE ALIMENTOS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1720150 SAO FELIX DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.432.436-4 HELIOS COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.435.101-9 IVONETE DETOLEDO BUENO OLIVEIRA COMÉRCIO DE ALIMENTOS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1701101 APARECIDADO RIO NEGRO
Insc. Estadual Razão social 29.432.438-0 C A G ANDRADE Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1715101 NOVO ACORDO	Insc. Estadual Razão social 29.435.183-3 MACHADO E ROSA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.432.544-1 RODRIGO PINHEIRO ANTUNES - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.435.320-8 DANTAS & FERNANDES LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.432.865-3 HORIZONTE DISTRIB. DE BEBIDAS E PROD. INDUSTRIALIZADOS LTDA Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "E" DO RICMS - DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 11/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.435.457-3 CLEMAR ENGENHARIA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.432.875-0 NEIDE ROCHA BRAGA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.435.612-6 MARIA LUIZA GOMES DE AGUIAR Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.433.022-4 RAN TRATORES PECAS E SERVICOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.435.615-0 ROBSON ALVES NUNES Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.433.209-0 R N GOMES DOS SANTOS - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.435.617-7 FERNANDA G N DOURADO ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.433.253-7 R P CARVALHO-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.435.677-0 NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.433.345-2 J B DE LIMA ESCOLA DE ARTES MARCIAIS-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.436.272-0 MATHEUS BOTELHO MARTINS SALES Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.434.019-0 PANIFICADORA E CONFEITARIA PÃO DOURADO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.436.464-1 MORAIS E BORGES LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.434.055-6 V C CAMPOS COMERCIO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.436.497-8 CONFRARIA DA CARNE LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.434.084-0 MILHOMEM E VIANNA LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.436.999-6 COSTA E LUZ LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.434.116-1 REAL MARMORES E GRANITOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.437.330-6 CENTRO DE IDIOMAS TOCANTINS LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.434.241-9 L. H. TOME-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.438.246-1 L DE O LIMA EIRELI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS

Insc. Estadual Razão social 29.438.266-6 MOREIRA E OLIVEIRA LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.441.404-5 COSTA & SILVA INDUSTRIA E COMERCIO DE ROUPAS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.438.280-1 VALDELINO FLORENCIO BALESTRO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.441.573-4 LUCIANA NASCIMENTO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.438.550-9 LOBAO E MAIA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.441.715-0 ART - CORTINAS PAPEL DE PAREDE E DECORAÇÃO - EIRELI Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.438.566-5 GIOVANO LORENZI AGNOLIN ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.441.965-9 GRAFICA E EDITORA POPYRUS LTDA EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.438.811-7 A N LOPES Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.442.326-5 I M C SOUSA COMERCIO ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.438.844-3 SENSATTA AMBIENTES PLANEJADOS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.442.399-0 V F CAMPOS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.439.083-9 PINHEIRO & CAMARA FITNESS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.442.887-9 L. G. MAGALHÃES Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.439.103-7 TIAGO ALVES SILVA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.443.641-3 LAVORO COMERCIO DE MOVEIS - EIRELI Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.439.200-9 COELHO E CAVALCANTE LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.443.651-0 ROCHA & MORAIS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.439.310-2 ÁGUA FONTE DE VIDA COM DIST DE APARELHOS DE PURIFICACAO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.443.708-8 GOMES E VIDAL LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.439.466-4 GALLETERIA DE POLLO LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.443.975-7 L R DA SILVA ARAUJO COMERCIAL ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.440.271-3 S. Y. R. GOMES - EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.444.032-1 GIDOC-GESTÃO DA INFORMAÇÃO DOCUMENTAL EIRELI Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.440.718-9 ELAINE ROCHA CHAVES MENEGON Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.444.091-7 PARALELA - DISTRIBUIDORA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.440.969-6 IBI SERVIÇOS EDUCACIONAIS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.444.548-0 B. A. DANELI - FARMÁCIA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.440.985-8 VIVIAN TALMARA MEIRA DE LUCENA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.444.667-2 R S DA COSTA-DISTRIBUIDORA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.441.001-5 VIEIRA E COSTA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1711951 LAGOA DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.444.670-2 MOVELAR COMERCIO VAREJISTA DE ELETRODOMESTICO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.441.014-7 SOBRAL & NUNES LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.445.041-6 ARMAZEM COM. DE BEBIDAS F C LTDA Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "E" DO RICMS - DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 11/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.441.018-0 TOP DESIGN COMERCIO DE PRODUTOS ÓPTICOS LTDA Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 11/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.445.506-0 SHOPPING AUTOMOTIVO LTDA - EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS

Insc. Estadual Razão social 29.445.878-6 JOÃO PAULO RODRIGUES DE ALMEIDA BUENO-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.448.981-9 PALMAS TEC COMERCIO DE CARTUCHOS LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.445.997-9 F. A. DA SILVA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.449.339-5 RODRIGUES TURISMO LTDA - EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.446.002-0 GIULIANO C. GONÇALVES - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.449.428-6 L N DE MIRANDA BARCELOS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.446.687-8 JOICE ALENCAR DE SOUSA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.449.703-0 AMILTON TAVARES RODRIGUES ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1715101 NOVO ACORDO
Insc. Estadual Razão social 29.447.098-0 MASTER LOGISTICA E TRANSPORTES - EIRELI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.449.737-4 UNIVIDA SHOPPING FARMACIA E DROGARIA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.447.364-5 BOA ESPERANÇA FLORESTAS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1715101 NOVO ACORDO	Insc. Estadual Razão social 29.449.842-7 K. R. BARROS EIRELI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.447.413-7 RAPIDO TRANSPAULO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.449.958-0 LOURIVAL DE SOUZA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.447.568-0 U.R COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.450.067-7 ZERÃO PAPELARIA LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.447.654-7 MOURA & LEITAO AGROPECUARIA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.450.535-0 EVELMAL. PINHEIRO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.447.733-0 RB DISTRIBUIDORA - EIRELI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.450.576-8 ECP BOMBONIERE E CAFETERIA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.447.750-0 DEYWYTTY MACEDO TAVARES ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1715101 NOVO ACORDO	Insc. Estadual Razão social 29.450.661-6 R. M. DE A. MORAES LANCHES - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.447.801-9 PALMAS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.450.688-8 JWR DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.447.803-5 MAPEL CASA E CONSTRUÇÃO EIRELI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.450.787-6 VEGETAL LIFE PRODUTOS ALIMENTICIOS E COSMETICOS LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.448.297-0 P R R REZENDE - A CAMPEÃ - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.450.864-3 VEGETAL LIFE PRODUTOS ALIMENTICIOS E COSMETICOS LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.448.346-2 FREITAS & DAMASCENA LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.450.924-0 J. A. NOIA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.448.430-2 MAJO ATACADISTA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.451.205-5 CVM LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.448.812-0 MOVELAR COMERCIO VAREJISTA DE ELETRODOMESTICOS LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.451.276-4 PANIFICADORA ARTE SABOR LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.448.859-6 CASA DE CARNE E COMÉRCIO BOA VISTA LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.451.496-1 M.E-MIRANDA DA SILVA - RESTAURANTE Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS



Insc. Estadual Razão social 29.451.720-0 LOJÃO DO TRABALHADOR LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.454.281-7 E A B JUNIOR - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.451.840-1 MARTINS & KLEIN LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.454.321-0 COLLEZIONE COMÉRCIO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIOS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.451.960-2 C. L PEREIRA EIRELI ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.454.328-7 ATLANTINS TECNOLOGICA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.451.994-7 CIAFRIOS ALIMENTOS E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.454.337-6 ARQUELAU GUIDO DE BORGONHA NETO EIRELI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.452.091-0 MOVELAR COMERCIO VAREJISTA DE ELETRODOMESTICO LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.454.444-5 A. C. DA SILVA COMERCIO VAREJISTA DE VIDROS - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.452.127-5 R R DE M. COMÉRCIO DE MÁQUINAS - EIRELI ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.454.448-8 MARLY DOS SANTOS MIRANDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.452.273-5 FRIGO BS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.454.660-0 BIOPETRO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA - EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.452.347-2 C & S CURSOS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.455.553-6 TRAUMA SURGICAL PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.452.692-7 L C DE MELO EIRELI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.455.565-0 JOÃO FRAZAO RODRIGUES DE ARAUJO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.453.242-0 J MARINHO BORGES - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.455.649-4 COMERCIO DE ALIMENTOS PAI & FILHOS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.453.294-3 ROI-REFRIGERAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - EIRELI - EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.455.981-7 MACIEL C CAVALCANTE & CIA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.453.308-7 KATHERINE RANCH HARAS E AGRONEGOCIOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.456.235-4 EMPORIO MARINHO LP LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.453.456-3 LINDEVANYA DOS ANJOS RIBEIRO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.456.811-5 JULIO CESAR NOGUEIRA DE ASSIS - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.453.488-1 Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S/A Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.457.018-7 FRANCISCO DE ASSIS SOBRINHO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.453.503-9 O. M. VIEIRA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.457.120-5 KAUER DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS EIRELI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.453.709-0 MK COSMETICOS EIRELI ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.457.246-5 WAGME L. F. DA SILVA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.453.972-7 ANA ALVES DE SANTANA ANDRADE - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.457.412-3 F E M DISTRIBUIDORA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.454.032-6 TOCANTINS COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.457.725-4 ZERO GRAU LOGÍSTICA LTDA - EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS

Insc. Estadual Razão social 29.457.858-7 S M DA SILVA - VIDROS - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.465.958-7 RAMOS E VILLAS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.458.064-6 CICLO MOTOS EIRLI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.466.507-2 SISTEMA DE COMUNICAÇÃO TV JALAPÃO LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.458.289-4 CONVENIENCIA R & R LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.466.919-1 VLL OPTICAS LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.458.316-5 RR CARRETAS EIRELI Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.467.392-0 CANTEIRÃO COM. ATACADISTA DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.458.364-5 T RIBEIRO PINTO EIRELI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.467.624-4 A.L.F.A DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.458.531-1 R & M RESTAURANTE LTDA - EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.467.856-5 CBA INTERNATIONAL - COMERCIO EXTERIOR LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.458.813-2 M S TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.468.185-0 VALISERE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.458.822-1 L E R SUPERMERCADO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.468.224-4 SORVETERIA CREME MEL S/A Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.458.953-8 RODRIGUES E RIBEIRO MARCACAO VEICULAR LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.468.552-9 DIAS RESTAURANTE JAPONES EIRELI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.460.597-5 QUICK DELIVERY BRASILIA ENTREGA DE ENCOMENDAS LTDA - EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.469.146-4 MERCEARIA EMPORIO EIRELI ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.461.095-2 LEONARDO FERNANDO ODORIZZI Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1715101 NOVO ACORDO	Insc. Estadual Razão social 29.469.793-4 FAMATACADISTA E COMERCIO DE CULTIVOS AGRICOLAS EIRELI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.461.519-9 CANAA COMERCIAL E LOCAÇÕES LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.470.345-4 T & D TRANSPORTADORA E DISTRIB. DE POLPAS DE FRUTAS LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.461.563-6 SICALL CARGAS E ENCOMENDAS LTDA - EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.470.350-0 COUROQUIMICA COUROS E ACABAMENTOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.462.205-5 ATM AZUL TRANSPORTES E MUDANÇAS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.470.626-7 EVERTON DARI VIZZOTO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1701101 APARECIDA DO RIO NEGRO
Insc. Estadual Razão social 29.463.516-5 DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS J P LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.470.923-1 B & F EDITORAÇÃO COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA - EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.463.933-0 TOCANTINS BIODIESEL RECICLÁVEIS S/A Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.471.686-6 VALERIA DE MOURA FIAL - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.463.971-3 LUCAS GUEDES DE PAIVA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.472.283-1 L. J. DO NASCIMENTO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.464.347-8 SILCAM CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA - EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.472.466-4 ACMONT - REVESTIMENTO, BRISES E POLICARBONATO LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS

Insc. Estadual Razão social 29.472.800-7 N S DA CONCEIÇÃO EIRELI ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.475.758-9 MULTI MAQUINAS PALMAS LTDA EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.472.845-7 SOARES E CARDOSO LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.476.304-0 PEDRO NOGUEIRA DE SOUSA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.472.995-0 CARREIRO COMÉRCIO DE BEBIDAS EIRELI Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.476.367-8 C A C LORDANO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.473.201-2 V. G. FARMACIA DOS TRABALHADORES LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.476.497-6 ZERO GRAU COMERCIO ATACADISTA DE BEBIDAS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.473.257-8 SOUZA & JUNIOR LOC DE ESP. E MOVEIS P/ CABELEIREIROS LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.476.539-5 L O DA SILVA EIRELI ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.473.413-9 M AUGUSTO DA SILVA EIRELI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.476.563-8 CARTÕES TOCANTINS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.473.697-2 S.F DE MELO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.476.572-7 J A SILVA EIRELI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.473.812-6 SYNTMED PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.476.821-1 MILENI MAIA MARTINS - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.474.098-8 2.0 HOTÉIS PALMAS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.476.850-5 A. A. CARNEIRO ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.474.396-0 LAB EXPRESS PRODUTOS OPTICOS LTDA - EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.476.851-3 T F DE GODOY EIRELI -ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.474.591-2 CASTELO DISTRIBUIDORA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.477.188-3 COMMAX COMERCIO DE ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO EIRELI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.474.667-6 R J OLIVEIRA LEMOS SOUZA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.477.219-7 SOUZA & MARQUES RESTAURANTE LTDA - EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.474.767-2 MERCADINHO SONIA REGINA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.477.279-0 MICROCERVEJARIA CASTELBACH LTDA - EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.474.818-0 AMORIM & GALVAO LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.477.316-9 FREGONESI & CASTRO LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS
Insc. Estadual Razão social 29.474.979-9 L. DE SOUSA TEIXEIRA HOLANDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	00951 - DELEGACIA DA RECEITA DE PORTO NACIONAL	
Insc. Estadual Razão social 29.475.282-0 A C PIOVESAN ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.021.005-4 VIA PORTO HOTEL LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL
Insc. Estadual Razão social 29.475.466-0 M. DE F. P. MARINHO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.021.282-0 IVAN DA SILVA SOARES Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL
Insc. Estadual Razão social 29.475.576-4 GRAMA PALMAS EIRELI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721000 PALMAS	Insc. Estadual Razão social 29.023.812-9 FILEMOM BISPO SANTOS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1714203 NATIVIDADE
		Insc. Estadual Razão social 29.039.457-0 GRÁFICA E EDITORA RIO VERMELHO LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL



Insc. Estadual Razão social 29.065.991-4 JORGE MARQUES Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1717909 PONTEALTADO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.404.297-0 CERAMICA LAGOALTA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1717909 PONTEALTADO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.068.133-2 COMERCIO DE PERFUMARIA E COSMETICOS SÃO JUDAS TADEU LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL	Insc. Estadual Razão social 29.404.743-3 TOMASIA JORGE DA SILVA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL
Insc. Estadual Razão social 29.068.336-0 PORTOMAQ - COM. VAREJISTA DE MAQ.DE USO AGROPECUARIO LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL	Insc. Estadual Razão social 29.409.895-0 MONSOY LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL
Insc. Estadual Razão social 29.378.472-8 ITAOBI HOTEL E RESTAURANTE LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1703701 BREJINHO DE NAZARE	Insc. Estadual Razão social 29.411.015-1 A. B. MENDES Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1714203 NATIVIDADE
Insc. Estadual Razão social 29.381.973-4 MARIA ELENA FLORENCIO XAVIER Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1717008 PINDORAMADO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.411.571-4 E. B. DO NASCIMENTO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1714203 NATIVIDADE
Insc. Estadual Razão social 29.386.704-6 OURO VERDE TRANSPORTES LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL	Insc. Estadual Razão social 29.412.226-5 A G PINTO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL
Insc. Estadual Razão social 29.386.901-4 SANATURE DISTRIBUIÇÃO LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL	Insc. Estadual Razão social 29.413.269-4 SUPERMERCADO SUPER SULA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1709807 IPUERAS
Insc. Estadual Razão social 29.393.704-4 M R CHAVES MARIA BELA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL	Insc. Estadual Razão social 29.416.607-6 J C C DOS SANTOS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL
Insc. Estadual Razão social 29.393.750-8 SILVA & COELHO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1703701 BREJINHO DE NAZARE	Insc. Estadual Razão social 29.418.457-0 ENDY TAYLLA COSTA XAVIER Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1717008 PINDORAMADO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.396.269-3 COMERCIAL DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LÍDER LTDA Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 11/07/2017	Município 1714203 NATIVIDADE	Insc. Estadual Razão social 29.418.865-7 A E FERREIRA -ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL
Insc. Estadual Razão social 29.398.781-5 CONSTRUTORA O R D LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL	Insc. Estadual Razão social 29.419.621-8 LUCIANO MARQUES DE SOUSA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1717008 PINDORAMADO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.399.389-0 J. R. TARTILAS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1712702 MATEIROS	Insc. Estadual Razão social 29.420.382-6 MARIA ISABEL MENDES DOS SANTOS ARAUJO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1717008 PINDORAMADO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.400.122-0 PAULO RIBEIRO DA SILVA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1720655 SILVANOPOLIS	Insc. Estadual Razão social 29.420.609-4 AUTOPEÇAS E SERVIÇOS ORIENTE LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1714203 NATIVIDADE
Insc. Estadual Razão social 29.400.391-6 EMPORIO JF LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL	Insc. Estadual Razão social 29.422.267-7 PAULO PEREIRA ESTEVES - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL
Insc. Estadual Razão social 29.401.717-8 A CARDOSO DIAS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL	Insc. Estadual Razão social 29.425.914-7 CHS COMERCIO SERVIÇOS E SOLUÇÕES AGRICOLAS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL
Insc. Estadual Razão social 29.401.913-8 DAILTON CARLOS BEZERRA AGUIAR Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL	Insc. Estadual Razão social 29.427.073-6 E. M. DA CONCEIÇÃO - ELETRICISTA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL
Insc. Estadual Razão social 29.402.452-2 DANIELLA DE ABREU FERREIRA & CIA LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL	Insc. Estadual Razão social 29.427.916-4 GECIENE GOMES DE GOUVEA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL
Insc. Estadual Razão social 29.402.666-5 D R CALLEGARO & CIA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1703701 BREJINHO DE NAZARE	Insc. Estadual Razão social 29.429.683-2 CASA DO PORTAL COMÉRCIO DE MADEIRA E ARTEFATOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL

Insc. Estadual Razão social 29.430.788-0 JIRE COMERCIO EM AGRONEGOCIOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL	Insc. Estadual Razão social 29.451.734-0 LIRA & COSTA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL
Insc. Estadual Razão social 29.432.842-4 BICICLETARIA BARBOSA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL	Insc. Estadual Razão social 29.452.201-8 DELTA AGRO COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL
Insc. Estadual Razão social 29.433.094-1 MARIA JOSE DE ALENCAR - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL	Insc. Estadual Razão social 29.454.905-6 LÚCIO ANDRÉ COSTA MENDONÇA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1717909 PONTEALTADO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.434.042-4 N. A. COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL	Insc. Estadual Razão social 29.458.280-0 L. S. DE SOUSA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL
Insc. Estadual Razão social 29.434.788-7 PARAIBA MATERIAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL	Insc. Estadual Razão social 29.458.493-5 NAPOLEÃO PEREIRA MEDRADO LEÃO DA SILVA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL
Insc. Estadual Razão social 29.437.155-9 SUPERMERCADO BARATÃO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1714203 NATIVIDADE	Insc. Estadual Razão social 29.458.809-4 KRR DROGARIA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL
Insc. Estadual Razão social 29.437.245-8 M D DOS SANTOS - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL	Insc. Estadual Razão social 29.459.723-9 MAPEL CASA E CONSTRUÇÃO EIRELI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL
Insc. Estadual Razão social 29.437.408-6 TRANSPORTADORA IRMAOS SILVA LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL	Insc. Estadual Razão social 29.460.227-5 PORTO NACIONAL SORVETERIA E LANCHES LTDA - EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL
Insc. Estadual Razão social 29.439.941-0 J T DO BOMFIM AIRES ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL	Insc. Estadual Razão social 29.460.719-6 T. C. CARDOZO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL
Insc. Estadual Razão social 29.442.502-0 VISUART COMUNICAÇÃO VISUAL - EIRELI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL	Insc. Estadual Razão social 29.464.226-9 R VEECK SORVETERIA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL
Insc. Estadual Razão social 29.446.488-3 M A MACIEL Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL	Insc. Estadual Razão social 29.470.380-2 BCI BRASIL CHINA IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA S/A Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL
Insc. Estadual Razão social 29.446.906-0 FAZENDAS ECOLOGICAS S/A Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL	Insc. Estadual Razão social 29.471.110-4 AGRO CONQUISTA TOMAZINI LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1709807 IPUERAS
Insc. Estadual Razão social 29.446.977-0 A. C. P. DE SOUZA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL	Insc. Estadual Razão social 29.471.678-5 ARRUDA AGRONEGÓCIOS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL
Insc. Estadual Razão social 29.447.324-6 T V R DE LIMA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL	Insc. Estadual Razão social 29.474.926-8 COMERCIAL PARAISO MATERIAIS EIRELI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL
Insc. Estadual Razão social 29.447.800-0 BARREIRA & VIEIRA LTDA - ME Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 05/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL	Insc. Estadual Razão social 29.474.973-0 BISPO & ALVES LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL
Insc. Estadual Razão social 29.448.021-8 FRIBON TRANSPORTES LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL	Insc. Estadual Razão social 29.475.201-3 JAILTON ALVES INVESTIMENTOS EIRELI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL
Insc. Estadual Razão social 29.449.667-0 CERAMICA SANTO ANGELO LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1720655 SILVANOPOLIS	Insc. Estadual Razão social 29.475.708-2 BATERIAS PIONEIRO DISTRIBUIDORA TOCANTINS LTDA - EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL
Insc. Estadual Razão social 29.449.746-3 M DO SOCORRO COELHO DE CARVALHO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL	Insc. Estadual Razão social 29.476.037-7 JAILTON ALVES DE SOUZA EIRELI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL

Insc. Estadual Razão social 29.476.047-4 FAST CONSTRUÇÕES E CONSTRUTORA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL	Insc. Estadual Razão social 29.421.002-4 CLAUDIVAN COSTA EVANGELISTA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1709302 GUARAI
Insc. Estadual Razão social 29.476.800-9 R CASTRO CORREIA - PORTO IMÓVEIS - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718204 PORTO NACIONAL	Insc. Estadual Razão social 29.422.336-3 TARUMA AGRONEGOCIOS LTDA - FILIAL Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1704105 CENTENARIO
00952 - DELEGACIA DA RECEITA DE PEDRO AFONSO		Insc. Estadual Razão social 29.428.248-3 MOTOSPORT COMERCIO VAREJISTA DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1709302 GUARAI
Insc. Estadual Razão social 29.043.783-0 NEREU MARTINS DA COSTA & CIA LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716505 PEDRO AFONSO	Insc. Estadual Razão social 29.429.428-7 M E SCHIO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1709302 GUARAI
Insc. Estadual Razão social 29.059.071-0 EMERENCIANA PEREIRA SOBRINHO LEO ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1708254 FORTALEZA DO TABOCAO	Insc. Estadual Razão social 29.433.505-6 PEREIRA COMERCIAL LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716505 PEDRO AFONSO
Insc. Estadual Razão social 29.060.961-5 DOMINGOS FERNANDES LIMA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718501 RECURSOLANDIA	Insc. Estadual Razão social 29.434.242-7 L C PINHEIRO ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718758 RIO SONO
Insc. Estadual Razão social 29.060.963-1 KEYLLON REGIO CHAVES BRITO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1703305 BOM JESUS DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.434.643-0 VALDELOM PEREIRA ALVIM - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1708254 FORTALEZA DO TABOCAO
Insc. Estadual Razão social 29.061.662-0 SEBASTIAO CAETANO ROSA Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 07/07/2017	Município 1716703 COLMEIA	Insc. Estadual Razão social 29.437.478-7 CERAMICA SARAIVA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1708304 GOIANORTE
Insc. Estadual Razão social 29.342.636-8 MARIA DAS GRAÇAS ROCHA DA SILVA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1710508 ITACAJA	Insc. Estadual Razão social 29.442.205-6 DENIS ANTONIO AGUIAR DE SOUZA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716703 COLMEIA
Insc. Estadual Razão social 29.379.419-7 J R BARROS - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718501 RECURSOLANDIA	Insc. Estadual Razão social 29.444.066-6 COMERCIAL PARANAGUÁ - EIRELI Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1712405 LIZARDA
Insc. Estadual Razão social 29.383.252-8 AMAURI CESAR RIBEIRO DE OLIVEIRA & CIA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1709302 GUARAI	Insc. Estadual Razão social 29.444.107-7 ELIVELTON ARAUJO SANTIAGO DA SILVA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1709302 GUARAI
Insc. Estadual Razão social 29.395.784-3 TARUMÁ AGRONEGOCIOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716505 PEDRO AFONSO	Insc. Estadual Razão social 29.445.592-2 W CURCINO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1709302 GUARAI
Insc. Estadual Razão social 29.401.185-4 AGNALDO LIMA SODRE Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716505 PEDRO AFONSO	Insc. Estadual Razão social 29.447.689-0 WM COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1709302 GUARAI
Insc. Estadual Razão social 29.402.182-5 NATANAEL REIS ROCHA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718501 RECURSOLANDIA	Insc. Estadual Razão social 29.448.222-9 A T MIRANDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1709302 GUARAI
Insc. Estadual Razão social 29.404.232-6 V M CHAGAS - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716703 COLMEIA	Insc. Estadual Razão social 29.454.231-0 RAIMUNDO NONATO BORGES DOS REIS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1709302 GUARAI
Insc. Estadual Razão social 29.414.327-0 ALCILENE SOUSA PAULINO MORAIS ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1709302 GUARAI	Insc. Estadual Razão social 29.458.978-3 SIPRIANO FERNANDES DA CONCEIÇÃO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716505 PEDRO AFONSO
Insc. Estadual Razão social 29.415.832-4 WELLITON KLEVYS PEREIRA ROCHA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1709302 GUARAI	Insc. Estadual Razão social 29.459.761-1 JACKSON QUEIROZ SOARES - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716505 PEDRO AFONSO
Insc. Estadual Razão social 29.417.952-6 JOÃO BATISTA SANTIAGO ADORNO-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716505 PEDRO AFONSO	Insc. Estadual Razão social 29.460.123-6 PEDRO HENRIQUE GOMES BENELLI Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718758 RIO SONO
Insc. Estadual Razão social 29.420.857-7 N. A. NOGUEIRA CONSTRUÇÕES ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716505 PEDRO AFONSO		



Insc. Estadual Razão social 29.460.525-8 E COELHO DA SILVA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1709302 GUARAI	Insc. Estadual Razão social 29.064.824-6 W S F ANDRADE E CIA. LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1706506 DARCINOPOLIS
Insc. Estadual Razão social 29.460.982-2 K. DE S. ASSIS ELIAS - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1709302 GUARAI	Insc. Estadual Razão social 29.400.750-4 MENDES & LIMA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721208 TOCANTINOPOLIS
Insc. Estadual Razão social 29.461.452-4 MARIA VERA RIBEIRO DOS SANTOS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 10/07/2017	Município 1708254 FORTALEZA DO TABOAO	Insc. Estadual Razão social 29.401.056-4 LUCIANO PEREIRA DA COSTA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1706506 DARCINOPOLIS
Insc. Estadual Razão social 29.463.401-0 CARLOS ROBERTO DA SILVA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1709302 GUARAI	Insc. Estadual Razão social 29.401.889-1 R. DOS SANTOS MELO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1700301 AGUIARNOPOLIS
Insc. Estadual Razão social 29.463.959-4 CAMILA MOARAS HOFFMANN VIEIRA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718881 SANTAMARIADOTOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.410.216-7 E G DE SOUSA SANTOS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1720002 SANTA TEREZINHADO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.466.663-0 CIDADÃO TRANSPORTE E TURISMO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1709302 GUARAI	Insc. Estadual Razão social 29.429.962-9 C S DE ANDRADE FLESCHE-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721208 TOCANTINOPOLIS
Insc. Estadual Razão social 29.470.839-1 GUALBERTO REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1709302 GUARAI	Insc. Estadual Razão social 29.476.593-0 JOELSON LOPES DE AGUIAR FARIAS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721208 TOCANTINOPOLIS
Insc. Estadual Razão social 29.472.092-8 CONSTRULIMP LOCAÇÃO LTDA - EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1709302 GUARAI	Insc. Estadual Razão social 29.477.072-0 R SOUSA LOPES EIRELI Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721208 TOCANTINOPOLIS
Insc. Estadual Razão social 29.472.525-3 ALMIR RODRIGUES DOS SANTOS ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716505 PEDRO AFONSO	Insc. Estadual Razão social 29.477.202-2 MINERADORA SÃO FRANCISCO LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1700301 AGUIARNOPOLIS
Insc. Estadual Razão social 29.472.656-0 CLÉCIA ALVES DA SILVA - ME Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 12/07/2017	Município 1708304 GOIANORTE	Insc. Estadual Razão social 29.477.232-4 AUGUSTO ARAUJO NONATO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721208 TOCANTINOPOLIS
Insc. Estadual Razão social 29.478.279-6 J. W. Z. DE P. SILVEIRA - EPP Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 12/07/2017	Município 1708304 GOIANORTE	00954 - DELEGACIA DA RECEITA DE ARAGUAINA	
00953 - DELEGACIA DA RECEITA DE TOCANTINOPOLIS			
Insc. Estadual Razão social 29.005.318-8 LUIZ DA PAZ BORGES DA SILVA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721208 TOCANTINOPOLIS	Insc. Estadual Razão social 29.000.068-8 E VIEIRA SILVA - VIDROS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1701002 ANANAS
Insc. Estadual Razão social 29.028.866-5 BIBIANO ALMEIDA DA SILVA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721208 TOCANTINOPOLIS	Insc. Estadual Razão social 29.000.893-0 PANTERA COMERCIO DE PEÇAS PARA MOTOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.035.986-4 ARAGUAPAX ADM DE SERVICOS POSTUMOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721208 TOCANTINOPOLIS	Insc. Estadual Razão social 29.001.907-9 JOSE AREU LEITE SOUSA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.050.946-7 ARAGUAPAX ADM DE SERVICOS POSTUMOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1700301 AGUIARNOPOLIS	Insc. Estadual Razão social 29.001.972-9 JOSE GOMES DA SILVA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.059.338-7 JOSE RIBAMAR ALVES PEREIRA ACOUGUE Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721208 TOCANTINOPOLIS	Insc. Estadual Razão social 29.002.805-1 PRAXE ATACADO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.064.409-7 ALDEMIR MESSIAS DE SOUSA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721208 TOCANTINOPOLIS	Insc. Estadual Razão social 29.004.329-8 GESSONORTE IND COM DE MINERAÇÃO TRANSPORTE LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1707702 FILADELFIA
Insc. Estadual Razão social 29.064.413-5 JOSIAL DE SOUSA COELHO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721208 TOCANTINOPOLIS	Insc. Estadual Razão social 29.007.023-6 ANTONIO IOMAR ALENCAR Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1715705 PALMEIRANTE

Insc. Estadual Razão social 29.027.064-2 JOSE NEGREI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1722081 WANDERLANDIA	Insc. Estadual Razão social 29.062.738-9 PEDRO FIRMINO DA SILVA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.035.022-0 PETROLIMA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1709005 GOIATINS	Insc. Estadual Razão social 29.063.119-0 ELCIONE CAMILO DA CUNHA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.035.029-8 AGROPECUARIA SERRA FORMOSA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1709005 GOIATINS	Insc. Estadual Razão social 29.064.603-0 MECANICA FAXINALENSE LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1722081 WANDERLANDIA
Insc. Estadual Razão social 29.035.061-1 MILENA MACIEL Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1722107 XAMBIOA	Insc. Estadual Razão social 29.066.000-9 CABRAL & SOUZA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.035.844-2 J I RAMOS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1714880 NOVA OLINDA	Insc. Estadual Razão social 29.067.258-9 E DE SOUSA E SILVA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.039.687-5 J. DE R.P. DA TRINDADE ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1703842 CAMPOS LINDOS	Insc. Estadual Razão social 29.068.256-8 CERAMICA CERMAR LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.039.856-8 M R B MALIZIA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.068.599-0 MOTA E PEREIRA CONSTRUTORA LTDA - EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718550 RIACHINHO
Insc. Estadual Razão social 29.045.473-5 L S VASCONCELOS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1709005 GOIATINS	Insc. Estadual Razão social 29.068.952-0 S. N. AGUIAR Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1703008 BABACULANDIA
Insc. Estadual Razão social 29.046.235-5 PONTES & CAETANO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.069.852-9 FRANDISMAR ALVES FERREIRA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.046.934-1 ALDIRENE NETA DE SOUSA & CIA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.079.978-3 MARCIA CORREA CAMARGO DA CRUZ Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1722081 WANDERLANDIA
Insc. Estadual Razão social 29.054.770-9 TAVARES E GOMES LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.088.437-3 I. N. CARMO COSTA & CIA LTDA. ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.057.420-0 JOAO JULIAO NEVES Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1701002 ANANAS	Insc. Estadual Razão social 29.088.834-4 H DA CRUZ CAMPOS LUZ Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1709005 GOIATINS
Insc. Estadual Razão social 29.060.031-6 G ALVES DOS REIS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1722081 WANDERLANDIA	Insc. Estadual Razão social 29.088.991-0 JOÃO RAIMUNDO DA SILVA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.060.439-7 BENTO & COSTA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718865 SANTA FE DO ARAGUAIA	Insc. Estadual Razão social 29.356.429-9 Q R BARBOSA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.061.976-9 J. R. QUIXABEIRA NETO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1714880 NOVA OLINDA	Insc. Estadual Razão social 29.359.762-6 PROJECAD E PARAFERRAGENS LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.061.983-1 M. Q. M. DE OLIVEIRA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1714880 NOVA OLINDA	Insc. Estadual Razão social 29.373.665-0 ELETRONICA MASTER DIGITAL LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.062.724-9 ARNALDO C DA SILVA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1707702 FILADELFIA	Insc. Estadual Razão social 29.380.983-6 ELENILSON DOS SANTOS PEREIRA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1722107 XAMBIOA
Insc. Estadual Razão social 29.062.725-7 L. P. DA SILVA ROSA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1701309 ARAGOMINAS	Insc. Estadual Razão social 29.384.434-8 ADEGA COMERCIO DE BEBIDAS BRASIL LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA

Insc. Estadual Razão social 29.388.062-0 L. ALVES FONSECA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718550 RIACHINHO	Insc. Estadual Razão social 29.408.646-3 MARIA FRANCINETE CARVALHO DA SILVA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702158 ARAGUANA
Insc. Estadual Razão social 29.388.476-5 ROEDIS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.408.994-2 IMPORIO COM VAREJISTA DE PROD DE HIGIENE E LIMPEZALTD A EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.391.993-3 FUNAMC FUNDAÇÃO DE ATIVIDADE MUNICIPAL COMUNITÁRIA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.409.208-0 S C SANTOS ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1701002 ANANAS
Insc. Estadual Razão social 29.393.647-1 MARAJÓ COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS AUTOMOTIVOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1714880 NOVA OLINDA	Insc. Estadual Razão social 29.409.231-5 PRODUÇÃO E COMERCIO DE SEMENTES NOVA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.393.911-0 LARISSE MOVEIS COMERCIO DE MOVEIS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1703008 BABACULANDIA	Insc. Estadual Razão social 29.409.253-6 E M ALVES NUNES Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1703073 BARRA DO OURO
Insc. Estadual Razão social 29.394.119-0 MARIA AUXILIADORA PENHA JABUR - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.410.948-0 LEOMAR DE ALMEIDA PORTO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.394.308-7 ENORTE TRANSPORTES E LOGISTICALTD A - EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.411.143-3 LOPES & CIA LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.395.175-6 WOLFRAM TRANSPORTES DE CALCARIO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1722107 XAMBIOA	Insc. Estadual Razão social 29.412.377-6 MARILENE SOCORRO DA SILVA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.395.948-0 STREET CAR COM VAR DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA VEÍCULOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.412.509-4 MINIMERCADO ANA CLARA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1722107 XAMBIOA
Insc. Estadual Razão social 29.396.219-7 IRMÃOS FIGUEREDO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.412.843-3 ELISIANE DA COSTA ALMEIDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1713957 MURICILANDIA
Insc. Estadual Razão social 29.397.004-1 R JUNIOR ALVES SANTANA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1722107 XAMBIOA	Insc. Estadual Razão social 29.413.414-0 DIAS & SOUSA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.398.479-4 JOSE NEGREI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1722081 WANDERLANDIA	Insc. Estadual Razão social 29.413.497-2 DIAS & DIAS CONSTRUÇÕES LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1722107 XAMBIOA
Insc. Estadual Razão social 29.398.834-0 A & S COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA = ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.413.666-5 FARMÁCIA RAÍZES DROGARIA E MANIPULAÇÃO ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.399.881-7 FRANCISCA A. DE SOUSA MARTINS - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.414.220-7 LEITE & ROCHA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.401.407-1 M SOUSA FILHO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1701002 ANANAS	Insc. Estadual Razão social 29.414.455-2 OSEIAS LIMA DE SOUSA - EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1715705 PALMEIRANTE
Insc. Estadual Razão social 29.401.771-2 VANCINI DO BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.414.993-7 O C FERREIRA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1703008 BABACULANDIA
Insc. Estadual Razão social 29.403.820-5 G P GOMES Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1715705 PALMEIRANTE	Insc. Estadual Razão social 29.415.070-6 PEREIRA E RODRIGUES LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.406.046-4 LEODINA BATISTA DA LUZ Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1714880 NOVA OLINDA	Insc. Estadual Razão social 29.416.022-1 L. A. N. DE SOUSA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1713957 MURICILANDIA



Insc. Estadual Razão social 29.416.444-8 D P DA SILVA COMERCIO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1717206 PIRAQUE	Insc. Estadual Razão social 29.426.141-9 OLIVEIRA & BENELLI LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.416.894-0 WANDERLY MACENA BOTELHO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.427.565-7 AUTO ELETRICA CENTER DIESEL LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.417.165-7 C. K. CASA AGROPECUARIA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1707702 FILADELFIA	Insc. Estadual Razão social 29.427.779-0 DARLAM CARVALHO REIS COMÉRCIO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.417.647-0 BENTO & COSTA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718865 SANTA FE DO ARAGUAIA	Insc. Estadual Razão social 29.428.405-2 ELEUSDETE MARIA DIAS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.417.946-1 MERCADINHO TODA HORA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.428.556-3 W R PAZ Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.418.169-5 P R A DE OLIVEIRA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.428.563-6 ANA ALICE PALACE HOTEL LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.418.338-8 M S EXCLUSIVY FASHION LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.429.588-7 PEREIRA & AGUIAR LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1722107 XAMBIOA
Insc. Estadual Razão social 29.418.925-4 DEOSDETE RIBEIRO NETO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.430.512-2 CRUZ & MENDES LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.418.954-8 F. N. DE AQUINO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1703008 BABACULANDIA	Insc. Estadual Razão social 29.430.862-8 A R LOPES DA SILVA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1709005 GOIATINS
Insc. Estadual Razão social 29.419.337-5 ELZA GOMES MENDONÇA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.431.307-9 JUCILVAN NUNES LOPES Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1703842 CAMPOS LINDOS
Insc. Estadual Razão social 29.419.614-5 P D DA LUZ FILHO & CIA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.431.309-5 CHICME COMERCIO VAR DE PRODUTOS NATURAIS E VESTUARIO LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.420.086-0 MARTINUZZI TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1722107 XAMBIOA	Insc. Estadual Razão social 29.431.463-6 BECKMA & COSTA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.420.314-1 MULTMED COMERCIO DE PRODUTOS MED. E HOSPITALARES EIRELI ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.431.646-9 ANA CECILIA MECENAS ANDRADE ABADIA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1703008 BABACULANDIA
Insc. Estadual Razão social 29.423.134-0 H CAVALCANTE DA SILVA & CIA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1715705 PALMEIRANTE	Insc. Estadual Razão social 29.432.432-1 HIMARE COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.423.374-1 V & P COMERCIO REP DE PROD MEDICOS E HOSPITALARES LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.432.440-2 K S FERREIRA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.423.580-9 OLIVEIRA, SANTOS & SALES LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718865 SANTA FE DO ARAGUAIA	Insc. Estadual Razão social 29.432.501-8 SUENAGA E MELLO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.425.519-2 SERRALHERIA LIMA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.432.674-0 MARIA DA LUZ SILVA NAZARIO ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.426.069-2 D'GRANEL TRANSPORTES E COMERCIO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1722107 XAMBIOA	Insc. Estadual Razão social 29.432.679-0 P. P. DE FREITAS - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1703073 BARRA DO OURO

Insc. Estadual Razão social 29.433.444-0 TOTAL PEÇAS CENTRO AUTOMOTIVO LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.442.780-5 C. M. C. SOARES ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1714880 NOVA OLINDA
Insc. Estadual Razão social 29.433.513-7 D DA SILVA CASTRO COMÉRCIO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.443.368-6 GRÁFICA PROVISÃO LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.434.308-3 VIÇOSA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.444.829-2 Q1 COMERCIAL DE ROUPAS S.A Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.434.344-0 SIQUEIRA & LAGE LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.445.068-8 DIEGO DA COSTA BASTOS-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.434.591-4 COSTA E NUNES LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.445.465-9 R S LIMA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.435.011-0 TRANSPORTADORA VELHO OESTE LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.445.678-3 CONSTRUTORA ARAGUAINA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.435.030-6 BIOTEC SOLUÇÕES DE TI LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.445.815-8 MARCIO LIMA MENDONÇA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.436.586-9 C P DA SILVA COELHO ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718550 RIACHINHO	Insc. Estadual Razão social 29.445.863-8 C. A. MACEDO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1717206 PIRAQUE
Insc. Estadual Razão social 29.437.429-9 P. DE ALMEIDA OLIVEIRA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.446.251-1 M E DE LIMA & CIA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.437.859-6 ANTUNES & OLIVEIRA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1701002 ANANAS	Insc. Estadual Razão social 29.446.435-2 M. A. MESSIAS LIMA & CIA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1715705 PALMEIRANTE
Insc. Estadual Razão social 29.439.517-2 ANDRE PARENTE BARJUD DUARTE - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.447.690-3 J J T MACEDO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1722081 WANDERLANDIA
Insc. Estadual Razão social 29.439.543-1 I. S. MENDES Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1717206 PIRAQUE	Insc. Estadual Razão social 29.448.065-0 RAIANE LOPES LEAL-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1722081 WANDERLANDIA
Insc. Estadual Razão social 29.440.161-0 ARAUJO & ANDRADE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.448.106-0 R L XAVIER ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1722107 XAMBIOA
Insc. Estadual Razão social 29.440.529-1 DROGARIA LUZ LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1714880 NOVA OLINDA	Insc. Estadual Razão social 29.448.487-6 FORTALEZA 10 COMERCIO DE ARTIGOS DO VESTUARIO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.441.239-5 PAPALEGUAS COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1722107 XAMBIOA	Insc. Estadual Razão social 29.448.654-2 FLEXUS ACADEMIA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.441.380-4 J. ALEX DA SILVA BARROS - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.448.728-0 V & F LOGISTICA E TRANSPORTE LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.442.404-0 E F RODRIGUES - EIRELI Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.448.930-4 E MARTINS CAMPOS - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.442.717-1 ATACADÃO DO CIMENTO LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.449.547-9 TOMAZINI TRANSPORTES LTDA EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1722107 XAMBIOA

Insc. Estadual Razão social 29.450.220-3 TRANSFRIOS TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.456.863-8 TORNEADORA ARAGUAIA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.450.579-2 CELISMAR LIMA DE CARVALHO - EIRELI Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.457.570-7 G F N DE OLIVEIRA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1714880 NOVA OLINDA
Insc. Estadual Razão social 29.450.766-3 RETIFICA BRASIL TOCANTINS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.458.559-1 GALDINO E SILVA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.451.073-7 R ALVES DE SOUSA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.458.796-9 TRILHA DAS LETRAS COM E DIST DE LIV E BRINQ PEDAG LTDA EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.451.228-4 DAVI DE SÁ VARAO NETO ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.459.139-7 CENTRAL CAR TRANSPORTES E LOCAÇÃO EIRELI - EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.451.249-7 PONTO A PONTO TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.459.408-6 R C DE CASTILHO - ME Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 06/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.451.310-8 CDH ARAGUAINA EIRELI Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.459.417-5 TRANSPORTES VALLOR EIRELI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.452.021-0 C L NETO - EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.459.519-8 A V DA SILVA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1701002 ANANAS
Insc. Estadual Razão social 29.452.113-5 ARNALDO DE CARVALHO JUNIOR SILVA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1722107 XAMBIOA	Insc. Estadual Razão social 29.460.025-6 CARTEGIANY & SILVA LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.452.436-3 C M A CAVALCANTE EIRELI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.460.112-0 CARVALHO & VALADARES LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.453.625-6 RESTAURANTE E LANCHONETE ESTRELA DO NORTE LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.460.776-5 ROCHA & BARBOSA LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1715705 PALMEIRANTE
Insc. Estadual Razão social 29.453.853-4 RODOSUL IND. E COM. DE CARROCERIAS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.461.650-0 ANA PAULA VIEIRA LOPES EIRELI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.453.992-1 SANTOS & DOURADO FORMAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.461.974-7 V A COLCHOES LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.454.907-2 RICARDO NATALINO GRECO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1709005 GOIATINS	Insc. Estadual Razão social 29.462.170-9 CIDAO TRANSPORTE E TURISMO LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.455.082-8 TORII JAPANESE FOOD LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.463.035-0 COOP DOS TRANSP AUT DE PASSAG DO MUN DE ARAG TO COOPERLOTA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.455.743-1 D. SAO JOSE D. DOS ANJOS - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.464.322-2 V EUSEBIO DE SOUSA COMERCIO ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718865 SANTA FE DO ARAGUAIA
Insc. Estadual Razão social 29.455.940-0 LUCIANA PARO TRANSPORTES - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.464.396-6 FLAVIO J. GABRY - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.456.589-2 F P N SOUSA BRITO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.467.008-4 ALDDO INFORMATICA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA

Insc. Estadual Razão social 29.467.272-9 DIGISAT DISTRIBUIDORA LTDA - EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.476.342-2 ALA DIESEL - MECANICA DE CAMINHOS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.467.588-4 R. S. MIRANDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.476.484-4 W WAGN FAUSTINO DA SILVA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.470.776-0 TRANSPORTE RIBEIRO E SOARES LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1722107 XAMBIOA	Insc. Estadual Razão social 29.476.501-8 B & F EDITORAÇÃO COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.471.120-1 FRANCISCO CARLOS ARAUJO FILHO Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 06/07/2017	Município 1715705 PALMEIRANTE	Insc. Estadual Razão social 29.476.808-4 ROSIVETH RIBEIRO AIRES - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.471.494-4 ANDERSON E JAD GAS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718550 RIACHINHO	Insc. Estadual Razão social 29.476.898-0 RAFAEL L DA LUZ - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1707702 FILADELFIA
Insc. Estadual Razão social 29.471.665-3 M. A. FERNANDES DA SILVA MAMEDIO - LANCHES - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.477.020-8 EVERESTE - CONSTRUÇÃO CIVIL E MANUTENÇÃO LTDA - EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.472.029-4 B&F REVENDA DE LIVROS E PRODUTOS DE VESTUARIO LTDA - EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.477.331-2 FARMACIA E DROGARIA DO TRABALHADOR TOCANTINENSE EIRELI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA
Insc. Estadual Razão social 29.472.926-7 MADEJUNIOR TRANSPORTES E LOGISTICA EIRELI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1722107 XAMBIOA	00955 - DELEGACIA DA RECEITA DE GURUPI	
Insc. Estadual Razão social 29.473.042-7 WHENDESLEY SOUSA DA SILVA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1722107 XAMBIOA	Insc. Estadual Razão social 29.342.247-8 SOCIC - SOCIEDADE COMERCIAL IRMAS CLAUDINO S/A Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 18/07/2017	Município 1709500 GURUPI
Insc. Estadual Razão social 29.473.335-3 ERP COMERCIO DE INSUMOS AGRICOLAS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1703842 CAMPOS LINDOS	Insc. Estadual Razão social 29.418.569-0 CLENILSON GOMES PEREIRA Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 12/07/2017	Município 1703867 CARIRI DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.473.524-0 TORRES E LEITE LTDA - EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.421.096-2 PLASTIC BRASIL LTDA Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 18/07/2017	Município 1709500 GURUPI
Insc. Estadual Razão social 29.474.179-8 ALTO MIUDEZAS COMERCIAL LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.475.060-6 L. BATISTA DE SOUZA - ME Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 07/07/2017	Município 1708205 FORMOSO DO ARAGUAIA
Insc. Estadual Razão social 29.474.371-5 HORIZONTE E JAD GAS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1717206 PIRAQUE	00956 - DELEGACIA DA RECEITA DE MIRACEMA	
Insc. Estadual Razão social 29.474.400-2 ANDERSON E JAD GAS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1701002 ANANAS	Insc. Estadual Razão social 29.048.395-6 FRANCISCO PEREIRA DE ANDRADE Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1713205 MIRACEMA DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.474.694-3 CENTRO OESTE COMERCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS EIRELI - EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.393.457-6 DIRCEU LUIS SCHIO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1713205 MIRACEMA DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.474.785-0 PINHEIRO & PINHEIRO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.406.085-5 PARAFUSAO EIRELI ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1713205 MIRACEMA DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.475.512-8 C. J. MARQUES DE PAULA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1707702 FILADELFIA	Insc. Estadual Razão social 29.408.374-0 DEJAIR P BATISTA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1713205 MIRACEMA DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.475.340-6 VIAÇÃO ARAGUAINA EIRELI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702109 ARAGUAINA	Insc. Estadual Razão social 29.420.917-4 HELIZANY FERNANDES ARAUJO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718709 RIO DOS BOIS
		Insc. Estadual Razão social 29.439.077-4 COMERCIO DE VAREJO & ATACADO PIAUI LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721109 TOCANTINIA



Insc. Estadual Razão social 29.447.659-8 AGRO PET SHOP MIRACEMA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1713205 MIRACEMADO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.394.853-4 RUSLAM CARVALHO PEREIRA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1707009 DIANOPOLIS
Insc. Estadual Razão social 29.454.913-7 IONE DE FREITAS ARAUJO BARBOSA - EIRELI ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718709 RIO DOS BOIS	Insc. Estadual Razão social 29.394.981-6 MEDEIROS & BRANDÃO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705607 CONCEICAO DOTOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.471.622-0 A. ROBERTO MOMO REPRESENTAÇÕES-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1713205 MIRACEMADO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.395.850-5 PAULO ROBERTO TAVARES SILVA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702703 AURORA DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.473.045-1 LUCILIA MOURA DA SILVA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1713205 MIRACEMADO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.399.526-5 DONIZETH MARTINS DOS SANTOS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702406 ARRAIAS
Insc. Estadual Razão social 29.477.225-1 THALLER ROGERIO DE CASTRO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1713205 MIRACEMADO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.404.157-5 AGROPECUARIA VEREDA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716208 PARANA
00957 - DELEGACIA DA RECEITA DE TAGUATINGA			
Insc. Estadual Razão social 29.022.644-9 DEOMAR BENTO BARBOSA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702406 ARRAIAS	Insc. Estadual Razão social 29.411.130-1 LÚCIO MÁRCIO MARTINS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702406 ARRAIAS
Insc. Estadual Razão social 29.029.694-3 MARIA DA PAZ MARQUES RAMALHO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702406 ARRAIAS	Insc. Estadual Razão social 29.412.374-1 PREC EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1720903 TAGUATINGA
Insc. Estadual Razão social 29.034.353-4 JOAO PRIMO DA SILVA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702703 AURORA DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.418.066-4 DOMINGOS DIVINO AMADO ROCHA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716208 PARANA
Insc. Estadual Razão social 29.037.535-5 AMPAR AGROPECUARIA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705607 CONCEICAO DOTOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.419.540-8 ANA PAULA DE O. SANTANA ALMEIDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702703 AURORA DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.055.559-0 IVAN VIEIRA DE MENEZES Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705607 CONCEICAO DOTOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.420.008-8 GESMAR ALVES VARANDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716208 PARANA
Insc. Estadual Razão social 29.056.586-3 RAIMUNDO RABELO LIMA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716208 PARANA	Insc. Estadual Razão social 29.421.880-7 MARIA ANTÔNIA TAVARES DE OLIVEIRA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718006 PORTOALEGRE DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.061.074-5 CARLUCIO DE ALMEIDA ROCHA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702703 AURORA DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.421.924-2 HOTEL RODRIGUES LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1707009 DIANOPOLIS
Insc. Estadual Razão social 29.063.748-1 AILTON DE ALMEIDA MACIEL Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1707009 DIANOPOLIS	Insc. Estadual Razão social 29.423.212-5 R A DE SANTANA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1720903 TAGUATINGA
Insc. Estadual Razão social 29.068.233-9 SILVIO TAGUATINGA ALMEIDA OLIVEIRA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1720903 TAGUATINGA	Insc. Estadual Razão social 29.424.037-3 ZAMBIAZI & DUARTE COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1707009 DIANOPOLIS
Insc. Estadual Razão social 29.347.107-0 NELSON LUIZ ROZO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1715259 NOVO JARDIM	Insc. Estadual Razão social 29.429.172-5 ALEX DOUGLAS AMARAL ALMEIDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702406 ARRAIAS
Insc. Estadual Razão social 29.363.947-7 GERMIRES CALDEIRA BORGES Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705607 CONCEICAO DOTOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.429.507-0 KEYTIANA BARBOSA VIDIGAL CAMPOS - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716208 PARANA
Insc. Estadual Razão social 29.380.864-3 FAZENDA LAGE AGROPECUÁRIA LTDA. Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716208 PARANA	Insc. Estadual Razão social 29.430.578-5 WILTON BARBOSA FOLHA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1707009 DIANOPOLIS
Insc. Estadual Razão social 29.387.762-9 C H DA SILVA EIRELI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1720903 TAGUATINGA	Insc. Estadual Razão social 29.430.815-6 M J CONSTRUÇÕES LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1712157 LAVANDEIRA

Insc. Estadual Razão social 29.431.966-2 CORRENTE INVESTIMENTOS S/A Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1707009 DIANOPOLIS	Insc. Estadual Razão social 29.473.383-3 ESTRATEGICO SOLUÇÕES AGROPECUARIAS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716208 PARANA
Insc. Estadual Razão social 29.432.800-9 JOSÉ GOMES XAVIER Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705557 COMBINADO	Insc. Estadual Razão social 29.475.106-8 JRJ EMPREENDIMENTOS LTDA - EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716208 PARANA
Insc. Estadual Razão social 29.436.151-0 TELES & FARIAS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716208 PARANA	Insc. Estadual Razão social 29.477.089-5 GESSI FRANCISCO DA COSTA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716208 PARANA
Insc. Estadual Razão social 29.436.831-0 MIRADOR INVESTIMENTOS S/A Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1707009 DIANOPOLIS	00958 - DELEGACIA DA RECEITA DE ARAGUATINS	
Insc. Estadual Razão social 29.437.813-8 JOSE NUNES CORREIA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716208 PARANA	Insc. Estadual Razão social 29.003.407-8 CINILHO QUADROS DINIZ Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702208 ARAGUATINS
Insc. Estadual Razão social 29.438.610-6 ATLANTIDA EMPREENDIMENTOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1707009 DIANOPOLIS	Insc. Estadual Razão social 29.027.314-5 ANTONIO ALVES DA CUNHA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718808 SAMPAIO
Insc. Estadual Razão social 29.440.844-4 LUCAS AIRES COSTA GOMES-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702406 ARRAIAS	Insc. Estadual Razão social 29.033.519-1 JOSE LUIS NONATO PEREIRA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702901 AXIXA DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.442.696-5 TEREZINHA DE JESUS DOS SANTOS POVOA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716208 PARANA	Insc. Estadual Razão social 29.038.829-5 MARIA DO SOCORRO SILVA AXIXAENSE Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702901 AXIXA DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.443.207-8 FONTES E VIEIRA LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705557 COMBINADO	Insc. Estadual Razão social 29.038.835-0 MARIA ANTONIA LEITE DA SILVA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702901 AXIXA DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.443.766-5 MF AGROPECUÁRIA E MÁQUINAS LTDA EPP Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716208 PARANA	Insc. Estadual Razão social 29.039.089-3 JACO LUIZ DE ARAUJO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702208 ARAGUATINS
Insc. Estadual Razão social 29.444.528-5 BETEL PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716208 PARANA	Insc. Estadual Razão social 29.057.371-8 MARIA J. S. A. SILVA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1707405 ESPERANTINA
Insc. Estadual Razão social 29.444.692-3 CONSPLEC CONSTRUÇÃO, PLANEJAMENTO, EXTRAÇÃO E COMÉRCIO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702406 ARRAIAS	Insc. Estadual Razão social 29.062.873-3 JOSE APARECIDO DOS SANTOS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702554 AUGUSTINOPOLIS
Insc. Estadual Razão social 29.446.595-2 JOÃO DA COSTA MADUREIRA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705557 COMBINADO	Insc. Estadual Razão social 29.062.907-1 R S ROCHA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702208 ARAGUATINS
Insc. Estadual Razão social 29.451.146-6 TRANSPORTADORA IMPÉRIO LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1720903 TAGUATINGA	Insc. Estadual Razão social 29.064.161-6 MARLEIDE PINHEIRO AGUIAR Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1720101 SAO BENTO DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.460.839-7 P-TEC AGRO MINERAÇÃO SPE LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702406 ARRAIAS	Insc. Estadual Razão social 29.064.173-0 MARIA RODRIGUES LIMA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1703800 BURITI DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.461.472-9 JOSE FABIO RAMOS MARINHO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1720903 TAGUATINGA	Insc. Estadual Razão social 29.064.707-0 SALMON & CIA LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1720309 SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.463.883-0 JOELSON ALMEIDA MARTINS-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702703 AURORA DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.066.933-2 LOPES & FERREIRA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702208 ARAGUATINS
Insc. Estadual Razão social 29.470.071-4 OSCAR PEREIRA DA SILVA JUNIOR - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716208 PARANA	Insc. Estadual Razão social 29.069.011-0 N. G. MOURA & CIA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702554 AUGUSTINOPOLIS
		Insc. Estadual Razão social 29.088.614-7 ANANIAS MIRANDA DA SILVA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1703891 CARRASCO BONITO

Insc. Estadual Razão social 29.088.731-3 LOPES & BEZERRA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702554 AUGUSTINOPOLIS	Insc. Estadual Razão social 29.406.152-5 R RAMALHO COMERCIO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702554 AUGUSTINOPOLIS
Insc. Estadual Razão social 29.341.101-8 AGROPECUARIA OLIVEIRA & FILHOS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1720101 SAOBENTO DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.407.678-6 MANOEL PEREIRA EVANGELISTA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702208 ARAGUATINS
Insc. Estadual Razão social 29.356.086-2 ARMINDO CAYRES DE ALMEIDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702554 AUGUSTINOPOLIS	Insc. Estadual Razão social 29.410.085-7 J B D DE SOUSA BARBOSA E CIA LTDA. Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1720200 SAOMIGUELDO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.358.377-3 DJACI FERNANDA PEREIRA ARAUJO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1703800 BURITI DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.415.163-0 C A O CAMPELO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702208 ARAGUATINS
Insc. Estadual Razão social 29.365.313-5 LÉO INACIO LONDERO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1720101 SAOBENTO DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.416.028-0 ANA AMELIA GOMES BOTELHO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702901 AXIXA DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.374.845-4 LUIZA B. LEAL Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718303 PRAIA NORTE	Insc. Estadual Razão social 29.417.050-2 D. DA C. SILVA MAGAZINE Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718808 SAMPAIO
Insc. Estadual Razão social 29.378.392-6 FRANCILVA DA SILVA MARTINS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702208 ARAGUATINS	Insc. Estadual Razão social 29.418.615-8 CHIMENDES & SILVA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702554 AUGUSTINOPOLIS
Insc. Estadual Razão social 29.378.805-7 JOSE MACIEL REGO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718808 SAMPAIO	Insc. Estadual Razão social 29.419.176-3 G B RODRIGUES - COMÉRCIO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702208 ARAGUATINS
Insc. Estadual Razão social 29.385.269-3 IZONEL DA SILVA DOS SANTOS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702554 AUGUSTINOPOLIS	Insc. Estadual Razão social 29.420.193-9 PSICULTURA N.S.A Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1720200 SAOMIGUELDO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.385.538-2 WALDINALIA ALVES DOS SANTOS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1720101 SAOBENTO DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.420.202-1 DINIZ & DINIZ LTDA. Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702901 AXIXA DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.393.090-2 M D A DE OLIVEIRA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1720101 SAOBENTO DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.422.004-6 INDUSTRIA E COMERCIO DE LATICINIOS SÃO JOSÉ LTDA. Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702901 AXIXA DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.394.532-2 L A PEREIRA COMÉRCIO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1707405 ESPERANTINA	Insc. Estadual Razão social 29.423.622-8 A. M. MARINHO COMERCIO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702554 AUGUSTINOPOLIS
Insc. Estadual Razão social 29.394.654-0 D DA SILVA COMÉRCIO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1707405 ESPERANTINA	Insc. Estadual Razão social 29.423.649-0 R. DE S. PEREIRA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1710706 ITAGUATINS
Insc. Estadual Razão social 29.395.281-7 IVO BARROS DA SILVA JUNIOR Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702554 AUGUSTINOPOLIS	Insc. Estadual Razão social 29.424.707-6 ALVES & LOPES LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702208 ARAGUATINS
Insc. Estadual Razão social 29.399.012-3 FRANCISCO DAS CHAGAS SANTOS OLIVEIRA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1703800 BURITI DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.429.555-0 TEIXEIRA & COSTA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702208 ARAGUATINS
Insc. Estadual Razão social 29.401.991-0 D. S. CAVALCANTE - TRANSPORTE - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702554 AUGUSTINOPOLIS	Insc. Estadual Razão social 29.431.249-8 IZENILDE CARVALHO FRANCO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1720804 SITIO NOVO DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.402.986-9 M L RODRIGUES DA SILVA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702208 ARAGUATINS	Insc. Estadual Razão social 29.432.268-0 E BANDEIRA ABREU COMERCIO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1720101 SAOBENTO DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.403.135-9 A DA C DOURADO COMERCIO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718808 SAMPAIO	Insc. Estadual Razão social 29.433.748-2 C C A DE ALMEIDA COMERCIO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702554 AUGUSTINOPOLIS

Insc. Estadual Razão social 29.438.829-0 CARVOARIA VITORIA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702554 AUGUSTINOPOLIS	Insc. Estadual Razão social 29.475.783-0 J. J. DA SILVA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702208 ARAGUATINS
Insc. Estadual Razão social 29.441.224-7 JOSÉ RAIMUNDO FILHO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702208 ARAGUATINS	00959 - DELEGACIA DA RECEITA DE COLINAS	
Insc. Estadual Razão social 29.441.687-0 P I FLORES KUHN Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718808 SAMPAIO	Insc. Estadual Razão social 29.007.355-3 TELE TAXI TRANSPORTES LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.442.203-0 CARMO & BARBOSA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702208 ARAGUATINS	Insc. Estadual Razão social 29.007.552-1 ROSALINA CANDIDA BARBOSA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.445.336-9 ROMARIO R DE SOUZA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702208 ARAGUATINS	Insc. Estadual Razão social 29.022.188-9 MARIA DE LOURDES VELOSO NUNES Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718402 PRESIDENTE KENNEDY
Insc. Estadual Razão social 29.449.024-8 FORTE BRITA ARAGUAIA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702208 ARAGUATINS	Insc. Estadual Razão social 29.035.215-0 LEONILDO ALVES TEIXEIRA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.450.073-1 OLIVEIRA & LOCATELLI LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1720309 SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.037.416-2 GUAPUI AGROPECUARIA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1711100 ITAPORA DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.454.108-0 MAURO CARLOS MOREIRA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702208 ARAGUATINS	Insc. Estadual Razão social 29.049.569-5 GUAPUI AGROPECUARIA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.461.229-7 CLAUDINO S/A LOJAS DE DEPARTAMENTO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1707405 ESPERANTINA	Insc. Estadual Razão social 29.056.646-0 JOAO PIMENTA DA ROCHA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718402 PRESIDENTE KENNEDY
Insc. Estadual Razão social 29.461.862-7 ELESBAO CAETANO NETO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702208 ARAGUATINS	Insc. Estadual Razão social 29.056.647-9 R C DA COSTA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718402 PRESIDENTE KENNEDY
Insc. Estadual Razão social 29.466.377-0 C S DE ANDRADE FLESCHE - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702208 ARAGUATINS	Insc. Estadual Razão social 29.056.648-7 MARIA REGINA DE SOUZA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718402 PRESIDENTE KENNEDY
Insc. Estadual Razão social 29.466.649-4 NABHAN GLP EIRELI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1720804 SITIO NOVO DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.057.696-2 DEPÓSITO SAMPAIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.468.466-2 NABHAN GLP EIRELI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702208 ARAGUATINS	Insc. Estadual Razão social 29.058.509-0 GUERRA AGROPECUARIA S/A Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702307 ARAPOEMA
Insc. Estadual Razão social 29.468.711-4 NABHAN GLP EIRELI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1703800 BURITI DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.058.667-4 ARRUDA, VIEIRA & VIEIRA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.469.725-0 DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS SÃO MIGUEL LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1720200 SAO MIGUEL DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.059.200-3 PRODUFORTE-IND.COM.E REPRES. DE PROD. AGROPECUÁRIOS LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.473.258-6 QUATRO RODAS HOTEL E LOJAS DE COVENIENCIA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702554 AUGUSTINOPOLIS	Insc. Estadual Razão social 29.060.888-0 F ALVES DUARTE Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716653 PEQUIZEIRO
Insc. Estadual Razão social 29.473.937-8 ASSISTEG REFRIGERAÇÃO E ELETRONICA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702208 ARAGUATINS	Insc. Estadual Razão social 29.060.936-4 AFONSO VILA NOVA DE ABREU ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718402 PRESIDENTE KENNEDY
Insc. Estadual Razão social 29.474.338-3 FELIPE RESPLANDES CARDOSO Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "B" DO RICMS- DEC.2912/06 Data do Evento Cadastral: 10/07/2017	Município 1720200 SAO MIGUEL DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.065.236-7 F A SOUTO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS



Insc. Estadual Razão social 29.067.776-9 FAZENDA MACEDONIA S/A Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1703206 BERNARDO SAYAO	Insc. Estadual Razão social 29.420.910-7 LAC-NORTE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.375.162-5 EILA RÉGINA SOUSA NEVES Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718402 PRESIDENTE KENNEDY	Insc. Estadual Razão social 29.421.414-3 TAVARES TRANSPORTES DE CARGAS LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1703057 BANDEIRANTES DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.387.228-7 MARIA MARLY RIBEIRO DOS SANTOS -ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1703602 BRASILANDIADOTOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.421.685-5 SILVA E SOARES COMERCIAL LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.387.603-7 ANA LUCIA DE MOURA LIMA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702307 ARAPOEMA	Insc. Estadual Razão social 29.422.404-1 WANDERLEY B. SOARES ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.394.243-9 ABEINSA BRASIL PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.423.608-2 R. NEGRI - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.394.623-0 R.DE S ASSIS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.425.100-6 L. ALVES TEIXEIRA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.400.443-2 MATEUS JORGE NEVES Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1721307 TUPIRATINS	Insc. Estadual Razão social 29.427.047-7 S. C. ELEUTERIO CALÇADOS - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.401.501-9 NELSON NEDS S OLIVEIRA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718402 PRESIDENTE KENNEDY	Insc. Estadual Razão social 29.428.220-3 JOSÉ SANTOS FILHO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1711100 ITAPORA DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.402.032-2 M. R. VARIEDADES LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702307 ARAPOEMA	Insc. Estadual Razão social 29.428.884-8 BRUM MODAS LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.403.400-5 CAMPOS E SAMPAIO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718402 PRESIDENTE KENNEDY	Insc. Estadual Razão social 29.430.745-1 J. E. DE ARAUJO & CIA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1703602 BRASILANDIADOTOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.407.080-0 J DE S PIRES Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.431.880-1 A. F. DE SIQUEIRA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.407.290-0 C NUNES DE SOUZA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702307 ARAPOEMA	Insc. Estadual Razão social 29.432.633-2 COOP DE PROD E COMERC DOS AGRIC E FAMILI DE PEQ E REG LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716653 PEQUIZEIRO
Insc. Estadual Razão social 29.407.362-0 CARLOS ROBERTO ALVES FERREIRA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1706001 COUTO DE MAGALHAES	Insc. Estadual Razão social 29.433.030-5 M S MENDES E CIA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.408.498-3 J C FERREIRA DOS SANTOS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.438.846-0 P H A FELIX & SOUZA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716653 PEQUIZEIRO
Insc. Estadual Razão social 29.411.419-0 R. C. DA SILVA RIBEIRO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.440.914-9 J. DE SOUSA NETO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.414.277-0 FAZENDA CAMPO VERDE S.A. Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1706001 COUTO DE MAGALHAES	Insc. Estadual Razão social 29.441.042-2 M. R. Q. CAMPOS - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.417.817-1 GUERRA TRANSPORTE E COMERCIO LTDA TOCANTINS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1703057 BANDEIRANTES DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.442.103-3 WARLEY MACHADO BARROS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.418.347-7 M. C. DOS SANTOS - COMERCIAL - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.442.383-4 T M OLIVEIRA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716653 PEQUIZEIRO

Insc. Estadual Razão social 29.442.603-5 ROSIMAR COELHO QUIXABA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.340.973-0 R. V. DE ARAUJO MACEDO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1715754 PALMEIROPOLIS
Insc. Estadual Razão social 29.443.627-8 J. DE O. COELHO - PIZZARIA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.360.076-7 FERNANDA DE ARAUJO CARDOSO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1711506 JAU DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.443.979-0 MOREIRA & BRITO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1703602BRASILANDIADOTOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.366.312-2 MARCOS GEOVANE DE LIMA TOCANTINS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1720259 SAO SALVADOR DO
Insc. Estadual Razão social 29.444.559-5 MACEDO & DANTAS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.382.139-9 JOCELINO QUIRINO DOS SANTOS TOCANTINS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1720259 SAO SALVADOR DO
Insc. Estadual Razão social 29.446.314-3 MICHAEL RODRIGUES PRIMO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.393.390-1 RODOTUBOS CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702000 ARAGUACU
Insc. Estadual Razão social 29.450.253-0 FABIO MARCOS MORO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1706001 COUTO DE MAGALHAES	Insc. Estadual Razão social 29.401.685-6 ERLEY DE OLIVEIRA SOUZA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718840 SANDOLANDIA
Insc. Estadual Razão social 29.452.651-0 KAUANNE R. LIMA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.409.044-4 DIONY DOMASZAK - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1720978 TALISMA
Insc. Estadual Razão social 29.455.751-2 EMIVAN SOUSA DA SILVA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702307 ARAPOEMA	Insc. Estadual Razão social 29.409.731-7 J. M. COUTINHO ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1720978 TALISMA
Insc. Estadual Razão social 29.458.465-0 RAMOS E VILLAS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.416.008-6 FARMACIA CENTRAL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1707652 FIGUEIROPOLIS
Insc. Estadual Razão social 29.458.574-5 J. DA S. OLIVEIRA E CIA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1703602BRASILANDIADOTOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.416.367-0 DOURADO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1720978 TALISMA
Insc. Estadual Razão social 29.460.323-9 K. DE S. ASSIS ELIAS - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.422.748-2 J A CARDOSO CONFECÇÕES Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1707652 FIGUEIROPOLIS
Insc. Estadual Razão social 29.460.720-0 J. K. AUTO CENTER COMÉRCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA - ME DO TOCANTINS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS	Insc. Estadual Razão social 29.422.849-7 GILTON MENDES MONTEIRO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1700707 ALVORADA
Insc. Estadual Razão social 29.462.784-7 K. DE S. ASSIS ELIAS - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.424.019-5 MOISES GOMES DE ARAUJO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1700707 ALVORADA
Insc. Estadual Razão social 29.466.229-4 CIDADÃO TRANSPORTE E TURISMO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1705508 COLINAS DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.426.611-9 J.C.A. DOS SANTOS MOTA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1700707 ALVORADA
Insc. Estadual Razão social 29.474.822-9 OSVALDINA SOUSA DA SILVA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1703057 BANDEIRANTES.DOTOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.430.200-0 ADILSON OLIVEIRA COELHO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1720978 TALISMA
00961 - DELEGACIA DA RECEITA DE ALVORADA		Insc. Estadual Razão social 29.433.845-4 J NOGUEIRA DOS SANTOS - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718840 SANDOLANDIA
Insc. Estadual Razão social 29.026.601-7 AGROPECUARIA FORTISA LTDA- ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1707652 FIGUEIROPOLIS	Insc. Estadual Razão social 29.435.921-4 RICARDO PINTO COELHO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1700707 ALVORADA
Insc. Estadual Razão social 29.065.501-3 ZENAIDE BARBOSA GUIMARÃES Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1715754 PALMEIROPOLIS	Insc. Estadual Razão social 29.436.604-0 F. R. FERREIRA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1700707 ALVORADA

Insc. Estadual Razão social 29.440.362-0 MARIZETE PEREIRA FANTANIAS OLIVEIRAS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1720259 SAO SALVADOR DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.388.235-5 C D RAMOS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1711902 LAGOA DA CONFUSAO
Insc. Estadual Razão social 29.450.189-4 LUIZ FERREIRA DE SOUZA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702000 ARAGUACU	Insc. Estadual Razão social 29.391.064-2 ELCIO BARBOSA GARCIA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1701903 ARAGUACEMA
Insc. Estadual Razão social 29.451.573-9 FRANCISCO RICARDO DE TOLEDO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1707652 FIGUEIROPOLIS	Insc. Estadual Razão social 29.394.229-3 DHAYANNE C. C. CABRAL - COMERCIO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.451.886-0 JALME DE SOUZA FERRENDIS JÚNIOR Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1707652 FIGUEIROPOLIS	Insc. Estadual Razão social 29.396.748-2 ALVES & PEREIRA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1707207 DOISIRMAOSDOTOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.473.227-6 REGINALDO PIRES PEREIRA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1702000 ARAGUACU	Insc. Estadual Razão social 29.399.017-4 MGP FILHO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.475.162-9 K P BARROS - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1707652 FIGUEIROPOLIS	Insc. Estadual Razão social 29.399.577-0 MARTINS & VASCONCELOS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1707553 FATIMA
00962 - DELEGACIA DA RECEITA DE PARAISO			
Insc. Estadual Razão social 29.007.751-6 ALDISA AGROPECUARIA DOIS IRMAOS S/A Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1707207 DOIS IRMAOS DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.401.479-9 VEREDA TRANSPORTE TURISMO LTDA. Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.012.000-4 VILSON DA COSTA BARROS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1707553 FATIMA	Insc. Estadual Razão social 29.402.607-0 CAVALCANTE PEÇAS E ACESSORIOS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1711902 LAGOA DA CONFUSAO
Insc. Estadual Razão social 29.018.715-0 TRANSCAMINHONEIRO TRANSPORTES LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.405.670-0 MARIA EDIMAR SOUSA SILVA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1700251 ABREULANDIA
Insc. Estadual Razão social 29.032.430-0 MILTON CARDOSO ALVES Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.405.925-3 PEDRO MARINHO & CIA LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1717503 PIUM
Insc. Estadual Razão social 29.051.716-8 TRIHIMIL TOCANTINS RECURSOS HIDRICOS MINERAIS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.407.572-0 ELIAS PROFETA DA FONSECA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1711902 LAGOA DA CONFUSAO
Insc. Estadual Razão social 29.056.455-7 CAMPOS E OLIVEIRA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.408.561-0 H. M. HOLANDA MARINHO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.067.651-7 MULTGRAF LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.408.777-0 CERÂMICA SUPERMIL LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.364.023-8 MOACIR AFONSO VIEIRA Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 17/07/2017	Município 1700251 ABREULANDIA	Insc. Estadual Razão social 29.410.567-0 CENTAURUS COM. VAREJISTA DE PRODUTOS VETERINARIOS LTDA ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.376.739-4 UNIVIDROS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.411.005-4 ATAIDE CARLOS DE SOUZA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1706100 CRISTALANDIA
Insc. Estadual Razão social 29.379.479-0 SEGMEDICA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.421.772-0 MAURÍCIO ELIAS MIRANDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1707207 DOISIRMAOSDOTOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.385.649-4 HELIO ALVES DA SILVA - O GOIANO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.422.305-3 NELLY GELCY KLEIN DE SÁ Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1717503 PIUM
		Insc. Estadual Razão social 29.424.435-2 RETIFICA DE MOTORES E TORNEADORA SILVA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS

Insc. Estadual Razão social 29.424.852-8 MARCOS SALOMÃO SABARIEGO ALI Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1711902 LAGOA DA CONFUSAO	Insc. Estadual Razão social 29.444.071-2 ALVES COELHO E PEREIRA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.427.290-9 SUPERMERCADO UNIÃO LTDA Fundamentação legal ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "D" DO RICMS-DEC. 2912/06 Data do Evento Cadastral: 18/07/2017	Município 1706100 CRISTALANDIA	Insc. Estadual Razão social 29.444.756-3 TRANSPORTADORA ARAUJO & OLIVEIRA LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.428.827-9 SINELÂNDIA SOUZA RODRIGUES - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1711902 LAGOA DA CONFUSAO	Insc. Estadual Razão social 29.444.849-7 ANDRÉ SARAIVA CUNHA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1711902 LAGOA DA CONFUSAO
Insc. Estadual Razão social 29.428.962-3 HELCIAS ALVES DIAS ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.446.057-8 A.R.M. COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.430.962-4 ROMULO THALYS C NEIVA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.446.880-3 J E CIRQUEIRA REFRIGERAÇÃO - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.433.718-0 CLODOALDO GABRIEL Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.447.162-6 WASLEY ROSA DO NASCIMENTO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1717503 PIUM
Insc. Estadual Razão social 29.434.010-6 OSMAR RIBEIRO DE SOUZA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1717503 PIUM	Insc. Estadual Razão social 29.447.336-0 R R MOVEIS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718899 SANTA RITA DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.434.032-7 OSAIR MOTA PINTO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1711902 LAGOA DA CONFUSAO	Insc. Estadual Razão social 29.449.875-3 ALVO AGRICOLA LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.434.112-9 MORAIS & MARTINS LTDA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.450.049-9 MARTOM PEDROSA DE ARAUJO-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.434.873-5 ANA LUCIA DA SILVA SANTANA GONÇALVES - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.450.153-3 HAND GOLD QUIMICA LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.435.334-8 A R LOPES Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1700251 ABREULANDIA	Insc. Estadual Razão social 29.450.710-8 H B VARÃO EIRELI-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.435.507-3 CARLOS EDUARDO MARTINS DIAS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.450.881-3 CORPO E FORMA COM DE SUPLEMENTOS E ESPORTES LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.438.601-7 DAVI TEIXEIRA CARLOS Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1711902 LAGOA DA CONFUSAO	Insc. Estadual Razão social 29.452.100-3 CESAR RICARDO CASAGRANDE Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1718899 SANTA RITA DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.441.526-2 HAILA GONÇALVES AGUIAR Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1711902 LAGOA DA CONFUSAO	Insc. Estadual Razão social 29.452.335-9 EZEQUIEL ANTUNES Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1717503 PIUM
Insc. Estadual Razão social 29.442.426-1 D GRAU FOTOS FORMATURA & EVENTOS LTDA-ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.452.636-6 ROBERTO ALVES DE OLIVEIRA Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.442.709-0 ASSISTEC MANUTENCAO E AUTOMACAO LTDA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.452.738-9 MAURINA DE SOUZA PEREIRA -ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1707108 DIVINOPOLIS DOTOCANTINS
Insc. Estadual Razão social 29.443.469-0 DABILA LOURRAYNE RODRIGUES DE MELO Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS	Insc. Estadual Razão social 29.456.282-6 J B F DOS SOUSA - ME Fundamentação legal ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16 Data do Evento Cadastral: 19/07/2017	Município 1716109 PARAISO DO TOCANTINS



Insc. Estadual Razão social Município  
29.457.162-0 RAMOS E VILLAS LTDA 1716109 PARAISO DO TOCANTINS  
Fundamentação legal  
ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16  
Data do Evento Cadastral: 19/07/2017

Insc. Estadual Razão social Município  
29.457.430-1 REGIS SANDER ALVARES JUSTINO 1717503 PIUM  
Fundamentação legal  
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "U" DO RICMS - DEC. 2912/06.  
Data do Evento Cadastral: 12/07/2017

Insc. Estadual Razão social Município  
29.459.565-1 FRANCISCO & BRAZ LTDA 1716109 PARAISO DO TOCANTINS  
Fundamentação legal  
ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16  
Data do Evento Cadastral: 19/07/2017

Insc. Estadual Razão social Município  
29.460.040-0 ASSOC. DOS PEQ. PRODUTORES RURAIS AMIGOS 1707108 DIVINOPOLIS DO TOCANTINS  
DA TERRA - APPRAT  
Fundamentação legal  
ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16  
Data do Evento Cadastral: 19/07/2017

Insc. Estadual Razão social Município  
29.461.715-9 ESPÓLIO DE OLINDO CHAVES DOS SANTOS 1717503 PIUM  
Fundamentação legal  
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "U" DO RICMS - DEC. 2912/06.  
Data do Evento Cadastral: 12/07/2017

Insc. Estadual Razão social Município  
29.462.533-0 RODRIGO JOSÉ FORMENTINI 1713700 MONTE SANTO DO TOCANTINS  
Fundamentação legal  
ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16  
Data do Evento Cadastral: 19/07/2017

Insc. Estadual Razão social Município  
29.465.955-2 SERGIO JOSÉ STANISZEWSKI 1717503 PIUM  
Fundamentação legal  
ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16  
Data do Evento Cadastral: 19/07/2017

Insc. Estadual Razão social Município  
29.467.192-7 THELMA TAVEIRA FARIA MIRANDA 1707108 DIVINOPOLIS DO TOCANTINS  
Fundamentação legal  
ART. 51 INC. IV DA LEI 1287/01 C/C ART.101 INC. II "U" DO RICMS - DEC. 2912/06.  
Data do Evento Cadastral: 12/07/2017

Insc. Estadual Razão social Município  
29.468.082-9 STRONDO COMERCIO DE EXPLOSIVOS LTDA - EPP 1713700 MONTE SANTO DO TOCANTINS  
Fundamentação legal  
ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16  
Data do Evento Cadastral: 19/07/2017

Insc. Estadual Razão social Município  
29.468.270-8 CLOVIS ROGERIO CASAGRANDE 1718899 SANTA RITADA TOCANTINS  
Fundamentação legal  
ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16  
Data do Evento Cadastral: 19/07/2017

Insc. Estadual Razão social Município  
29.475.606-0 TRANSPORTADORA RDP LTDA 1716109 PARAISO DO TOCANTINS  
Fundamentação legal  
ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16  
Data do Evento Cadastral: 19/07/2017

Insc. Estadual Razão social Município  
29.475.756-2 TOPNET TELECOMUNICAÇÕES EIRELI - ME 1707207 DOIS IRMAOS DO TOCANTINS  
Fundamentação legal  
ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16  
Data do Evento Cadastral: 19/07/2017

Insc. Estadual Razão social Município  
29.476.612-0 MAXLEY SILVA OCACIO - ME 1716109 PARAISO DO TOCANTINS  
Fundamentação legal  
ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16  
Data do Evento Cadastral: 19/07/2017

Insc. Estadual Razão social Município  
29.477.078-0 CM CARDOSO DISTRIBUIDORA EIRELI - ME 1716109 PARAISO DO TOCANTINS  
Fundamentação legal  
ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16  
Data do Evento Cadastral: 19/07/2017

Insc. Estadual Razão social Município  
29.477.099-2 FRANCISQUINHO AUTO PEÇAS EIRELI - ME 1711902 LAGOA DA CONFUSAO  
Fundamentação legal  
ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16  
Data do Evento Cadastral: 19/07/2017

Insc. Estadual Razão social Município  
29.477.155-7 FAVORITA EMBALAGENS EIRELI - EPP 1716109 PARAISO DO TOCANTINS  
Fundamentação legal  
ART.51 INC. IV LEI 1287/01 C/C ART. 101 INC. II "Z13" RICMS - DEC. 5.501/16  
Data do Evento Cadastral: 19/07/2017

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 00038, DE 19 DE JULHO DE 2017.**

Altera os valores dos Produtos, da Lista de Preços - Boletim Informativo, para efeito de determinar a base cálculo do ICMS.

O SUPERINTENDENTE DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 2º da Portaria SEFAZ nº 749, de 06 de julho de 2011.

**RESOLVE:**

Art. 1º Ficam alteradas as unidades de medida comerciais dos subgrupos 1.3 - BOVINOS, na conformidade do Anexo Único a esta Instrução Normativa.

Art. 2º Estabelecer que prevaleça o maior valor entre a base de cálculo constante do documento fiscal e o do Anexo Único da Lista de Preços - Boletim Informativo desta Instrução Normativa.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor em 20 de julho de 2017.

ALESSANDRO RAMOS MARQUES  
Superintendente de Administração Tributária

**BOLETIM INFORMATIVO - LISTA DE PREÇOS  
GRUPO E SUBGRUPO****ANEXO ÚNICO À INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 00038, de 19 de julho de 2017.**

Grupo: ANIMAIS VIVOS					
Subgrupo: BOVINOS					
ITEM	UN	DISCRIMINAÇÃO	VALOR	ÚLT. ALTERAÇÃO	
				I.N.	VIGÊNCIA
1.3.7	UN	BOVINO MACHO DE 0 À 12 MESES Comum	876,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.7	UN	BOVINO MACHO DE 0 À 12 MESES Girolanda	716,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.7	UN	BOVINO MACHO DE 0 À 12 MESES Holandês	703,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.7	UN	BOVINO MACHO DE 0 À 12 MESES Registrado	1886,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.7	UN	BOVINO MACHO DE 0 À 12 MESES L. A.	1150,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.7	UN	BOVINO MACHO DE 0 À 12 MESES para abate	830,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.8	UN	BOVINO MACHO DE 13 À 24 MESES Comum	1192,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.8	UN	BOVINO MACHO DE 13 À 24 MESES Girolanda	1190,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.8	UN	BOVINO MACHO DE 13 À 24 MESES Holandês	1060,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.8	UN	BOVINO MACHO DE 13 À 24 MESES Registrado	4000,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.8	UN	BOVINO MACHO DE 13 À 24 MESES L. A.	2800,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.8	UN	BOVINO MACHO DE 13 À 24 MESES para abate	1325,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.9	UN	BOVINO MACHO DE 25 À 36 MESES Comum	1650,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.9	UN	BOVINO MACHO DE 25 À 36 MESES Girolanda	1755,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.9	UN	BOVINO MACHO DE 25 À 36 MESES Holandês	1690,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.9	UN	BOVINO MACHO DE 25 À 36 MESES Registrado	4550,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.9	UN	BOVINO MACHO DE 25 À 36 MESES L. A.	3255,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.9	UN	BOVINO MACHO DE 25 À 36 MESES para abate	2100,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.12	UN	BOVINO FÊMEA 0 À 12 MESES Comum	700,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.12	UN	BOVINO FÊMEA 0 À 12 MESES Girolanda	750,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.12	UN	BOVINO FÊMEA 0 À 12 MESES Holandês	780,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.12	UN	BOVINO FÊMEA 0 À 12 MESES Registrado	1135,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.12	UN	BOVINO FÊMEA 0 À 12 MESES L. A.	945,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.12	UN	BOVINO FÊMEA 0 À 12 MESES para abate	675,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.13	UN	BOVINO FÊMEA 13 À 24 MESES Comum	890,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.13	UN	BOVINO FÊMEA 13 À 24 MESES Girolanda	1096,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.13	UN	BOVINO FÊMEA 13 À 24 MESES Holandês	1050,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.13	UN	BOVINO FÊMEA 13 À 24 MESES Registrado	1690,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.13	UN	BOVINO FÊMEA 13 À 24 MESES L. A.	1500,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.13	UN	BOVINO FÊMEA 13 À 24 MESES para abate	1185,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.14	UN	BOVINO FÊMEA 25 À 36 MESES Comum	1295,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.14	UN	BOVINO FÊMEA 25 À 36 MESES Girolanda	1750,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.14	UN	BOVINO FÊMEA 25 À 36 MESES Holandês	1600,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.14	UN	BOVINO FÊMEA 25 À 36 MESES Registrado	2230,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.14	UN	BOVINO FÊMEA 25 À 36 MESES L. A.	1851,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.14	UN	BOVINO FÊMEA 25 À 36 MESES para abate	1560,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.17	UN	BOVINO MACHO + DE 36 MESES Comum	1920,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.17	UN	BOVINO MACHO + DE 36 MESES Girolanda	1811,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.17	UN	BOVINO MACHO + DE 36 MESES Holandês	1935,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.17	UN	BOVINO MACHO + DE 36 MESES Registrado	2800,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.17	UN	BOVINO MACHO + DE 36 MESES L. A.	2550,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.17	UN	BOVINO MACHO + DE 36 MESES para abate	2245,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.18	UN	BOVINO FÊMEA + DE 36 MESES Comum	1485,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.18	UN	BOVINO FÊMEA + DE 36 MESES Girolanda	1615,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.18	UN	BOVINO FÊMEA + DE 36 MESES Holandês	1575,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.18	UN	BOVINO FÊMEA + DE 36 MESES Registrado	2500,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.18	UN	BOVINO FÊMEA + DE 36 MESES L. A.	2300,00	00038/2017	20/07/2017
1.3.18	UN	BOVINO FÊMEA + DE 36 MESES para abate	1475,00	00038/2017	20/07/2017

**INFORMAÇÕES ADICIONAIS:**

ANIMAIS VIVOS  
BOVINOS

## SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E CENTRAL DE LICITAÇÕES

**RESULTADO DE JULGAMENTO**

PREGÃO ELETRÔNICO COMPRASNET Nº 065/2017  
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS  
PROCESSO Nº 00.018/3900/2017

A Pregoeira da Superintendência de Compras e Central de Licitações, designada pela Portaria/SEFAZ nº 022, de 17 de janeiro de 2017, torna público o resultado do Pregão supracitado, objetivando aquisição de pneus, que teve como vencedora a empresa: VITRINE COMERCIAL LTDA - EPP, itens 05 e 07, no valor de R\$ 4.377,00 (quatro mil, trezentos e setenta e sete reais).

VALOR TOTAL: R\$ 4.377,00 (quatro mil, trezentos e setenta e sete reais) com a economia de 35,45% em relação ao estimado pelo órgão requisitante.

O resultado completo encontra-se disponível nos sites [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) e [www.sgl.to.gov.br](http://www.sgl.to.gov.br).

Palmas, 19 de julho de 2017.

CELESTE RODRIGUES DE ALMEIDA  
Pregoeira

**AVISO DE LICITAÇÃO**

A SUPERINTENDÊNCIA DE COMPRAS E CENTRAL DE LICITAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA torna público que fará realizar as licitações abaixo. Outras informações poderão ser obtidas pelos fones 063 3218 1548, 063 3218 5261 ou no guichê da SCCL.

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO COMPRASNET Nº 079/2017. Abertura dia 03.08.2017, às 14h30 (horário de Brasília), visando à contratação de serviços de apoio logístico, para atender às necessidades da SEDUC, Proc. 15.956/2700/2015, Recurso: BIRD/PDRIS, Pregoeira: VIVIANNE FRANTZ BORGES DA SILVA.

DISPONÍVEL NOS SITES [www.sgl.to.gov.br](http://www.sgl.to.gov.br) e [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

Palmas, 20 de julho de 2017.

MEIRE LEAL DOVIGO PEREIRA  
Diretora de Licitações

**AVISO DE ADIAMENTO**

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS COMPRASNET Nº 002/2017  
SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
PROCESSO Nº 00.191/4100/2016

A Pregoeira da Superintendência de Compras e Central de Licitações da SECRETARIA DA FAZENDA comunica aos interessados o adiamento "Sine Die" da licitação em epígrafe, tendo como objeto a prestação de serviços (contratação de empresa para gerenciamento de manutenção (preventiva e corretiva), operada através da utilização de sistema via web próprio da contratada, orçamentos dos materiais e serviços especializados de manutenção através da rede de oficinas credenciadas pela contratada para atender aos veículos da Secretaria do Trabalho e Assistência Social), para adequações a serem procedidas no edital e Termo de Referência, Anexo I ao edital.

Palmas, 20 de julho de 2017.

CELESTE RODRIGUES DE ALMEIDA GOULART  
Pregoeira

**AVISO DE REVOGAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO COMPRASNET Nº 047/2017  
PROCESSO Nº 00.009/3300/2017

A Pregoeira da Superintendência de Compras e Central de Licitações da Secretaria da Fazenda comunica aos interessados a REVOGAÇÃO da licitação em epígrafe para aquisição de material de consumo (fertilizante, sulfato de amônio e herbicida glifosato), conforme solicitação do órgão de origem constante no Despacho nº 143/2017 exarado à folha 413 dos autos.

Palmas, 17 de julho de 2017.

CELESTE RODRIGUES DE ALMEIDA GOULART  
Pregoeira

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES INTERNACIONAIS**

**EXPRESSION OF INTEREST (MI) Nº 006/SEPLAN/2017/BIRD/PDRIS  
REQUEST FOR PROPOSALS (SDP) Nº 006/SEPLAN/2017/BIRD/PDRIS**

REQUEST FOR EXPRESSION OF INTEREST TO DEVELOP A PILOT STUDY FOR THE EVALUATION OF CONTAMINATION RISK IN SÃO JOÃO IRRIGATION PERIMETER IN THE MUNICIPALITY OF PORTO NACIONAL (TO), THROUGH ECOTOXICOLOGICAL TESTS, ACCORDING TO LOAN AGREEMENT Nº 8185-BR

1. Reconstruction and Development (IBRD) for the implementation of the Integrated Sustainable Regional Development Project - PDRIS, and intends to apply part of the proceeds of this loan for valid payments of the Consulting Services.

2. The object of this request for expression of interest is the hiring of specialized consulting services to elaborate a pilot study of risk assessment of pesticide contamination in the irrigation perimeter of São João, Municipality of Porto Nacional - TO, through ecotoxicological tests, with the purpose of providing support for the implementation of a system to control and monitor the use of pesticides in the Perimeter. The study should be guided, as appropriate, by the provisions of: (i) CONAMA Resolution 420, of December 28, 2009, and subsequent amendments; (ii) CONAMA Resolution Nº 357, of March 17, 2005, and subsequent amendments; (iii) IBAMA Ordinance Nº 84, of October 15, 1996; (iv) Federal Decree Nº 4,074, of January 4, 2002; and (v) The World Bank's Pest Management Safeguard Policy (OP 4.09). The scope of services includes: (a) collection of information on the main pesticides used in the irrigated perimeter; (b) risk assessment, which includes: hazard identification, risk analysis including: exposure characterization (water analysis, sediment analysis, soil analysis and isotope analysis) and characterization of effects (ecotoxicological tests); and (c) risk management plan.

3. The Planning and Budget Secretariat (SEPLAN) invites eligible consultancy firms to submit expression of interest in order to perform those services. Interested consultants must demonstrate that they are qualified to perform the services. The criteria for selecting the short list are: a) experience in studies, research or applied works in the area of ecotoxicology and functional biodiversity; B) experience in ecological risk assessment; C) experience in freshwater ecology; D) experience in isotopic ecology.

4. The formation of consortiums is permitted for the purpose to reinforce the qualification to be informed.

5. The expressions of interest from interested consultants are required pursuant to paragraph 1.9 of the Guidelines for selection and hiring of consultants financed by IBRD loans and IDA credits and grants by borrowers from the World Bank, January 2011 version, ("Guidelines for Consultants"). The consultants will be selected in accordance with the procedures established by the World Bank Guidelines for the Selection and Employment of Consultants by World Bank Borrowers, January 2011. The method used will be Quality Based Selection (QBS).

6. Interested consultants may obtain further information as shown below, from Monday to Friday, from 12:30 p.m. to 6:30 p.m. (local time). Secretariat of Planning and Budget - SEPLAN - Project Management Unit - (UGP) PDRIS - FAO: Maurice Fregonesi, AANO - Esplanada das Secretarias, Palmas, Tocantins, CEP 77001-002 - Brazil. Telephone: 55 (63)3212-4473 - email: ugppdris@gmail.com or ugpllicitacao@gmail.com. The term of reference in provisional version can be accessed at <http://seplan%to.gov.br/pdris/divulgacao-das-manifestacao-de-interesse/>.

7. Demonstrations should be delivered to the address stated below, personally or via mail, no later than 6:00 pm on August 15 of 2017. Secretariat of Planning and Budget - SEPLAN - Unidade de Gerenciamento do Projeto PDRIS, Att. Maurício Fregonesi, AANO - Esplanada das Secretarias, Palmas, Tocantins, CEP 77001-002 - Brazil. Telephone 55 (63) 3212-4473.

MAURÍCIO FREGONESI  
Diretor da UGP-PDRIS/SEPLAN

VIVIANNE FRANTZ BORGES DA SILVA  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações Internacionais

**MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE (MI) Nº 006/SEPLAN/2017/BIRD/PDRIS  
SOLICITAÇÃO DE PROPOSTAS (SDP) Nº 006/SEPLAN/2017/BIRD/PDRIS**

SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO PILOTO PARA AVALIAÇÃO DE RISCO DE CONTAMINAÇÃO NO PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO SÃO JOÃO NO MUNICÍPIO DE PORTO NACIONAL (TO), POR MEIO DE ENSAIOS ECOTOXICOLÓGICOS, CONFORME ACORDO DE EMPRÉSTIMO Nº 8185-BR.

1. O ESTADO DO TOCANTINS solicitou um empréstimo do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) para a implementação do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável - PDRIS e pretende utilizar parte dos recursos desse empréstimo em pagamentos admissíveis para Serviços de Consultoria.

2. Os serviços objetos da presente solicitação de manifestação de interesse têm por objetivo contratar serviços especializados de consultoria para elaborar estudo piloto de avaliação de risco de contaminação por agrotóxicos no perímetro de irrigação São João, Município de Porto Nacional - TO, por meio de ensaios ecotoxicológicos, com a finalidade de fornecer suporte para implantação de um sistema de controle e monitoramento do uso de agrotóxicos no Perímetro. O estudo deverá orientar-se, no que couber, pelas disposições: (i) da Resolução CONAMA nº 420, de 28 de dezembro de 2009, e alterações posteriores; (ii) da Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005, e alterações posteriores; (iii) da Portaria Normativa IBAMA nº 84, de 15 de outubro de 1996; (iv) do Decreto Federal nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002; e (v) da Política Operacional de Controle de Pragas (OP 4.09), do Banco Mundial. O escopo dos serviços inclui: (a) coleta de informações sobre os principais agrotóxicos utilizados no perímetro irrigado; (b) a avaliação de risco, que inclui: a identificação do perigo, análise de riscos que inclui: a caracterização da exposição (análise da água, análise de sedimentos, análise do solo e análise isotópica) e caracterização dos efeitos (ensaios ecotoxicológicos); e (c) plano de gerenciamento de risco.

3. A Secretaria do Planejamento e Orçamento - SEPLAN convida empresas de consultoria elegíveis à apresentação de expressão de manifestação de interesse com vistas a executar os referidos serviços de consultoria. As empresas interessadas deverão fornecer informações indicando que estão qualificadas para executar os serviços. Os critérios para selecionar a lista curta são: a) experiência em estudos, pesquisas ou trabalhos aplicados na área de ecotoxicologia e biodiversidade funcional; b) experiência na avaliação de riscos ecológicos; c) experiência em ecologia de águas doces; d) experiência em ecologia isotópica.

4. Admite-se a constituição de consórcios e associações para efeito de reforçar as qualificações a serem informadas.

5. As manifestações de interesse de consultores interessados são exigidas nos termos do parágrafo 1.9 das Diretrizes para seleção e contratação de consultores financiados por empréstimos do BIRD e créditos e doações da AID pelos mutuários do Banco Mundial, versão de janeiro de 2011, ("Diretrizes de Consultores"). Os consultores serão selecionados de acordo com os procedimentos estabelecidos pelas Diretrizes do Banco Mundial para a Seleção e Contratação de Consultores por mutuários do Banco Mundial, de Janeiro de 2011. O método utilizado será Seleção Baseada na Qualidade (SBQ).

6. Consultores interessados podem obter mais informações conforme apresentado abaixo, de segunda a sexta-feira, de 12h30 às 18h30 (horário local). Secretaria do Planejamento e Orçamento - SEPLAN - Unidade de Gerenciamento de Projetos UGP-PDRIS, A/C Maurício Fregonesi, AANO - Esplanada das Secretarias, Palmas, Tocantins, CEP 77001-002 - Brasil, Telefone 55 (63) 3212-4473 - e-mail: ugppdris@gmail.com ou ugpllicitacao@gmail.com. O Termo de Referência (Provisório) pode ser acessado no link: <http://seplan%to.gov.br/pdris/divulgacao-das-manifestacao-de-interesse/>.

7. As manifestações deverão ser entregues no endereço abaixo, pessoalmente ou por correio, até as 18h do dia 15 de agosto de 2017. Secretaria do Planejamento e Orçamento - SEPLAN. Unidade de Gerenciamento do Projeto PDRIS, A/C Maurício Fregonesi, AANO - Esplanada das Secretarias, Palmas, Tocantins, CEP 77001-002 - Brasil. Telefone 55 (63)3212-4473.

MAURÍCIO FREGONESI  
Diretor da UGP-PDRIS/SEPLAN

VIVIANNE FRANTZ BORGES DA SILVA  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações Internacionais

**MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE (MI) Nº 007/SEPLAN/2017/BIRD/PDRIS  
SOLICITAÇÃO DE PROPOSTAS (SDP) Nº 007/SEPLAN/2017/BIRD/PDRIS**

SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA ELABORAÇÃO DE CARTAS CLIMÁTICAS DO ESTADO DO TOCANTINS, CONFORME ACORDO DE EMPRÉSTIMO Nº 8185-BR.

1. O ESTADO DO TOCANTINS recebeu um empréstimo do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) para a implementação do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável - PDRIS e pretende utilizar parte dos recursos desse empréstimo em pagamentos admissíveis para Serviços de Consultoria.

2. Os serviços objetos da presente solicitação de manifestação de interesse têm por objetivo contratar consultoria de pessoa jurídica especializada para executar os serviços para:

- sistematização, representação espacial, caracterização, cenarização e análise de informações climáticas no Estado do Tocantins, em escalas temporais compatíveis com as atividades agrícolas.

3. A Secretaria do Planejamento e Orçamento - SEPLAN convida empresas de consultoria elegíveis à apresentação de expressão de manifestação de interesse com vistas a executar os referidos serviços de consultoria. As empresas interessadas deverão demonstrar que são qualificadas para desempenhar os serviços, devendo apresentar informações que comprovem suas qualificações, capacidade e experiência (impressos, descrição de serviços similares, experiência de serviços similares, etc.), bem como demonstrar que possuem estrutura de trabalho e recurso de suporte satisfatório para a execução dos serviços. Os critérios para selecionar a lista curta são:

- experiência em tratamento e análise de dados climáticos, diagnósticos e prognósticos ambientais, mapeamento de recursos naturais, planejamento/ordenamento territorial (zoneamentos agroecológicos, zoneamento agroclimáticos, zoneamentos ambientais, planos de recursos hídricos), e elaboração de bases de dados utilizando-se sistemas de informação geográfica.

4. Admite-se a constituição de consórcios e associações para efeito de reforçar as qualificações a serem informadas.

5. As manifestações de interesse de consultores interessados são exigidas nos termos do parágrafo 1.9 das Diretrizes para seleção e contratação de consultores financiados por empréstimos do BIRD e créditos e doações da AID pelos mutuários do Banco Mundial, versão de janeiro de 2011, ("Diretrizes de Consultores"). Os consultores serão selecionados de acordo com os procedimentos estabelecidos pelas Diretrizes do Banco Mundial para a Seleção e Contratação de Consultores por mutuários do Banco Mundial, de Janeiro de 2011. O método utilizado será a Seleção Baseada na Qualidade e no Custo (SBQC).

6. Consultores interessados podem obter mais informações conforme apresentado abaixo, de segunda a sexta-feira, de 12h30 às 18h30 (horário local). Secretaria do Planejamento e Orçamento - SEPLAN - Unidade de Gerenciamento de Projetos UGP-PDRIS, A/C Maurício Fregonesi, AANO - Esplanada das Secretarias, Palmas, Tocantins, CEP 77001-002 - Brasil, Telefone 55 (63) 3212-4473 - e-mail: ugppdris@gmail.com, ugpllicitacao@gmail.com.

7. As manifestações deverão ser entregues no endereço abaixo, pessoalmente ou por correio, até as 18h do dia 15 de agosto de 2017.

Secretaria do Planejamento e Orçamento - SEPLAN. Unidade de Gerenciamento do Projeto PDRIS, A/C Maurício Fregonesi, AANO - Esplanada das Secretarias, Palmas, Tocantins, CEP 77001-002 - Brasil. Telefone 55 (63) 3212-4473.

MAURÍCIO FREGONESI  
Diretor da UGP-PDRIS/SEPLAN

VIVIANNE FRANTZ BORGES DA SILVA  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações Internacionais



## SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

### PORTARIA/SEINF Nº 143, DE 14 DE JULHO DE 2017.

O SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS no uso das atribuições que lhe confere o art. 42, §1º, inciso IV, da Constituição do Estado do Tocantins, c/c o art. 86 da Lei 1.818, de 23 de agosto de 2007, e o Ato de nº 14 - NM, de 1º de janeiro de 2015,

RESOLVE:

SUSPENDER a fruição das férias legais do servidor KELVIN ARAUJO SOARES, matrícula nº 1258508-2, Arquiteto, referente ao período aquisitivo 2015/2016, antes prevista para 17/07/2017 a 31/08/2017, 15 (quinze) dias, assegurando-lhe o direito de fruí-las em data oportuna.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS em Palmas, aos 14 dias do mês julho de 2017.

SÉRGIO LEÃO  
Secretário

## SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

Processo nº 2014.39000.000088  
Contrato nº 08/2016  
Aditivo nº 002/2017  
Contratante: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH  
Contratado: VIASAT PROCESSAMENTO DE DADOS LTDA - EPP  
CNPJ/MF: 07.858.721/0001-86  
Objeto: O presente termo tem por objeto o acréscimo de 24,11% (vinte e quatro inteiros e onze centésimos por cento)  
Valor do Aditivo: o valor aditado é de R\$ 1.247.850,00 (um milhão duzentos e quarenta e sete mil oitocentos e cinquenta reais).  
Natureza da Despesa: 44.90.35.  
Fonte de Recurso: 0228002628.  
Data da Assinatura: 11 (onze) dias do mês de julho de 2017.  
Signatários:  
LUZIMEIRE CARREIRA - Representante da CONTRATANTE  
GLÁUCIO DE SOUZA FERNANDES - Representante da CONTRATADA

### EXTRATO DE CONTRATO Republicado para correção

Processo nº 2017.3900.000041  
Contrato nº 018/2017  
Contratante: SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - SEMARH  
Contratado: SISTEMA GP-WEB LTDA - ME  
CNPJ/MF: 14.659.881/0001-61  
Objeto: aquisição de 42 (quarenta e dois) licenças perpétuas de *software* para gestão e gerenciamento de projetos com customização, suporte, atualizações e treinamento por 01 (um) ano, conforme especificações e quantidades constantes no Projeto Básico nº 003/2017 e Termo de Referência, para atender a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMARH.  
Valor: R\$ 77.250,00 (setenta e sete mil, duzentos e cinquenta reais)  
Natureza da Despesa: 44.90.39  
Fonte de Recurso: 022802628  
Data da Assinatura: 28 (vinte e oito) dias do mês de junho de 2017.  
Vigência: O contrato terá a sua vigência adstrita à dos respectivos créditos orçamentários, a partir da data de sua assinatura ou até a utilização do quantitativo, prevalecendo o que ocorrer primeiro.  
Signatários:  
LUZIMEIRE CARREIRA - Representante da CONTRATANTE  
SÉRGIO FERNANDES REINERT DE LIMA - Representante da CONTRATADA

### RESOLUÇÃO CBHLP Nº 001, DE 23 DE MAIO DE 2017.

Homologa o Resultado do Processo Eleitoral para renovação de 1/3 (um terço) dos membros Titulares e Suplentes, e renovação complementar das vagas em vacância do Plenário do Comitê da Bacia Hidrográfica do Lago de Palmas/TO.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Lago de Palmas/TO, instituído pelo Decreto Estadual nº 4.434, de 07 de novembro de 2011 e alterado pelo Decreto nº 5.561, de 10 janeiro de 2017, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o Resultado do Processo Eleitoral para a renovação de 1/3 (um terço) dos membros Titulares e Suplentes, e renovação complementar das vagas em vacância no Plenário do CBHLP, disciplinado pelo Regulamento do Processo Eleitoral publicado no Diário Oficial do Estado nº 4.747, de 22 de novembro de 2016, conforme segue:

RENOVAÇÃO DE 1/3 (UM TERÇO)	RENOVAÇÃO COMPLEMENTAR
I - Poder Público	
Poder Executivo Municipal	
Titular: Município de Porto Nacional Suplente: Município de Paraiso Titular: Município de Gurupi Suplente: Município de Nova Rosalândia	Titular: Município de Silvanópolis Suplente: Município de Ipeirás Titular: Município de Crixás Suplente: Município de Pugmil Titular: Município de Santa Rita do Tocantins Suplente: Município de Fátima Titular: Município de Monte do Carmo Suplente: Município de Miracema do Tocantins
Poder Executivo Estadual	
Titular: Secretaria Estadual da Educação, Juventude e Esportes - SEDUC Suplente: Secretaria Estadual da Saúde - SESAU	
Poder Executivo Federal	
Titular: Superintendência Federal da Agricultura Suplente: Superintendência Regional do INCRA	
II - Sociedade Civil Organizada	
Associações de Interesse e atuação na Bacia	
Titular: Associação Água Doce - Movimento de Proteção ao Taquaruçu Grande Suplente: Associação Água Doce - Movimento de Proteção ao Taquaruçu Grande Titular: VAGO Suplente: VAGO	
Organizações Não Governamentais com atuação na Bacia	
Titular: Instituto de Desenvolvimento Ambiental e Humano da Região Amazônica - IDAHR Suplente: Instituto de Desenvolvimento Ambiental e Humano da Região Amazônica - IDAHR	Titular: VAGO Suplente: VAGO
Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa com atuação na Bacia	
Titular: Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Tocantins - OAB/TO Suplente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - Tocantins/IFTO	Titular: Faculdade Católica do Tocantins - FACTO Suplente: Centro Universitário Luterano de Palmas - CEULP/ULBRA
III - Usuários de Água	
dos serviços de saneamento	
Titular: Agência Tocantinense de Saneamento - ATS Suplente: Agência Tocantinense de Saneamento - ATS	
do setor de pesca	
Titular: Associação dos Produtores de Peixe do Parque Aquícola Sucupira - BOMPEIXE Suplente: Associação dos Produtores de Peixe do Parque Aquícola Sucupira - BOMPEIXE	
do setor industrial	
Titular: Du Pont do Brasil S/A Suplente: Du Pont do Brasil S/A	Titular: Mineração Cezar Suplente: Mineração Cezar Titular: Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Tocantins - SINDUSCON/TO Suplente: Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Tocantins - SINDUSCON/TO
do setor comercial	
Titular: VAGO Suplente: VAGO	
do setor de turismo e lazer	
	Titular: VAGO Suplente: VAGO
das entidades de classe	
	Titular: Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins - FAET Suplente: Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins - FAET



Art. 2º O mandato das instituições eleitas para a renovação de 1/3 (um terço) dos membros Titulares e Suplentes será de 03 (três) anos.

Art. 3º O mandato das instituições eleitas para a renovação complementar das vagas em vacância será de 01 (um) ano.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Palmas-TO, 23 de maio de 2017.

Cássia Sobreira  
Coordenadora Geral do Processo Eleitoral

Itamar Xavier da Silva  
Presidente do CBHLP

Davis Miranda de Souza  
Secretário do CBHLP

### RESOLUÇÃO CBHLP Nº 002, DE 23 DE MAIO DE 2017.

Aprova as instituições titulares e suplentes para composição das Câmaras Técnicas (CTs) do Plano de Bacia, de Outorga e de Educação Ambiental para o período de maio de 2017 a maio de 2018.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Lago de Palmas/TO, instituído pelo Decreto Estadual nº 4.434, de 07 de novembro de 2011 e alterado pelo Decreto nº 5.561, de 10 janeiro de 2017, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a indicação das instituições titulares e suplentes, bem como, homologar as Coordenadorias e Relatorias das Câmaras Técnicas conforme tabelas abaixo:

CÂMARA TÉCNICA DO PLANO DE BACIA - CTPB			
Titular		Suplente	
SEMARH (Coordenadoria)	Gorett Braga	NATURATINS	Vanessa Aires Sardinha Sousa
PORTO NACIONAL (Relatoria)	Thiago Valuá da Silva Araújo	RURALTINS	Cassia Bento
ATS	Stefanny Assunção	INVESTCO	Joel Parizi Nunes
OAB	Isabela Viscardi	IFTO	Millena Formiga
SANEATINS	Antônio Rodrigues da Silva Neto	SFA/MAPA	Julio Cezar Paixão

CAMARA TÉCNICA DE OUTORGA - CTOU			
Titular		Suplente	
NATURATINS (Coordenadoria)	Vanessa Aires Sardinha Sousa	PALMAS	Davis Miranda de Souza
SANEATINS (Relatoria)	Antônio Rodrigues da Silva Neto	ATS	Stefanny Assunção
INCRA	João José de Souza Cruz	SFA/MAPA	Julio Cezar Paixão
UFT	Fernan Enrique Vergara Figueroa	EMBRAPA	Flávia Milene M. Oliveira
DU PONT	Carlos Alberto de O. Junior	MINERAÇÃO CEZAR	Antonio da Silva Silveira

CAMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL - CTEA			
Titular		Suplente	
SEDUC (Coordenadoria)	Roselice F. Silva	NATURATINS	Vanessa Aires Sardinha Sousa
PALMAS (Relatoria)	Davis Miranda de Souza	GURUPI	Kleverson Portilho Vieira
SEMARH	Gorett Braga	PUGMIL	Sâmia Santos Coêlho
IFTO	Millena Formiga	MIRACEMA	Genes Francelino de Alencar
SFA/MAPA	Julio Cezar Paixão	ÁGUA DOCE	Osmar Martins Pereira

Art. 2º O mandato das instituições será de 01 (um) ano a partir da data de aprovação.

Art. 3º O funcionamento das Câmaras Técnicas e o calendário de atividades serão aprovados na primeira reunião de cada CT.

Parágrafo único. Os documentos elaborados devem ser encaminhados à Diretoria Executiva.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Palmas-TO, 23 de maio de 2017.

Itamar Xavier da Silva  
Presidente do CBHLP

Davis Miranda de Souza  
Secretário do CBHLP

## SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

### PORTARIA SEPLAN/MDO Nº 12, DE 3 DE JULHO DE 2017.

O SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Ato nº 197, de 21 de fevereiro de 2017,

RESOLVE:

I - Promover, na forma dos Anexos I e II a esta Portaria, as Movimentações das Dotações Orçamentárias do mesmo projeto/atividade e grupo de despesa dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual direta e indireta.

II - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Palmas, 3 de julho de 2017.

DAVID SIFFERT TORRES  
Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento

ANEXO I		TRANSFERÊNCIA DE DOTAÇÃO		
ANEXO A PORTARIA/SEPLAN/MDO Nº 12 DE 03 DE JULHO DE 2017		pág. 1		
PROGRAMA DE TRABALHO	(SUPLEMENTAÇÃO)			
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPEZA	FONTES	VALOR
09	GOVERNADORIA			389.880,00
010	SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO			244.880,00
09010.04.122.1100.2189	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.3.90.33	0100	196.880,00
		3.3.90.92	0100	880,00
09010.04.122.1100.2269	Manutenção de serviços de transporte	3.3.90.33	0100	48.000,00
070	CASA MILITAR			145.000,00
09070.06.122.1100.2241	Manutenção de recursos humanos	3.1.90.92	0100	40.000,00
		3.1.91.13	0100	105.000,00
17	SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA			553.178,00
010	SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA			553.178,00
17010.02.421.1160.2341	Criação e gerenciamento das centrais de alternativas penais e monitoramento eletrônico	3.3.90.47	0100	40.000,00
17010.14.122.1100.2190	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.3.90.33	0100	14.647,00
		3.3.90.39	0100	1.860,00
17010.14.122.1100.2280	Manutenção de serviços de transportes	3.3.90.30	0100	483.871,00
		3.3.90.39	0100	400.000,00
17010.14.421.1164.2337	Aparelhamento e manutenção das unidades prisionais	3.3.90.36	0100	12.800,00
18	SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA - ENTIDADES VINCULADAS			385.983,00
370	FUNDO PARA AS RELAÇÕES DE CONSUMO - PROCON			382.183,00
18370.14.422.1164.4286	Implantação e manutenção dos núcleos de atendimento do PROCON	3.3.90.39	0240	382.183,00
910	FUNDO ESTADUAL SOBRE DROGAS			3.800,00
18910.14.422.1164.4291	Fortalecimento da política estadual sobre drogas	3.3.50.43	0100	3.800,00
19	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECON. CIENC. TECN. TURISMO E CULTURA			15.000,00
010	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, TURISMO E CULTURA			15.000,00
19010.13.392.1158.2012	Apoio à produção e circulação de arte e cultura	3.3.90.39	0100	15.000,00
20	SECRETARIA DO DESENV. ECON. CIÊNCIA TECN. TURISMO E CULTURA- ENT. VINCULADAS			31.565,00
330	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS			31.565,00
20330.12.122.1100.4188	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.3.90.08	0101	11.000,00
20330.12.364.1157.4070	Fortalecimento das populações vulneráveis na perspectiva dos direitos humanos	3.3.90.36	0240	500,00
		3.3.90.39	0225	20.000,00
		3.3.90.92	0225	65,00
23	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO			80.000,00
010	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO			80.000,00
23010.04.122.1100.2194	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.3.90.30	0100	20.000,00
		3.3.90.39	0100	60.000,00

ANEXO I ANEXO A PORTARIA/SEPLAN/MDO Nº 12 DE 03 DE JULHO DE 2017 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		TRANSFERÊNCIA DE DOTAÇÃO pág. 2		
24	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO - ENTIDADES VINCULADAS			96.966,00
830	FUNDO FINANCEIRO			15.000,00
24830.09.122.1100.4186	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.3.90.37	0241	15.000,00
870	FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS			27.515,00
24870.04.122.1172.4196	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.3.90.39	0242	27.515,00
950	FUNDO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E PATRIMÔNIO - FUNGERP			54.451,00
24950.04.122.1100.4199	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.3.90.36	0240	54.451,00
25	SECRETARIA DA FAZENDA			20.000,00
010	SECRETARIA DA FAZENDA			20.000,00
25010.04.122.1100.2193	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.3.90.14	0100	20.000,00
27	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES			594.477,00
010	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES			594.477,00
27010.12.122.1100.2209	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.3.90.14	0100	40.638,00
		3.3.90.36	0100	10.000,00
		3.3.90.47	0100	20.000,00
		3.3.90.92	0100	10.000,00
				638,00
27010.12.126.1100.2293	Manutenção de serviços de informática			600,00
		3.3.90.39	0101	600,00
27010.12.368.1156.2007	Aparelhamento de unidade escolar			200.000,00
		3.3.90.30	0101	200.000,00
27010.12.368.1156.2109	Manutenção de recursos humanos dos profissionais da educação básica			132.239,00
		3.1.90.04	0101	132.239,00
27010.12.368.1156.2116	Manutenção do transporte escolar			200.000,00
		3.3.50.43	0214	200.000,00
27010.12.368.1156.2150	Realização de censo escolar			21.000,00
		3.3.90.93	0214	1.050,00
		3.3.90.93	0225	19.950,00
28	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES - ENTIDADES VINCULADAS			450,00
340	FUNDAÇÃO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA - REDESAT			450,00
28340.24.122.1100.4203	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.3.90.33	0100	450,00
30	SECRETARIA DA SAÚDE - ENTIDADES VINCULADAS			17.848.000,00
550	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE			17.848.000,00
30550.10.128.1165.4093	Integração e qualificação das ações e serviços de vigilância e atenção à saúde	3.3.90.39	0251	30.000,00
30550.10.128.1165.4154	Qualificação e formação dos trabalhadores do SUS em processos educacionais em saúde	3.3.90.36	0248	4.000,00
		3.3.90.39	0248	2.000,00
30550.10.302.1165.3005	Aparelhamento da hemorrede do Tocantins			130.000,00
		4.4.90.52	0102	130.000,00
30550.10.302.1165.3006	Aparelhamento dos pontos da rede de atenção à saúde			4.000,00
		4.4.90.52	0250	4.000,00
30550.10.302.1165.4113	Oferta de assistência à saúde de média e alta complexidade direta ao cidadão			13.650.000,00
		3.3.90.30	0250	10.000.000,00
		3.3.90.92	0102	2.650.000,00
		3.3.90.92	0250	1.000.000,00
ANEXO I ANEXO A PORTARIA/SEPLAN/MDO Nº 12 DE 03 DE JULHO DE 2017 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		TRANSFERÊNCIA DE DOTAÇÃO pág. 3		
30550.10.302.1165.4127	Produção hemoterápica e hematológica na hemorrede	3.3.90.39	0102	30.000,00
30550.10.302.1165.4153	Qualificação de leitos no ponto de atenção hospitalar	3.3.90.30	0250	3.000.000,00
30550.10.302.1165.4175	Viabilização ao incentivo do cofinanciamento do sistema da rede de atenção à saúde (RAS)	3.3.40.92	0102	1.000.000,00
31	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA			48.944,00
010	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA			48.944,00
31010.06.181.1160.2105	Manutenção das unidades de segurança pública	3.3.90.36	0100	48.944,00
32	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA - ENTIDADES VINCULADAS			30.000,00
470	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/TO			30.000,00
32470.06.128.1100.4210	Formação educacional continuada para servidores e parceiros	3.3.90.39	0240	30.000,00
33	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA			87.840,00
010	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA			87.840,00
33010.20.122.1100.2185	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.3.90.30	0100	62.840,00
33010.20.605.1148.2076	Fortalecimento do sistema de comercialização e abastecimento agropecuário	3.3.90.39	0100	25.000,00
34	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA - ENTIDADES VINCULADAS			33.500,00
490	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DO TOCANTINS RURALTINS			33.500,00
34490.20.122.1100.4195	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.3.90.41	0240	32.000,00
34490.20.128.1147.4012	Capacitação de técnicos e servidores	3.3.90.92	0240	1.500,00
37	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS			200.000,00
010	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS			200.000,00
37010.04.122.1100.2233	Manutenção de recursos humanos	3.1.90.04	0100	200.000,00
38	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA E SERV. PÚBLICOS - ENTIDADES VINCULADAS			54.439,00
970	AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO - ATS			54.439,00
38970.17.122.1100.4254	Manutenção de serviços de transporte	3.3.90.14	0240	10.000,00
38970.17.512.1151.4115	Operacionalização e manutenção dos sistemas de tratamento de água e esgoto	3.3.90.14	0240	44.439,00
		3.3.90.93	0240	30.000,00
				14.439,00
39	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS			50.000,00
010	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS			50.000,00
39010.18.544.1150.1043	Fortalecimento do sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos	3.3.90.36	0225	50.000,00
40	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - ENTIDADES VINCULADAS			930.000,00
310	INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS			800.000,00
40310.04.122.1100.4228	Manutenção de recursos humanos	3.1.90.92	0100	800.000,00
330	FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - FUEMA			50.000,00

ANEXO I ANEXO A PORTARIA/SEPLAN/MDO Nº 12 DE 03 DE JULHO DE 2017 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)		TRANSFERÊNCIA DE DOTAÇÃO pág. 4		
40330.18.541.1150.4087	Implementação de plano de manejo para as unidades de conservação de proteção integral	3.3.90.15	0228	50.000,00
590	FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS NATURAIS			80.000,00
40590.18.541.1150.3024	Fortalecimento da educação ambiental	3.3.90.14	0217	80.000,00
41	SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL			288.877,00
010	SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL			288.877,00
41010.08.122.1100.2202	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.3.90.92	0100	287.600,00
41010.11.333.1162.2093	Intermediação de mão-de-obra e seguro-desemprego	3.3.90.39	0100	1.277,00
42	SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ENTIDADES VINCULADAS			15.000,00
660	FUNDO TOCANTINENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - FTES			15.000,00
42660.11.334.1162.4069	Fortalecimento das instâncias de controle social de economia solidária	3.3.90.36	0100	15.000,00
73	SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA			150.000,00
010	SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA			150.000,00
73010.04.122.1100.2360	Manutenção de recursos humanos	3.1.90.92	0100	50.000,00
		3.1.90.94	0100	100.000,00
			TOTAL	21.904.099,00

ANEXO II ANEXO A PORTARIA/SEPLAN/MDO Nº 12 DE 03 DE JULHO DE 2017 PROGRAMA DE TRABALHO (ANULAÇÃO)		TRANSFERÊNCIA DE DOTAÇÃO pág. 1		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	FONTE	VALOR
09	GOVERNADORIA			389.880,00
010	SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO			244.880,00
09010.04.122.1100.2189	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.3.90.14	0100	196.880,00
		3.3.90.39	0100	880,00
09010.04.122.1100.2269	Manutenção de serviços de transporte	3.3.90.30	0100	48.000,00
070	CASA MILITAR			145.000,00
09070.06.122.1100.2241	Manutenção de recursos humanos	3.1.90.12	0100	145.000,00
17	SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA			553.178,00
010	SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA			553.178,00
17010.02.421.1160.2341	Criação e gerenciamento das centrais de alternativas penais e monitoramento eletrônico	3.3.90.36	0100	15.000,00
		3.3.90.39	0100	25.000,00
17010.14.122.1100.2190	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.3.90.30	0100	16.507,00
17010.14.122.1100.2280	Manutenção de serviços de transportes	3.3.90.39	0100	483.871,00
		3.3.90.92	0100	200.000,00
		3.3.90.93	0100	200.000,00
17010.14.421.1164.2337	Aparelhamento e manutenção das unidades prisionais	3.3.90.92	0100	12.800,00
18	SECRETARIA DA CIDADANIA E JUSTIÇA - ENTIDADES VINCULADAS			385.983,00
370	FUNDO PARA AS RELAÇÕES DE CONSUMO - PROCON			382.183,00
18370.14.422.1164.4286	Implantação e manutenção dos núcleos de atendimento do PROCON	3.3.90.30	0240	182.183,00
		3.3.90.36	0240	232.183,00
910	FUNDO ESTADUAL SOBRE DROGAS			3.800,00
18910.14.422.1164.4291	Fortalecimento da política estadual sobre drogas	3.3.90.30	0100	3.800,00
19	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECON., CIENC., TECN., TURISMO E CULTURA			15.000,00
010	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, TURISMO E CULTURA			15.000,00
19010.13.392.1158.2012	Apoio à produção e circulação de arte e cultura	3.3.90.14	0100	15.000,00
20	SECRETARIA DO DESENV. ECON., CIÊNCIA, TECN., TURISMO E CULTURA- ENT. VINCULADAS			31.565,00
330	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS			31.565,00
20330.12.122.1100.4188	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.3.90.18	0101	7.000,00
		3.3.90.30	0101	4.000,00
20330.12.364.1157.4070	Fortalecimento das populações vulneráveis na perspectiva dos direitos humanos	3.3.90.30	0225	10.000,00
		3.3.90.47	0225	10.065,00
		3.3.90.47	0240	500,00
23	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO			80.000,00
010	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO			80.000,00
23010.04.122.1100.2194	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais			80.000,00

ANEXO II ANEXO A PORTARIA/SEPLAN/MDO Nº 12 DE 03 DE JULHO DE 2017 PROGRAMA DE TRABALHO (ANULAÇÃO)		TRANSFERÊNCIA DE DOTAÇÃO pág. 2		
		3.3.90.46	0100	80.000,00
24	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO - ENTIDADES VINCULADAS			96.966,00
830	FUNDO FINANCEIRO			15.000,00
24830.09.122.1100.4186	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.3.90.39	0241	15.000,00
870	FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS			27.515,00
24870.04.122.1172.4196	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.3.90.92	0242	27.515,00
950	FUNDO DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS E PATRIMÔNIO - FUNGERP			54.451,00
24950.04.122.1100.4199	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.3.90.30	0240	54.451,00
25	SECRETARIA DA FAZENDA			20.000,00
010	SECRETARIA DA FAZENDA			20.000,00
25010.04.122.1100.2193	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.3.90.36	0100	9.500,00
		3.3.90.92	0100	10.500,00
27	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES			594.477,00
010	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES			594.477,00
27010.12.122.1100.2209	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.3.90.39	0100	10.638,00
		3.3.90.92	0100	30.000,00
27010.12.126.1100.2293	Manutenção de serviços de informática			600,00
		3.3.90.30	0101	600,00
27010.12.368.1156.2007	Aparelhamento de unidade escolar			200.000,00
		3.3.90.39	0101	200.000,00
27010.12.368.1156.2109	Manutenção de recursos humanos dos profissionais da educação básica			132.239,00
		3.1.90.94	0101	132.239,00
27010.12.368.1156.2116	Manutenção do transporte escolar			200.000,00
		3.3.90.33	0214	200.000,00
27010.12.368.1156.2150	Realização de censo escolar			21.000,00
		3.3.90.14	0214	1.050,00
		3.3.90.14	0225	19.950,00
28	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, JUVENTUDE E ESPORTES - ENTIDADES VINCULADAS			450,00
340	FUNDAÇÃO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA - REDESAT			450,00
28340.24.122.1100.4203	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.3.90.47	0100	450,00
30	SECRETARIA DA SAÚDE - ENTIDADES VINCULADAS			17.848.000,00
550	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE			17.848.000,00
30550.10.128.1165.4093	Integração e qualificação das ações e serviços de vigilância e atenção à saúde			30.000,00
		3.3.90.92	0251	30.000,00
30550.10.128.1165.4154	Qualificação e formação dos trabalhadores do SUS em processos educacionais em saúde			4.000,00
		3.3.90.30	0248	2.000,00
		3.3.90.39	0248	2.000,00
30550.10.302.1165.3005	Aparelhamento da hemorrede do Tocantins			130.000,00
		4.4.90.51	0102	130.000,00
30550.10.302.1165.3006	Aparelhamento dos pontos da rede de atenção à saúde			4.000,00
		4.4.90.92	0250	4.000,00
30550.10.302.1165.4113	Oferta da assistência à saúde de média e alta complexidade direta ao cidadão			13.650.000,00
		3.3.90.30	0102	500.000,00
		3.3.90.39	0102	2.150.000,00
		3.3.90.39	0250	11.000.000,00
ANEXO II ANEXO A PORTARIA/SEPLAN/MDO Nº 12 DE 03 DE JULHO DE 2017 PROGRAMA DE TRABALHO (ANULAÇÃO)		TRANSFERÊNCIA DE DOTAÇÃO pág. 3		
30550.10.302.1165.4127	Produção hemoterápica e hematológica na hemorrede	3.3.90.30	0102	30.000,00
				30.000,00
30550.10.302.1165.4153	Qualificação de leitos no ponto de atenção hospitalar			3.000.000,00
		3.3.90.39	0250	3.000.000,00
30550.10.302.1165.4175	Viabilização ao incentivo do cofinanciamento do sistema da rede de atenção à saúde (RAS)			1.000.000,00
		3.3.40.41	0102	1.000.000,00
31	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA			48.944,00
010	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA			48.944,00
31010.06.181.1160.2105	Manutenção das unidades de segurança pública	3.3.90.39	0100	48.944,00
32	SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA - ENTIDADES VINCULADAS			30.000,00
470	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO - DETRAN/TO			30.000,00
32470.06.128.1100.4210	Formação educacional continuada para servidores e parceiros	3.3.90.14	0240	30.000,00
33	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA			87.840,00
010	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA			87.840,00
33010.20.122.1100.2185	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais			62.840,00
		3.3.90.39	0100	62.840,00
33010.20.605.1148.2076	Fortalecimento do sistema de comercialização e abastecimento agropecuário			25.000,00
		3.3.90.30	0100	15.000,00
		3.3.90.33	0100	10.000,00
34	SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA - ENTIDADES VINCULADAS			33.500,00
490	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DO TOCANTINS RURALTINS			33.500,00
34490.20.122.1100.4195	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais	3.3.90.92	0240	32.000,00
				1.500,00
34490.20.128.1147.4012	Capacitação de técnicos e servidores	3.3.90.14	0240	1.500,00
37	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS			200.000,00
010	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS			200.000,00
37010.04.122.1100.2233	Manutenção de recursos humanos			200.000,00
		3.1.90.92	0100	200.000,00
38	SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA E SERV. PÚBLICOS - ENTIDADES VINCULADAS			54.439,00
970	AGÊNCIA TOCANTINENSE DE SANEAMENTO - ATS			54.439,00
38970.17.122.1100.4254	Manutenção de serviços de transporte			10.000,00
		3.3.90.39	0240	10.000,00
38970.17.512.1101.4115	Operacionalização e manutenção dos sistemas de tratamento de água e esgoto			44.439,00
		3.3.90.36	0240	44.439,00
39	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS			50.000,00
010	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS			50.000,00
39010.18.544.1150.1043	Fortalecimento do sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos	3.3.90.39	0225	50.000,00
40	SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS - ENTIDADES VINCULADAS			930.000,00
310	INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS			800.000,00
40310.04.122.1100.4228	Manutenção de recursos humanos	3.1.90.11	0100	800.000,00
330	FUNDO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - FUEMA			50.000,00

ANEXO II ANEXO A PORTARIA/SEPLAN/MDO Nº 12 DE 03 DE JULHO DE 2017 PROGRAMA DE TRABALHO (ANULAÇÃO)		TRANSFERÊNCIA DE DOTAÇÃO pág. 4	
---	--	------------------------------------	--

40330.18.541.1150.4087	Implementação de plano de manejo para as unidades de conservação de proteção integral			50.000,00
		3.3.90.39	0228	50.000,00
590	FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS NATURAIS			80.000,00
40590.18.541.1150.3024	Fortalecimento da educação ambiental			80.000,00
		3.3.90.39	0217	80.000,00
41	SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL			288.877,00
010	SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL			288.877,00
41010.08.122.1100.2202	Coordenação e manutenção dos serviços administrativos gerais			287.600,00
		3.3.90.39	0100	287.600,00
41010.11.333.1162.2093	Intermediação de mão-de-obra e seguro-desemprego			1.277,00
		3.3.90.92	0100	1.277,00
42	SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL - ENTIDADES VINCULADAS			15.000,00
660	FUNDO TOCANTINENSE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - FTES			15.000,00
42660.11.334.1162.4069	Fortalecimento das instâncias de controle social de economia solidária	3.3.90.14	0100	15.000,00
73	SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA			150.000,00
010	SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA			150.000,00
73010.04.122.1100.2360	Manutenção de recursos humanos			150.000,00
		3.1.90.04	0100	50.000,00
		3.1.90.11	0100	100.000,00
TOTAL				21.904.099,00

## SECRETARIA DA SAÚDE

### PORTARIA/SESAU/GABSEC Nº 501/2017

O SECRETÁRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, designada pelo Ato Governamental de nº 96 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 4.548, do dia 27 de janeiro de 2016, consoante no disposto no art. 42, §1º, incisos I, II e IV, da Constituição do Estado,

Considerando que a Requerente é portadora de PSORÍASE VULGAR no couro cabeludo (CID-10 L40,0). A psoríase é uma doença sistêmica inflamatória crônica, não contagiosa, que afeta a pele, as unhas e, ocasionalmente, as articulações. Costuma ter apresentação clínica variável e um curso recidivante.

Considerando que desde 2012 vem sendo acompanhada por dermatologista, passando por tratamento, com uso inicialmente com medicamentos tópicos que não surtiram efeito. Nesses termos, o médico receitou o medicamento de uso oral denominado metotrexato, que resultou em reações adversas, sem qualquer melhora. O mesmo ocorreu com outro medicamento acitretina. Informa que o profissional se absteve de prescrever ciclosporina em razão de sua hipertensão.

Considerando a Decisão, a qual determina o atendimento da quantidade indicada pelo profissional médico (2 seringas por mês) e dose única de 80mg, indispensável ao seu tratamento de saúde, sob pena de multa pessoal diária de R\$1.000,00 (um mil reais), bem como a imposição de igual valor de astreinte ao Estado do Tocantins, até o limite de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), sem prejuízo da responsabilização por crime de desobediência.

Considerando que o medicamento é de uso contínuo e para não causar prejuízo ao tratamento da paciente com o desabastecimento, a quantidade de medicamento será solicitada para atendimento por um período de 06 (seis) meses, conforme Portaria/SESAU Nº 557, de 21 de maio de 2014.

Considerando o PARECER JURÍDICO 15/2017/SESAU/NDJ exarado pelo Núcleo de Demanda Judicial desta Pasta, devidamente homologado pelo Despacho nº 727/2017.

#### RESOLVE:

Art. 1º Dispensar a realização de Procedimento Licitatório, nos termos do art. 24, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para contratação da empresa ABBVIE FARMACÊUTICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.800.545/0003-11 no valor de R\$ 34.873,16 (trinta e quatro mil e oitocentos e setenta e três reais e dezesseis centavos), conforme elencado no Processo Administrativo nº 2017/30550/001084, para o fornecimento do medicamento ADALIMUMABE 40 MG, destinado à paciente SOLANGE APARECIDA DO NASCIMENTO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor e produz efeitos na data de sua publicação.

Palmas, 19 de julho de 2017.

MARCOS E. MUSAFIR  
Secretário de Estado da Saúde

**PORTARIA/SES/GABSEC Nº 502/2017  
PROCESSO Nº 2017.30550.001084**

O SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos II e IV da Constituição do Estado, art. 3º, §1, tendo em vista que lhe compete à prática de atos de gestão administrativa, em conformidade com o art. 58, inc. III, c/c o art. 67 da Lei 8.666 e a Instrução Normativa TCE-TO nº 002/2008, de 07 de maio de 2008.

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar os servidores para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem encargo de Fiscal e Suplente do Contrato elencado a seguir:

CONTRATO	PROCESSO	OBJETO	CONTEMPLADA	FISCAL DO CONTRATO	SUPLENTE DO FISCAL DO CONTRATO
119/2017	2017/30550/001084	Aquisição de medicamentos	Secretaria Estadual de Saúde	Yara Maria Coelho Burlamaqui, Mat.: 561554-1	Meiry Barros Araújo, Mat.: 911802-3.

**Art. 2º São atribuições do Fiscal:**

I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato das cláusulas avençadas;

II - anotar em registro próprio, em forma de relatório, as irregularidades encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado dessas medidas, bem como informar por escrito ao Conselho Estadual de Saúde sobre tais eventos;

III - determinar providências de retificação das irregularidades encontradas e incidentes imediatamente comunicar através de relatório à Superintendência de Políticas de Atenção a Saúde para ciência e apreciação das providências;

IV - relatar o resultado das medidas retificadoras, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;

V - opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamento de objeto, com antecedência de 120 dias do final da vigência, logo após encaminhar para Diretoria de Compras para as devidas providências;

VI - responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos órgãos de Controle Interno e Externo;

VII - atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou recebimentos dos materiais;

VIII - observar a execução do contrato, dentro dos limites dos créditos orçamentários para ele determinados;

IX - manifestar-se por escrito, mensalmente, em forma de relatório juntado aos autos acerca da exequibilidade do referido ajuste contratual;

X - exigir que o contratado repare, corrija, remova, reconstrua ou substitua, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificaram vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, nos termos do art. 69 da Lei Federal 8.666/93.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor e produz efeitos na data de sua publicação:

Palmas/TO, 19 de julho de 2017.

MARCOS E. MUSAFIR  
Secretário de Estado da Saúde

**PORTARIA/SESAU/GABSEC Nº 503/2017.**

O SECRETÁRIO DA SAÚDE, designado pelo Ato Governamental de nº 96 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 4.548, de 27 de janeiro de 2016, consoante o disposto no art. 42, §1º, incisos I, II e IV, da Constituição do Estado.

Considerando a necessidade de garantir o fornecimento de sangue e hemocomponentes com qualidade e segurança, a todos os hospitais públicos e privados do Estado do Tocantins, observando as recomendações do art. 116 da Portaria MS nº 158, de 04 de fevereiro de 2016;

Considerando Justificativa emitida pelo Gestor da Pasta, às fls. 274/276;

Considerando Parecer Jurídico "SAJ/DCC/GCONTRAT" nº 229/2017, exarado pela Gerência de Contratos, da Superintendência de Assuntos Jurídicos da Pasta, devidamente homologado pelo Despacho nº 562/2017, no qual se manifesta favorável à contratação da empresa PROBAC DO BRASIL PRODUTOS BACTERIOLOGICOS LTDA.

**RESOLVE:**

Art. 1º Dispensar a realização de Procedimento Licitatório, nos termos do art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, visando à contratação da empresa PROBAC DO BRASIL PRODUTOS BACTERIOLOGICOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 45.597.176/0001-00 para fornecimento de conjunto integrado de insumos e serviços para Sistema Composto de Laminocultivo Pediátrico, por meio de locação de equipamento/automoção, fornecimento de insumos, manutenções preventiva e corretiva, destinado a realização de culturas de sangue e seus componentes para detecção de bactérias e fungos, sem substâncias que neutralizam antimicrobianos, no valor total de R\$ 49.593,60 (quarenta e nove mil, quinhentos e noventa e três reais e sessenta centavos), conforme elencado no Processo Administrativo nº 2015/30550/001001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor e produz efeitos na data de sua publicação.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA SAÚDE, Palmas, aos 18 de julho de 2017.

MARCOS E. MUSAFIR  
Secretário de Estado da Saúde

**PROCESSO Nº 2017.30550.003434  
TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA**

O Estado do Tocantins, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins, inscrita no CNPJ sob o número 25.053.117/0001 - 64, neste ato representada pelo Senhor Secretário da Saúde, MARCOS ESNER MUSAFIR, brasileiro, portador da Cédula Funcional nº 52.37846-9, expedida pelo CRM/RJ, CPF nº 425.415.577-87, residente e domiciliado nesta capital, designado pelo Ato Governamental de Nº 96-NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 4.548, de 27 de janeiro de 2016, adiante designada simplesmente DEVEDORA, celebra o presente instrumento, conforme as cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - A DEVEDORA reconhece expressamente, na forma do disposto nos arts. 62 e 63, §§1º e 2º, incisos I e III, da Lei Federal nº 4.320/64, c/c o art. 1º do Decreto nº 62.115/68, que deve à empresa: FIX HOSPITALAR LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 11.369.348/0001-77, com sede na Q 309 Sul, Avenida LO 05, SN, Lote 04, ACSV SO 34, CEP 77.015-526, Plano Diretor Sul, Palmas - TO, a importância de R\$ 101.542,28 (Cento e um mil quinhentos e quarenta e dois reais e vinte e oito centavos), visando o pagamento das notas fiscais anexada aos autos, conforme os termos do Parecer Jurídico "SAJ/DCC/GC" nº 384/2017, que tem por objeto o fornecimento de produtos de nutrição enteral para atender as necessidades dos pacientes internados no Hospital Geral de Palmas.

**CLÁUSULA SEGUNDA** - Determino a abertura de sindicância para apurar quem deu causa ao reconhecimento da dívida em comento, em virtude da falta de cobertura contratual para a realização do serviço.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - Fica eleito o Foro da Comarca de Palmas para dirimir qualquer litígio.

Gabinete do Secretário Estadual da Saúde, em Palmas, capital do Estado, aos 19 dias do mês de julho do ano de 2017.

MARCOS E. MUSAFIR  
Secretário de Estado da Saúde

**PROCESSO Nº 2017.30550.000559  
TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA**

O Estado do Tocantins, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins, inscrita no CNPJ sob o número 25.053.117/0001 - 64, neste ato representada pelo Senhor Secretário da Saúde, MARCOS ESNER MUSAFIR, brasileiro, portador da Cédula Funcional nº 52.37846-9, expedida pelo CRM/RJ, CPF nº 425.415.577-87, residente e domiciliado nesta capital, designado pelo Ato Governamental de Nº 96-NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 4.548, de 27 de janeiro de 2016, adiante designada simplesmente DEVEDORA, celebra o presente instrumento, conforme as cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** - A DEVEDORA reconhece expressamente, na forma do disposto nos arts. 62 e 63, §§1º e 2º, incisos I e III, da Lei Federal nº 4.320/64, c/c o art. 1º do Decreto nº 62.115/68, que deve à empresa: FERREIRA & SANTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 09.523.343/0001-05, com sede na ASR NE 55, ALAMEDA 08, QI.10, Lote 01, Plano Diretor Norte, Palmas - TO, CEP 770006-534, a importância de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), visando o pagamento da dívida mencionada, conforme os termos do Memorando nº 09/2017/SAEL/SES-TO - Pagamento de Dívida (fls. 02/03), Justificativa do Gestor (fls. 04/05), sobre aquisições de produtos para limpeza e lavanderia, do Processo Administrativo nº 2017/30550/000559.



CLÁUSULA SEGUNDA - Determino a abertura de sindicância para apurar quem deu causa ao reconhecimento de Dívida em virtude da falta de cobertura contratual para a realização do serviço, nos termos do art. 89 da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - Fica eleito o Foro da Comarca de Palmas para dirimir qualquer litígio.

Gabinete do Secretário Estadual da Saúde, em Palmas, capital do Estado, aos 19 dias do mês de julho do ano de 2017.

MARCOS E. MUSAFIR  
Secretário de Estado da Saúde

**TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA  
PROCESSO Nº 2017.30550.002521**

O Estado do Tocantins, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde do Tocantins, inscrita no CNPJ sob o número 25.053.117/0001 - 64, neste ato representado pelo Senhor Secretário da Saúde, Marcos E. Musafir, brasileiro, residente e domiciliado nesta capital, nomeado Secretário da Saúde, pelo Ato Governamental de nº 96 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 4.548, em 27/01/2016, adiante designado simplesmente DEVEDOR, celebra o presente instrumento, conforme as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A DEVEDORA reconhece expressamente, na forma do disposto nos arts. 62 e 63, §§1º e 2º, incisos I e III, da Lei Federal nº 4.320/64, c/c o art. 1º do Decreto nº 62.115/68, que deve a EVERALDO VIEIRA MELO, inscrito no CPF sob o nº 165.787.911-91, domiciliado na Rua dos Bandeirantes, nº 139, Senador, CEP 77813-700, Araguaína/TO, a importância de R\$ 415.364,47 (Quatrocentos e quinze mil trezentos e sessenta e quatro reais e quarenta e sete centavos), visando o pagamento dos recibos anexados aos autos, fls. 10/22, conforme os termos do Parecer Jurídico "SAJ/DCC/GCONTRAT" Nº 257/2017, referente à prestação de serviços de locação do imóvel para funcionamento do Hospital Municipal de Araguaína, localizado no município de Araguaína - TO.

CLÁUSULA SEGUNDA - Determino a abertura de sindicância para apurar quem deu causa ao reconhecimento de Despesa em virtude da falta de cobertura contratual para a realização do serviço, nos termos do art. 89 da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - Fica eleito o Foro da Comarca de Palmas para dirimir qualquer litígio.

Palmas, aos 19 dias do mês julho do ano de 2017.

MARCOS E. MUSAFIR  
Secretário de Estado da Saúde

**TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL  
CONTRATO Nº 87/2017**

O ESTADO DO TOCANTINS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede e foro nesta Capital, por intermédio da SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE, inscrita no CNPJ sob nº 25.053.117/0001-64, representada pelo Senhor Secretário da Saúde, MARCOS ESNER MUSAFIR, brasileiro, portador da carteira de identidade nº 52.37846-9, expedida pelo CREMERJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 425.415.577-87, designado pelo Ato Governamental de nº 96 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 4.548, de 27 de janeiro de 2016, que delega a atribuição à Secretária Estadual de Saúde de, entre outras, promover a rescisão do contrato vigente com a doravante denominada CONTRATANTE, a empresa INSTITUTO ELISEDAPE, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na Rua Prefeito Walter Francklin 31, Centro, na cidade de Três Rio/RJ, inscrita no CNPJ: 24342283/0001-18, Termo do Contrato de nº 87/2017 do Processo nº 2017.3055.0002169, têm entre si, justo e acertado, o presente termo de RESCISÃO AMIGÁVEL DE CONTRATO, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente de TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL tem por objeto a rescisão do Contrato nº 087/2017 - Processo nº 2017/3055/002169 firmado com a empresa INSTITUTO ELISEDAPE, visto que o paciente 2017/30550/002169 foi atendido pelo CNRAC, conforme espelho de laudo de solicitação acostado aos autos às fls. 155.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Fica rescindido amigavelmente o Contrato, com fundamento legal no art. 79, II, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PAGAMENTOS DEVIDOS

A CONTRATADA dá plena, geral e irrevogável quitação à CONTRATANTE dos pagamentos devidos pela execução dos serviços prestados, objeto do Contrato nº 087/2013, não tendo nada a reclamar em juízo ou fora dele, inexistindo quaisquer direitos e obrigações oriundos do referido Contrato firmado entre as partes, de forma a não restar quaisquer resquícios de ônus financeiro ou obrigacionais.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

Acordam as partes, que os serviços que seriam prestados estão rescindidos amigavelmente a partir da data de assinatura do presente termo, visto que não serão executados os serviços antes contratados.

CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

O extrato referente ao presente termo de Rescisão Amigável deverá ser publicado no DOE.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

O foro competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução e ou interpretação do presente termo de RESCISÃO AMIGÁVEL é o da Capital deste Estado.

E assim, por estarem de pleno acordo e ajustados, depois de lido e achado conforme, o presente instrumento vai a seguir assinado em 03 (três) vias de igual teor pelos Contratantes, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas.

GABINETE DO SECRETÁRIO DA SAÚDE, em Palmas/TO, aos 10 dias do mês de julho de 2017.

MARCOS ESNER MUSAFIR  
Secretário da Saúde  
Secretaria de Estado da Saúde

INSTITUTO ELISEDAPE

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
CPF Nº

\_\_\_\_\_  
CPF Nº

**EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 233/2013**

PROCESSO: 2014.30550.002093

TERMO ADITIVO: 4º

CONTRATO: 233/2013

CONTRATANTE: SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE

CONTRATADO: BIOLOGÍSTICA SOLUÇÕES EM LOGÍSTICA E SERVIÇOS EIRELI.

OBJETO: O OBJETO DO CONTRATO NO QUAL SERÁ ADITIVADO É SOBRE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS EM TRANSPORTE DE AMOSTRAS DE MATERIAL BIOLÓGICO, COMPREENDENDO A LOGÍSTICA DE TRANSPORTE DE AMOSTRA BIOLÓGICA DO LACEN/TO.

VIGÊNCIA: FICA O CONTRATO PRORROGADO POR MAIS 12 (DOZE) MESES, PASSANDO A VIGÊNCIA DE 29/08/2017 PARA 29/08/2018.

ORÇAMENTO: 10.352.1165.4125

ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39

FUNDE: 0251

VALOR: R\$ 39.930,04 (TRINTA E NOVE MIL, NOVECIENTOS E TRINTA REAIS E QUATRO CENTAVOS.)

DATA DA ASSINATURA: 18/07/2017

SIGNATÁRIOS: MARCOS E. MUSAFIR - P/ CONTRATANTE

BIOLOGÍSTICA SOLUÇÕES EM LOGÍSTICA E SERVIÇOS EIRELI - P/ CONTRATADA

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 116/2017**

PROCESSO Nº: 2015.30550.001001  
 Nº CONTRATO: 116/2017  
 MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO  
 CONTRATANTE: SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE  
 CONTRATADA: PROBAC DO BRASIL PRODUTOS BACTERIOLÓGICOS LTDA.  
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.302.1165.4127  
 ELEMENTO DE DESPESAS: 33.90.30/33.90.39  
 FONTE: 0250  
 VALOR: R\$ 49.593,60 (QUARENTA E NOVE MIL, QUINHENTOS E NOVENTA E TRÊS REAIS E SESENTA CENTAVOS.)  
 OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO AQUISIÇÃO DE CONJUNTO INTEGRADO DE INSUMOS E SERVIÇOS PARA SISTEMA COMPOSTO DE LAMINOCULTIVO PEDIÁTRICO, POR MEIO DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS/AUTOMOÇÃO, FORNECIMENTO DE INSUMOS, MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DE CULTURAS DE SANGUE E SEUS COMPONENTES PARA DETECÇÃO DE BACTÉRIAS E FUNGOS.  
 VIGÊNCIA: O CONTRATO TERÁ DURAÇÃO DE 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE SUA ASSINATURA PODENDO SER PRORROGADO A INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO, CONFORME PREVÊ O ART. 57, INCISO I, DA LEI 8.666/93.  
 DATA DE ASSINATURA: 18/07/2017  
 SIGNATÁRIOS: MARCOS E. MUSAFIR - P/ CONTRATANTE  
 PROBAC DO BRASIL PRODUTOS BACTERIOLÓGICOS LTDA - P/ CONTRATADA

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 119/2017**

PROCESSO Nº: 2017.30550.001084  
 Nº CONTRATO: 119/2017  
 MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO  
 CONTRATANTE: SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE  
 CONTRATADA: ABBVIE FARMACÊUTICA LTDA  
 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10.303.1165.4062  
 ELEMENTO DE DESPESAS: 33.90.91  
 FONTE: 102616666.  
 VALOR: R\$ 34.873,16 (TRINTA E QUATRO MIL, OITOCENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS E DEZESEIS CENTAVOS.)  
 OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTO ADALIMUMABE 40 MG, DESTINADO À PACIENTE SOLANGE APARECIDA DO NASCIMENTO, ATENDIMENTO DA DEMANDA JUDICIAL.  
 VIGÊNCIA: O PRAZO DA VIGÊNCIA DO PRESENTE INSTRUMENTO CONTRATUAL SERÁ DE 180 (CENTO E OITENTA DIAS) A PARTIR DA ASSINATURA.  
 DATA DE ASSINATURA: 19/07/2017  
 SIGNATÁRIOS: MARCOS E. MUSAFIR - P/ CONTRATANTE  
 ABBVIE FARMACÊUTICA LTDA - P/ CONTRATADA

**EXTRATO DO 2º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 107/2015**

PROCESSO: 2016.30550.005302  
 TERMO ADITIVO: 2º  
 CONTRATO: 107/2015  
 CONTRATANTE: SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE  
 CONTRATADO: PORTO IMAGEM DIAGNÓSTICOS MÉDICOS LTDA.  
 OBJETO: O PRESENTE INSTRUMENTO TEM COMO OBJETO A ALTERAÇÃO DA "CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA" CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:  
 VIGÊNCIA: FICA O CONTRATO Nº 107.2015 PRORROGADO POR MAIS 12 (DOZE) MESES, PASSANDO A VIGÊNCIA A SER DE 27/08/2017 ATÉ 27/08/2018.  
 ORÇAMENTO: 10.302.1165.4113  
 ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39  
 FONTE: 0102811637 E 0250001637  
 VALOR: R\$ 299.238,71 (DUZENTOS E NOVENTA E NOVE MIL DUZENTOS E TRINTA E OITO REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS.)  
 DATA DA ASSINATURA: 17/07/2017.  
 SIGNATÁRIOS: MARCOS E. MUSAFIR - P/ CONTRATANTE  
 PORTO IMAGEM DIAGNÓSTICOS MÉDICOS LTDA - P/ CONTRATADA

**EXTRATO DO 2º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO Nº 109/2015**

PROCESSO: 2016.30550.005257  
 TERMO ADITIVO: 2º  
 CONTRATO: 109/2015  
 CONTRATANTE: SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE  
 CONTRATADO: CENTRO RADIOLOGICO ASSOCIADOS LTDA  
 OBJETO: O PRESENTE INSTRUMENTO TEM COMO OBJETO A ALTERAÇÃO DA "CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA" CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:  
 VIGÊNCIA: FICA O CONTRATO Nº 109.2015 PRORROGADO POR MAIS 12 (DOZE) MESES, PASSANDO A VIGÊNCIA INICIAL PARA 20/08/2017 COM TÉRMINO EM 20/08/2018.  
 ORÇAMENTO: 10.302.1165.4113  
 ELEMENTO DE DESPESA: 33.90.39  
 FONTE: 0102811635  
 VALOR: R\$ 1.713.515,12 (UM MILHÃO SETECENTOS E TREZE MIL QUINHENTOS E QUINZE REAIS E DOZE CENTAVOS.)  
 DATA DA ASSINATURA: 19/07/2017.  
 SIGNATÁRIOS: MARCOS E. MUSAFIR - P/ CONTRATANTE  
 CENTRO RADIOLOGICO ASSOCIADOS LTDA - P/ CONTRATADA

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO****AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 151/2017**  
(Horário de Brasília)

A Secretaria de Estado da Saúde/TO, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que às 9h (horário de Brasília) do dia 09 de agosto de 2017 realizará a abertura da licitação em tela, que visa o Registro de Preços de Tiras de Glicemia com Aparelho em Comodato, conforme especificado no edital e seus anexos. O edital encontra-se disponível na internet, nos seguintes sites: [www.saude.to.gov.br](http://www.saude.to.gov.br) e [www.publinexo.com.br](http://www.publinexo.com.br). Informações pelos telefones (63) 3218-1722/1715. (Processo nº 2016/30550/010093). Pregoeiro: Thiago Borges.

Palmas, 19 de julho de 2017.

Kássia Divina Pinheiro Barbosa Koelln  
 Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2017**

Republicação de Aviso de resultado do pregão

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Estado da Saúde/TO torna público o Resultado Parcial do Pregão Eletrônico Nº 028/2017 - Processo Administrativo Nº 2016/30550/8303, em atenção ao Despacho conforme segue:

CM HOSPITALAR S.A.  
 CNPJ: 05.777.772/0001-58, o valor adjudicado R\$ 47.203,45

Nota:

Republicação do Resultado para atender Despacho 127/2017/SESAU/NDJ e Parecer "SPA" Nº 0926/2017, acostados das fls 306 a 313.

O valor total adjudicado R\$ 47.203,45. O resultado completo encontra-se disponível no site [www.publinexo.com.br](http://www.publinexo.com.br).

Palmas/TO, 20 de julho 2017.

KÁSSIA DIVINA PINHEIRO BARBOSA KOELLN  
 Presidente da Comissão Permanente de Licitação/SESAU

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2017**

Republicação de Aviso de resultado do pregão

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Estado da Saúde/TO torna público o Resultado Parcial do Pregão Eletrônico Nº 038/2017 - Processo Administrativo Nº 2016/30550/9110, em atenção ao Despacho conforme segue:

CM HOSPITALAR S.A.  
 CNPJ: 05.777.772/0001-58, o valor adjudicado R\$ 244.278,00

Nota:

Republicação do Resultado para atender Despacho 127/2017/SESAU/NDJ e Parecer "SPA" Nº 0926/2017, acostados das fls 250 a 257.

O valor total adjudicado R\$ 244.278,00. O resultado completo encontra-se disponível no site [www.publinexo.com.br](http://www.publinexo.com.br).

Palmas/TO, 20 de julho 2017.

KÁSSIA DIVINA PINHEIRO BARBOSA KOELLN  
 Presidente da Comissão Permanente de Licitação/SESAU

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2017**

Republicação de Aviso de resultado do pregão

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Estado da Saúde/TO torna público o Resultado Parcial do Pregão Eletrônico Nº 041/2017 - Processo Administrativo Nº 2016/30550/8305, em atenção ao Despacho conforme segue:

CM HOSPITALAR S.A.  
CNPJ: 05.777.772/0001-58, o valor adjudicado R\$ 50.853,60

Nota:

Republicação do Resultado para atender Despacho 128/2017/SESAU/NDJ e Parecer "SPA" Nº 0926/2017, acostados das fls 286 a 293.

O valor total adjudicado R\$ 50.853,60. O resultado completo encontra-se disponível no site [www.publinexo.com.br](http://www.publinexo.com.br).

Palmas/TO, 20 de julho 2017.

KÁSSIA DIVINA PINHEIRO BARBOSA KOELLN  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação/SESAU

**AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA**

A Secretaria de Estado da Saúde/TO torna público que o Pregão Eletrônico nº 117/2017, realizado às 14h do dia 03/07/2017, objetivando o Registro de Preços de Meios de Preservação para Córneas no sistema Publinexo restou FRACASSADO (Processo Administrativo 2016/30550/003507).

Palmas, 19 de julho de 2017.

KÁSSIA DIVINA PINHEIRO BARBOSA KOELLN  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação  
Secretaria de Estado da Saúde

**VIGILÂNCIA SANITÁRIA****DECISÃO FINAL**

PROCESSO Nº: 2016.30550.005600  
EMPRESA AUTUADA: Cravo & Sousa LTDA - ME  
AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 33/2016  
BASE LEGAL: art. 10, incisos II e XXXI da Lei Federal 6.437/77, c/c a Portaria MS nº 453/98 e RDC ANVISA nº 6/2013.

A Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde da Diretoria de Vigilância Sanitária do Estado do Tocantins, no exercício de suas atribuições, previstas nos arts. 535 e segs., do Decreto 680/1998 e demais dispositivos da Lei 6.437/77, considerando que o responsável pela empresa Cravo & Sousa LTDA - ME, nome fantasia: Hospital das Clínicas, Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 06.116.237/0001-19, com endereço comercial na Avenida Bernardo Sayão, nº 1.561, Centro, Colinas do Tocantins/TO, CEP: 77.760-000, foi notificado da Decisão de Primeira Instância proveniente do Processo Administrativo Sanitário nº 2016.30550.005600, torna definitiva a referida decisão.

EXTRATO DA DECISÃO: Face ao exposto, julgo ter a autuada infringido a norma do art. 10, incisos II e XXXI da Lei Federal 6.437/77, c/c a Portaria MS nº 453/98 e RDC ANVISA nº 6/2013.

Levando em consideração a natureza das infrações, com arrimo no §2º do art. 22 e art. 2º, inciso II, da Lei Federal nº 6.437/1977, APLICO À AUTUADA A PENA DE MULTA, fixada em R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Independentemente das implicações cíveis e criminais decorrentes das infrações.

O processo será dado por concluído após publicação desta decisão final.

O inteiro teor desta decisão pode ser obtido junto à Diretoria de Vigilância Sanitária, Anexo II da Secretaria de Estado da Saúde (SES), localizada no endereço: QD. 104 Norte, Av. LO 02, Conj. 01, Lt. 13 - Ed. Mendonça - Térreo, CEP 77.006-022, Palmas-TO, Telefone (63) 3218-3264.

Publique-se, archive-se.

Palmas, 19 de julho de 2017.

Zildete Divina Pereira Souza  
Gerência de Inspeção e Monitoramento de Serviços de Saúde

**SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA****PORTARIA SSP Nº 789, DE 03 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, nomeado pelo Ato de nº 16- NM, de 1º de janeiro de 2015, do Chefe do Poder Executivo, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, e o art. 6º, inciso I, da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º DESIGNAR ZILMONDES FERREIRA FEITOSA, Perito Oficial/Diretor de Perícia Criminal, matrícula nº 667903, para exercer, como titular, a função de Fiscal do Contrato 50/2017, referente à aquisição de 06 condicionadores de ar, com recursos do Convênio 793111/2013, processo 2017/3100/0419, visando atender as necessidades desta Secretaria.

Art. 2º São atribuições do Fiscal:

I - acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento do Contrato;

II - anotar em registro próprio as irregularidades eventualmente encontradas, as providências que determinou e o resultado das medidas;

III - opinar sobre a oportunidade e conveniência de aditamento contratual;

IV - responsabilizar-se pelas justificativas que se fizerem necessárias em respostas a eventuais diligências dos Órgãos de Controle Interno e Externo.

Art. 3º Nomear como suplente no âmbito de sua competência, a servidora FRANCILINA COSTA PARRIÃO, Papiloscopista/Diretora do Instituto Médico Legal, matrícula nº 592575, para substituir o titular no acompanhamento e fiscalização do contrato acima citado, em seus impedimentos legais e eventuais.

Art. 4º Nomear para compor a Comissão de recebimento e atestadores os seguintes servidores: Presidente: ALEXSANDER MILHOMEM ALONSO, Assessor Especial 7, matrícula nº 11541806-2; Membros: JORGE PEREIRA GUARDIOLA, Perito Oficial/Diretor do Instituto Médico Legal, matrícula nº 454853, e LUIZ CARDOSO FILHO, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 11538066-1.

Art. 5º A Comissão de Recebimento deverá:

I - conferir se os bens foram entregues conforme previsto no Termo de Convênio e seus consectários;

II - fazer destinar os bens para localização prevista no Projeto do Convênio aprovado pela Concedente, sem prejuízo de desvio de finalidade, conforme Portaria Interministerial 507/2011.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cesar Roberto Simoni de Freitas  
Secretário de Estado da Segurança Pública

**PORTARIA SSP Nº 855, DE 14 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, nomeado pelo Ato de nº 16 - NM, de 1º de janeiro de 2015, do Chefe do Poder Executivo, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, e o art. 6º, incisos I e II, da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, e em conformidade com o art. 86, §1º, da Lei nº 1.818, de 23/08/2007,

RESOLVE:

INTERROMPER, por necessidade do serviço, 16 (dezesesseis) dias das férias da servidora APARECIDA DONIZETÉ LUZIM BORGES, número funcional 281727/5, Assessor Jurídico (DAI-1), no período de 17/07/2017 a 1º/08/2017, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, garantindo-lhe o direito de usufruí-los em momento oportuno e não prejudicial ao serviço público.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

Cesar Roberto Simoni de Freitas  
Secretário de Estado da Segurança Pública



**PORTARIA SSP Nº 856, DE 14 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, nomeado pelo Ato de nº 16 - NM, de 1º de janeiro de 2015, do Chefe do Poder Executivo, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, e o art. 6º, incisos I e II, da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, e em conformidade com o art. 86, §1º, da Lei nº 1.818, de 23/08/2007,

RESOLVE:

SUSPENDER, por necessidade do serviço, 30 (trinta) dias das férias da servidora LUCIANA BARROS ACACIO NOLETO, número funcional 637662/2, Assistente Administrativo, previstas para o período de 1º/07/2017 a 30/07/2017, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, garantindo-lhe o direito de usufruí-los em momento oportuno e não prejudicial ao serviço público.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

Cesar Roberto Simoni de Freitas  
Secretário de Estado da Segurança Pública

**PORTARIA SSP Nº 857, DE 14 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA, nomeado pelo Ato de nº 16 - NM, de 1º de janeiro de 2015, do Chefe do Poder Executivo, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 42, §1º, incisos I e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, e o art. 6º, incisos I e II, da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, e em conformidade com o art. 86, §1º, da Lei nº 1.818, de 23/08/2007,

RESOLVE:

CONCEDER a fruição de 15 (quinze) dias das férias, anteriormente interrompidas, por intermédio da PORTARIA Nº 758, de 15/07/2016, publicada no Diário Oficial nº 4.669, de 25/07/2016, a MARIZETE LOPES DE ARAUJO, número funcional 412196/5, Assessor Especial VI (AE-6), no período de 24/07/2017 a 07/08/2017, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

Cesar Roberto Simoni de Freitas  
Secretário de Estado da Segurança Pública

**PORTARIA SSP Nº 858, DE 14 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem o Ato nº 46-NM, publicado no Diário Oficial nº 4.288/2015 e o Ato nº 260 - DSG, publicado no Diário Oficial nº 4.312/2015, ambos do Chefe do Poder Executivo, bem como em conformidade com o art. 13 da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.414/2015, e

Considerando o Ato nº 626 - NM, publicado no Diário Oficial nº 4.865, de 12 de maio de 2017, o qual nomeou GUILHERME SILVA COELHO para exercer o cargo de Escrivão de Polícia;

Considerando termo de posse datado de 04 de julho de 2017, resolve:

LOTAR, por necessidade do serviço, GUILHERME SILVA COELHO, Escrivão de Polícia Civil de Primeira Classe, na Seccional da Comarca de Araguaína, com efeito retroativo a 04/07/2017, sendo que ato designatório do Delegado-Geral da Polícia Civil definirá a unidade policial na qual desempenhará suas funções.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

Abizair Antonio Paniago  
Secretário de Estado da Segurança Pública  
Em exercício

**PORTARIA SSP Nº 859, DE 14 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem o Ato nº 46-NM, publicado no Diário Oficial nº 4.288/2015 e o Ato nº 260 - DSG, publicado no Diário Oficial nº 4.312/2015, ambos do Chefe do Poder Executivo, bem como em conformidade com o art. 13 da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.414/2015, e,

Considerando Ato nº 625 - NM, publicado no Diário Oficial do Estado nº 4.865, de 12 de maio de 2017, o qual nomeou ADALBERTO FERREIRA DA SILVA para exercer o cargo de Agente de Polícia;

Considerando termo de posse datado de 03 de julho de 2017, resolve:

LOTAR, por necessidade do serviço, ADALBERTO FERREIRA DA SILVA, Agente de Polícia Civil de Primeira Classe, na Seccional da Comarca de Araguaçu, com efeito retroativo a 03/07/2017, sendo que ato designatório do Delegado-Geral da Polícia Civil definirá a unidade policial na qual desempenhará suas funções.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

Abizair Antonio Paniago  
Secretário de Estado da Segurança Pública  
Em exercício

**PORTARIA SSP Nº 860, DE 14 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem o Ato nº 46-NM, publicado no Diário Oficial nº 4.288/2015 e o Ato nº 260 - DSG, publicado no Diário Oficial nº 4.312/2015, ambos do Chefe do Poder Executivo, bem como em conformidade com o art. 13 da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.414/2015, e,

Considerando o Ato nº 626 - NM, publicado no Diário Oficial nº 4.865, de 12 de maio de 2017, o qual nomeou ADRIANO HERMANO LAGE para exercer o cargo de Escrivão de Polícia;

Considerando termo de posse datado de 03 de julho de 2017, resolve:

LOTAR, por necessidade do serviço, ADRIANO HERMANO LAGE, Escrivão de Polícia Civil de Primeira Classe, na Seccional da Comarca de Porto Nacional, com efeito retroativo a 03/07/2017, sendo que ato designatório do Delegado-Geral da Polícia Civil definirá a unidade policial na qual desempenhará suas funções.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

Abizair Antonio Paniago  
Secretário de Estado da Segurança Pública  
Em exercício

**PORTARIA SSP Nº 861, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem o Ato nº 46-NM, publicado no Diário Oficial nº 4.288/2015 e o Ato nº 260 - DSG, publicado no Diário Oficial nº 4.312/2015, ambos do Chefe do Poder Executivo, bem como em conformidade com o art. 13 da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.414/2015, e,

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

Considerando proposta apresentada pelo Diretor de Polícia da Capital, aprovada pelo Delegado-Geral da Polícia Civil, em face da necessidade do serviço policial, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

Considerando que a Lei nº 3.171, de 28 de dezembro de 2016, prorrogou o período de vigência da Lei nº 3.041, de 15 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o regime especial de atividades de plantão e estabelece cumulação de responsabilidades administrativas para os integrantes da carreira jurídica de Delegado de Polícia Civil;



Considerando o Decreto nº 5.365, de 15 de janeiro de 2016, que regulamenta a Lei 3.041/2015 e implanta as Centrais de Atendimento que funcionarão nas sedes das Delegacias Regionais de Polícia Civil;

Considerando o déficit nos quadros de Delegado de Polícia e da necessidade de otimização dos serviços prestados pela Polícia Civil nas unidades policiais e Centrais de Atendimento, resolve:

DESIGNAR, por necessidade do serviço, o Delegado de Polícia Civil de Classe Especial, FERNANDO UBALDO MONTEIRO BARBOSA, matrícula 741570-2, lotado na Seccional da Comarca de Palmas, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pelo expediente da Delegacia Especializada na Proteção ao Idoso - DEPI-, no período de 17/07/2017 a 31/07/2017, referente às férias regulamentares da titular Heloísa Helena Freire Godinho.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

Abizair Antonio Paniago  
Secretário de Estado da Segurança Pública  
Em exercício

#### PORTARIA SSP Nº 862, DE 17 DE JULHO DE 2017.

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem o Ato nº 46-NM, publicado no Diário Oficial nº 4.288/2015 e o Ato nº 260 - DSG, publicado no Diário Oficial nº 4.312/2015, ambos do Chefe do Poder Executivo, bem como em conformidade com o art. 13 da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.414/2015, e,

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

Considerando proposta apresentada pelo Diretor de Polícia da Capital, aprovada pelo Delegado-Geral da Polícia Civil, em face da necessidade do serviço policial, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

Considerando que a Lei nº 3.171, de 28 de dezembro de 2016, prorrogou o período de vigência da Lei nº 3.041, de 15 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o regime especial de atividades de plantão e estabelece cumulação de responsabilidades administrativas para os integrantes da carreira jurídica de Delegado de Polícia Civil;

Considerando o Decreto nº 5.365, de 15 de janeiro de 2016, que regulamenta a Lei 3.041/2015 e implanta as Centrais de Atendimento que funcionarão nas sedes das Delegacias Regionais de Polícia Civil;

Considerando o déficit nos quadros de Delegado de Polícia e da necessidade de otimização dos serviços prestados pela Polícia Civil nas unidades policiais e Centrais de Atendimento, resolve:

DESIGNAR, por necessidade do serviço, o Delegado de Polícia Civil de Terceira Classe, PEDRO IVO COSTA MIRANDA, matrícula 125237-2, lotado na Seccional da Comarca de Palmas, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder pelo expediente da Delegacia de Costumes, Jogos e Diversões Públicas, no período de 17/07/2017 a 15/08/2017, referente às férias regulamentares do titular Antonio Gonçalves de Carvalho Neto.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

Abizair Antonio Paniago  
Secretário de Estado da Segurança Pública  
Em exercício

#### PORTARIA SSP Nº 863, DE 17 DE JULHO DE 2017.

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem o Ato nº 46-NM, publicado no Diário Oficial nº 4.288/2015 e o Ato nº 260 - DSG, publicado no Diário Oficial nº 4.312/2015, ambos do Chefe do Poder Executivo, bem como em conformidade com o art. 13 da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.414/2015, e,

Considerando o Ato nº 626 - NM, publicado no Diário Oficial nº 4.865, de 12 de maio de 2017, o qual nomeou DAYAN JERFF MARTINS VIANA para exercer o cargo de Escrivão de Polícia;

Considerando termo de posse datado de 03 de julho de 2017, resolve:

LOTAR, por necessidade do serviço, DAYAN JERFF MARTINS VIANA, Escrivão de Polícia Civil de Primeira Classe, na Seccional da Comarca de Guaraí/TO, com efeito retroativo a 03/07/2017, sendo que ato designatório do Delegado-Geral da Polícia Civil definirá a unidade policial na qual desempenhará suas funções.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

Abizair Antonio Paniago  
Secretário de Estado da Segurança Pública  
Em exercício

#### PORTARIA SSP Nº 864, DE 17 DE JULHO DE 2017.

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem o Ato nº 46-NM, publicado no Diário Oficial nº 4.288/2015 e o Ato nº 260 - DSG, publicado no Diário Oficial nº 4.312/2015, ambos do Chefe do Poder Executivo, bem como em conformidade com o art. 13 da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.414/2015, e,

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

Considerando a Lei nº 3.041, de 15 de dezembro de 2015, que dispõe sobre o regime especial de atividades de plantão e estabelece cumulação de responsabilidades administrativas para os integrantes da carreira jurídica de Delegado de Polícia Civil;

Considerando o Decreto nº 5.365, de 15 de janeiro de 2016, que regulamenta a Lei nº 3.041/2015 e implanta as Centrais de Atendimento que funcionarão nas sedes das Delegacias Regionais de Polícia Civil;

Considerando a necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública, resolve:

DISPENSAR, o Delegado de Polícia Civil de Classe Especial, RONALDO JOSÉ FAIS, matrícula nº 1080458-2, de cumular as responsabilidades administrativas das Delegacias de Polícia Civil de Combinado, Lavandeira e Novo Alegre do Tocantins.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

Abizair Antonio Paniago  
Secretário de Estado da Segurança Pública  
Em exercício

#### PORTARIA SSP Nº 865, DE 17 DE JULHO DE 2017.

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem o Ato nº 46-NM, publicado no Diário Oficial nº 4.288/2015 e o Ato nº 260 - DSG, publicado no Diário Oficial nº 4.312/2015, ambos do Chefe do Poder Executivo, bem como em conformidade com o art. 13 da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.414/2015, e,

Considerando que, consoante o art. 58, *caput*, da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado do Tocantins, as férias dos referidos servidores podem ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço, declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade;

Considerando que o Diretor de Polícia do Interior e o Delegado-Geral da Polícia Civil solicitaram, por intermédio da Proposta de Portaria DPI nº 365/2017, em face da necessidade do serviço policial, observados o interesse e as necessidades da Administração Pública, a suspensão das férias do servidor abaixo qualificado, resolve:

SUSPENDER, por necessidade do serviço, 30 (trinta) dias das férias do servidor JOELBERTH NUNES DE CARVALHO, Delegado de Polícia Civil de 1ª Classe, matrícula nº 1195662/1, no período compreendido entre os dias 17/06/2017 e 16/07/2017, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, com efeito retroativo a 17/06/2017, garantindo-lhe o direito de usufruí-las em data oportuna e não prejudicial ao andamento do serviço.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

Abizair Antonio Paniago  
Secretário de Estado da Segurança Pública  
Em exercício

**PORTARIA SSP Nº 866, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem o Ato nº 46-NM, publicado no Diário Oficial nº 4.288/2015 e o Ato nº 260 - DSG, publicado no Diário Oficial nº 4.312/2015, ambos do Chefe do Poder Executivo, bem como em conformidade com o art. 13 da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.414/2015, e,

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

Considerando a Lei nº 3.041, de 15 dezembro de 2015, que dispõe sobre o regime especial de atividades de plantão e estabelece cumulação de responsabilidades administrativas para os integrantes da carreira jurídica de Delegado de Polícia Civil;

Considerando o Decreto nº 5.365, de 15 de janeiro de 2016, que regulamenta a Lei nº 3.041/2015 e implanta as Centrais de Atendimento que funcionarão nas sedes das Delegacias Regionais de Polícia Civil;

Considerando a necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública, resolve:

DISPENSAR, o Delegado de Polícia Civil de 2ª Classe, JOSÉ ANCHIETA DE MENEZES FILHO, matrícula nº 1041940-1, de cumular as responsabilidades administrativas das Delegacias de Polícia Civil de Campos Lindos e Goiatins.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

Abizair Antonio Paniago  
Secretário de Estado da Segurança Pública  
Em exercício

**PORTARIA SSP Nº 867, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem o Ato nº 46-NM, publicado no Diário Oficial nº 4.288/2015 e o Ato nº 260 - DSG, publicado no Diário Oficial nº 4.312/2015, ambos do Chefe do Poder Executivo, bem como em conformidade com o art. 13 da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.414/2015, e,

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

Considerando a Lei nº 3.041, de 15 dezembro de 2015, que dispõe sobre o regime especial de atividades de plantão e estabelece cumulação de responsabilidades administrativas para os integrantes da carreira jurídica de Delegado de Polícia Civil;

Considerando o Decreto nº 5.365, de 15 de janeiro de 2016, que regulamenta a Lei nº 3.041/2015 e implanta as Centrais de Atendimento que funcionarão nas sedes das Delegacias Regionais de Polícia Civil;

Considerando a necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública, resolve:

DISPENSAR, o Delegado de Polícia Civil de 2ª Classe, RODRIGO SANTILI DO VALLE, matrícula nº 56264-1, de cumular as responsabilidades administrativas da Delegacia de Polícia Civil de Silvanópolis.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

Abizair Antonio Paniago  
Secretário de Estado da Segurança Pública  
Em exercício

**PORTARIA SSP Nº 868, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem o Ato nº 46-NM, publicado no Diário Oficial nº 4.288/2015 e o Ato nº 260 - DSG, publicado no Diário Oficial nº 4.312/2015, ambos do Chefe do Poder Executivo, bem como em conformidade com o art. 13 da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.414/2015, e,

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

Considerando a Lei nº 3.041, de 15 dezembro de 2015, que dispõe sobre o regime especial de atividades de plantão e estabelece cumulação de responsabilidades administrativas para os integrantes da carreira jurídica de Delegado de Polícia Civil;

Considerando o Decreto nº 5.365, de 15 de janeiro de 2016, que regulamenta a Lei nº 3.041/2015 e implanta as Centrais de Atendimento que funcionarão nas sedes das Delegacias Regionais de Polícia Civil;

Considerando a necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública, resolve:

DISPENSAR, o Delegado de Polícia Civil de 2ª Classe, ROSSILIO SOUZA CORREIA, matrícula nº 702691-2, de cumular as responsabilidades administrativas das Delegacias de Polícia Civil de Oliveira de Fátima e Santa Rita do Tocantins.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

Abizair Antonio Paniago  
Secretário de Estado da Segurança Pública  
Em exercício

**PORTARIA SSP Nº 869, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem o Ato nº 46-NM, publicado no Diário Oficial nº 4.288/2015 e o Ato nº 260 - DSG, publicado no Diário Oficial nº 4.312/2015, ambos do Chefe do Poder Executivo, bem como em conformidade com o art. 13 da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.414/2015, e,

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

Considerando a Lei nº 3.041, de 15 dezembro de 2015, que dispõe sobre o regime especial de atividades de plantão e estabelece cumulação de responsabilidades administrativas para os integrantes da carreira jurídica de Delegado de Polícia Civil;

Considerando o Decreto nº 5.365, de 15 de janeiro de 2016, que regulamenta a Lei nº 3.041/2015 e implanta as Centrais de Atendimento que funcionarão nas sedes das Delegacias Regionais de Polícia Civil;

Considerando a necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública, resolve:

DISPENSAR, o Delegado de Polícia Civil de Classe Especial, WILSON ELIAS DE OLIVEIRA, matrícula nº 984647-2, de cumular as responsabilidades administrativas da Delegacia de Polícia Civil de Couto Magalhães.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

Abizair Antonio Paniago  
Secretário de Estado da Segurança Pública  
Em exercício

**PORTARIA SSP Nº 870, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem o Ato nº 46-NM, publicado no Diário Oficial nº 4.288/2015 e o Ato nº 260 - DSG, publicado no Diário Oficial nº 4.312/2015, ambos do Chefe do Poder Executivo, bem como em conformidade com o art. 13 da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.414/2015, e,

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

Considerando a Lei nº 3.041, de 15 dezembro de 2015, que dispõe sobre o regime especial de atividades de plantão e estabelece cumulação de responsabilidades administrativas para os integrantes da carreira jurídica de Delegado de Polícia Civil;

Considerando o Decreto nº 5.365, de 15 de janeiro de 2016, que regulamenta a Lei nº 3.041/2015 e implanta as Centrais de Atendimento que funcionarão nas sedes das Delegacias Regionais de Polícia Civil;

Considerando a necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública, resolve:

DISPENSAR, o Delegado de Polícia Civil de Classe Especial, HÉLIO HUMBERTO ESPINDOLA PIRES, matrícula nº 513365-3, lotado na Terceira Delegacia de Polícia Civil de Paraíso do Tocantins, de cumular as responsabilidades administrativas da Delegacia de Polícia Civil de Marianópolis do Tocantins.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

Abizair Antonio Paniago  
Secretário de Estado da Segurança Pública  
Em exercício

**PORTARIA SSP Nº 871, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem o Ato nº 46-NM, publicado no Diário Oficial nº 4.288/2015 e o Ato nº 260 - DSG, publicado no Diário Oficial nº 4.312/2015, ambos do Chefe do Poder Executivo, bem como em conformidade com o art. 13 da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.414/2015, e,

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

Considerando a Lei nº 3.041, de 15 dezembro de 2015, que dispõe sobre o regime especial de atividades de plantão e estabelece cumulação de responsabilidades administrativas para os integrantes da carreira jurídica de Delegado de Polícia Civil;

Considerando o Decreto nº 5.365, de 15 de janeiro de 2016, que regulamenta a Lei nº 3.041/2015 e implanta as Centrais de Atendimento que funcionarão nas sedes das Delegacias Regionais de Polícia Civil;

Considerando a necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública, resolve:

DISPENSAR, o Delegado de Polícia Civil de Classe Especial, ALBERTO GEOFRE WANDERLEY FILHO, matrícula nº 391090-2, titular da 1ª Delegacia de Polícia Civil de Paraíso do Tocantins, de cumular as responsabilidades administrativas da Delegacia de Polícia Civil de Pugmil.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

Abizair Antonio Paniago  
Secretário de Estado da Segurança Pública  
Em exercício

**PORTARIA SSP Nº 872, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem o Ato nº 46-NM, publicado no Diário Oficial nº 4.288/2015 e o Ato nº 260 - DSG, publicado no Diário Oficial nº 4.312/2015, ambos do Chefe do Poder Executivo, bem como em conformidade com o art. 13 da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.414/2015, e,

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

Considerando a Lei nº 3.041, de 15 dezembro de 2015, que dispõe sobre o regime especial de atividades de plantão e estabelece cumulação de responsabilidades administrativas para os integrantes da carreira jurídica de Delegado de Polícia Civil;

Considerando o Decreto nº 5.365, de 15 de janeiro de 2016, que regulamenta a Lei nº 3.041/2015 e implanta as Centrais de Atendimento que funcionarão nas sedes das Delegacias Regionais de Polícia Civil;

Considerando a necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública, resolve:

DISPENSAR, o Delegado de Polícia Civil de 1ª Classe, JOSÉ CARLOS GARCIA, matrícula nº 11589795-1, titular da Delegacia de Polícia Civil de Pium, de cumular as responsabilidades administrativas da Delegacia de Polícia Civil de Chapada de Areia.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

Abizair Antonio Paniago  
Secretário de Estado da Segurança Pública  
Em exercício

**PORTARIA SSP Nº 873, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem o Ato nº 46-NM, publicado no Diário Oficial nº 4.288/2015 e o Ato nº 260 - DSG, publicado no Diário Oficial nº 4.312/2015, ambos do Chefe do Poder Executivo, bem como em conformidade com o art. 13 da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.414/2015, e,

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

Considerando a Lei nº 3.041, de 15 dezembro de 2015, que dispõe sobre o regime especial de atividades de plantão e estabelece cumulação de responsabilidades administrativas para os integrantes da carreira jurídica de Delegado de Polícia Civil;

Considerando o Decreto nº 5.365, de 15 de janeiro de 2016, que regulamenta a Lei nº 3.041/2015 e implanta as Centrais de Atendimento que funcionarão nas sedes das Delegacias Regionais de Polícia Civil;

Considerando a necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública, resolve:

DISPENSAR, o Delegado de Polícia Civil de 1ª Classe, JOSÉ DOS SANTOS FONSECA BORGES, matrícula nº 1114018-2, titular da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher em Dianópolis do Tocantins, de cumular as responsabilidades administrativas das Delegacias de Polícia Civil de Novo Jardim e Rio da Conceição do Tocantins.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

Abizair Antonio Paniago  
Secretário de Estado da Segurança Pública  
Em exercício

**PORTARIA SSP Nº 874, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem o Ato nº 46-NM, publicado no Diário Oficial nº 4.288/2015 e o Ato nº 260 - DSG, publicado no Diário Oficial nº 4.312/2015, ambos do Chefe do Poder Executivo, bem como em conformidade com o art. 13 da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.414/2015, e,

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

Considerando a Lei nº 3.041, de 15 dezembro de 2015, que dispõe sobre o regime especial de atividades de plantão e estabelece cumulação de responsabilidades administrativas para os integrantes da carreira jurídica de Delegado de Polícia Civil;

Considerando o Decreto nº 5.365, de 15 de janeiro de 2016, que regulamenta a Lei nº 3.041/2015 e implanta as Centrais de Atendimento que funcionarão nas sedes das Delegacias Regionais de Polícia Civil;

Considerando a necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública, resolve:

DISPENSAR, o Delegado de Polícia Civil de 1ª Classe, ALTAMIRO PACHECO DA SILVA JUNIOR, matrícula nº 11589671-1, titular da Delegacia de Polícia Civil em Dianópolis, de cumular as responsabilidades administrativas da Delegacia de Polícia Civil de Taipas.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

Abizair Antonio Paniago  
Secretário de Estado da Segurança Pública  
Em exercício



**PORTARIA SSP Nº 875, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem o Ato nº 46-NM, publicado no Diário Oficial nº 4.288/2015 e o Ato nº 260 - DSG, publicado no Diário Oficial nº 4.312/2015, ambos do Chefe do Poder Executivo, bem como em conformidade com o art. 13 da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.414/2015, e,

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

Considerando a Lei nº 3.041, de 15 dezembro de 2015, que dispõe sobre o regime especial de atividades de plantão e estabelece cumulação de responsabilidades administrativas para os integrantes da carreira jurídica de Delegado de Polícia Civil;

Considerando o Decreto nº 5.365, de 15 de janeiro de 2016, que regulamenta a Lei nº 3.041/2015 e implanta as Centrais de Atendimento que funcionarão nas sedes das Delegacias Regionais de Polícia Civil;

Considerando a necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública, resolve:

DISPENSAR, o Delegado de Polícia Civil de Classe Especial, CLECYWS ANTÔNIO DE CASTRO ALVES, matrícula nº 316304-2, de cumular as responsabilidades administrativas da Delegacia de Polícia Civil de Dois Irmãos do Tocantins.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

Abizair Antonio Paniago  
Secretário de Estado da Segurança Pública  
Em exercício

**PORTARIA SSP Nº 876, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem o Ato nº 46-NM, publicado no Diário Oficial nº 4.288/2015 e o Ato nº 260 - DSG, publicado no Diário Oficial nº 4.312/2015, ambos do Chefe do Poder Executivo, bem como em conformidade com o art. 13 da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.414/2015, e,

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

Considerando a Lei nº 3.041, de 15 dezembro de 2015, que dispõe sobre o regime especial de atividades de plantão e estabelece cumulação de responsabilidades administrativas para os integrantes da carreira jurídica de Delegado de Polícia Civil;

Considerando o Decreto nº 5.365, de 15 de janeiro de 2016, que regulamenta a Lei nº 3.041/2015 e implanta as Centrais de Atendimento que funcionarão nas sedes das Delegacias Regionais de Polícia Civil;

Considerando a necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública, resolve:

DISPENSAR, o Delegado de Polícia Civil de 2ª Classe, EMERSON FRANCISCO DE MOURA, matrícula nº 216530-1, de cumular as responsabilidades administrativas das Delegacias de Polícia Civil de Filadélfia, Babaçulândia e Palmeirante do Tocantins.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

Abizair Antonio Paniago  
Secretário de Estado da Segurança Pública  
Em exercício

**PORTARIA SSP Nº 877, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem o Ato nº 46-NM, publicado no Diário Oficial nº 4.288/2015 e o Ato nº 260 - DSG, publicado no Diário Oficial nº 4.312/2015, ambos do Chefe do Poder Executivo, bem como em conformidade com o art. 13 da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.414/2015, e,

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

Considerando a Lei nº 3.041, de 15 dezembro de 2015, que dispõe sobre o regime especial de atividades de plantão e estabelece cumulação de responsabilidades administrativas para os integrantes da carreira jurídica de Delegado de Polícia Civil;

Considerando o Decreto nº 5.365, de 15 de janeiro de 2016, que regulamenta a Lei nº 3.041/2015 e implanta as Centrais de Atendimento que funcionarão nas sedes das Delegacias Regionais de Polícia Civil;

Considerando a necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública, resolve:

DISPENSAR, o Delegado de Polícia Civil de 1ª Classe, WLADEMIR COSTA DE OLIVEIRA, matrícula nº 1126423-1, de cumular as responsabilidades administrativas da Delegacia de Polícia Civil de Pedro Afonso.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

Abizair Antonio Paniago  
Secretário de Estado da Segurança Pública  
Em exercício

**PORTARIA SSP Nº 878, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem o Ato nº 46-NM, publicado no Diário Oficial nº 4.288/2015 e o Ato nº 260 - DSG, publicado no Diário Oficial nº 4.312/2015, ambos do Chefe do Poder Executivo, bem como em conformidade com o art. 13 da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.414/2015, resolve:

**TORNAR SEM EFEITO**

A Portaria SSP nº 4.462, de 29 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial nº 3.520, de 08 de dezembro de 2011, que trata do estabelecimento de férias da servidora GISELE LACERDA FERREIRA, Escrivã de Polícia, matrícula 963553-4, para o período de 19/03/2012 a 17/04/2012, referente ao período aquisitivo 2010/2011, tendo em vista que, por equívoco, houve duplicidade no estabelecimento do período de férias referente aos períodos aquisitivos 2010/2011 e 2011/2012, sendo que a servidora usufruiu férias, em conformidade com a Portaria SSP nº 348, de 14 de março de 2012, publicada no Diário Oficial nº 3.592/2012, no período de 09/04 a 08/05/2012, referente ao período aquisitivo 2011/2012.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

Abizair Antonio Paniago  
Secretário de Estado da Segurança Pública  
Em exercício

**PORTARIA SSP Nº 879, DE 18 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem o Ato nº 46-NM, publicado no Diário Oficial nº 4.288/2015 e o Ato nº 260 - DSG, publicado no Diário Oficial nº 4.312/2015, ambos do Chefe do Poder Executivo, bem como em conformidade com o art. 13 da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.414/2015,

**RESOLVE:**

CONCEDER com efeito retroativo a 06/03/2017, a fruição de 15 (quinze) dias das férias, anteriormente interrompidas, por intermédio da PORTARIA Nº 855, de 15/07/2016, publicada no Diário Oficial nº 4.688, de 19/08/2016, de ANDRE LUIZ DE SOUZA, número funcional 557654/4, Professor da Educação Básica, no período de 06/03/2017 a 20/03/2017, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

Palmas/TO, 18 de julho de 2017.

Abizair Antonio Paniago  
Secretário de Estado da Segurança Pública  
Em exercício



**PORTARIA SSP Nº 880, DE 18 DE JULHO DE 2017.**

O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem o Ato nº 46-NM, publicado no Diário Oficial nº 4.288/2015 e o Ato nº 260 - DSG, publicado no Diário Oficial nº 4.312/2015, ambos do Chefe do Poder Executivo, bem como em conformidade com o art. 13 da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.414/2015,

RESOLVE:

REMOVER, por necessidade do serviço, SIMONE MARIA DE MATOS, número funcional 760241/2, Assistente Administrativo, da Delegacia de Polícia Civil de Fátima para a Delegacia Estadual na Repressão a Conflitos Agrários - DERCA, a partir de 31/07/2017.

Palmas/TO, 18 de julho de 2017.

Abizair Antonio Paniago  
Secretário de Estado da Segurança Pública  
Em exercício

**SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIENTÍFICA****PORTARIA SPC Nº 140, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA CIENTÍFICA, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 1.342- NM, de 08 de novembro de 2016, do Chefe do Poder Executivo, alicerçado nos princípios basilares da Lei Federal nº 12.030, de 17 de setembro de 2009, e da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial/TO nº 4.414/2015, e

CONSIDERANDO que as férias da servidora abaixo foram suspensas, por necessidade do serviço, consoante o art. 58, *caput*, da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Civis do Estado do Tocantins e por intermédio da Portaria SPC Nº 300, de 08 de outubro de 2009, publicada no Diário Oficial nº 2.998, de 19 de outubro de 2009,

CONSIDERANDO ainda, que a servidora está lotada na Gerência de Identificação da Capital,

CONSIDERANDO por fim, a solicitação exarada pela Diretoria de Papiloscopia, por meio do Memorando nº 36/2017/RH/IDENTIFICAÇÃO, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública,

RESOLVE:

CONCEDER a fruição de 30 (trinta) dias de férias à servidora GLEICYMARA DE PAULA BUENO, Agente de Polícia, matrícula nº 645129-6, no período compreendido entre os dias 17/07/2017 a 15/08/2017, referente ao período aquisitivo 2008/2009.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

MARCELO DINIZ DA CUNHA  
Superintendente da Polícia Científica

**PORTARIA SPC Nº 141, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA CIENTÍFICA, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 1.342- NM, de 08 de novembro de 2016, do Chefe do Poder Executivo, alicerçado nos princípios basilares da Lei Federal nº 12.030, de 17 de setembro de 2009, e da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial/TO nº 4.414/2015, e

CONSIDERANDO que as férias da servidora abaixo foram suspensas, por necessidade do serviço, consoante o art. 58, *caput*, da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Civis do Estado do Tocantins e por intermédio da Portaria SSP Nº 1546, de 20 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial nº 3.784, de 28 de dezembro de 2012,

CONSIDERANDO a solicitação exarada pela Diretoria de Perícia Criminal, por meio do Memorando nº 933/2017/DPC, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública,

RESOLVE:

CONCEDER a fruição de 30 (trinta) dias de férias à servidora ALDÊNIS BEZERRA CAVALCANTE, Perito Oficial, matrícula nº 508746-1, no período compreendido entre os dias 10/07/2017 a 08/08/2017, referente ao período aquisitivo 2011/2012.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

MARCELO DINIZ DA CUNHA  
Superintendente da Polícia Científica

**PORTARIA SPC Nº 142, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA CIENTÍFICA, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 1.342- NM, de 08 de novembro de 2016, do Chefe do Poder Executivo, alicerçado nos princípios basilares da Lei Federal nº 12.030, de 17 de setembro de 2009, e da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial/TO nº 4.414/2015, e

CONSIDERANDO a solicitação exarada pela Diretoria de Perícia Criminal, por meio do Memorando nº 932/2017/DPC, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública,

RESOLVE:

REMOVER, a pedido, ANDERSON BARROS ARRAES, Perito Oficial, matrícula 996716-4, do Núcleo de Criminalística de Paraíso do Tocantins para o Núcleo de Criminalística de Gurupi, a partir de 04 de julho de 2017.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

MARCELO DINIZ DA CUNHA  
Superintendente da Polícia Científica

**PORTARIA SPC Nº 143, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA CIENTÍFICA, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 1.342- NM, de 08 de novembro de 2016, do Chefe do Poder Executivo, alicerçado nos princípios basilares da Lei Federal nº 12.030, de 17 de setembro de 2009, e da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial/TO nº 4.414/2015, e

Considerando que, consoante o art. 58, *caput*, da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Civis do Estado do Tocantins, as férias dos referidos servidores podem ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço, declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade;

Considerando, a solicitação exarada pela Diretoria de Perícia Criminal, por meio do Memorando nº 960/2017/DPC, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública,

RESOLVE:

SUSPENDER, por necessidade do serviço, 30 (trinta) dias de férias do servidor IVAN SOUSA LINO, Perito Oficial, matrícula nº 391650-2, no período compreendido entre os dias 12/06/2017 a 11/07/2017, referente ao período aquisitivo 2016/2017, garantindo-lhe o direito de usufruí-las, de uma só vez, em data oportuna e não prejudicial ao andamento do serviço.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

MARCELO DINIZ DA CUNHA  
Superintendente da Polícia Científica

**PORTARIA SPC Nº 144, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA CIENTÍFICA, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 1.342- NM, de 08 de novembro de 2016, do Chefe do Poder Executivo, alicerçado nos princípios basilares da Lei Federal nº 12.030, de 17 de setembro de 2009, e da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial/TO nº 4.414/2015, e

Considerando que, consoante o art. 58, *caput*, da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Civis do Estado do Tocantins, as férias dos referidos servidores podem ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço, declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade;

Considerando, a solicitação exarada pela Diretoria de Perícia Criminal, por meio do Memorando nº 978/2017/DPC, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública,

RESOLVE:

SUSPENDER, por necessidade do serviço, 30 (trinta) dias de férias da servidora ALEXANDRA CRISTINA DA SILVA, Perito Oficial, matrícula nº 770489-1, no período compreendido entre os dias 1º/06/2017 a 30/06/2017, referente ao período aquisitivo 2016/2017, garantindo-lhe o direito de usufruí-las, de uma só vez, em data oportuna e não prejudicial ao andamento do serviço.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

MARCELO DINIZ DA CUNHA  
Superintendente da Polícia Científica

**PORTARIA SPC Nº 145, DE 18 DE JULHO DE 2017.**

O SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA CIENTÍFICA, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 1.342- NM, de 08 de novembro de 2016, do Chefe do Poder Executivo, alicerçado nos princípios basilares da Lei Federal nº 12.030, de 17 de setembro de 2009, e da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial/TO nº 4.414/2015, e

Considerando que a lotação dos servidores em cargos efetivos consubstancia na discricionariedade e limites da Administração pública, tendo em vista a continuidade, interesse público e a efetividade da atividade policial e

Considerando ainda, a solicitação exarada pelo Diretor de Perícia Criminal, por meio do Memorando nº 829/2017, em face da necessidade do serviço e a conveniência da Administração Pública,

**RESOLVE:**

Lotar MARCUS VINICIUS ANDRÉ PEREZ, Perito Oficial, matrícula nº 11593393-1, na Diretoria de Perícia Criminal em Palmas, retroativo a 22/06/2017, devendo o mesmo, sem prejuízo de suas funções e carga horária prevista em Lei, colaborar com as atividades no Núcleo de Criminalística de Miracema do Tocantins/TO.

Palmas/TO, 18 de julho de 2017.

MARCELO DINIZ DA CUNHA  
Superintendente da Polícia Científica

**PORTARIA SPC Nº 146, DE 18 DE JULHO DE 2017.**

O SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA CIENTÍFICA, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 1.342- NM, de 08 de novembro de 2016, do Chefe do Poder Executivo, alicerçado nos princípios basilares da Lei Federal nº 12.030, de 17 de setembro de 2009, e da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial/TO nº 4.414/2015,

**RESOLVE:**

Lotar TIAGO FAJARDO POVOA, Perito Oficial, matrícula nº 11593750-1, no Núcleo de Criminalística de Paraíso do Tocantins, retroativo a 28/06/2017.

Palmas/TO, 18 de julho de 2017.

MARCELO DINIZ DA CUNHA  
Superintendente da Polícia Científica

**PORTARIA SPC Nº 147, DE 18 DE JULHO DE 2017.**

O SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA CIENTÍFICA, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 1.342- NM, de 08 de novembro de 2016, do Chefe do Poder Executivo, alicerçado nos princípios basilares da Lei Federal nº 12.030, de 17 de setembro de 2009, e da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial/TO nº 4.414/2015,

**RESOLVE:**

Lotar KIM ROCHA, Perito Oficial, matrícula nº 11594489-1, na Diretoria de Perícia Criminal em Palmas, retroativo a 27/06/2017.

Palmas/TO, 18 de julho de 2017.

MARCELO DINIZ DA CUNHA  
Superintendente da Polícia Científica

**PORTARIA SPC Nº 148, DE 19 DE JULHO DE 2017.**

O SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA CIENTÍFICA, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 1.342- NM, de 08 de novembro de 2016, do Chefe do Poder Executivo, alicerçado nos princípios basilares da Lei Federal nº 12.030, de 17 de setembro de 2009, e da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial/TO nº 4.414/2015, e

Considerando que, consoante o art. 58, *caput*, da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Civis do Estado do Tocantins, as férias dos referidos servidores podem ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço, declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade;

Considerando, a solicitação exarada pela Diretoria de Papiloscopia, por meio do Memorando nº 38/2017/RH/IDENTIFICAÇÃO/SSP, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública,

**RESOLVE:**

SUSPENDER, por necessidade do serviço, 30 (trinta) dias de férias do servidor GILVAN GAMA DE OLIVEIRA, Papiloscopista, matrícula nº 378565-4, no período compreendido entre os dias 04/07/2017 a 02/08/2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016, garantindo-lhe o direito de usufruí-las, de uma só vez, em data oportuna e não prejudicial ao andamento do serviço.

Palmas/TO, 19 de julho de 2017.

MARCELO DINIZ DA CUNHA  
Superintendente da Polícia Científica

**PORTARIA SPC Nº 149, DE 19 DE JULHO DE 2017.**

O SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA CIENTÍFICA, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 1.342- NM, de 08 de novembro de 2016, do Chefe do Poder Executivo, alicerçado nos princípios basilares da Lei Federal nº 12.030, de 17 de setembro de 2009, e da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial/TO nº 4.414/2015, e

Considerando que, consoante o art. 58, *caput*, da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Civis do Estado do Tocantins, as férias dos referidos servidores podem ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço, declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade;

Considerando, a solicitação exarada pela Diretoria de Papiloscopia, por meio do Memorando nº 121/2017/DIR/II/SSP, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública,

**RESOLVE:**

SUSPENDER, por necessidade do serviço, 30 (trinta) dias de férias da servidora MARIA DA CRUZ BORGES DA SILVA, Agente de Necrotomia, matrícula nº 599247-4, no período compreendido entre os dias 03/07/2017 a 1º/08/2017, referente ao período aquisitivo 2016/2017, garantindo-lhe o direito de usufruí-las, de uma só vez, em data oportuna e não prejudicial ao andamento do serviço.

Palmas/TO, 19 de julho de 2017.

MARCELO DINIZ DA CUNHA  
Superintendente da Polícia Científica

**PORTARIA SPC Nº 150, DE 19 DE JULHO DE 2017.**

O SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA CIENTÍFICA, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 1.342- NM, de 08 de novembro de 2016, do Chefe do Poder Executivo, alicerçado nos princípios basilares da Lei Federal nº 12.030, de 17 de setembro de 2009, e da Lei nº 2.986, de 13 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial/TO nº 4.414/2015,

**RESOLVE:**

REMOVER, a pedido, FLÁVIA ALVES BATISTA COSTA, Papiloscopista, matrícula 952488-4, da Gerência de Identificação da Capital para o Núcleo de Papiloscopia de Miracema do Tocantins, a partir de 1º de agosto de 2017.

Palmas/TO, 19 de julho de 2017.

MARCELO DINIZ DA CUNHA  
Superintendente da Polícia Científica

## DELEGACIA-GERAL DA POLÍCIA CIVIL

**PORTARIA DGPC Nº 336, DE 03 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 572, de 05 de junho de 2017, que lotou o Delegado de Polícia Fabrício Piassi Costa na Seccional da Comarca de Porto Nacional-TO;

Considerando Proposta nº 270/2017, da Diretoria de Polícia do Interior;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, caput, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade de serviço, FABRÍCIO PIASSI COSTA, Delegado de Polícia Civil, Primeira Classe, matrícula nº 11589388-1, para exercer a Titularidade da Segunda Delegacia de Polícia Civil, bem como, quando devidamente determinado por superior hierárquico, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Quarta Delegacia Regional de Polícia Civil, ambas sediadas em Porto Nacional/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 03 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 337, DE 04 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 594, de 05 de junho de 2017, que lotou a Delegada de Polícia Valéria Lustosa Dourado na Seccional da Comarca de Gurupi-TO;

Considerando Proposta nº 269/2017, da Diretoria de Polícia do Interior;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, caput, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade de serviço, VALÉRIA LUSTOSA DOURADO, Delegada de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 1153617-2, para exercer a Titularidade da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, bem como, quando devidamente designado por superior hierárquico, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Terceira Delegacia Regional de Polícia Civil, ambas sediadas em Gurupi/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 04 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 340, DE 04 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 585, de 05 de junho de 2017, que lotou o Delegado de Polícia Guilherme Coutinho Torres na Seccional da Comarca de Araguaína/TO;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, caput, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade de serviço, GUILHERME COUTINHO TORRES, Delegado de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11589256-1, para exercer suas atribuições como adjunto da Delegacia de Homicídios e Proteção a Pessoa-DHPP em Araguaína, bem como, quando devidamente designado por superior hierárquico, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Primeira Delegacia Regional de Polícia Civil de Araguaína/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 04 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 346, DE 03 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e o Ato nº 239 - NM, de 25 de fevereiro de 2016, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 590, de 05 de junho de 2017, que lotou o Delegado de Polícia George Alexandre Irineu Segundo na Seccional da Comarca de Itaguatins-TO;

Considerando Proposta nº 356/2017, da Diretoria de Polícia do Interior;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, caput, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade de serviço GEORGE ALEXANDRE IRINEU SEGUNDO, Delegado de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11589680-1, para exercer a Titularidade da Delegacia de Polícia Civil em Itaguatins/TO, bem como, quando devidamente designado por superior hierárquico, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Décima Delegacia Regional de Polícia Civil de Araguatins/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 03 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 349, DE 03 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 597, de 05 de junho de 2017, que lotou o Delegado de Polícia Inaci Antônio Bandeira Júnior na Seccional da Comarca de Araguatins-TO;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, caput, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos,

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade do serviço, INACI ANTONIO BANDEIRA JUNIOR, Delegado de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11589809-1, para exercer suas atribuições na condição de adjunto da Delegacia de Polícia Civil em Araguatins/TO, bem como, quando devidamente designado por superior hierárquico, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Décima Delegacia Regional de Polícia Civil em Araguatins/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 03 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício



**PORTARIA DGPC Nº 363, DE 21 DE JUNHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e o Ato nº 239 - NM, de 25 de fevereiro de 2016, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 563, de 05 de junho de 2017, que lotou a Delegada de Polícia Cinthia Miura Nakayma na Seccional da Comarca de Araguaína/TO;

Considerando Proposta nº 302/2017, da Diretoria de Polícia do Interior;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade de serviço, CINTHIA MIURA NAKAYMA, Delegada de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11589230-1, para exercer a Titularidade da Delegacia Especializada da Criança e do Adolescente, bem como, quando devidamente determinado por superior hierárquico, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Primeira Delegacia Regional de Polícia Civil, ambas sediadas em Araguaína/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 21 de junho de 2017.

CLAUDEMIR LUIZ FERREIRA  
Delegado-Geral da Polícia Civil

**PORTARIA DGPC Nº 364, DE 21 DE JUNHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e o Ato nº 239 - NM, de 25 de fevereiro de 2016, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 564, de 05 de junho de 2017, que lotou a Delegada de Polícia Ana Maria Barros Varjal na Seccional da Comarca de Araguaína/TO;

Considerando Proposta nº 296/2017, da Diretoria de Polícia do Interior;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade de serviço, ANA MARIA BARROS VARJAL, Delegada de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11589248-1, para exercer suas atribuições na condição de adjunta na Segunda Delegacia de Polícia Civil, bem como, quando devidamente determinado por superior hierárquico, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Primeira Delegacia Regional de Polícia Civil, ambas sediadas em Araguaína/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 21 de junho de 2017.

CLAUDEMIR LUIZ FERREIRA  
Delegado-Geral da Polícia Civil

**PORTARIA DGPC Nº 365, DE 03 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 565, de 05 de junho de 2017, que lotou a Delegada de Polícia Ana Maria Barros Varjal na Seccional da Comarca de Araguaína/TO;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade de serviço, DANYELLE TOYGO, Delegada de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11589213-1, para exercer a titularidade da Segunda Delegacia de Polícia Civil em Araguaína, bem como, quando devidamente determinado por superior hierárquico, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Primeira Delegacia Regional de Polícia Civil em Araguaína/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 03 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 367, DE 21 DE JUNHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e o Ato nº 239 - NM, de 25 de fevereiro de 2016, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 598, de 05 de junho de 2017, que lotou o Delegado de Polícia Paulo Henrique Gomes Mendes na Seccional da Comarca de Araguaína/TO;

Considerando Proposta nº 307/2017 da Diretoria de Polícia do Interior;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade de serviço, PAULO HENRIQUE GOMES MENDES, Delegado de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11589817-1, para exercer suas atribuições na condição de adjunto na Primeira Delegacia de Polícia Civil, bem como, quando devidamente determinado por superior hierárquico, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Primeira Delegacia Regional de Polícia Civil, ambas sediadas em Araguaína/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 21 de junho de 2017.

CLAUDEMIR LUIZ FERREIRA  
Delegado-Geral da Polícia Civil

**PORTARIA DGPC Nº 368, DE 21 DE JUNHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e o Ato nº 239 - NM, de 25 de fevereiro de 2016, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 582, de 05 de junho de 2017, que lotou o Delegado de Polícia Israel Andrade Alves na Seccional da Comarca de Araguaína/TO;

Considerando Proposta nº 304/2017, da Diretoria de Polícia do Interior;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade de serviço, ISRAEL ANDRADE ALVES, Delegado de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11589531-1, para exercer suas atribuições na condição de adjunto na Quarta Delegacia de Polícia Civil, bem como, quando devidamente determinado por superior hierárquico, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Primeira Delegacia Regional de Polícia Civil, ambas sediadas em Araguaína/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 21 de junho de 2017.

CLAUDEMIR LUIZ FERREIRA  
Delegado-Geral da Polícia Civil



**PORTARIA DGPC Nº 369, DE 03 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 611, de 06 de junho de 2017, que lotou o Delegado de Polícia Alexandre Vasconcelos Clemente Rodrigues na Seccional da Comarca de Araguaína/TO;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade de serviço, ALEXANDRE VASCONCELOS CLEMENTE RODRIGUES, Delegado de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11590084-1, para exercer suas atribuições na condição de adjunto na Quarta Delegacia de Polícia Civil em Araguaína, bem como, quando devidamente determinado por superior hierárquico, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Primeira Delegacia Regional de Polícia Civil em Araguaína/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 03 de junho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 401, DE 04 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA CCI Nº 568-RVG, de 24 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial nº 4.874, que revogou a Portaria CCI nº 1.497-CSS, de 22 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial nº 4.759, na parte que mantém os Agentes Penitenciários cedidos à Secretaria de Cidadania e Justiça;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia da Capital, através da Proposta de Portaria nº 081/2017-DPC, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

LOTAR ADRIANO MARTINS DO CARMO, Agente Penitenciário, matrícula nº 806599-2, na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher/DEAM SUL em Palmas/TO, retroativo a 25 de maio de 2017.

Palmas/TO, 04 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 402, DE 04 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 597, de 05 de junho de 2017, que lotou o Delegado de Polícia Aldo Pagliani Schwanck na Seccional da Comarca de Miranorte/TO;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos,

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade do serviço, ALDO PAGLIANI SCHWANCK, Delegado de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11589426-1, lotado na seccional da Comarca de Miranorte/TO, para exercer suas atribuições, com exclusividade, na Delegacia de Polícia Civil em Barrolândia/TO, cumulando as responsabilidades administrativas da Delegacia de Polícia em Rio dos Bois/TO e Dois Irmãos do Tocantins/TO, bem como, quando devidamente designado por superior hierárquico, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Décima Terceira Delegacia Regional de Polícia Civil em Miracema do Tocantins/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 04 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 403, DE 05 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia do Interior, através da Proposta de Portaria nº 332/2017-DPI, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

REMOVER, por necessidade do serviço, APOLIANA SILVINA RODRIGUES HONORATO, Escrivã de Polícia de 1ª Classe, matrícula nº 74321-1, da Primeira Delegacia de Polícia Civil em Araguaína/TO para a Central de Atendimento da Décima Segunda Delegacia Regional de Polícia Civil em Alvorada/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 05 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 404, DE 04 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 607, de 06 de junho de 2017, que lotou o Delegado de Polícia Pedro Nunes Vieira Júnior na Seccional da Comarca de Araguaína/TO;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos,

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade do serviço, PEDRO NUNES VIEIRA JUNIOR, Delegado de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11589825-1, para exercer a titularidade da Delegacia de Repressão as Infrações de Menor Potencial Ofensivo - DEIMPO, bem como, quando devidamente designado por superior hierárquico, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Primeira Delegacia Regional de Polícia Civil em Araguaína/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 04 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 405, DE 05 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 791, de 04 de julho de 2017, que lotou a Escrivã de Polícia JESSIKA Ibrahim Gonçalves Daraghineh na Diretoria de Polícia da Capital;

Considerando solicitação da Delegacia Estadual de Repressão a Crimes Contra a Ordem Tributária através do Memorando nº 037/2017, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

RESOLVE:

DESIGNAR, por necessidade do serviço, JESSIKA IBRAHIM GONÇALVES DARAGHINEH, Escrivã de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11594640-1, para exercer suas atribuições na Delegacia Estadual de Repressão a Crimes Contra a Ordem Tributária/DOT em Palmas/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 05 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 406, DE 05 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 579, de 05 de junho de 2017, que lotou o Delegado de Polícia José Lucas Melo Silva na Seccional da Comarca de Colinas do Tocantins/TO;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos,

RESOLVE:

DESIGNAR, por necessidade do serviço, JOSÉ LUCAS MELO DA SILVA, Delegado de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11589477-1, para exercer suas atribuições na Segunda Delegacia de Polícia Civil em Colinas do Tocantins, bem como, quando devidamente designado por superior hierárquico, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Sétima Delegacia Regional de Polícia Civil em Colinas do Tocantins/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 05 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 407, DE 06 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 586, de 05 de junho de 2017, que lotou o Delegado de Polícia Manoel Frota Neto, na Seccional da Comarca de Colinas do Tocantins/TO;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos,

RESOLVE:

DESIGNAR, por necessidade do serviço, MANOEL FROTA NETO, Delegado de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11589434-1, para exercer a titularidade da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher em Colinas do Tocantins, bem como, quando devidamente designado por superior hierárquico, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Sétima Delegacia Regional de Polícia Civil em Colinas do Tocantins/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 06 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 408, DE 06 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 610, de 06 de junho de 2017, que lotou o Delegado de Polícia Heliomar dos Santos Silva, na Seccional da Comarca de Augustinópolis/TO;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos,

RESOLVE:

DESIGNAR, por necessidade do serviço, HELIOMAR DOS SANTOS SILVA, Delegado de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11589736-1, para exercer suas atribuições como adjunto da Delegacia de Polícia Civil em Augustinópolis/TO, bem como, quando devidamente designado por superior hierárquico, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Décima Delegacia Regional de Polícia Civil em Araguatins/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 06 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 409, DE 06 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 573, de 05 de junho de 2017, que lotou o Delegado de Polícia Luis Gonzaga da Silva Neto na Seccional da Comarca de Araguaína/TO;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos,

RESOLVE:

DESIGNAR, por necessidade do serviço, LUIZ GONZAGA DA SILVA NETO, Delegado de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11589302-1, para exercer suas atribuições na condição de adjunto da Terceira Delegacia de Polícia Civil em Araguaína, e sem prejuízo, cumular as responsabilidades administrativas das Delegacias de Polícia Civil em Darcinópolis/TO, Piraquê/TO e Wanderlândia/TO, bem como, quando devidamente designado por superior hierárquico, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Primeira Delegacia Regional de Polícia Civil em Araguaína/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 06 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 410, DE 06 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 592, de 05 de junho de 2017, que lotou o Delegado de Polícia Antônio de Oliveira Carvalho na Seccional da Comarca de Porto Nacional/TO;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos,

RESOLVE:

DESIGNAR, por necessidade do serviço, ANTONIO DE OLIVEIRA CARVALHO, Delegado de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 49375-4, para exercer a titularidade da Terceira Delegacia de Polícia Civil em Porto Nacional/TO, bem como, quando devidamente designado por superior hierárquico, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Quarta Delegacia Regional de Polícia Civil, ambas sediadas em Porto Nacional/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 06 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

#### PORTARIA DGPC Nº 411, DE 06 DE JULHO DE 2017.

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 581, de 05 de junho de 2017, que lotou a Delegada de Polícia Melícia Resende Rocha Ganzaroli de Ávila, na Seccional da Comarca de Aurora do Tocantins/TO;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos,

RESOLVE:

DESIGNAR, por necessidade do serviço, MELÍCIA RESENDE ROCHA GANZAROLI DE ÁVILA, Delegada de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11589400-1, para exercer a titularidade da Delegacia de Polícia Civil em Aurora do Tocantins, e sem prejuízo de suas atribuições, cumular as responsabilidades administrativas das Delegacias de Polícia Civil em Combinado/TO, Lavandeira/TO e Novo Alegre/TO, bem como, quando devidamente designado por superior hierárquico, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Nona Delegacia Regional de Polícia Civil em Arraias/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 06 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

#### PORTARIA DGPC Nº 412, DE 06 DE JULHO DE 2017.

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 562, de 05 de junho de 2017, que lotou o Delegado de Polícia Lucas Kertesz de Oliveira, na Seccional da Comarca de Pedro Afonso/TO;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos,

RESOLVE:

DESIGNAR, por necessidade do serviço, LUCAS KERTESZ DE OLIVEIRA, Delegado de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 128317-4, para exercer a titularidade da Delegacia de Polícia Civil em Pedro Afonso, bem como, quando devidamente designado por superior hierárquico, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Décima Primeira Delegacia Regional de Polícia Civil em Pedro Afonso/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 06 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

#### PORTARIA DGPC Nº 413, DE 07 DE JULHO DE 2017.

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 801, de 05 de julho de 2017, que removeu o Delegado de Polícia Douglas Sie Carreiro Lima, da Seccional da Comarca de Miranorte/TO para a Seccional da Comarca de Gurupi/TO;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

RESOLVE:

DISPENSAR DOUGLAS SIE CARREIRO LIMA, Delegado de Polícia de Segunda Classe, matrícula nº 53263-1, de exercer suas atribuições na Delegacia de Polícia Civil em Miranorte/TO, bem como, de cumular as responsabilidades administrativas das Delegacias de Polícia Civil de Barrolândia e Rio dos Bois/TO.

DESIGNAR a Autoridade Policial supramencionada, para exercer a titularidade da Primeira Delegacia de Polícia Civil, bem como, quando devidamente determinado por superior hierárquico, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Terceira Delegacia Regional de Polícia Civil, ambas sediadas em Gurupi/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 07 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

#### PORTARIA DGPC Nº 414, DE 07 DE JULHO DE 2017.

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 802, de 05 de julho de 2017, que removeu a Delegada de Polícia Antônia Ferreira dos Santos, da Seccional da Comarca de Araguaína/TO para a Seccional da Comarca de Porto Nacional/TO;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

RESOLVE:

DISPENSAR ANTONIA FERREIRA DOS SANTOS, Delegada de Polícia de Segunda Classe, matrícula nº 758970-1, de exercer suas atribuições na Segunda Delegacia de Polícia Civil em Araguaína/TO, bem como, de concorrer ao plantão da Central de Atendimento da Primeira Delegacia Regional de Polícia Civil em Araguaína/TO.

DESIGNAR a Autoridade Policial supramencionada, para exercer a titularidade da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, bem como, quando devidamente determinado por superior hierárquico, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Quarta Delegacia Regional, ambas sediadas em Porto Nacional/TO, a partir de 02/08/2017.

Palmas/TO, 07 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício



**PORTARIA DGPC Nº 415, DE 10 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 574, de 05 de junho de 2017, que lotou o Delegado de Polícia Bruno Boaventura Mota, na Seccional da Comarca de Araguaína/TO;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos,

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade do serviço, BRUNO BOAVENTURA MOTA, Delegado de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11589515-1, para exercer suas atribuições na Primeira Delegacia Regional de Polícia Civil em Araguaína, e ainda, cumular as responsabilidades administrativas das Delegacias de Polícia Civil em Aragominas/TO e Nova Olinda/TO, bem como, quando devidamente designado por superior hierárquico, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Primeira Delegacia Regional de Polícia Civil em Araguaína/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 10 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 416, DE 10 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que as férias do servidor abaixo qualificado foram suspensas, em face da necessidade do serviço, com fulcro no art. 58, *caput* e parágrafo único da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado do Tocantins;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia da Capital, através da Proposta de Portaria nº 147/2017-DPC, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

CONCEDER a fruição de 15 (quinze) dias de férias da servidora CLAUDIA CRISTINA PEREIRA DA SILVA, Escrivã de Polícia de Classe Especial, matrícula nº 843754-1, no período compreendido entre os dias 17/07/2017 a 31/07/2017, referente ao período aquisitivo 2013/2014, suspensas pela Portaria DGPC Nº 305, de 16 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.421, de 23 de junho de 2015.

Palmas/TO, 10 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 417, DE 10 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que as férias do servidor abaixo qualificado foram suspensas, em face da necessidade do serviço, com fulcro no art. 58, *caput* e parágrafo único da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado do Tocantins;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia da Capital, através da Proposta de Portaria nº 127/2017-DPC, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

CONCEDER, retroativo a 03/07/2017, a fruição de 30 (trinta) dias de férias ao servidor JOSE CARLOS GONÇALVES DE SOUSA, Agente de Polícia de Classe Especial, matrícula nº 938339-1, no período compreendido entre os dias 03/07/2017 a 1º/08/2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016, suspensas pela Portaria DGPC Nº 048, de 02 de fevereiro de 2017, publicada no Diário Oficial nº 4.809, de 16 de fevereiro de 2017.

Palmas/TO, 10 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 418, DE 10 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que as férias do servidor abaixo qualificado foram suspensas, em face da necessidade do serviço, com fulcro no art. 58, *caput* e parágrafo único da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado do Tocantins;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia da Capital, através da Proposta de Portaria nº 132/2017-DPC, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

CONCEDER, retroativo a 25/05/2017, a fruição de 30 (trinta) dias de férias da servidora LEYZA COELHO MACHADO, Agente de Polícia de Classe Especial, matrícula nº 977783-1, no período compreendido entre os dias 27/05/2017 a 25/06/2017, referente ao período aquisitivo 2007/2008, suspensas pela Portaria Nº 828, de 19 de junho de 2008, publicada no Diário Oficial nº 2.688, de 11 de julho de 2008.

Palmas/TO, 10 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 419, DE 10 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 567, de 05 de junho de 2017, que lotou o Delegado de Polícia Renato Ribeiro Martins, na Seccional da Comarca de Araguaína/TO;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos,

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade do serviço, RENATO RIBEIRO MARTINS, Delegado de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11589760-1, para exercer suas atribuições na Primeira Delegacia Regional de Polícia Civil, bem como, quando devidamente designado por superior hierárquico, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Primeira Delegacia Regional de Polícia Civil em Araguaína/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 10 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício



**PORTARIA DGPC Nº 420, DE 10 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que as férias do servidor abaixo qualificado foram suspensas, em face da necessidade do serviço, com fulcro no art. 58, *caput* e parágrafo único da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado do Tocantins;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia da Capital, através da Proposta de Portaria nº 143/2017-DPC, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

CONCEDER, retroativo a 02/07/2017, a fruição de 30 (trinta) dias de férias da servidora LEYZA COELHO MACHADO, Agente de Polícia de Classe Especial, matrícula nº 977783-1, no período compreendido entre os dias 02/07/2017 a 31/07/2017, referente ao período aquisitivo 2011/2012, suspensas pela Portaria SEJUDH/TO Nº 895, de 10 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial nº 2.688, de 13 de julho de 2012.

Palmas/TO, 10 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 421, DE 10 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que as férias do servidor abaixo qualificado foram suspensas, em face da necessidade do serviço, com fulcro no art. 58, *caput* e parágrafo único da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado do Tocantins;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia da Capital, através da Proposta de Portaria nº 137/2017-DPC, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

CONCEDER, retroativo a 02/07/2017, a fruição de 30 (trinta) dias de férias ao servidor VERIMAR PIRES BRANDÃO, Agente de Polícia de 3ª Classe, matrícula nº 839544-1, no período compreendido entre os dias 02/07/2017 a 31/07/2017, referente ao período aquisitivo 2012/2013, suspensas pela Portaria SSP Nº 027, de 09 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial nº 4.045, de 13 de janeiro de 2014.

Palmas/TO, 10 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 422, DE 10 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 568, de 05 de junho de 2017, que lotou o Delegado de Polícia Luiz Francisco Felizardo, na Seccional da Comarca de Araguaína/TO;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos,

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade do serviço, LUIZ FRANCISCO FELIZARDO, Delegado de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11589370-1, para exercer a titularidade da Delegacia de Polícia Civil em Peixe/TO, bem como, quando devidamente designado por superior hierárquico, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Décima Segunda Delegacia Regional de Polícia Civil em Alvorada/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 10 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 423, DE 10 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que, consoante o art. 58, *caput*, da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado do Tocantins, as férias dos referidos servidores podem ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço, declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia Civil da Capital, através da Proposta de Portaria nº 135/2017-DPC, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

SUSPENDER, retroativo a 19/06/2017, por necessidade do serviço, 30 (trinta) dias de férias da servidora LUCIVANIA BARBOSA MARINHO, Agente de Polícia de Classe Especial, matrícula nº 615988-2, no período compreendido entre os dias 19/06/2017 a 18/07/2017, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, garantindo-lhe o direito de usufruí-las, de uma só vez, em data oportuna e não prejudicial ao andamento do serviço.

Palmas/TO, 10 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 424, DE 10 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que as férias do servidor abaixo qualificado foram suspensas, em face da necessidade do serviço, com fulcro no art. 58, *caput* e parágrafo único da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado do Tocantins;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia da Capital, através da Proposta de Portaria nº 128/2017-DPC, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

CONCEDER, retroativo a 19/06/2017, a fruição de 30 (trinta) dias de férias da servidora MARIA LIA MOTA SOUZA LEÃO, Escrivã de Polícia de 2ª Classe, matrícula nº 326978-1, no período compreendido entre os dias 19/06/2017 a 18/07/2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016, suspensas pela Portaria DGPC Nº 022, de 12 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial nº 4.789, de 19 de janeiro de 2017.

Palmas/TO, 10 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 425, DE 10 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que as férias do servidor abaixo qualificado foram suspensas, em face da necessidade do serviço, com fulcro no art. 58, *caput* e parágrafo único da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado do Tocantins;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia da Capital, através da Proposta de Portaria nº 129/2017-DPC, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

CONCEDER, a fruição de 15 (quinze) dias de férias da servidora DÁLIA MOURA DE SOUZA, Agente de Polícia de Classe Especial, matrícula nº 657296-3, no período compreendido entre os dias 17/07/2017 a 31/07/2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016, suspensas pela Portaria DGPC Nº 018, de 12 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial nº 4.789, de 19 de janeiro de 2017.

Palmas/TO, 10 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 426, DE 10 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que as férias do servidor abaixo qualificado foram suspensas, em face da necessidade do serviço, com fulcro no art. 58, *caput* e parágrafo único da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado do Tocantins;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia da Capital, através da Proposta de Portaria nº 130/2017-DPC, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

CONCEDER, retroativo a 16/06/2017, a fruição de 30 (trinta) dias de férias da servidora DENISE DIAS SANTANA PASSOS, Agente de Polícia de 3ª Classe, matrícula nº 1035053-1, no período compreendido entre os dias 16/06/2017 a 15/07/2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015, suspensas pela Portaria DGPC Nº 338, de 10 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.440, de 19 de agosto de 2015.

Palmas/TO, 10 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 427, DE 10 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que, consoante o art. 58, *caput*, da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado do Tocantins, as férias dos referidos servidores podem ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço, declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia Civil da Capital, através da Proposta de Portaria nº 134/2017-DPC, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

SUSPENDER, retroativo a 20/06/2017, por necessidade do serviço, 30 (trinta) dias de férias do servidor ALENCAR CARDOSO, Agente de Polícia de Classe Especial, matrícula nº 857376-1, no período compreendido entre os dias 20/06/2017 a 19/07/2017, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, garantindo-lhe o direito de usufruí-las, de uma só vez, em data oportuna e não prejudicial ao andamento do serviço.

Palmas/TO, 10 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 428, DE 10 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que as férias do servidor abaixo qualificado foram suspensas, em face da necessidade do serviço, com fulcro no art. 58, *caput* e parágrafo único da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado do Tocantins;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia da Capital, através da Proposta de Portaria nº 144/2017-DPC, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

CONCEDER, retroativo a 03/07/2017, a fruição de 15 (quinze) dias de férias ao servidor JAKSON DA SILVA OLIVEIRA, Escrivão de Polícia de Classe Especial, matrícula nº 561610-2, no período compreendido entre os dias 03/07/2017 a 17/07/2017, referente ao período aquisitivo 2007/2008, suspensas pela Portaria Nº 2319, de 11 de julho de 2011, publicada no Diário Oficial nº 3.435, de 1º de agosto de 2011.

Palmas/TO, 10 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 429, DE 10 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que as férias do servidor abaixo qualificado foram suspensas, em face da necessidade do serviço, com fulcro no art. 58, *caput* e parágrafo único da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado do Tocantins;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia da Capital, através da Proposta de Portaria nº 145/2017-DPC, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

CONCEDER, a fruição de 15 (quinze) dias de férias ao servidor JAKSON DA SILVA OLIVEIRA, Escrivão de Polícia de Classe Especial, matrícula nº 561610-2, no período compreendido entre os dias 18/07/2017 a 01/08/2017, referente ao período aquisitivo 2009/2010, suspensas pela Portaria SSP Nº 900, de 16 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial nº 3.675, de 20 de julho de 2012.

Palmas/TO, 10 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 430, DE 10 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que as férias do servidor abaixo qualificado foram suspensas, em face da necessidade do serviço, com fulcro no art. 58, *caput* e parágrafo único da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado do Tocantins;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia da Capital, através da Proposta de Portaria nº 131/2017-DPC, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

CONCEDER, a fruição de 30 (trinta) dias de férias da servidora EURAIDES DA SILVA BRITO MARINHO, Escrivã de Polícia de Classe Especial, matrícula nº 413073-1, no período compreendido entre os dias 17/07/2017 a 16/08/2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016, suspensas pela Portaria DGPC Nº 423, de 09 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial nº 4.745, de 18 de novembro de 2016.

Palmas/TO, 10 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 431, DE 10 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que as férias do servidor abaixo qualificado foram suspensas, em face da necessidade do serviço, com fulcro no art. 58, *caput* e parágrafo único da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado do Tocantins;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia da Capital, através da Proposta de Portaria nº 142/2017-DPC, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

CONCEDER, a fruição de 30 (trinta) dias de férias ao servidor JURANDI JOSE ALMEIDA DA SILVA, Agente de Polícia de Classe Especial, matrícula nº 90002603-1, no período compreendido entre os dias 10/07/2017 a 08/08/2017, referente ao período aquisitivo 2011/2012, suspensas pela Portaria SSP Nº 1157, de 11 de setembro de 2012, publicada no Diário Oficial nº 3.717, de 19 de setembro de 2012.

Palmas/TO, 10 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 432, DE 10 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 731, de 20 de junho de 2017, que lotou a Escrivã de Polícia Nicole Aguiar Saad, na Décima Primeira Delegacia Regional de Polícia em Pedro Afonso/TO, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade do serviço, NICOLE AGUIAR SAAD, Escrivã de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11589710-1, para exercer suas atribuições na Delegacia de Polícia Civil em Pedro Afonso/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 10 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 433, DE 10 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que as férias do servidor abaixo qualificado foram suspensas, em face da necessidade do serviço, com fulcro no art. 58, *caput* e parágrafo único da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado do Tocantins;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia da Capital, através da Proposta de Portaria nº 141/2017-DPC, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

CONCEDER, a fruição de 30 (trinta) dias de férias da servidora GEISA MARIA PEREIRA DE OLIVEIRA FURTADO, Escrivã de Polícia de Classe Especial, matrícula nº 699655-4, no período compreendido entre os dias 17/07/2017 a 15/08/2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016, suspensas pela Portaria DGPC Nº 478, de 14 de dezembro de 2016, publicada no Diário Oficial nº 4.767, de 20 de dezembro de 2016.

Palmas/TO, 10 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 434, DE 11 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia da Capital, através da Proposta de Portaria nº 140/2017-DPC, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

Remover, por necessidade do serviço, EMERSON ALVES DE SOUZA, Agente Penitenciário, matrícula nº 744636-2, da Delegacia Especializada na Repressão aos Crimes Contra o Consumidor e à Economia Popular-DERCCON para a Central de Atendimento da Quinta Delegacia de Polícia Civil/5ªDPC em Palmas/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 11 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício



**PORTARIA DGPC Nº 435, DE 11 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando o interesse da servidora, bem como, solicitação da Diretoria de Polícia da Capital, através da Proposta de Portaria nº 146/2017-DPC, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

Remover, a pedido, DEISE CELI FERREIRADA COSTA, Escrivã de Polícia de 2ª Classe, matrícula nº 836725-1, da Primeira Delegacia de Polícia Civil em Colinas do Tocantins/TO para a Primeira Delegacia de Polícia Civil/1ª DPC em Palmas/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 11 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 437, DE 11 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que, consoante o art. 58, *caput*, da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado do Tocantins, as férias dos referidos servidores podem ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço, declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia Civil da Capital, através da Proposta de Portaria nº 152/2017-DPC, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

SUSPENDER, retroativo a 17/05/2017, por necessidade do serviço, 30 (trinta) dias de férias do servidor ALESSANDRO NOGUEIRA, Agente de Polícia de Classe Especial, matrícula nº 964879-1, no período compreendido entre os dias 1º/07/2017 a 30/07/2017, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, garantindo-lhe o direito de usufruí-las, de uma só vez, em data oportuna e não prejudicial ao andamento do serviço.

Palmas/TO, 11 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 438, DE 11 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que, consoante o art. 58, *caput*, da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado do Tocantins, as férias dos referidos servidores podem ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço, declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia Civil da Capital, através da Proposta de Portaria nº 154/2017-DPC, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

SUSPENDER, retroativo a 10/07/2017, por necessidade do serviço, 30 (trinta) dias de férias do servidor RUBENS CEZAR SOARES FERNANDES, Escrivão de Polícia de Classe Especial, matrícula nº 877569-1, no período compreendido entre os dias 10/07/2017 a 08/08/2017, referente ao período aquisitivo de 2016/2017, garantindo-lhe o direito de usufruí-las, de uma só vez, em data oportuna e não prejudicial ao andamento do serviço.

Palmas/TO, 11 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 439, DE 11 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que as férias do servidor abaixo qualificado foram suspensas, em face da necessidade do serviço, com fulcro no art. 58, *caput* e parágrafo único da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado do Tocantins;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia da Capital, através da Proposta de Portaria nº 148/2017-DPC, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

CONCEDER, retroativo a 04/07/2017, a fruição de 15 (quinze) dias de férias à servidora JECICLEIA MORAES DE OLIVEIRA FRAZÃO, Escrivã de Polícia de Classe Especial, matrícula nº 761920-1, no período compreendido entre os dias 04/07/2017 a 18/07/2017, referente ao período aquisitivo 2013/2014, suspensas pela Portaria DGPC Nº 021, de 12 de janeiro de 2017, publicada no Diário Oficial nº 4.789, de 19 de janeiro de 2017.

Palmas/TO, 11 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 440, DE 11 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que as férias do servidor abaixo qualificado foram suspensas, em face da necessidade do serviço, com fulcro no art. 58, *caput* e parágrafo único da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado do Tocantins;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia da Capital, através da Proposta de Portaria nº 153/2017-DPC, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

CONCEDER, retroativo a 06/07/2017, a fruição de 30 (trinta) dias de férias ao servidor DARLAN RODRIGUES CORREA, Agente de Polícia de 2ª Classe, matrícula nº 1017829-2, no período compreendido entre os dias 06/07/2017 a 04/08/2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015, suspensas pela Portaria SEDPS/TO Nº 486, de 21 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.449, de 1º de setembro de 2015.

Palmas/TO, 11 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício



**PORTARIA DGPC Nº 441, DE 11 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que as férias do servidor abaixo qualificado foram suspensas, em face da necessidade do serviço, com fulcro no art. 58, *caput* e parágrafo único da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado do Tocantins;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia da Capital, através da Proposta de Portaria nº 153/2017-DPC, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

CONCEDER, retroativo a 06/07/2017, a fruição de 30 (trinta) dias de férias ao servidor DARLAN RODRIGUES CORREA, Agente de Polícia de 2ª Classe, matrícula nº 1017829-2, no período compreendido entre os dias 06/07/2017 a 04/08/2017, referente ao período aquisitivo 2014/2015, suspensas pela Portaria SEDPS/TO Nº 486, de 21 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.449, de 1º de setembro de 2015.

Palmas/TO, 11 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 442, DE 11 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que as férias do servidor abaixo qualificado foram suspensas, em face da necessidade do serviço, com fulcro no art. 58, *caput* e parágrafo único da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado do Tocantins;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia da Capital, através da Proposta de Portaria nº 156/2017-DPC, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

CONCEDER, a fruição de 15 (quinze) dias de férias à servidora FABIANA ZANINI, Escrivã de Polícia de Classe Especial, matrícula nº 623500-1, no período compreendido entre os dias 14/07/2017 a 28/07/2017, referente ao período aquisitivo 2013/2014, suspensas pela Portaria DETRAN/GABDG/RH Nº 11/2015, de 28 de janeiro de 2015, publicada no Diário Oficial nº 4.306, de 28 de janeiro de 2015.

Palmas/TO, 11 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 443, DE 11 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 722, de 20 de junho de 2017, que lotou o Agente de Polícia Leandro Abrão Martins de Oliveira, na Primeira Delegacia Regional de Polícia em Araguaína/TO, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade do serviço, LEANDRO ABRÃO MARTINS DE OLIVEIRA, Agente de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11590645-1, para exercer suas atribuições na Delegacia Especializada em Investigação Criminal - DEIC Núcleo Norte em Araguaína/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 11 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 444, DE 11 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 729, de 21 de junho de 2017, que lotou o Agente de Polícia Willian Fragoso de Moraes, na Primeira Delegacia Regional de Polícia em Araguaína/TO, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade do serviço, WILLIAN FRAGOSO DE MORAES, Agente de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11238089-1, para exercer suas atribuições na Delegacia Especializada em Investigação Criminal - DEIC Núcleo Norte em Araguaína/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 11 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 445, DE 11 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 720, de 20 de junho de 2017, que lotou a Escrivã de Polícia Luanna Ribeiro Carvalho Ramos de Moura, na Terceira Delegacia Regional de Polícia em Gurupi/TO, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade do serviço, LUANNA RIBEIRO CARVALHO RAMOS, Escrivã de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 1272489-1, para exercer suas atribuições na Primeira Delegacia de Polícia Civil em Gurupi/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 11 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 446, DE 11 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 718, de 20 de junho de 2017, que lotou o Escrivão de Polícia Fabricio Pereira Frota, na Quarta Delegacia Regional de Polícia em Porto Nacional/TO, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

## RESOLVE:

DESIGNAR, por necessidade do serviço, FABRICIO PEREIRA FROTA, Escrivão de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 78429-3, para exercer suas atribuições na Terceira Delegacia de Polícia Civil em Porto Nacional/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 11 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 447, DE 11 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA CCI Nº 568-RVG, de 24 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial nº 4.874, que revogou a Portaria CCI nº 1.497-CSS, de 22 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial nº 4.759, na parte que mantém os Agentes Penitenciários cedidos à Secretaria de Cidadania e Justiça;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia do Interior, através da Proposta de Portaria nº 167/2017-DPI, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

## RESOLVE:

LOTAR NEEMIAS FERREIRA DA SILVA, Agente Penitenciário, matrícula nº 820470-1, na Quarta Delegacia Regional de Polícia Civil em Porto Nacional/TO, retroativo a 25 de maio de 2017.

Palmas/TO, 11 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 448, DE 12 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 721, de 20 de junho de 2017, que lotou o Escrivão de Polícia Diego do Carmo Ribeiro, na Segunda Delegacia Regional de Polícia em Tocantinópolis/TO, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

## RESOLVE:

DESIGNAR, por necessidade do serviço, DIEGO DO CARMO RIBEIRO, Escrivão de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11590009-1, para exercer suas atribuições na Delegacia de Polícia Civil em Tocantinópolis/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 12 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 450, DE 12 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 730, de 21 de junho de 2017, que lotou o Escrivão de Polícia Thiago Cardoso Barbosa, na Décima Primeira Delegacia Regional de Polícia em Pedro Afonso/TO, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

## RESOLVE:

DESIGNAR, por necessidade do serviço, THIAGO CARDOSO BARBOSA, Agente de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11236388-1, para exercer suas atribuições na Delegacia de Polícia Civil em Pedro Afonso/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 12 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 451, DE 12 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando PORTARIA SSP Nº 732, de 21 de junho de 2017, que lotou a Agente de Polícia Mariana de Oliveira Santos, na Décima Delegacia Regional de Polícia em Araguatins/TO, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

## RESOLVE:

DESIGNAR, por necessidade do serviço, MARIANA DE OLIVEIRA SANTOS, Agente de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11150238-2, para exercer suas atribuições na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher em Augustinópolis/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 12 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 452, DE 12 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 631, de 08 de junho de 2017, que lotou o Agente de Polícia Danielle Almeida Freitas de Moraes na Diretoria de Polícia da Capital;

Considerando solicitação da Delegacia Estadual de Repressão a Crimes Contra a Ordem Tributária, através do Memorando nº 011/2017-DOT, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

## RESOLVE:

DISPENSAR DANIELLE ALMEIDA FREITAS DE MORAIS, Agente de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11590386-1, de exercer suas atribuições na Delegacia Estadual de Repressão a Crimes de Maior Potencial contra a Administração Pública/DRACMA.

DESIGNAR a Agente de Polícia supramencionada, para exercer suas atribuições na Delegacia Estadual de Repressão a Crimes Contra a Ordem Tributária/DOT em Palmas/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 12 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 453, DE 13 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia da Capital, através da Proposta de Portaria nº 157/2017-DPC, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

RESOLVE:

Remover, por necessidade do serviço, ELIETH LILIAM MADEIRA, Agente Penitenciário, matrícula nº 918640-1, da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher/DEAM Sul para a Central de Atendimento da Quinta Delegacia de Polícia Civil/5ªDPC, ambas sediadas em Palmas/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 13 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 454, DE 13 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 734, de 21 de junho de 2017, que lotou o Agente de Polícia Hugo Rossi Bueno, na Diretoria de Polícia Capital;

Considerando solicitação da Corregedoria-Geral da Polícia Civil através do Memorando nº 392/2017, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

RESOLVE:

DESIGNAR, por necessidade do serviço, HUGO ROSSI BUENO, Agente de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11593210-1, para exercer suas atribuições na Corregedoria-Geral da Polícia Civil, a partir desta data.

Palmas/TO, 13 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 455, DE 13 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 733, de 21 de junho de 2017, que lotou o Escrivão de Polícia Fideles Dias Soares Junior, na Terceira Delegacia Regional de Polícia em Gurupi/TO;

Considerando Proposta de Portaria da Diretoria de Polícia do Interior nº 316/2017 - DPI, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

RESOLVE:

DESIGNAR, por necessidade do serviço, FIDELES DIAS SOARES JÚNIOR, Escrivão de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 115929581-1, para exercer suas atribuições na Delegacia Especializada em Investigações Criminais - DEIC Núcleo Sul em Gurupi/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 13 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 456, DE 13 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 769, de 29 de junho de 2017, que lotou o Agente de Polícia Wesley Pereira Pires, na Terceira Delegacia Regional de Polícia em Gurupi/TO;

Considerando Proposta de Portaria da Diretoria de Polícia do Interior nº 325/2017 - DPI, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

RESOLVE:

DESIGNAR, por necessidade do serviço, WESLEY PEREIRA PIRES, Agente de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11552770-2, para exercer suas atribuições na Delegacia de Polícia Civil em Dueré/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 13 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 457, DE 14 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia da Capital, através da Proposta de Portaria nº 163/2017-DPC, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

RESOLVE:

Remover, por necessidade do serviço, MAYSA ALVES DA SILVA, Escrivã de Polícia de 2ª Classe, matrícula nº 1046845-1, da Delegacia de Polícia Civil em Dianópolis/TO para a Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa/ DHPH em Palmas/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 458, DE 14 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, caput, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;



Considerando a PORTARIA SSP Nº 846, de 12 de julho de 2017, que removeu o Delegado de Polícia de 2ª Classe CASSIANO RIBEIRO OYAMA, matrícula nº 126047-1, da Seccional da Comarca de Paraíso do Tocantins/TO para a Seccional da Comarca de Palmas/TO;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia da Capital, através da Proposta de Portaria nº 158/2017-DPC, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

RESOLVE:

DESIGNAR a Autoridade Policial supramencionada, para exercer a titularidade da Segunda Delegacia de Polícia Civil/2ª DPC em Palmas/TO, a partir de 17/07/2017.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 459, DE 14 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 847, de 12 de julho de 2017, que removeu a Delegada de Polícia de 2ª Classe LORENA JOSEPHINE PONCE DE LEON E PINHEIRO DE CERQUEIRA OYAMA, matrícula nº 828388-1, da Seccional da Comarca de Paraíso do Tocantins/TO para a Seccional da Comarca de Palmas/TO;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia da Capital, através da Proposta de Portaria nº 159/2017-DPC, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

RESOLVE:

DESIGNAR a Autoridade Policial supramencionada, para responder pelo expediente da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher/DEAM Centro em Palmas/TO, no período de 30 (trinta) dias referente às férias da Delegada Titular, a partir de 17/07/2017.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 460, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 168, de 21 de fevereiro de 2017, que lotou o Delegado de Polícia Pedro Ivo Costa Miranda, na Seccional da Comarca de Palmas/TO;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia da Capital, através da Proposta de Portaria nº 160/2017-DPC, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

RESOLVE:

DISPENSAR PEDRO IVO COSTA MIRANDA, Delegado de Polícia de Terceira Classe, matrícula nº 125237-2, de exercer suas atribuições na Segunda Delegacia de Polícia Civil/2ª DPC em Palmas/TO.

DESIGNAR a Autoridade Policial supramencionada, para exercer suas atribuições como adjunto da Delegacia Especializada na Repressão aos Crimes Contra o Consumidor e a Economia Popular-DERCCON em Palmas/TO.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 461, DE 14 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 168, de 21 de fevereiro de 2017, que lotou o Delegado de Polícia Evaldo de Oliveira Gomes, na Seccional da Comarca de Palmas/TO;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia da Capital, através da Proposta de Portaria nº 162/2017-DPC, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

RESOLVE:

DESIGNAR EVALDO DE OLIVEIRA GOMES, Delegado de Polícia de Classe Especial, matrícula nº 533613-1, para sem prejuízo de suas atribuições, responder pelo expediente da Sexta Delegacia de Polícia Civil/6ªDPC em Palmas/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 462, DE 14 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 168, de 21 de fevereiro de 2017, que lotou a Delegada de Polícia Ana Carolina Coelho Marinho Braga, na Seccional da Comarca de Palmas/TO;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia da Capital, através da Proposta de Portaria nº 161/2017-DPC, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

RESOLVE:

DESIGNAR ANA CAROLINA COELHO MARINHO BRAGA, Delegada de Polícia de Segunda Classe, matrícula nº 815990-1, para exercer a titularidade da Delegacia Especializada da Criança e do Adolescente/DECA em Palmas/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício



**PORTARIA DGPC Nº 463, DE 14 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia do Interior, através da Proposta de Portaria nº 366/2017-DPI, com base no Memorando nº 150/2017 da Oitava Delegacia Regional de Polícia Civil em Dianópolis/TO, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

Remover, por necessidade do serviço, ADEVALDO ALVES ARAÚJO, Agente de Polícia de Classe Especial, matrícula nº 301003-1, da Delegacia de Polícia Civil em Natividade/TO para a Central de Atendimento da Oitava Delegacia Regional de Polícia Civil em Dianópolis/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 464, DE 14 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia do Interior, através da Proposta de Portaria nº 367/2017-DPI, com base no Memorando nº 150/2017 da Oitava Delegacia Regional de Polícia Civil em Dianópolis/TO, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

Remover, por necessidade do serviço, ROSALVO PEREIRA ARAÚJO, Agente de Polícia de Classe Especial, matrícula nº 260608-2, da Delegacia de Polícia Civil em Natividade/TO para a Central de Atendimento da Oitava Delegacia Regional de Polícia Civil em Dianópolis/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 465, DE 14 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

Considerando o Decreto nº 5.365, de 15 de janeiro de 2016, que regulamenta a Lei 3.041/2015 e implanta as Centrais de Atendimento que funcionarão nas sedes das Delegacias Regionais de Polícia Civil;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 168, de 21 de fevereiro de 2017, que lotou a Delegada de Polícia Lucélia Maria Marques Bento, na Seccional da Comarca de Gurupi/TO;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia do Interior, através da Proposta de Portaria nº 358/2017-DPI, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

DISPENSAR LUCÉLIA MARIA MARQUES BENTO, Delegada de Polícia de Classe Especial, matrícula nº 847292-2, de exercer a titularidade da Primeira Delegacia de Polícia Civil em Gurupi/TO.

DESIGNAR a Autoridade Policial supramencionada, para exercer a titularidade da Terceira Delegacia Regional de Polícia Civil em Gurupi/TO, bem como sem prejuízo de suas atribuições cumular as responsabilidades administrativas da Delegacia de Polícia Civil em Crixás/TO, e ainda, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento daquela regional.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 466, DE 14 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 845, de 12 de julho de 2017, que lotou o Agente de Polícia Marcus Vinicius Macedo Santos, na Diretoria de Polícia da Capital, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade do serviço, MARCUS VINICIUS MACEDO SANTOS, Agente de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 1192087-1, para exercer suas atribuições na Diretoria de Inteligência e Estratégia, a partir desta data.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 467, DE 14 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 698, de 19 de junho de 2017, que lotou o Agente de Polícia Hugor Adelino Araújo Correia, na Terceira Delegacia Regional de Polícia Civil em Gurupi/TO, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade do serviço, HUGOR ADELINO ARAÚJO CORREIA, Agente de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11591196-1, para exercer suas atribuições na Quarta Delegacia de Polícia Civil em Gurupi/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 468, DE 11 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 731, de 20 de junho de 2017, que lotou o Agente de Polícia Marcos Rodrigo Foz Fernandes de Souza, na Primeira Delegacia Regional de Polícia em Araguaína/TO, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade do serviço, MARCOS RODRIGO FOZ FERNANDES DE SOUZA, Agente de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11590572-1, para exercer suas atribuições na Delegacia Especializada em Investigação Criminal - DEIC Núcleo Norte em Araguaína/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 11 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 469, DE 14 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 578, de 05 de junho de 2017, que lotou o Delegado de Polícia Alexander Pereira da Costa na Seccional da Comarca de Araguaína/TO;

Considerando Proposta nº 306/2017 da Diretoria de Polícia do Interior;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade de serviço, ALEXANDER PEREIRA DA COSTA, Delegado de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11589582-1, para exercer suas atribuições na condição de adjunto na Delegacia Especializada em Investigações Criminais - DEIC Núcleo Norte, e ainda, cumular as responsabilidades administrativas das Delegacias de Polícia Civil em Barra do Ouro/TO, Campos Lindos/TO e Goiatins/TO, bem como, quando devidamente determinado por superior hierárquico, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Primeira Delegacia Regional de Polícia Civil em Araguaína/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 470, DE 14 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 768, de 29 de junho de 2017, que lotou o Delegado de Polícia Luis Eduardo Amaral Freitas na Seccional da Comarca de Filadélfia/TO;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade de serviço, LUIS EDUARDO AMARAL FREITAS, Delegado de Polícia Civil de Primeira Classe, para exercer a titularidade da Delegacia de Polícia Civil em Filadélfia/TO, e ainda, cumular as responsabilidades administrativas das Delegacias de Polícia Civil em Palmeirante/TO e Babaçulândia/TO, bem como, quando devidamente determinado por superior hierárquico, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Primeira Delegacia Regional de Polícia Civil em Araguaína/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 471, DE 14 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 606, de 06 de junho de 2017, que lotou o Delegado de Polícia Teofábio Alves Siqueira, na Seccional da Comarca de Tocantinópolis/TO;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade de serviço, TEOFABIO ALVES SIQUEIRA, Delegado de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11589868-1, para exercer suas atribuições na condição de adjunto da Delegacia de Polícia Civil, e ainda, cumular as responsabilidades administrativas da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher, bem como, quando devidamente determinado por superior hierárquico, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Segunda Delegacia Regional de Polícia Civil, todas sediadas em Tocantinópolis/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 472, DE 14 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 583, de 05 de junho de 2017, que lotou a Delegada de Polícia Daise Rodrigues Teixeira, na Seccional da Comarca de Araguaçu/TO;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade de serviço, DAISE RODRIGUES TEIXEIRA, Delegada de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11589329-1, para exercer a titularidade da Delegacia de Polícia Civil em Araguaçu/TO, bem como, quando devidamente determinado por superior hierárquico, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Décima Segunda Delegacia Regional de Polícia Civil em Alvorada/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 473, DE 14 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 583, de 05 de junho de 2017, que lotou o Delegado de Polícia Bruno Monteiro Baeza, na Seccional da Comarca de Araguaína/TO;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade de serviço, BRUNO MONTEIRO BAEZA, Delegado de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11589604-1, para exercer a titularidade da Delegacia Especializada na Repressão a Furtos e Roubos de Veículos Automotores - DERFRVA em Araguaína, bem como, quando devidamente determinado por superior hierárquico, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Primeira Delegacia Regional de Polícia Civil em Araguaína/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 474, DE 14 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 575, de 05 de junho de 2017, que lotou o Delegado de Polícia Leandro Risi Santos, na Seccional da Comarca de Tocantinópolis/TO;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade de serviço, LEANDRO RISI SANTOS, Delegado de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11589620-1, para exercer a titularidade da Delegacia de Polícia Civil em Tocantinópolis e ainda cumular as responsabilidades administrativas da delegacia Especializada da Criança e do Adolescente, bem como, quando devidamente determinado por superior hierárquico, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Segunda Delegacia Regional de Polícia Civil, todas sediadas em Tocantinópolis/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 14 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 475, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 793, de 04 de julho de 2017, que lotou o Delegado de Polícia IBANEZ AYRES DA SILVA, na Quarta Delegacia de Polícia Civil em Porto Nacional/TO.

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade de serviço, IBANEZ AYRES DA SILVA, Delegado de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 1187880-1, titular da Quarta Delegacia de Polícia Civil em Porto Nacional e ainda cumular as responsabilidades administrativas da Delegacia de Polícia Civil de Monte do Carmo, para cumular também, as responsabilidades administrativas das Delegacias de Polícia Civil de Ipueiras/TO e Silvanópolis/TO, bem como, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Quarta Delegacia Regional de Polícia Civil em Porto Nacional/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 476, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 168, de 21 de fevereiro de 2017, que lotou o Delegado de Polícia ALICINDO AUGUSTO CELESTINO DE SOUZA, na Seccional da Comarca de Cristalândia/TO

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade de serviço, ALICINDO AUGUSTO CELESTINO DE SOUZA, Delegado de Polícia Civil de Primeira Classe, matrícula nº 11139129-2, titular da Delegacia de Polícia Civil em Cristalândia/TO, para, sem prejuízo de suas atribuições, cumular as responsabilidades administrativas das Delegacias de Polícia Civil em Nova Rosalândia, Pugmil e Chapada de Areia/TO, bem como, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Sexta Delegacia Regional de Polícia Civil em Paraíso do Tocantins, a partir desta data.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 477, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 168, de 21 de fevereiro de 2017, que lotou o Delegado de Polícia JOSÉ ANTONIO DA SILVA, na Seccional da Comarca de Paraíso do Tocantins.

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade de serviço, JOSÉ ANTONIO DA SILVA, Delegado de Polícia Civil de Segunda Classe, matrícula nº 589631-1, lotado na Sexta Delegacia Regional de Polícia Civil, cumulando as responsabilidades administrativas da Delegacia de Polícia Civil em Abreulândia, para cumular também as responsabilidades administrativas da Delegacia de Polícia Civil em Marianópolis/TO, bem como, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Sexta Delegacia Regional de Polícia Civil em Paraíso do Tocantins, a partir desta data.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 478, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 168, de 21 de fevereiro de 2017, que lotou a Delegada de Polícia SINARA DE FREITAS ELIAS CAMPOS, na Seccional da Comarca de Natividade

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade de serviço, SINARA DE FREITAS ELIAS CAMPOS, Delegada de Polícia Civil de Segunda Classe, matrícula nº 817305-1, titular da Delegacia de Polícia Civil em Natividade e cumulando as responsabilidades administrativas das Delegacias de Polícia Civil de Chapada da Natividade e Santa Rosa do Tocantins, para sem prejuízo de suas atribuições, cumular também, as responsabilidades administrativas da Delegacia de Polícia Civil de Conceição do Tocantins/TO, bem como, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Oitava Delegacia Regional de Polícia Civil em Dianópolis/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício



**PORTARIA DGPC Nº 479, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 168, de 21 de fevereiro de 2017, que lotou o Delegado de Polícia GEORGE LUIZ MARTINS DIAS, na Seccional da Comarca de Almas.

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade de serviço, GEORGE LUIZ MARTINS DIAS, Delegado de Polícia Civil de Classe Especial, matrícula nº 289465-2, titular da Delegacia de Polícia Civil em Almas, para, sem prejuízo de suas atribuições, cumular as responsabilidades administrativas das Delegacias de Polícia Civil de Taipas e Porto Alegre do Tocantins, bem como, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Oitava Delegacia Regional de Polícia Civil em Dianópolis/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 480, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 168, de 21 de fevereiro de 2017, que lotou a Delegada de Polícia ROSALINA MARIA DE ALMEIDA, na Seccional da Comarca de Alvorada.

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade de serviço, ROSALINA MARIA DE ALMEIDA, Delegada de Polícia Civil de Segunda Classe, matrícula nº 995591-1, titular da Delegacia de Polícia Civil em Alvorada e cumulado as responsabilidades administrativas da Delegacia de Polícia Civil de Talismã, para, sem prejuízo de suas atribuições, cumular as responsabilidades administrativas da Delegacia de Polícia Civil de Sandolândia/TO, bem como, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Décima Segunda Delegacia Regional de Polícia Civil em Alvorada/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 481, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 168, de 21 de fevereiro de 2017, que lotou o Delegado de Polícia NEUSIM DE OLIVEIRA CAVALCANTE, na Seccional da Comarca de Tocantínia.

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade de serviço, NEUSIM DE OLIVEIRA CAVALCANTE, Delegado de Polícia Civil de Classe Especial, matrícula nº 216450-2, titular da Delegacia de Polícia Civil em Tocantínia e cumulado as responsabilidades administrativas da Delegacia de Polícia Civil de Lizarda/TO, para, sem prejuízo de suas atribuições, cumular as responsabilidades administrativas da Delegacia de Polícia Civil de Rio Sono/TO, bem como, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Décima Terceira Delegacia Regional de Polícia Civil em Miracema/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 482, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 168, de 21 de fevereiro de 2017, que lotou o Delegado de Polícia FERNANDO RIZÉRIO JAYME, na Seccional da Comarca de Araguaína.

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade de serviço, FERNANDO RIZÉRIO JAYME, Delegado de Polícia Civil de Segunda Classe, matrícula nº 1065432-1, titular da Terceira Delegacia de Polícia Civil em Araguaína bem como cumular as responsabilidades administrativas das Delegacias de Polícia Civil Araguaianã, Muricilândia e Santa Fé do Araguaia/TO, bem como, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Primeira Delegacia Regional de Polícia Civil em Araguaína/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 483, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 168, de 21 de fevereiro de 2017, que lotou a Delegada de Polícia CRISTIANE AGUIAR BRITO, na Seccional da Comarca de Porto Nacional.

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade de serviço, CRISTIANE AGUIAR BRITO, Delegada de Polícia Civil de Classe Especial, matrícula nº 859105-2, titular da Delegacia Especializada da Criança e do Adolescente de Porto Nacional/TO e cumulado as atribuições administrativas da Delegacia de Polícia Civil de Brejinho de Nazaré/TO e Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher em Porto Nacional, para, sem prejuízo de suas atribuições, cumular as responsabilidades administrativas da Delegacia de Polícia Civil de Santa Rita/TO, bem como, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Quarta Delegacia Regional de Polícia Civil em Porto Nacional/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício



**PORTARIA DGPC Nº 484, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 168, de 21 de fevereiro de 2017, que lotou o Delegado de Polícia JAIRON AFONSO COELHO MIRANDA, na Seccional da Comarca de Porto Nacional.

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade de serviço, JAIRON AFONSO COELHO MIRANDA, Delegado de Polícia Civil de Classe Especial, matrícula nº 430605-1, titular da Quarta Delegacia de Polícia Civil, no Distrito de Luzimangues em Porto Nacional, para, sem prejuízo de suas atribuições, cumular as responsabilidades administrativas das Delegacias de Polícia Civil de Fátima e Oliveira de Fátima/TO, bem como, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Quarta Delegacia Regional de Polícia Civil em Porto Nacional/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 485, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

Considerando o Decreto nº 5.365, de 15 de janeiro de 2016, que regulamenta a Lei 3.041/2015 e implanta as Centrais de Atendimento que funcionarão nas sedes das Delegacias Regionais de Polícia Civil;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 168, de 21 de fevereiro de 2017, que lotou o Delegado de Polícia EDUARDO MORAIS ARTIAGA, na Seccional da Comarca de Araguatins/TO;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia do Interior, através da Proposta de Portaria nº 354/2017-DPI, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

DISPENSAR EDUARDO MORAIS ARTIAGA, Delegado de Polícia de Segunda Classe, matrícula nº 503773-1, de cumular as responsabilidades administrativas das Delegacias de Polícia Civil de Sampaio e São Bento/TO.

DESIGNAR a Autoridade Policial supramencionada, para sem prejuízo de suas atribuições junto à Décima Delegacia Regional de Polícia Civil, em Araguatins e Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher em Augustinópolis, cumular as responsabilidades administrativas das Delegacias de Polícia Civil em Carrasco Bonito e Praia Norte/TO, e ainda, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento daquela regional.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 486, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

Considerando o Decreto nº 5.365, de 15 de janeiro de 2016, que regulamenta a Lei 3.041/2015 e implanta as Centrais de Atendimento que funcionarão nas sedes das Delegacias Regionais de Polícia Civil;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 168, de 21 de fevereiro de 2017, que lotou o Delegado de Polícia RICARDO BEZERRA LOPES, na Seccional da Comarca de Augustinópolis;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia do Interior, através da Proposta de Portaria nº 353/2017-DPI, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

DISPENSAR RICARDO BEZERRA LOPES, Delegado de Polícia de Classe Especial, matrícula nº 360263-2, de cumular as responsabilidades administrativas da Delegacia de Polícia Civil de Carrasco Bonito/TO.

DESIGNAR a Autoridade Policial supramencionada, para sem prejuízo de suas atribuições junto à titularidade da Delegacia de Polícia Civil em Augustinópolis/TO cumular as responsabilidades administrativas das Delegacias de Polícia Civil em Esperantina, São Sebastião e Sampaio/TO, e ainda, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento daquela regional.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 487, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

Considerando o Decreto nº 5.365, de 15 de janeiro de 2016, que regulamenta a Lei 3.041/2015 e implanta as Centrais de Atendimento que funcionarão nas sedes das Delegacias Regionais de Polícia Civil;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 168, de 21 de fevereiro de 2017, que lotou o Delegado de Polícia JOSÉ RÉRISSON MACEDO GOMES, na Seccional da Comarca de Araguaína;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia do Interior, através da Proposta de Portaria nº 370/2017-DPI, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

DISPENSAR JOSÉ RÉRISSON MACEDO GOMES, Delegado de Polícia de Classe Especial, matrícula nº 311276-2, de cumular as responsabilidades administrativas da Delegacia de Polícia Civil de Aragominas/TO.

DESIGNAR a Autoridade Policial supramencionada, para exercer a titularidade da Delegacia de Homicídios e Proteção a Pessoa-DHPP em Araguaína, bem como, cumular as responsabilidades administrativas da Delegacia de Polícia Civil em Carmolândia/TO, e ainda, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento daquela regional.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 488, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

Considerando o Decreto nº 5.365, de 15 de janeiro de 2016, que regulamenta a Lei 3.041/2015 e implanta as Centrais de Atendimento que funcionarão nas sedes das Delegacias Regionais de Polícia Civil;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 168, de 21 de fevereiro de 2017, que lotou o Delegado de Polícia AFONSO JOSÉ AZEVEDO DE LYRA FILHO, na Seccional da Comarca de Dianópolis;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia do Interior, através da Proposta de Portaria nº 392/2017-DPI, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

DISPENSAR AFONSO JOSÉ AZEVEDO DE LYRA FILHO, Delegado de Polícia de Segundo Classe, matrícula nº 1125168-1, de cumular as responsabilidades administrativas da Delegacia de Polícia Civil de Conceição/TO.

DESIGNAR a Autoridade Policial supramencionada, para exercer a titularidade da Oitava Delegacia Regional de Polícia Civil em Dianópolis para sem prejuízo de suas atribuições, cumular as responsabilidades administrativas das Delegacias de Polícia Civil de Novo Jardim, Ponte Alta do Bom Jesus e Rio da Conceição/TO e ainda, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento daquela regional.

Palmas/TO, 17 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 489, DE 18 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 168, de 21 de fevereiro de 2017, que lotou o Delegado de Polícia EVANDRO GOMES PEREIRA, na Seccional da Comarca de Axixá do Tocantins.

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade de serviço, EVANDRO GOMES PEREIRA, Delegado de Polícia Civil de Classe Especial, matrícula nº 219451-1, titular da Delegacia de Polícia Civil de Axixá do Tocantins, para sem prejuízo de suas atribuições, cumular as responsabilidades administrativas das Delegacias de Polícia Civil de Sítio Novo, São Miguel do Tocantins e Maurilândia/TO, bem como, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Décima Delegacia Regional de Polícia Civil em Araguatins/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 18 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 490, DE 18 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando a PORTARIA SSP Nº 168, de 21 de fevereiro de 2017, que lotou o Delegado de Polícia EDSON JOSÉ LOBATO BORGES na Seccional da Comarca de Araguatins.

Considerando que a segurança pública, nos termos do art. 144, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado, além de direito e responsabilidade de todos;

**RESOLVE:**

DESIGNAR, por necessidade de serviço, EDSON JOSÉ LOBATO BORGES, Delegado de Polícia Civil de Classe Especial, matrícula nº 188569-1, titular da Delegacia de Polícia Civil de Araguatins, para sem prejuízo de suas atribuições, cumular as responsabilidades administrativas das Delegacias de Polícia Civil de Buriti do Tocantins e São Bento do Tocantins, bem como, concorrer à escala de plantão na Central de Atendimento da Décima Delegacia Regional de Polícia Civil em Araguatins/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 18 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 491, DE 18 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia do Interior, através da Proposta de Portaria nº 399/2017-DPI, com base no Memorando nº 961/2017 da Primeira Delegacia Regional de Polícia Civil em Araguaína/TO, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

Remover, por necessidade do serviço, WILLIAN FRAGOSO DE MORAES, Agente de Polícia de Primeira Classe, matrícula nº 11590157-1, da Delegacia Especializada em Investigação Criminal - DEIC Núcleo Norte para a Delegacia Especializada de Repressão a Furtos e Roubos de Veículos Automotores de, ambas em Araguaína/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 18 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 492, DE 18 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia do Interior, através da Proposta de Portaria nº 401/2017-DPI, com base no Memorando nº 962/2017 da Primeira Delegacia Regional de Polícia Civil em Araguaína/TO, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

Remover, por necessidade do serviço, KENIS LUIZ DE SOUZA, Agente de Polícia de Terceira Classe, matrícula nº 751720-1, da Segunda Delegacia de Polícia Civil para a Quarta Delegacia de Polícia Civil, ambas em Araguaína/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 18 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 493, DE 18 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia do Interior, através da Proposta de Portaria nº 405/2017-DPI, com base no Memorando nº 984/2017 da Primeira Delegacia Regional de Polícia Civil em Araguaína/TO, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

Remover, por necessidade do serviço, JAQUELINE DIAS COUTO SOUZA, Escrivã de Polícia de Classe Especial, matrícula nº 832598-1, da Primeira Delegacia de Polícia Civil para a Delegacia Especializada de Repressão a Furtos e Roubos de Veículos Automotores, ambas em Araguaína/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 18 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 494, DE 18 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia do Interior, através da Proposta de Portaria nº 403/2017-DPI, com base no Memorando nº 982/2017 da Primeira Delegacia Regional de Polícia Civil em Araguaína/TO, em face da necessidade do serviço, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

Remover, por necessidade do serviço, COLEMAR ARAÚJO BRITO, Agente de Polícia de Classe Especial, matrícula nº 214349-1, da Primeira Delegacia Regional para a Quarta Delegacia de Polícia Civil, ambas em Araguaína/TO, a partir desta data.

Palmas/TO, 18 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 495, DE 18 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que as férias do servidor abaixo qualificado foram suspensas, em face da necessidade do serviço, com fulcro no art. 58, *caput* e parágrafo único da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado do Tocantins;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia do Interior, através da Proposta de Portaria nº 407/2017-DPI, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

CONCEDER, a fruição de 30 (trinta) dias de férias ao servidor PETRONIO DA MOTA CARVALHO, Agente de Polícia de Classe Especial, matrícula nº 872407-1, no período compreendido entre os dias 07/08/2017 a 06/09/2017, referente ao período aquisitivo 2016/2017, suspensas pela Portaria SECIJU/TO Nº 224, de 27 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial nº 4.860, de 05 de maio de 2017.

Palmas/TO, 18 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**PORTARIA DGPC Nº 496, DE 18 DE JULHO DE 2017.**

O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL, em exercício, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 144, §4º, da Carta Magna Federal, o art. 116 da Constituição do Estado do Tocantins e a Portaria SSP nº 432, de 11 de maio de 2017, publicado no Diário Oficial nº 4.869, de 18 de maio de 2017, visando atender aos princípios basilares da Administração Pública e assegurar a necessidade imperiosa de manutenção do serviço público;

Considerando que as férias do servidor abaixo qualificado foram suspensas, em face da necessidade do serviço, com fulcro no art. 58, *caput* e parágrafo único da Lei 1.654, de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Cíveis do Estado do Tocantins;

Considerando solicitação da Diretoria de Polícia do Interior, através da Proposta de Portaria nº 406/2017-DPI, observados o interesse e a conveniência da Administração Pública;

**RESOLVE:**

CONCEDER, a fruição de 30 (trinta) dias de férias à servidora VANUZA GOMES RAMALHO FERREIRA, Escrivã de Polícia de Classe Especial, matrícula nº 967091-4, no período compreendido entre os dias 21/07/2017 a 19/08/2017, referente ao período aquisitivo 2010/2011, suspensas pela Portaria Nº 911 - DIAF, de 31 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial nº 3.393, de 1º de junho de 2017.

Palmas/TO, 18 de julho de 2017.

ROGER KNEWITZ  
Delegado-Geral da Polícia Civil  
Em exercício

**CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 173/2015**

Relator: Marcelo Diniz da Cunha

Relatora Divergente: Suzi F. da Silva

Conselheira designado para elaborar a Ementa/Deliberação: SUZI F. DA SILVA

Interessado: Cristovão Lopes da Silva

Assunto: Progressão Horizontal e Vertical

Sessão Ordinária: 26/04/2017.

EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO HORIZONTAL E VERTICAL. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA. LEIS Nº 1.545/2004, Nº 1.588/2005, Nº 1.855/2007, Nº 1.650/2005, Nº 1.654/2005, Nº 1.808/2007, Nº 855/2007, Nº 1.861/2007, Nº 2.314/2010, Nº 2.808/2013 e Nº 2.823/2013. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PEDIDO PROCEDENTE.

O Conselho Superior da Polícia Civil é competente para atuar na instrução e deliberação dos processos de avaliação de desempenho, evolução funcional e de estágio probatório do policial civil, conforme preveem o art. 3º, X, da Lei nº 1.650/2005 e o art. 3º, X, do seu Regimento Interno (Decreto nº 2.984/2007).

A Lei nº 1.545/2004 (PCCS da Polícia Civil) não observou os princípios constitucionais da isonomia e do direito adquirido entre as classes policiais, ao não considerar o tempo de serviço policial civil prestado por cada servidor, fazendo distinção de enquadramento de servidores de nível médio e superior.

As Leis nº 1.534/2004 (PCCS/Quadro-Geral) e nº 1.588/2005 (PCCS/Saúde) fixaram o enquadramento vertical e horizontal da mesma forma que a Lei nº 1.545/2004, porém foram alteradas, respectivamente, pelas Leis nº 1.855/2007 e nº 1.861/2007, passando a contar o tempo de serviço anterior de seus servidores.

A Lei nº 2.808/2013, que promoveu alterações nas Leis nº 1.545/2004 e 2.314/2010, estabeleceu a contagem de tempo para efeito de progressão a partir da data da posse na carreira policial civil (art. 4º, III, §1º, e 7º, III, §1º).

Pedido procedente para a Progressão Horizontal referencia "H", a partir de 1º.04.2015.

Procedência do pedido para atribuição de merecimento para a Vertical na Classe Especial a partir de 1º.04.2017.

Improcedência do pedido para a Vertical no Padrão II.



**DELIBERAÇÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos, delibera o Conselho Superior da Polícia Civil do Estado do Tocantins, por Maioria, pela PROCEDÊNCIA DO PEDIDO para a progressão Horizontal referência "H", a partir 1º.04.2015, e atribuição de merecimento para a Classe Especial a partir 1º.04.2017, Nos termos do voto divergente da Conselheira Suzi Francisca da Silva, votaram os conselheiros Almir Tadeu Cordeiro Pereira, Verônica Tereza Carvalho Costa, Lourivaldo da Silva Aguiar, Marcelo Diniz Cunha, e contra os Conselheiros Marcelo Santos Falcão Queiroz, Fábio Augusto Simon e Claudemir Luiz Ferreira. Ausência justificada da conselheira Raimunda Bezerra de Souza.

Sala de Sessões do Conselho Superior da Polícia Civil do Tocantins.

Palmas, 26 de abril de 2017.

SUZI FRANCISCA DA SILVA  
Conselheira Divergente

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 026/2017

Relatora: Suzi Francisca da Silva  
Conselheira designada para elaborar a Ementa/Deliberação: SUZI F. DA SILVA  
Interessado: ANTONIO CARLOS DA SILVA  
Assunto: Progressão Horizontal  
Sessão Ordinária: 26/04/2017.

**EMENTA:** PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO HORIZONTAL. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA. LEIS Nº 1.545/2004, Nº 1.588/2005, Nº 1.855/2007, Nº 1.650/2005, Nº 1.654/2005, Nº 1.808/2007, Nº 855/2007, Nº 1.861/2007, Nº 2.314/2010, Nº 2.808/2013 e Nº 2.823/2013. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PEDIDO JÁ ANALISADO POR ESTE COLEGIADO.

O Conselho Superior da Polícia Civil é competente para atuar na instrução e deliberação dos processos de avaliação de desempenho, evolução funcional e de estágio probatório do policial civil, conforme preveem o art. 3º, X, da Lei nº 1.650/2005 e o art. 3º, X, do seu Regimento Interno (Decreto nº 2.984/2007).

A Lei nº 1.545/2004 (PCCS da Polícia Civil) não observou os princípios constitucionais da isonomia e do direito adquirido entre as classes policiais, ao não considerar o tempo de serviço policial civil prestado por cada servidor, fazendo distinção de enquadramento de servidores de nível médio e superior.

As Leis nº 1.534/2004 (PCCS/Quadro-Geral) e nº 1.588/2005 (PCCS/Saúde) fixaram o enquadramento vertical e horizontal da mesma forma que a Lei nº 1.545/2004, porém foram alteradas, respectivamente, pelas Leis nº 1.855/2007 e nº 1.861/2007, passando a contar o tempo de serviço anterior de seus servidores.

A Lei nº 2.808/2013, que promoveu alterações nas Leis nº 1.545/2004 e 2.314/2010, estabeleceu a contagem de tempo para efeito de progressão a partir da data da posse na carreira policial civil (art. 4º, III, §1º, e 7º, III, §1º).

Deliberou-se pela ratificação do pedido do requerente para a Progressão Horizontal referência "L", a partir de 1º.07.2010, conforme julgado no processo 009/2012, publicado do DOE Nº 3816 de 15 de fevereiro de 2013.

**DELIBERAÇÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos, delibera o Conselho Superior da Polícia Civil do Estado do Tocantins, por Unanimidade, pela Ratificação do PEDIDO para a progressão Horizontal para a referência "L" a partir 01.07.2010. Nos termos do voto da Conselheira Suzi Francisca da Silva, votaram os conselheiros Almir Tadeu Cordeiro Pereira, Verônica Tereza Carvalho Costa, Lourivaldo da Silva Aguiar, Marcelo Diniz Cunha, Marcelo Santos Falcão Queiroz, Fábio Augusto Simon e Claudemir Luiz Ferreira. Ausência justificada da conselheira Raimunda Bezerra de Souza.

Sala de Sessões do Conselho Superior da Polícia Civil do Tocantins.

Palmas, 26 de abril de 2017.

SUZI FRANCISCA DA SILVA  
Conselheira Relatora

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 407/2014

Conselheiro Relator: MARCELO SANTOS FALCÃO QUEIROZ  
Interessado: FRANCINEI AIRTON FERNANDO BERNARDO GOMES PEREIRA  
Assunto: PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA A LETRA "L"  
Sessão Ordinária: 26/04/2017

**EMENTA:** PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA A LETRA "L". INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA. LEIS Nº 1.545/2004, 1.650/2005, 1.637/2005, 1855/2007, 1.861/2007, 1.609/2005, 2.823/2013 e 2.808/2013. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PEDIDO PROCEDENTE.

O Conselho Superior da Polícia Civil é competente para atuar na instrução e deliberação dos processos de avaliação de desempenho, evolução funcional e de estágio probatório do policial civil, conforme preveem o art. 3º, X, da Lei nº 1.650/2005 e o art. 3º, X, do seu Regimento Interno (Decreto nº 2.984/2007).

A Lei nº 1.545/2004 (PCCS da Polícia Civil) não observou os princípios constitucionais da isonomia e do direito adquirido entre as classes policiais, ao não considerar o tempo de serviço policial civil prestado por cada servidor, fazendo distinção de enquadramento de servidores de nível médio e superior.

As Leis nº 1.534/2004 (PCCS/Quadro-Geral) e nº 1.588/2005 (PCCS/Saúde) fixaram o enquadramento vertical e horizontal da mesma forma que a Lei nº 1.545/2004, porém foram alteradas, respectivamente, pelas Leis nº 1.855/2007 e nº 1.861/2007, passando a contar o tempo de serviço anterior de seus servidores. As Leis nº 1.609/2005 (Auditores Fiscais) e nº 2.823/2013 (Polícia Militar) também consideraram o tempo, anterior, do exercício funcional de seus servidores no Estado.

Voto do relator pela procedência do pedido quanto ao enquadramento referência "L" com efeitos financeiros retroativos a 12 de janeiro de 2015.

**DELIBERAÇÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos, por unanimidade, deliberou-se pela procedência do pedido, nos termos do voto do Relator.

Sala de Sessões do Conselho Superior da Polícia Civil do Tocantins.

Palmas, 02 de maio de 2017.

MARCELO SANTOS FALCÃO QUEIROZ  
Delegado de Polícia Civil  
Diretor da Academia da Polícia Civil  
Conselheiro Relator

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 570/2014

Conselheiro Relator: MARCELO SANTOS FALCÃO QUEIROZ  
Interessado: JOSÉ FRANCISCO DE SOUSA  
Assunto: PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA A LETRA "L"  
Sessão Ordinária: 26/04/2017

**EMENTA:** PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA A LETRA "L". INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA. LEIS Nº 1.545/2004, 1.650/2005, 1.637/2005, 1855/2007, 1.861/2007, 1.609/2005, 2.823/2013 e 2.808/2013. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PEDIDO PROCEDENTE.

O Conselho Superior da Polícia Civil é competente para atuar na instrução e deliberação dos processos de avaliação de desempenho, evolução funcional e de estágio probatório do policial civil, conforme preveem o art. 3º, X, da Lei nº 1.650/2005 e o art. 3º, X, do seu Regimento Interno (Decreto nº 2.984/2007).

A Lei nº 1.545/2004 (PCCS da Polícia Civil) não observou os princípios constitucionais da isonomia e do direito adquirido entre as classes policiais, ao não considerar o tempo de serviço policial civil prestado por cada servidor, fazendo distinção de enquadramento de servidores de nível médio e superior.

As Leis nº 1.534/2004 (PCCS/Quadro-Geral) e nº 1.588/2005 (PCCS/Saúde) fixaram o enquadramento vertical e horizontal da mesma forma que a Lei nº 1.545/2004, porém foram alteradas, respectivamente, pelas Leis nº 1.855/2007 e nº 1.861/2007, passando a contar o tempo de serviço anterior de seus servidores. As Leis nº 1.609/2005 (Auditores Fiscais) e nº 2.823/2013 (Polícia Militar) também consideraram o tempo, anterior, do exercício funcional de seus servidores no Estado.



Voto do relator pela procedência do pedido quanto ao enquadramento referência "L" com efeitos financeiros retroativos a 12 de janeiro de 2015.

**DELIBERAÇÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos, por unanimidade, deliberou-se pela procedência do pedido, nos termos do voto do Relator.

Sala de Sessões do Conselho Superior da Polícia Civil do Tocantins.

Palmas, 02 de maio de 2017.

**MARCELO SANTOS FALCÃO QUEIROZ**  
Delegado de Polícia Civil  
Diretor da Academia da Polícia Civil  
Conselheiro Relator

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 585/2014**

Conselheiro Relator: MARCELO SANTOS FALCÃO QUEIROZ  
Interessado: JOÃO MAURO DE ALMEIDA  
Assunto: PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA A LETRA "L"  
Sessão Ordinária: 26/04/2017

**EMENTA:** PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA A LETRA "L". INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA. LEIS Nº 1.545/2004, 1.650/2005 e 2.808/2013. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PEDIDO PROCEDENTE.

O Conselho Superior da Polícia Civil é competente para atuar na instrução e deliberação dos processos de avaliação de desempenho, evolução funcional e de estágio probatório do policial civil, conforme preveem o art. 3º, X, da Lei nº 1.650/2005 e o art. 3º, X, do seu Regimento Interno (Decreto nº 2.984/2007).

A Lei nº 1.545/2004 (PCCS da Polícia Civil) não observou os princípios constitucionais da isonomia e do direito adquirido entre as classes policiais, ao não considerar o tempo de serviço policial civil prestado por cada servidor, fazendo distinção de enquadramento de servidores de nível médio e superior.

A Lei nº 2.808/2013, que promoveu alteração na Lei nº 1.545/2004 que estabeleceu a contagem de tempo para efeitos de progressão a partir da data da posse na carreira policial civil art. 4º, III, §1º

Pedido procedente quanto ao enquadramento referência "L" com efeitos financeiros retroativos a 12 de janeiro de 2015.

**DELIBERAÇÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos, por unanimidade, deliberou-se pela procedência do pedido, nos termos do voto do Relator.

Sala de Sessões do Conselho Superior da Polícia Civil do Tocantins.

Palmas, 02 de maio de 2017.

**MARCELO SANTOS FALCÃO QUEIROZ**  
Delegado de Polícia Civil  
Diretor da Academia da Polícia Civil  
Conselheiro Relator

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 622/2014**

Conselheiro Relator: MARCELO SANTOS FALCÃO QUEIROZ  
Interessado: GEILSON SALES BEZERRA  
Assunto: PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA A LETRA "L"  
Sessão Ordinária: 26/04/2017

**EMENTA:** PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO HORIZONTAL PARA A LETRA "L". INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA. LEIS Nº 1.545/2004, 1.650/2005, 1.637/2005, 1.855/2007, 1.861/2007, 1.609/2005, 2.823/2013 e 2.808/2013. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PEDIDO PROCEDENTE.

O Conselho Superior da Polícia Civil é competente para atuar na instrução e deliberação dos processos de avaliação de desempenho, evolução funcional e de estágio probatório do policial civil, conforme preveem o art. 3º, X, da Lei nº 1.650/2005 e o art. 3º, X, do seu Regimento Interno (Decreto nº 2.984/2007).

A Lei nº 1.545/2004 (PCCS da Polícia Civil) não observou os princípios constitucionais da isonomia e do direito adquirido entre as classes policiais, ao não considerar o tempo de serviço policial civil prestado por cada servidor, fazendo distinção de enquadramento de servidores de nível médio e superior.

As Leis nº 1.534/2004 (PCCS/Quadro-Geral) e nº 1.588/2005 (PCCS/Saúde) fixaram o enquadramento vertical e horizontal da mesma forma que a Lei nº 1.545/2004, porém foram alteradas, respectivamente, pelas Leis nº 1.855/2007 e nº 1.861/2007, passando a contar o tempo de serviço anterior de seus servidores. As Leis nº 1.609/2005 (Auditores Fiscais) e nº 2.823/2013 (Polícia Militar) também consideraram o tempo, anterior, do exercício funcional de seus servidores no Estado.

Voto do relator pela procedência do pedido quanto ao enquadramento referência "L" com efeitos financeiros retroativos a 12 de janeiro de 2015.

**DELIBERAÇÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos, por unanimidade, deliberou-se pela procedência do pedido, nos termos do voto do Relator.

Sala de Sessões do Conselho Superior da Polícia Civil do Tocantins.

Palmas, 02 de maio de 2017.

**MARCELO SANTOS FALCÃO QUEIROZ**  
Delegado de Polícia Civil  
Diretor da Academia da Polícia Civil  
Conselheiro Relator

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 317/2014**

Relator: Marcelo Santos Falcão Queiroz  
Relatora Divergente: Suzi F. da Silva  
Conselheira designado para elaborar a Ementa/Deliberação: Suzi F. Da Silva  
Interessada: Valdimária Rodrigues Aires  
Assunto: Progressão Horizontal e Vertical  
Sessão Ordinária: 31/05/2017.

**EMENTA:** PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO HORIZONTAL E VERTICAL. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA. LEIS Nº 1.545/2004, Nº 1.588/2005, Nº 1.855/2007, Nº 1.650/2005, Nº 1.654/2005, Nº 1.808/2007, Nº 855/2007, Nº 1.861/2007, Nº 2.314/2010, Nº 2.808/2013 e Nº 2.823/2013. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PEDIDO PROCEDENTE.

O Conselho Superior da Polícia Civil é competente para atuar na instrução e deliberação dos processos de avaliação de desempenho, evolução funcional e de estágio probatório do policial civil, conforme preveem o art. 3º, X da Lei nº 1.650/2005 e o art. 3º, X do seu Regimento Interno (Decreto nº 2.984/2007).

A Lei nº 1.545/2004 (PCCS da Polícia Civil) não observou os princípios constitucionais da isonomia e do direito adquirido entre as classes policiais, ao não considerar o tempo de serviço policial civil prestado por cada servidor, fazendo distinção de enquadramento de servidores de nível médio e superior.

As Leis nº 1.534/2004 (PCCS/Quadro-Geral) e nº 1.588/2005 (PCCS/Saúde) fixaram o enquadramento vertical e horizontal da mesma forma que a Lei nº 1.545/2004, porém foram alteradas, respectivamente, pelas Leis nº 1.855/2007 e nº 1.861/2007, passando a contar o tempo de serviço anterior de seus servidores.

A Lei nº 2.808/2013, que promoveu alterações nas Leis nº 1.545/2004 e 2.314/2010, estabeleceu a contagem de tempo para efeito de progressão a partir da data da posse na carreira policial civil (art. 4º, III, §1º, e 7º, III, §1º).

Pedido procedente para a Progressão Horizontal referencia "L", a partir de 04.11.2012, e efeitos financeiros no mês subsequente 01.12.2013.

Pedido improcedente para a progressão vertical Padrão III, por maioria.

**DELIBERAÇÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos, delibera o Conselho Superior da Polícia Civil do Estado do Tocantins, por unanimidade, pela **PROCEDÊNCIA DO PEDIDO** para a progressão Horizontal referencia "L" a partir 01.12.2013 e **IMPROCEDENCIA** para a progressão vertical padrão III. Nos termos do voto divergente do Conselheiro Marcelo Santos Falcão Queiroz, votaram os conselheiros Almir Tadeu Cordeiro Pereira, Suzi Francisca da Silva, Verônica Tereza Carvalho Costa, Lourivaldo da Silva Aguiar, Marcelo Diniz Cunha, a favor do Padrão III, e contra o Padrão III, conselheiros: Marcelo Santos Falcão Queiroz, Bruno de Sousa Azevedo, Marcio Giroto Vilela, Fábio Augusto Simon e Claudemir Luiz Ferreira, ficando a votação empatada, e Abizair Antônio Paniago fez o desempate, a favor do voto divergente do conselheiro Marcelo Santos Falcão Queiroz

Sala de Sessões do Conselho Superior da Polícia Civil do Tocantins.

Palmas, 31 de maio de 2017.

SUZI FRANCISCA DA SILVA  
Conselheira Divergente

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 143/2015**

Relator: Marcelo Diniz da Cunha  
Relatora Divergente: Suzi F. da Silva  
Conselheira designado para elaborar a Ementa/Deliberação: Suzi F. Da Silva  
Interessado: Armando de Souza Rabelo  
Assunto: Progressão Vertical  
Sessão Ordinária: 31/05/2017.

**EMENTA:** PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO VERTICAL. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA. LEIS Nº 1.545/2004, Nº 1.588/2005, Nº 1.855/2007, Nº 1.650/2005, Nº 1.654/2005, Nº 1.808/2007, Nº 855/2007, Nº 1.861/2007, Nº 2.314/2010, Nº 2.808/2013 e Nº 2.823/2013. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PEDIDO PROCEDENTE.

O Conselho Superior da Polícia Civil é competente para atuar na instrução e deliberação dos processos de avaliação de desempenho, evolução funcional e de estágio probatório do policial civil, conforme preveem o art. 3º, X, da Lei nº 1.650/2005 e o art. 3º, X, do seu Regimento Interno (Decreto nº 2.984/2007).

A Lei nº 1.545/2004 (PCCS da Polícia Civil) não observou os princípios constitucionais da isonomia e do direito adquirido entre as classes policiais, ao não considerar o tempo de serviço policial civil prestado por cada servidor, fazendo distinção de enquadramento de servidores de nível médio e superior.

As Leis nº 1.534/2004 (PCCS/Quadro-Geral) e nº 1.588/2005 (PCCS/Saúde) fixaram o enquadramento vertical e horizontal da mesma forma que a Lei nº 1.545/2004, porém foram alteradas, respectivamente, pelas Leis nº 1.855/2007 e nº 1.861/2007, passando a contar o tempo de serviço anterior de seus servidores.

A Lei nº 2.808/2013, que promoveu alterações nas Leis nº 1.545/2004 e 2.314/2010, estabeleceu a contagem de tempo para efeito de progressão a partir da data da posse na carreira policial civil (art. 4º, III, §1º, e 7º, III, §1º).

Pedido procedente para a progressão vertical Padrão I, a partir de 1º.05.2014 e Pedido procedente para a progressão vertical no Padrão II, a partir de 1º.05.2017.

**DELIBERAÇÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos, delibera o Conselho Superior da Polícia Civil do Estado do Tocantins, por Maioria, pela **PROCEDÊNCIA DO PEDIDO** para a progressão vertical padrão I, a partir de 01.05.2014 e Pedido procedente para a progressão vertical no Padrão II, a partir de 1º.05.2017. Nos termos do voto divergente da Conselheira Suzi Francisca da Silva, votaram os conselheiros Almir Tadeu Cordeiro Pereira, Verônica Tereza Carvalho Costa, Lourivaldo da Silva Aguiar, Marcelo Diniz Cunha, e contra os conselheiros: Marcelo Santos Falcão Queiroz, Bruno de Sousa Azevedo, Marcio Giroto Vilela, Fábio Augusto Simon e Claudemir Luiz Ferreira, ficando a votação empatada e foi dado o voto de desempate pelo vice presidente Abizair Antônio Paniago, a favor do voto divergente da conselheira Suzi F. da Silva.

Sala de Sessões do Conselho Superior da Polícia Civil do Tocantins.

Palmas, 31 de maio de 2017.

SUZI FRANCISCA DA SILVA  
Conselheira Divergente

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 045/2016**

Relatora: Verônica Tereza Carvalho Costa  
Relatora Divergente: Suzi F. da Silva  
Conselheira designado para elaborar a Ementa/Deliberação: Suzi F. Da Silva  
Interessado: Allan Douglas Tenório  
Assunto: Progressão Horizontal e Vertical  
Sessão Ordinária: 31/05/2017.

**EMENTA:** PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO HORIZONTAL E VERTICAL. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA. LEIS Nº 1.545/2004, Nº 1.588/2005, Nº 1.855/2007, Nº 1.650/2005, Nº 1.654/2005, Nº 1.808/2007, Nº 855/2007, Nº 1.861/2007, Nº 2.314/2010, Nº 2.808/2013 e Nº 2.823/2013. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PEDIDO PROCEDENTE.

O Conselho Superior da Polícia Civil é competente para atuar na instrução e deliberação dos processos de avaliação de desempenho, evolução funcional e de estágio probatório do policial civil, conforme preveem o art. 3º, X da Lei nº 1.650/2005 e o art. 3º, X do seu Regimento Interno (Decreto nº 2.984/2007).

A Lei nº 1.545/2004 (PCCS da Polícia Civil) não observou os princípios constitucionais da isonomia e do direito adquirido entre as classes policiais, ao não considerar o tempo de serviço policial civil prestado por cada servidor, fazendo distinção de enquadramento de servidores de nível médio e superior.

As Leis nº 1.534/2004 (PCCS/Quadro-Geral) e nº 1.588/2005 (PCCS/Saúde) fixaram o enquadramento vertical e horizontal da mesma forma que a Lei nº 1.545/2004, porém foram alteradas, respectivamente, pelas Leis nº 1.855/2007 e nº 1.861/2007, passando a contar o tempo de serviço anterior de seus servidores.

A Lei nº 2.808/2013, que promoveu alterações nas Leis nº 1.545/2004 e 2.314/2010, estabeleceu a contagem de tempo para efeito de progressão a partir da data da posse na carreira policial civil (art. 4º, III, §1º, e 7º, III, §1º).

Pedido procedente para a Progressão Horizontal referencia "H", a partir de 12.09.2016, e com efeitos financeiros no mês subsequente 1º.10.2016.

Pedido procedente para a progressão vertical 3ª Classe a partir de 12.09.2016.

**DELIBERAÇÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos, delibera o Conselho Superior da Polícia Civil do Estado do Tocantins, por Maioria, pela **PROCEDÊNCIA DO PEDIDO** para a progressão Horizontal referencia "H" a partir 01.10.2016 e para a progressão vertical 3ª Classe, a partir de 12.09.2016. Nos termos do voto divergente da Conselheira Suzi Francisca da Silva, votaram os conselheiros Almir Tadeu Cordeiro Pereira, Verônica Tereza Carvalho Costa, Lourivaldo da Silva Aguiar, Marcelo Diniz Cunha, Marcio Giroto Vilela, Fábio Augusto Simon e Claudemir Luiz Ferreira e vencidos os conselheiros: Marcelo Santos Falcão Queiroz e Bruno de Sousa Azevedo.

Sala de Sessões do Conselho Superior da Polícia Civil do Tocantins.

Palmas, 31 de maio de 2017.

SUZI FRANCISCA DA SILVA  
Conselheira Divergente

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 134/2016**

Relator: Almir Tadeu Cordeiro Pereira  
Relatora Divergente: Suzi F. da Silva  
Conselheira designado para elaborar a Ementa/Deliberação: Suzi F. Da Silva  
Interessada: Apoliana Silvina Rodrigues Honorato  
Assunto: Progressão Horizontal e Vertical  
Sessão Ordinária: 31/05/2017.

**EMENTA:** PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO HORIZONTAL E VERTICAL. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA. LEIS Nº 1.545/2004, Nº 1.588/2005, Nº 1.855/2007, Nº 1.650/2005, Nº 1.654/2005, Nº 1.808/2007, Nº 855/2007, Nº 1.861/2007, Nº 2.314/2010, Nº 2.808/2013 e Nº 2.823/2013. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PEDIDO PROCEDENTE.

O Conselho Superior da Polícia Civil é competente para atuar na instrução e deliberação dos processos de avaliação de desempenho, evolução funcional e de estágio probatório do policial civil, conforme preveem o art. 3º, X, da Lei nº 1.650/2005 e o art. 3º, X, do seu Regimento Interno (Decreto nº 2.984/2007).

A Lei nº 1.545/2004 (PCCS da Polícia Civil) não observou os princípios constitucionais da isonomia e do direito adquirido entre as classes policiais, ao não considerar o tempo de serviço policial civil prestado por cada servidor, fazendo distinção de enquadramento de servidores de nível médio e superior.

As Leis nº 1.534/2004 (PCCS/Quadro-Geral) e nº 1.588/2005 (PCCS/Saúde) fixaram o enquadramento vertical e horizontal da mesma forma que a Lei nº 1.545/2004, porém foram alteradas, respectivamente, pelas Leis nº 1.855/2007 e nº 1.861/2007, passando a contar o tempo de serviço anterior de seus servidores.

A Lei nº 2.808/2013, que promoveu alterações nas Leis nº 1.545/2004 e 2.314/2010, estabeleceu a contagem de tempo para efeito de progressão a partir da data da posse na carreira policial civil (art. 4º, III, §1º, e 7º, III, §1º).

Pedido procedente para a Progressão Horizontal referencia "C", a partir de 1º.03.2016.

Pedido procedente para a progressão vertical 2ª Classe a partir de 27.02.2012.

**DELIBERAÇÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos, delibera o Conselho Superior da Polícia Civil do Estado do Tocantins, por Unanimidade, pela **PROCEDÊNCIA DO PEDIDO** para a progressão Horizontal referencia "C" a partir 1º.03.2016 e por Unanimidade a progressão vertical 2ª Classe a partir de 27.02.2012. Nos termos do voto do Conselheiro Almir Tadeu Cordeiro Pereira, Suzi Francisca da Silva, Verônica Tereza Carvalho Costa, Lourivaldo da Silva Aguiar, Marcelo Diniz Cunha, Marcelo Santos Falcão Queiroz, Bruno de Sousa Azevedo, Marcio Giroto Vilela, Fábio Augusto Simon e Claudemir Luiz Ferreira.

Sala de Sessões do Conselho Superior da Polícia Civil do Tocantins.

Palmas, 31 de maio de 2017.

SUZI FRANCISCA DA SILVA  
Conselheira Divergente

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2017

Relatora: Suzi F. da Silva  
Conselheira designado para elaborar a Ementa/Deliberação: SUZI F. DA SILVA  
Interessado: Sinpol e outros  
Assunto: Progressão Vertical  
Sessão Ordinária: 31/05/2017.

**EMENTA:** PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO VERTICAL. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA. LEIS Nº 1.545/2004, Nº 1.588/2005, Nº 1.855/2007, Nº 1.650/2005, Nº 1.654/2005, Nº 1.808/2007, Nº 855/2007, Nº 1.861/2007, Nº 2.314/2010, Nº 2.808/2013 e Nº 2.823/2013. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PEDIDO PROCEDENTE.

O Conselho Superior da Polícia Civil é competente para atuar na instrução e deliberação dos processos de avaliação de desempenho, evolução funcional e de estágio probatório do policial civil, conforme preveem o art. 3º, X, da Lei nº 1.650/2005 e o art. 3º, X, do seu Regimento Interno (Decreto nº 2.984/2007).

A Lei nº 1.545/2004 (PCCS da Polícia Civil) não observou os princípios constitucionais da isonomia e do direito adquirido entre as classes policiais, ao não considerar o tempo de serviço policial civil prestado por cada servidor, fazendo distinção de enquadramento de servidores de nível médio e superior.

As Leis nº 1.534/2004 (PCCS/Quadro-Geral) e nº 1.588/2005 (PCCS/Saúde) fixaram o enquadramento vertical e horizontal da mesma forma que a Lei nº 1.545/2004, porém foram alteradas, respectivamente, pelas Leis nº 1.855/2007 e nº 1.861/2007, passando a contar o tempo de serviço anterior de seus servidores.

A Lei nº 2.808/2013, que promoveu alterações nas Leis nº 1.545/2004 e 2.314/2010, estabeleceu a contagem de tempo para efeito de progressão a partir da data da posse na carreira policial civil (art. 4º, III, §1º, e 7º, III, §1º).

Pedido procedente para aferição de merecimento, para os treze requerentes representados pelo (Sinpol) para a Progressão Vertical de 2ª para 3ª classe, conforme o processo 083/2016, com vigência a partir 01.10.2013 e concessão a partir de 01.10.2016;

**DELIBERAÇÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos, delibera o Conselho Superior da Polícia Civil do Estado do Tocantins, por unanimidade, pela **PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS**. Nos termos do voto da Conselheira Suzi Francisca da Silva, votaram os conselheiros Almir Tadeu Cordeiro Pereira, Verônica Tereza Carvalho Costa, Lourivaldo da Silva Aguiar, Marcelo Diniz Cunha, Bruno de Sousa Azevedo, Guilherme Rocha Martins, Marcelo Santos Falcão Queiroz, Fábio Augusto Simon e Claudemir Luiz Ferreira.

Sala de Sessões do Conselho Superior da Polícia Civil do Tocantins.

Palmas, 31 de maio de 2017.

SUZI FRANCISCA DA SILVA  
Conselheira Relatora

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2017

Relatora: Suzi F. da Silva  
Conselheira designado para elaborar a Ementa/Deliberação: SUZI F. DA SILVA  
Interessado: Sinpol e outros  
Assunto: Progressão Vertical  
Sessão Ordinária: 31/05/2017.

**EMENTA:** PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO VERTICAL. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA. LEIS Nº 1.545/2004, Nº 1.588/2005, Nº 1.855/2007, Nº 1.650/2005, Nº 1.654/2005, Nº 1.808/2007, Nº 855/2007, Nº 1.861/2007, Nº 2.314/2010, Nº 2.808/2013 e Nº 2.823/2013. REQUISITOS LEGAIS PREENCHIDOS. PEDIDO PROCEDENTE.

O Conselho Superior da Polícia Civil é competente para atuar na instrução e deliberação dos processos de avaliação de desempenho, evolução funcional e de estágio probatório do policial civil, conforme preveem o art. 3º, X, da Lei nº 1.650/2005 e o art. 3º, X, do seu Regimento Interno (Decreto nº 2.984/2007).

A Lei nº 1.545/2004 (PCCS da Polícia Civil) não observou os princípios constitucionais da isonomia e do direito adquirido entre as classes policiais, ao não considerar o tempo de serviço policial civil prestado por cada servidor, fazendo distinção de enquadramento de servidores de nível médio e superior.

As Leis nº 1.534/2004 (PCCS/Quadro-Geral) e nº 1.588/2005 (PCCS/Saúde) fixaram o enquadramento vertical e horizontal da mesma forma que a Lei nº 1.545/2004, porém foram alteradas, respectivamente, pelas Leis nº 1.855/2007 e nº 1.861/2007, passando a contar o tempo de serviço anterior de seus servidores.

A Lei nº 2.808/2013, que promoveu alterações nas Leis nº 1.545/2004 e 2.314/2010, estabeleceu a contagem de tempo para efeito de progressão a partir da data da posse na carreira policial civil (art. 4º, III, §1º, e 7º, III, §1º).

Pedido procedente para aferição de merecimento, para os treze requerentes representados pelo (Sinpol) para a Progressão Vertical de 2ª para 3ª classe, conforme o processo 083/2016, com vigência a partir 1º.10.2013 e concessão a partir de 01.10.2016;

**DELIBERAÇÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos, delibera o Conselho Superior da Polícia Civil do Estado do Tocantins, por unanimidade, pela **PROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS**. Nos termos do voto da Conselheira Suzi Francisca da Silva, votaram os conselheiros Almir Tadeu Cordeiro Pereira, Verônica Tereza Carvalho Costa, Lourivaldo da Silva Aguiar, Marcelo Diniz Cunha, Bruno de Sousa Azevedo, Guilherme Rocha Martins, Marcelo Santos Falcão Queiroz, Fábio Augusto Simon e Claudemir Luiz Ferreira.

Sala de Sessões do Conselho Superior da Polícia Civil do Tocantins.

Palmas, 31 de maio de 2017.

SUZI FRANCISCA DA SILVA  
Conselheira Relatora

## AEM-TO

### PORTARIA/AEM/Nº 067, DE 17 DE JULHO DE 2017.

Dispõe sobre concessão de férias a servidor desta AEM/TO.

O Presidente da AGÊNCIA DE METROLOGIA, AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DO ESTADO DO TOCANTINS - AEM/TO, no uso das suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, inciso II, da Constituição Estadual, pela Lei nº 2.812, de 27 de dezembro de 2013, pelo art. 86, parágrafo único da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, e pelo Ato nº 19 -NM, de 1º de janeiro de 2015, resolve:

I - **CONCEDER** 15 (quinze) dias de férias ao servidor GABRIEL BONATTO DOS SANTOS, matrícula nº 11484721-1, suspensas pela Portaria nº 048, de 19/06/2017, publicada no Diário Oficial nº 4.893, referente ao período aquisitivo 2016/2017, a serem gozadas no período de 23/08/2017 a 06/09/2017, do referido benefício.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE.

Gabinete da Presidência da AGÊNCIA DE METROLOGIA, AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DO ESTADO DO TOCANTINS - AEM/TO, em Palmas, aos 17 dias do mês de julho de 2017.

RAIMUNDO ARRUDA BUCAR  
Presidente



**PORTARIA/AEM/Nº 068, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

Dispõe sobre suspensão de férias de servidor desta AEM/TO.

O Presidente da AGÊNCIA DE METROLOGIA, AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DO ESTADO DO TOCANTINS - AEM/TO, no uso das suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, inciso II, da Constituição Estadual, pela Lei nº 2.812, de 27 de dezembro de 2013, pelo art. 86, parágrafo único da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007, e pelo Ato nº 19 -NM, de 1º de janeiro de 2015, resolve:

I - SUSPENDER 30 (trinta) dias de férias, em razão da necessidade do serviço, do servidor FREDERICO VIEIRA TORRES NETO, matrícula nº 11486732-1 referente ao período aquisitivo 2016/2017, previstas para o período de 17/07/2017 à 15/08/2017, assegurando-lhe o direito de fruí-las em data oportuna e não prejudicial ao serviço público e ao servidor.

II - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.

Gabinete da Presidência da AGÊNCIA DE METROLOGIA, AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DO ESTADO DO TOCANTINS - AEM/TO, em Palmas, aos 17 dias do mês de julho de 2017.

RAIMUNDO ARRUDA BUCAR  
Presidente

**NOTIFICAÇÃO DE RECOBRANÇA**

A AGÊNCIA DE METROLOGIA, AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA DO ESTADO DO TOCANTINS - AEM/TO, no uso de suas atribuições legais, por intermédio da sua Procuradoria Jurídica, faz saber a todos quantos virem este Edital, ou dele conhecimento tiverem, ou ainda interessados forem, é este para NOTIFICAR os representantes legais das empresas abaixo relacionadas, que atualmente encontram-se sediadas em endereço não encontrado, tendo em vista a tentativa, por duas vezes frustradas, de notificação via correios - AR, em observância ao inciso LV do art. 5º da Constituição Federal, para no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, a contar da data da publicação deste Edital para QUITAR O DÉBITO, dirigindo-se à AEM/TO, situada na Quadra 602 Sul, Avenida Teotônio Segurado, Conj. 01, Lote 05, Bairro Plano Diretor Sul, CEP 77.022-002, Palmas, Estado do Tocantins, facultando o contato pelo telefone (63) 3218-2075. Decorrido este prazo caberá à AEM/TO, na forma da delegação de competência prevista na Lei nº 9.933/99, encaminhar os respectivos processos administrativos para inclusão no Cadastro Informativo de Créditos não quitados do Setor Público Federal (CADIN), pelas obrigações pecuniárias já vencidas e não pagas há mais de 75 (setenta e cinco) dias nos termos da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002. Será dado o imediato prosseguimento do rito processual de Inscrição da Dívida Ativa do INMETRO e consequentemente ajuizamento ou prosseguimento da EXECUÇÃO FISCAL, nos termos da Lei nº 6.830/80. Informamos ainda, que o título poderá ser encaminhado ao Cartório de Títulos e Protestos, nos termos da Lei nº 9.492/97.

Publique-se, consoante relação abaixo.

Palmas/TO, 19 de julho de 2017.

Processo	Razão Social	CNPJ ou CPF N°
52617.000331/2016-03	W. W. SOARES - EPP	05.957.174/0001-60
52617.000686/2016-21	W. W. SOARES - EPP	05.957.174/0001-60
1299/2015	VALDIR DALOSSE EIRELI - ME	15.149.707/0001-31

MARCELO DE OLIVEIRA MONTEIRO  
Chefe da Assessoria Jurídica da AEM/TO

**AGETO****EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO**

CONCEDENTE: Agência Tocantinense de Transportes e Obras - AGETO. COOPERADO: Prefeitura Municipal de Taguatinga-TO. OBJETO: 01 (uma) pá mecânica, 01 (um) trator de esteiras, 01 (um) caminhão de assistência, 01 (um) caminhão prancha tracadado para transporte de equipamentos (eventualmente), 02 (dois) caminhões basculantes e 01 (um) ônibus para transporte de pessoal e 01 (uma) motoniveladora para realização de serviços de patrolamento e encascalhamento das estradas vicinais no município de Taguatinga-TO. PRAZO DE VALIDADE: 06 (seis) meses. DATA DA ASSINATURA: 19 de julho de 2017. REPRESENTANTE DO CONCEDENTE: Sérgio Leão REPRESENTANTE DA COOPERADO: Altamirando Zequinha Gonçalves Taguatinga.

**DETRAN****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTUAÇÃO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 000060/2017**

O Departamento Estadual de Trânsito, com base nas competências elencadas nos arts. 21 e 281 da Lei 5.503/97 - CTB, e também nas disposições da Lei nº 9.873/99, resolve dar ciência dos respectivos Autos de Infração constantes do edital. Os dados das infrações de trânsito estão na seguinte ordem: Placa/UF; CPF/CNPJ; Órgão Autuador; Nº Auto de Infração; Data do cometimento; Hora do cometimento; Código/Desdobramento. Demais informações e segunda via das notificações devem ser obtidas através do endereço eletrônico [multas@detrantocantins.gov.br](mailto:multas@detrantocantins.gov.br).

PLACA/UF	CPF/CNPJ	Órgão Autuador	Nº Auto de Infração	Data do cometimento	Hora do cometimento	Código/Desdobramento
MWQ0343/TO	38906856172	DMTPN	PN00007569	06/07/2017	17:40	5010-0
QKA2039/TO	89730410100	DMTPN	PN00007571	06/07/2017	18:20	6599-2
QKA2039/TO	89730410100	DMTPN	PN00007573	06/07/2017	18:30	5010-0
OLL4836/TO	81156995191	SMTS	GU00011749	30/06/2017	11:19	5541-6
MWP4959/TO	00067967108	SMTS	GU00011750	30/06/2017	11:20	5541-6
OYA4857/TO	81011954168	SMTS	GU00011747	30/06/2017	11:05	5452-2
MWY8469/TO	26772833600	SMTS	GU00011746	30/06/2017	08:34	5185-1
OYC0824/TO	25086034000171	SMTS	GU00011742	30/06/2017	08:34	7366-2
MXE8929/TO	24424188272	SMTS	GU00011741	30/06/2017	08:53	7366-2
MWY8469/TO	26772833600	SMTS	GU00011740	30/06/2017	08:32	7366-2
OLK9701/TO	97068527191	SMTS	GU00011879	30/06/2017	09:11	5541-5
MWV1021/TO	76065448168	SMTS	GU00011877	28/06/2017	15:39	5452-4
MWQ8583/TO	90840909187	SMTS	GU00011857	28/06/2017	08:32	5541-3
ONK2150/TO	00758025114	SMTS	GU00012152	30/06/2017	09:51	7323-2
JGU6082/TO	00574729127	SMTS	GU00012153	30/06/2017	09:55	5991-0
MWE3891/TO	37094424191	SMTS	GU00012154	30/06/2017	09:55	6050-2
KEX5090/TO	64101851115	SMTS	GU00012155	30/06/2017	10:06	5991-0
OLM2684/TO	91527368149	SMTS	GU00012156	30/06/2017	10:07	6050-2
OYC6710/TO	35449390106	SMTS	GU00012157	30/06/2017	10:11	5991-0
MWU8061/TO	97252808149	SMTS	GU00012158	30/06/2017	14:25	5991-0
OLJ2637/TO	29972841120	AGETO	RE00243380	29/06/2017	14:30	6599-2
OLL7570/TO	87246104100	SMTS	GU00012159	30/06/2017	14:42	7366-2
MXE0584/TO	01160099189	AGETO	RE00243381	29/06/2017	14:30	6599-2
OYA2114/TO	00887291171	SMTS	GU00012160	30/06/2017	15:00	5991-0
QKG6287/TO	06536779100	AGETO	RE00243382	29/06/2017	18:00	5967-0
NFG3850/TO	00619839180	SMTS	GU00012161	30/06/2017	15:33	5185-1
NWD9900/TO	01554286166	SMTS	GU00012162	30/06/2017	15:45	6050-2
NKF1466/MA	65306694691	AGETO	RE00242800	29/06/2017	07:40	5967-0
OFN7431/TO	33067597168	SMTS	GU00012163	30/06/2017	15:56	6050-2
MXX1432/TO	0821230900157	AGETO	RE00243385	29/06/2017	23:37	6599-2
QKH8114/TO	50038397153	SMTS	GU00011900	30/06/2017	09:30	7366-2
QKD1387/TO	46367624104	AGETO	RE00272501	29/06/2017	20:53	5010-0
ONT4767/GO	59836938168	SMTS	GU00011899	30/06/2017	09:00	6050-2
OYA9736/TO	1588983349	AGETO	RE00272502	29/06/2017	21:09	7340-0
MWG9836/TO	62525433149	AGETO	RE00272503	29/06/2017	23:05	6912-0
GKQ2180/TO	27328384620	AGETO	RE00243383	29/06/2017	20:43	6769-0
GPNE152/TO	81632126168	AGETO	RE00243384	29/06/2017	23:12	6599-2
OLN3635/TO	46683038104	SMTS	GU00011898	30/06/2017	08:55	7366-2
ASG1713/SP	12791540806	AGETO	RE00276749	30/06/2017	10:40	6556-1
QKA8590/TO	11057530000	SMTS	GU00011897	30/06/2017	08:53	7366-2
MWA5105/TO	85388971104	SMTS	GU00011896	30/06/2017	08:52	6050-2
MVU3999/TO	96267011100	AGETO	RE00276748	30/06/2017	09:30	5010-0
QKA8430/TO	01714581179	SMTS	GU00011895	30/06/2017	08:43	7366-2
MXE4245/TO	89442830104	SMTS	GU00011894	30/06/2017	08:35	7366-2
JQE4157/TO	42294410106	AGETO	RE00276965	01/07/2017	22:40	5010-0
OYB0018/TO	91635438187	SMTS	GU00011773	30/06/2017	09:10	5541-5
AUD4714/PR	11482874857	SMTS	GU00011774	30/06/2017	08:39	5185-1
OLI5904/TO	82340498104	SMTS	GU00011776	30/06/2017	08:44	5185-1
MXG6533/TO	7779950104	SMTS	GU00011778	30/06/2017	14:30	5541-5
MXG5928/TO	04439950108	SMTS	GU00011780	30/06/2017	14:38	5541-5
KEY7312/TO	03406442145	SMTS	GU00011782	30/06/2017	08:35	5185-1
MWMT186/TO	99008300168	SMTS	GU00011783	30/06/2017	09:00	5185-1
MWL9975/TO	34201386368	AGETO	RE00276961	01/07/2017	09:35	5835-0
QKB5768/TO	47366803053	SMTS	GU00011784	30/06/2017	15:30	5452-4
MVV4626/TO	7360634153	SMTS	GU00011785	30/06/2017	15:33	5452-4
MWD1936/TO	00458855162	AGETO	RE00276960	01/07/2017	08:30	5010-0
OYA6166/TO	93606508115	SMTS	GU00011787	30/06/2017	09:30	5185-1
JGK2173/GO	38894980197	AGETO	RE00276962	01/07/2017	17:25	7366-1







Table with 7 columns: Cod. Orgão, Identificador, Sigla, Nome, Data, Hora, Valor. Rows include entries for DETRAN, AGETO, and REO01 across various departments.

NATURATINS

PORTARIA NATURATINS Nº 282, DE 18 DE JULHO DE 2017.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NATUREZA DO TOCANTINS - NATURATINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas através do Ato nº 94-NM, publicado no Diário Oficial nº 4.548, de 27 de janeiro de 2016, e consoante o disposto no art. 35 da Lei nº 1818, de 23 de agosto de 2007, e considerando:

que a movimentação de servidores é imprescindível para a manutenção do funcionamento permanente dos órgãos do Poder Executivo Estadual;

que o quantitativo de vagas existente em cada órgão deve ser suprido sob pena de causar prejuízos ao regular andamento dos serviços públicos;

que há interesse administrativo manifestado oficialmente entre os departamentos envolvidos, resolve:

REMOVER, para a Gerência de Pesquisa e Informação da Biodiversidade, a partir desta, o servidor FABIO BREGA GAMBIA, matrícula nº 879241-1, Professor da Educação Básica.

Herbert Brito Barros
Presidente

EXTRATOS DE PORTARIA

Nº da Portaria: 263/2017

Data da Portaria: 19/07/2017.

Nº do Processo: 2017.4031.000319

Concedente: Instituto Natureza do Tocantins
Ordenador de Despesas: Herbert Brito Barros
Nome do Suprido: Grasiela Alves Pacheco
Responsável pelo Atesto: Angélica de Paiva Vendramine Furtado
Classificação Orçamentária: 40330.18.541.1150.4102
Natureza da Despesa: 33.90.30
Valor do Adiantamento: R\$4.000,00 (quatro mil reais)
Programa: Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Ação: Proteção de Animais Silvestres
Prazo de Aplicação: 90 (noventa) dias
Prazo de Prestação de Contas: 30 (trinta) dias

Nº da Portaria: 280/2017

Data da Portaria: 19/07/2017.

Nº do Processo: 2017.4031.000324

Concedente: Instituto Natureza do Tocantins
Ordenador de Despesas: Herbert Brito Barros
Nome do Suprido: Danilo Augusto Fonseca Rabelo
Responsável pelo Atesto: Geane Pereira Assunção
Classificação Orçamentária: 40330.18.541.1150.4279
Natureza da Despesa: 33.90.30/33.90.39
Valor do Adiantamento: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)
Programa: Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Ação: Manutenção dos Escritórios Regionais e Demais Anexos do Naturatins
Prazo de Aplicação: 90 (noventa) dias
Prazo de Prestação de Contas: 30 (trinta) dias

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Processo nº: 2012 4033 0001

Contrato nº: 023/2012

Termo Aditivo: 5º

Locatário: Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins

Locadora: Maria Gonçalves de Melo

CPF: 896.134.651- 20

Objeto: Prorrogação do prazo da vigência do contrato original, por mais 12 (doze) meses, a locação do imóvel do Esc. Reg. do Naturatins de Formoso do Araguaia.

Valor: R\$ 14.871,00 (quatorze mil, oitocentos e setenta e um reais)

Fontes: 0240

Elemento de despesa: 33.90.36

Data da Assinatura: 27/06/2017

Vigência: 1º/07/2017 a 30/06/2018

Signatários: Herbert Brito Barros - Locatário e Maria Gonçalves de Melo - Locadora



**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Processo nº: 2013 4033 00052  
 Contrato nº: 034/2013  
 Termo Aditivo: 5º  
 Locatário: Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins  
 Locadora: Euerçu Gonçalves da Silva  
 CPF: 577.781.911-72  
 Objeto: Prorrogação do prazo da vigência do contrato original, por mais 12 (doze) meses, a locação do imóvel do Esc. Reg. do Naturatins de Araguatins.  
 Valor: R\$ 18.824,76 (dezoito mil, oitocentos e vinte e quatro reais e setenta e seis centavos)  
 Fontes: 0240  
 Elemento de despesa: 33.90.36  
 Data da Assinatura: 27/06/2017  
 Vigência: 28/06/2017 a 27/06/2018  
 Signatários: Herbert Brito Barros - Locatário e Euerçu Gonçalves da Silva - Locador

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Processo nº: 2013 4033 00091  
 Contrato nº: 037/2013  
 Termo Aditivo: 4º  
 Locatário: Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins  
 Locadora: Sandra Iara Vieira Daneli  
 CPF: 850.931.901-44  
 Objeto: Prorrogação do prazo da vigência do contrato original, por mais 12 (doze) meses, a locação do imóvel do Esc. Reg. do Naturatins de Alvorada.  
 Valor: R\$ 20.892,72 (vinte mil, oitocentos e noventa e dois reais e setenta e dois centavos)  
 Fontes: 0240  
 Elemento de despesa: 33.90.36  
 Data da Assinatura: 03/07/2017  
 Vigência: 05/07/2017 a 04/07/2018  
 Signatários: Herbert Brito Barros - Locatário e Sandra Iara Vieira Daneli - Locadora

**UNITINS****PORTARIA/UNITINS/GRE/Nº 182, DE 13 DE JULHO DE 2017.**

A REITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e na conformidade do art. 13, §2º, alínea "b", do Estatuto desta Universidade, consubstanciada pela Lei Nº 3.124/2016 e MEMO/UNITINS/PROEX/Nº 086/2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º NOMEAR, PATRÍCIA BARBA MALVES, a partir de 12 de julho de 2017, para exercer o cargo em comissão de Coordenador de Extensão e Desenvolvimento Social - CDAI-1, junto à Pró-Reitoria de Extensão da UNITINS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da publicação, com efeitos a partir da data da nomeação.

GABINETE DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, em Palmas - TO, aos 13 dias do mês de julho de 2017.

SUELY CABRAL QUIXABEIRA ARAÚJO  
 Reitora

**PORTARIA/UNITINS/GRE/Nº 183, DE 14 DE JULHO DE 2017.**

A REITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e na conformidade do art. 13, §2º, alínea "b", do Estatuto desta Universidade, consubstanciada pela Lei Nº 3.124/2016, e no que consta do MEMO/UNITINS/PROAF/Nº 031, resolve:

**I - EXONERAR**

JULLIANY VALINA CAVALCANTE de suas funções, no cargo de provimento em comissão de Assessor Especial - AEU-9, da Universidade Estadual do Tocantins, a partir de 14 de julho de 2017.

**II - NOMEAR**

JULLIANY VALINA CAVALCANTE para exercer o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Controle de Benefícios - CDAI-1, da Universidade Estadual do Tocantins, a partir de 14 de julho de 2017.

GABINETE DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, em Palmas - TO, aos 14 dias do mês de julho de 2017.

SUELY CABRAL QUIXABEIRA ARAÚJO  
 Reitora

**PORTARIA/UNITINS/GRE/Nº 184, DE 18 DE JULHO DE 2017.**

A REITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e na conformidade do art. 13, §2º, alínea "b", do Estatuto desta Universidade, consubstanciada pela Lei Nº 3.124/2016, e no que consta do MEMO/UNITINS/PROAF/Nº 031, resolve:

**I - EXONERAR**

de suas funções, nos cargos de provimento em comissão especificados, da Universidade Estadual do Tocantins, a partir de 1º de agosto de 2017:

1. ANA MÁRCIA PEREIRA GURSKI, Coordenador de Compras e Contratos - CDAI-1;
2. DANIEL ALENCAR BARDAL, Assessor Especial - AEU-4;
3. HOSANA DA SILVA DE MELO, Coordenador de Licitação - CDAI-1.

**II - NOMEAR**

para exercerem os cargos de provimento em comissão, com denominações e símbolos especificados, da Universidade Estadual do Tocantins, a partir de 1º de agosto de 2017:

1. ANA MÁRCIA PEREIRA GURSKI, Assessor Especial - AEU-4;
2. DANIEL ALENCAR BARDAL, Coordenador de Licitação - CDAI-1;
3. HOSANA DA SILVA DE MELO, Coordenador de Compras e Contratos - CDAI-1.

GABINETE DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, em Palmas - TO, aos 18 dias do mês de julho de 2017.

SUELY CABRAL QUIXABEIRA ARAÚJO  
 Reitora

**ATO DECLARATÓRIO Nº 22, DE 10 DE JULHO DE 2017.**

A REITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais e na conformidade do art. 13, §2º, alínea "b", do Estatuto desta Universidade, consubstanciada pela Lei nº 1.978/2008, alterada pela Lei nº 3.152/2016 e considerando o que consta do DESPACHO/UNITINS/PROGRAD/Nº 003/2017 e MEMO/UNITINS/PROGRAD/N.029/2017, resolve:

DECLARAR EXTINTOS, por término, os Termos de Compromisso de Serviço Público de Caráter Temporário, a partir das datas especificadas, dos profissionais a seguir relacionados:

Ordem	Matrícula	Nome	Função	A partir
01	820031	Ademir Pedro Clemente de Jesus	Professor Especialista	31/07/2017
02	820056	Daiany da Costa Ferreira	Professora Especialista	31/07/2017
03	820041	Gelk Costa Silva	Professor Especialista	31/07/2017
04	820059	Gina Rosangela Lima Minghini	Professora Especialista	31/07/2017
05	820111	Jorge Ribeiro Carvalho	Professor Especialista	31/07/2017
06	820140	Leonardo Alves Lopes	Professor Mestre	14/07/2017
07	820062	Lessa Bartolomeu Silva	Professora Especialista	31/07/2017
08	820070	Renata Medina Felici	Professora Especialista	31/07/2017
09	820135	Flávio de Faria Leão	Professora Especialista	14/07/2017

GABINETE DA REITORIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS - UNITINS, em Palmas-TO, aos 10 dias do mês de julho de 2017.

SUELY CABRAL QUIXABEIRA ARAÚJO  
 Reitora



## DEFENSORIA PÚBLICA

**ATO Nº 390, DE 19 DE JULHO DE 2017.**

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos V e XVII, da Lei Complementar Estadual nº 055, de 27 de maio de 2009;

## RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido CAMILA DE BORTOLI ROSSATTO do cargo em comissão Assessor III - DADP-5, da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 20 de julho de 2017.

Gabinete do Defensor Público-Geral do Estado do Tocantins, em Palmas, aos 19 dias do mês de julho de 2017.

MURILO DA COSTA MACHADO  
Defensor Público-Geral

**ATO Nº 391, DE 19 DE JULHO DE 2017.**

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, incisos V e XVII, da Lei Complementar Estadual nº 055, de 27 de maio de 2009;

## RESOLVE:

Art. 1º Nomear GRAZIELLY DE ANDRADE MENEZES DALLACQUA no cargo em comissão Assessor III - DADP-5, da Defensoria Pública do Estado do Tocantins.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 20 de julho de 2017.

Gabinete do Defensor Público-Geral do Estado do Tocantins, em Palmas, aos 19 dias do mês de julho de 2017.

MURILO DA COSTA MACHADO  
Defensor Público-Geral

**PORTARIA Nº 1.020, DE 17 DE JULHO DE 2017.**

A SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 095/2017, publicado no D.O.E. nº 4797, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins,

## RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor SÂMIO PEREIRA DE SOUSA, Motorista de Defensoria Pública, matrícula nº 907375-2, para responder no período de 03/08/2017 a 17/08/2017, sem prejuízo de suas funções, pela Coordenadoria de Transporte, em razão da fruição de férias do titular ALEXSANDRO WROBLEWSKI.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete da Subdefensoria Pública-Geral, em Palmas, aos 17 dias do mês de julho de 2017.

ESTELLAMARIS POSTAL  
Subdefensora Pública-Geral

**PORTARIA Nº 1.029, DE 20 DE JULHO DE 2017.**

A SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 095/2017, publicado no D.O.E. nº 4797, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins,

## RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER em razão de extrema necessidade de serviço, o período de 17/07/2017 a 31/07/2017, das férias da servidora KAROLINNE LAYSSE PEREIRA LIMA DANTAS, Assistente de Defensoria Pública, matrícula nº 908145-3, relativas ao período aquisitivo 2016/2017, assegurando-lhe o direito de usufruí-la no período de 1º/12/2017 a 15/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17 de julho de 2017.

Gabinete da Subdefensoria Pública-Geral, em Palmas, aos 20 dias do mês de julho de 2017.

ESTELLAMARIS POSTAL  
Subdefensora Pública-Geral

**PORTARIA Nº 1.030, DE 20 DE JULHO DE 2017.**

A SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 095/2017, publicado no D.O.E. nº 4797, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins,

## RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER em razão de extrema necessidade de serviço, o dia 18/07/2017, das férias da servidora LETICIA VICENTINI BIANCHINI, Assessor de Expediente, matrícula nº 894889-5, relativas ao período aquisitivo 2014/2015, previstas para o período de 14/07/2017 a 18/07/2017, concedidas por meio da Portaria nº 1001/2017, publicada no Diário Oficial nº 4.911, de 17 de julho de 2017, assegurando-lhe o direito de usufruí-la no dia 06/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de julho de 2017.

Gabinete da Subdefensoria Pública-Geral, em Palmas, aos 20 dias do mês de julho de 2017.

ESTELLAMARIS POSTAL  
Subdefensora Pública-Geral

**PORTARIA Nº 1.031, DE 20 DE JULHO DE 2017.**

A SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 095/2017, publicado no D.O.E. nº 4797, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins,

## RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER em razão de extrema necessidade de serviço, o período de 19/07/2017 a 25/07/2017, das férias da servidora LETICIA VICENTINI BIANCHINI, Assessor de Expediente, matrícula nº 894889-5, relativas ao período aquisitivo 2014/2015, concedidas por meio da Portaria nº 1002/2017, publicada no Diário Oficial nº 4.911, de 17 de julho de 2017, assegurando-lhe o direito de usufruí-la no período de 07/11/2017 a 13/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de julho de 2017.

Gabinete da Subdefensoria Pública-Geral, em Palmas, aos 20 dias do mês de julho de 2017.

ESTELLAMARIS POSTAL  
Subdefensora Pública-Geral

**PORTARIA Nº 1.032, DE 20 DE JULHO DE 2017.**

A SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 095/2017, publicado no D.O.E. nº 4797, de 31 de janeiro de 2017;

Considerando a necessidade de melhor instrumentalizar o funcionamento da Defensoria Pública do Estado do Tocantins,

## RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR em razão de extrema necessidade de serviço, o período de 26/07/2017 a 04/08/2017, das férias do servidor LETICIA VICENTINI BIANCHINI, Assessor de Expediente, matrícula nº 894889-5, relativas ao período aquisitivo 2015/2016, concedidas por meio da Portaria nº 1.006/2016, publicada no Diário Oficial nº 4.911, de 17 de julho de 2017, assegurando-lhe o direito de usufruí-la no período de 14/11/2017 a 23/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Gabinete da Subdefensoria Pública-Geral, em Palmas, aos 20 dias do mês de julho de 2017.

ESTELLAMARIS POSTAL  
Subdefensora Pública-Geral

## TERMO DE APOSTILAMENTO

A SUBDEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe confere o Ato nº 095/2017, publicado no D.O.E. nº 4797, de 31 de janeiro de 2017, considerando que lhe foi delegada a prática de atos de gestão administrativa, orçamentária e financeira, resolve APOSTILAR a Portaria nº 769, de 1º de junho de 2017, publicada no DOE nº 4.889, de 16 de janeiro de 2017, de modo que:

Onde se lê:

Plantonista: ALDAÍRA PARENTE MORENO BRAGA  
Plantão: 14/06/2017 às 08 horas a 19/06/2017 às 08 horas  
(Compensado na forma da Lei Complementar Estadual Nº

55/2009)

Leia-se:

Plantonista: ALDAÍRA PARENTE MORENO BRAGA  
Plantão: 14/06/2017 às 17 horas a 19/06/2017 às 08 horas  
(Compensado na forma da Lei Complementar Estadual Nº

55/2009)

Gabinete da Subdefensoria Pública-Geral, em Palmas, aos 17 dias do mês de julho de 2017.

ESTELLAMARIS POSTAL  
Subdefensora Pública-Geral

## EXTRATO DE RESCISÃO DE TERMO DE VOLUNTARIADO

PROCESSO ELETRÔNICO Nº: 16.0.000002506-6.  
INSTITUIÇÃO BENEFICIÁRIA: Defensoria Pública do Estado do Tocantins.  
VOLUNTÁRIA: Marcela França da Costa.  
OBJETO: Rescisão do Serviço Voluntário, não remunerado, com objetivos cívicos, educacionais, culturais e científicos.  
TIPO DE RESCISÃO: Amigável.  
DATA DA RESCISÃO: 19/07/2017.  
SIGNATÁRIOS: Murilo da Costa Machado - Defensor Público-Geral  
Marcela França da Costa - Voluntária

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO PREÇOS Nº 14/2017  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2017

PROCESSO Nº: 16.0.000001869-8  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2017  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 13/2017  
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, compreendendo as modalidades de Serviço LOCAL, LONGA DISTÂNCIA NACIONAL - LDN e LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL - LDI, por meio de PABX Virtual ou PABX Convencional com fornecimento de central, e Linhas Analógicas não residenciais (NR), para ligações originadas ou recebidas pela CONTRATANTE, serviço de acesso à internet com conexão banda larga em tecnologia ADSL2+ com disponibilidade de 01 (um) número IP fixo e válido, com velocidades de 2 Mbps, 5 Mbps e 10 Mbps e serviço de discagem direta gratuita DDG-0800, bem como serviços complementares, em conformidade com as disposições do Termo de Referência - ANEXO I, para atender as unidades da DPE-TO  
ÓRGÃO GERENCIADOR: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS  
FORNECEDOR REGISTRADO: OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (CNPJ 76.535.764/0001-43), no tocante ao objeto licitado, pelo valor total máximo de R\$ 2.104.114,30 (dois milhões, cento e quatro mil, cento e quatorze reais e trinta centavos).  
AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 03.122.1143.2188  
NATUREZA DE DESPESA: 3.3.90.39  
VIGÊNCIA: 12 meses a contar da data da publicação do extrato.  
BASE LEGAL: Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal 7.892/2013, Decreto Federal 5.450/2005, Decreto Federal 8.538/2015, Lei Complementar nº 123/2006 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.  
SIGNATÁRIOS: MURILO DA COSTA MACHADO - DEFENSOR PÚBLICO-GERAL; MICHELE FERNANDES BORGES e KÊNIA GOMES DE OLIVEIRA - OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

## COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2017

A Defensoria Pública do Estado do Tocantins, UASG 926040, por meio da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 143, de 26 de janeiro de 2017, torna público que fará realizar licitação, no dia 08 de agosto de 2017, às 08h30 (oito horas e trinta minutos) horário de Brasília, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, pelo Sistema de Registro de Preços, visando a eventual aquisição de mobiliário, para atender as demandas da Defensoria Pública do Estado do Tocantins por um período de 12 meses.

O Edital está disponível nos sítios: [www.defensoria.to.gov.br](http://www.defensoria.to.gov.br) e [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

Palmas, 20 de julho de 2017.

Christiana Gomide Borges Ferraz  
Pregoeira

RESULTADO DE JULGAMENTO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2017

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS, designada pela Portaria nº 143, de 26 de janeiro de 2017, torna público o resultado do Pregão Eletrônico nº 13/2017, com a finalidade de Registro de Preços para contratação de empresa especializada na prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, compreendendo as modalidades de Serviço LOCAL, LONGA DISTÂNCIA NACIONAL - LDN e LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL - LDI, por meio de PABX Virtual ou PABX Convencional com fornecimento de central, e Linhas Analógicas não residenciais (NR), para ligações originadas ou recebidas pela CONTRATANTE, serviço de acesso à internet com conexão banda larga em tecnologia ADSL2+ com disponibilidade de 01 (um) número IP fixo e válido, com velocidades de 2 Mbps, 5 Mbps e 10 Mbps e serviço de discagem direta gratuita DDG-0800, bem como serviços complementares, tendo como vencedora no certame a empresa OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (CNPJ 76.535.764/0001-43), no tocante ao objeto licitado, pelo valor total máximo de R\$ 2.104.114,30 (dois milhões, cento e quatro mil, cento e quatorze reais e trinta centavos).

Palmas -TO, 20 de julho de 2017.

Jefferson Lustosa Maciel  
Pregoeiro

## TRIBUNAL DE CONTAS

## EDITAL DE CITAÇÃO Nº 147/2017-RELT5/CODIL

Processo nº 7738/2017 - Entidade: AGÊNCIA DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DO TOCANTINS Assunto: TOMADA DE CONTAS ESPECIAL - conforme Acórdão nº 1043 -2016 TCE-TO, da 1ª Câmara, objetivando análise de irregularidades constatadas na execução do contrato nº 11-2009. Nos termos do Acórdão nº 1043-2016 da 1ª Câmara, em atenção ao disposto no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, que assegura o contraditório e a ampla defesa, e em conformidade com a Lei Orgânica nº 1.284/2001, artigos 32 e 33 e ao Regimento Interno do TCE/TO, artigo 205, inciso V, fica, pelo presente Edital, CITADA a Empresa LEME CONSTRUTORA LTDA, CNPJ 09.520865/0001-53, nos termos do referido processo, para que no prazo de 15 (quinze) dias da publicação deste, manifestar e/ou apresentar documentos acerca dos fatos apontados nos autos e no citado Despacho, ficando advertido dos efeitos da revelia, ou seja, de que a falta de manifestação implicará em se tornarem verdadeiros os fatos conforme constam nos autos, sujeitando-se a responsável às sanções previstas em Lei e no RITCE/TO, cientificando-a, ainda, de que o autos estarão à sua disposição para esclarecimento de dúvidas em relação ao presente edital, entrar em contato na sala da Coordenadoria de Diligências (fone: 63-3232-5878/5969), no prédio do TCE/TO, localizado na Avenida Teotônio Segurado - ACSU - NE 10 - Conjunto 01 - Lotes 01 e 02, com expediente das 12 às 18 horas. Palmas, Capital do Estado do Tocantins, aos 06 dias do mês de julho de 2017, Coordenadoria de Diligências do Tribunal de Contas do Estado. Eu, Nelson de Ávila Junior, Técnico de Controle Externo, digitei e conferi.

Conselheira DORIS DE MIRANDA COUTINHO  
Conselheira Relatora

## PUBLICAÇÕES DOS MUNICÍPIOS

## PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUIARNÓPOLIS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL

A PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUIARNÓPOLIS, ESTADO DO TOCANTINS, mediante Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pelo Decreto nº 001/2017, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar na sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Aguiarnópolis - TO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2017, objetivando a contratação de empresa para manutenção do sistema administrador da web site www.aguiarnopolis.to.gov.br, hospedagens, suporte técnico, atendimento, administração das contas de e-mail, locação do sistema administrador, alteração de visual e de dados sempre que necessário, com abertura das propostas prevista para o dia 05 de agosto de 2017, às 9h (horário de Brasília). Os Editais e anexos só poderão ser requeridos junto à Equipe de Pregão da Prefeitura Municipal, na Sala de Licitações na sede da Prefeitura de Aguiarnópolis - TO. Informações pelo fone (63) 3454-1120.

AGUIARNÓPOLIS-TO, 20 de julho de 2017.

Dagna Martins da Cruz Sousa  
Pregoeira

## PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGICO

## PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 006/2017

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANGICO ESTADO DO TOCANTINS, através da Pregoeira e Equipe de Apoio, realizará às 10h30 do dia 07 de agosto de 2017, na sede da Prefeitura Municipal, situada na rua Antonio Thiago s/nº, Centro, Angico-TO, licitação na modalidade Pregão Presencial SRP, do tipo Menor preço por item, contratação de empresa para prestar serviços na aquisição de peças, reposição e manutenção nos veículos do Fundo Municipal de Saúde. O Edital e seus anexos poderão ser consultados e adquiridos na sala da comissão do Pregão na Sede da Prefeitura Municipal de Angico/TO, de segunda a sexta-feira, das 7h às 13h.

Angico-TO, 20 de julho de 2017.

Antonia Rosania Alves Lima  
Pregoeira

## PREFEITURA MUNICIPAL DE CARRASCO BONITO

## AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARRASCO BONITO/TO torna pública aos interessados a realização do Processo Licitatório nº 038/2017 na Modalidade Pregão Presencial Nº 024/2017 tipo menor preço global. Abertura no dia 03 de agosto de 2017, às 8h30, horário local. Objeto: contratação futura de empresa especializada em serviço técnico profissional para organização e consultoria de processo habitacional, no Município de Carrasco Bonito.

Carrasco Bonito-TO, 19 de julho de 2017.

Carlos Alberto Rodrigues da Silva  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 033/2017

CONTRATO Nº 042/2017 - MODALIDADE: Pregão Presencial Nº 020/2017, Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARRASCO BONITO/TO, CNPJ: 25.064.023/0001-90. CONTRATADO: V.G.S CONSTRUÇÕES EIRELI - ME, CNPJ Nº 08.475.367/0001-73. OBJETO: contratação de empresa para execução de serviços de manutenção corretiva e preventiva do sistema de iluminação pública do Município de Carrasco Bonito, tipo Menor Preço por Item. DATA DA ASSINATURA: 18 de julho de 2017. VALOR TOTAL do contrato: R\$ 33.300,00 (trinta e três mil e trezentos reais). VIGÊNCIA: 06 (Seis) meses.

Carrasco Bonito/TO, 19 de julho de 2017.

Carlos Alberto Rodrigues da Silva  
Prefeito Municipal

## PREFEITURA MUNICIPAL DE COLINAS DO TOCANTINS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050/2017/FMSCO/TO  
TOMADA DE PREÇO Nº 005/2017/FMSCO

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COLINAS DO TOCANTINS, ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio da Comissão de Licitação, torna público aos interessados que realizará nas dependências da Prefeitura Municipal de Colinas do Tocantins/TO (sede nova), licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 005/2017/FMS-CO, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com abertura dia 08/08/2017, às 9h30, cujo objeto é a contratação de prestação de serviços médicos especializados em psiquiatria para atendimento aos usuários do CENTRO DE ATENDIMENTO PSICOSSOCIAL - CAPS (ADIII), junto à Secretaria Municipal de Saúde de Colinas do Tocantins/TO, conforme especificações constantes no Anexo I (Projeto Básico) e demais anexos do Edital. O Edital estará disponível no Setor de Licitações, nas dependências da Prefeitura Municipal (sede nova), na Rua 01, s/nº, Setor Aeroporto - Colinas do Tocantins/TO, no horário das 7h às 11h e das 13h às 17h. Mais informações estarão disponíveis pelo o telefone (063) 3476-7008 e no e-mail: licitacao@colinas.to.gov.br.

Colinas do Tocantins - TO, 20 de julho de 2017.

Malvina da Cruz Nascimento  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

## PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO  
AVISO DE ADIAMENTO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2017

A Prefeitura Municipal de Divinópolis do Tocantins, atendendo ao princípio da publicidade, torna público que ADIOU para o dia 07/08/2017, a licitação abaixo discriminada, na modalidade pregão presencial para registro de preços, nas datas e horários a seguir, estando o edital disponível no endereço eletrônico www.divinopolis.to.gov.br, assim como sede da Prefeitura Municipal de Divinópolis do Tocantins, endereço Avenida Sebastião Borba Santos, nº 606, Centro, Divinópolis do Tocantins-TO, no horário das 12h às 18h. Informações: Fone 63 3531 1177.

PREGÃO PRESENCIAL 029/2017 - Abertura: 07 de agosto de 2017, às 14h, visando à contratação de empresa especializada para eventual e futura aquisição de materiais para manutenção da rede de iluminação pública do Município de Divinópolis do Tocantins - TO.

Divinópolis do Tocantins, 17 de julho de 2017.

Manoel de S. Lima  
Pregoeiro

## PREFEITURA MUNICIPAL DE FILADÉLFIA

## EXTRATOS DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 12/2017  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FILADÉLFIA - TO  
CONTRATADO: ZRT3 PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA - ME  
CNPJ: 17.547.572/0001-98  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW COM A DUPLA SERTANEJA ZÉ RICARDO E THIAGO, PARA REALIZAÇÃO DE SHOW NO DIA 15/07/2017 DURANTE A TEMPORADA DE PRAIAS DO MUNICÍPIO DE FILADÉLFIA. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: inexigibilidade 04/2017  
VALOR: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)  
DOTAÇÃO: 27.695.4548.2.127 NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39

CONTRATO: Nº 13/2017  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FILADÉLFIA - TO  
CONTRATADO: SONHO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA  
CNPJ: 17.547.572/0001-98  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW COM A DUPLA SERTANEJA CLEBER E CAUAN, PARA REALIZAÇÃO DE SHOW NO DIA 29/07/2017 DURANTE A TEMPORADA DE PRAIAS DO MUNICÍPIO DE FILADÉLFIA. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: inexigibilidade 05/2017  
VALOR: R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais)  
DOTAÇÃO: 27.695.4548.2.127 NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39



CONTRATO: Nº 14/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FILADÉLFIA - TO  
CONTRATADO: VT MÍDIAS DE ALTA TECNOLOGIA LTDA-ME  
CNPJ: 11.467.782/0001-90

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW COM A DUPLA SERTANEJA JOÃO LUCAS E MARCELO, PARA REALIZAÇÃO DE SHOW NO DIA 28/07/2017 DURANTE A TEMPORADA DE PRAIAS DO MUNICÍPIO DE FILADÉLFIA. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: inexigibilidade 06/2017  
VALOR: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)  
DOTAÇÃO: 27.695.4548.2.127 NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39

CONTRATO: Nº 15/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FILADÉLFIA - TO  
CONTRATADO: DAIANA ALVES DA SILVA  
CNPJ: 18.632.852/0001-09

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SHOW POR MEIO DE EMPRESÁRIO EXCLUSIVO DA BANDA VIRADOS DO FORRÓ, PARA REALIZAÇÃO DE SHOW NO DIA 22/07/2017 DURANTE A TEMPORADA DE PRAIAS DO MUNICÍPIO DE FILADÉLFIA. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: inexigibilidade 07/2017  
VALOR: R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais)  
DOTAÇÃO: 27.695.4548.2.127 NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39

### AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Filadélfia - TO, Estado do Tocantins, torna público que fará realizar na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura as seguintes licitações abaixo discriminadas.

**PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2017.** Abertura dia 02 de agosto de 2017, às 9h30, visando a aquisição de Gás Liquefeito 13kg a Prefeitura de Filadélfia e Fundos Municipais, conforme Anexo I do Edital.

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2017.** Abertura dia 02 de agosto de 2017, às 11h30, visando a contratação de prestação de serviços de consultoria ambiental para licenciamento ambiental de todos os projetos do município de Filadélfia, conforme Anexo I do Edital.

O edital deverá ser retirado na sede da Prefeitura na sala da comissão de licitação e mais informações se encontram à disposição através do telefone 63- 3478-1443, durante horário de expediente.

Filadélfia -TO, de 20 de julho de 2017.

Marcio Antônio Rodrigues dos Santos  
Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE GURUPI

### EDITAL Nº 004/2017 - MUNICÍPIO DE GURUPI-TO/COPESE CONCURSO PARA A PREFEITURA DE GURUPI - EDUCAÇÃO 2016

O MUNICÍPIO DE GURUPI - ESTADO DO TOCANTINS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no Ministério da Fazenda sob o nº 01.803.618/0001-52, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o Sr. Laurez da Rocha Moreira, considerando que o concurso em questão não foi objeto de impugnações, e ainda, que, após a suspensão não houve alterações ou modificações em seu conteúdo, torna pública a continuação do concurso e a RETIFICAÇÃO do Edital de Abertura nº 001/2016, de 06 de outubro de 2016, já retificado e complementado pelos Editais nº 002/2016, de 09 de novembro de 2016, e nº 003/2016 de 16 de dezembro de 2016, referentes à realização de concurso público destinado a selecionar candidatos para os cargos públicos efetivos de nível médio e superior da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com os termos a seguir.

#### 1. DA RETIFICAÇÃO

1.1. No QUADRO I (CRONOGRAMA GERAL) do subitem 1.2, onde se lê:

QUADRO I - CRONOGRAMA GERAL	
2017 - FEVEREIRO	
Dia 15	Divulgação dos Locais de Provas
2017 - MARÇO	
Dia 12	Aplicação das Provas (conforme Quadro II do subitem 7.2 deste edital)
Dia 13	Publicação das Provas e dos gabaritos provisórios ( <a href="http://www.copese.ufu.edu.br">http://www.copese.ufu.edu.br</a> )
Dia 15	Prazo para interposição de Recursos contra as questões e gabarito provisório das provas objetivas. Horário: das 0h às 23h59min, pela internet ( <a href="http://www.copese.ufu.edu.br">http://www.copese.ufu.edu.br</a> )

2017 - ABRIL	
Dia 07	Divulgação da resposta aos recursos contra o gabarito provisório Divulgação dos gabaritos definitivos
Dia 20	Publicação do Resultado da Etapa 01 e Convocação para a entrega dos títulos (Etapa 02)
De 29 e 30	Prazo para entrega da documentação para a Avaliação de Títulos (Etapa 02) (ver item 10 deste edital)
2017 - MAIO	
Dia 11	Divulgação do resultado provisório da Avaliação de títulos (Etapa 02)
Dia 12	Disponibilização das imagens da ata de avaliação de títulos, no endereço eletrônico ( <a href="http://www.copese.ufu.edu.br">http://www.copese.ufu.edu.br</a> )
Dia 15	Prazo para interposição de recursos contra o resultado provisório da Avaliação de Títulos (Etapa 02). Horário: das 0h às 23h59min, pela internet ( <a href="http://www.copese.ufu.edu.br">http://www.copese.ufu.edu.br</a> )
Dia 24	Divulgação da resposta aos recursos contra o resultado da Avaliação de Títulos (Etapa 02)
Dia 31	Publicação do Resultado Final e Homologação

#### 1.1.1. Leia-se:

QUADRO I - CRONOGRAMA GERAL	
2017 - AGOSTO	
Dia 18	Divulgação dos Locais de Provas
2017 - SETEMBRO	
Dia 03	Aplicação das Provas (conforme Quadro II do subitem 7.2 deste edital)
Dia 04	Publicação das Provas e dos gabaritos provisórios ( <a href="http://www.copese.ufu.edu.br">http://www.copese.ufu.edu.br</a> )
Dia 06	Prazo para interposição de Recursos contra as questões e gabarito provisório das provas objetivas. Horário: das 0h às 23h59min, pela internet ( <a href="http://www.copese.ufu.edu.br">http://www.copese.ufu.edu.br</a> )
Dia 27	Divulgação da resposta aos recursos contra o gabarito provisório Divulgação dos gabaritos definitivos
2017 - OUTUBRO	
Dia 05	Publicação do Resultado da Etapa 01 e Convocação para a entrega dos títulos (Etapa 02)
De 17 e 18	Prazo para entrega da documentação para a Avaliação de Títulos (Etapa 02) (ver item 10 deste edital)
Dia 31	Divulgação do resultado provisório da Avaliação de títulos (Etapa 02)
2017 - NOVEMBRO	
Dia 01	Disponibilização das imagens da ata de avaliação de títulos, no endereço eletrônico <a href="http://www.copese.ufu.edu.br">http://www.copese.ufu.edu.br</a>
Dia 03	Prazo para interposição de recursos contra o resultado provisório da Avaliação de Títulos (Etapa 02). Horário: das 0h às 23h59min, pela internet ( <a href="http://www.copese.ufu.edu.br">http://www.copese.ufu.edu.br</a> )
Dia 16	Divulgação da resposta aos recursos contra o resultado da Avaliação de Títulos (Etapa 02)
Dia 23	Publicação do Resultado Final
Dia 30	Homologação do Resultado Final

1.2. Em virtude do Decreto nº 438, de 20 de abril de 2017, que alterou a formação da Comissão de Realização do Concurso Público da Prefeitura de Gurupi/TO, no item 1.8, onde se lê:

1.8. A fiscalização de todos os atos do Concurso ficará sob a responsabilidade da Comissão de Realização do Concurso Público da prefeitura de Gurupi/TO, composta pelo Senhor Manoel Moraes dos Reis Filho - Presidente, a Senhora Joelma Carvalho de Souza Silva - Secretária, o Senhor Wesley Batista Silva - Membro e a Senhora Odete Miotti Fornari - Membro, indicados pelo Prefeito Municipal de Gurupi/TO, reconhecida idoneidade moral e, quando possível, com conhecimento das matérias a serem examinadas.

#### 1.2.1. Leia-se:

1.8. A fiscalização de todos os atos do Concurso ficará sob a responsabilidade da Comissão de Realização do Concurso Público da prefeitura de Gurupi/TO, composta pelo Senhor Cleudes Costa de Oliveira - Presidente, a Senhora Joelma Carvalho de Souza Silva - Secretária, a Senhora Dilmá Francisco Lopes Dantas - Membro e a Senhora Odete Miotti Fornari - Membro, indicados pelo Prefeito Municipal de Gurupi/TO, reconhecida idoneidade moral e, quando possível, com conhecimento das matérias a serem examinadas.

1.3. No QUADRO II (APLICAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVA E DE REDAÇÃO) do subitem 7.2, onde se lê:

QUADRO II - APLICAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVA E DE REDAÇÃO					
DATA DA APLICAÇÃO	TURNO	FECHAMENTO DOS PORTÕES	HORÁRIO DE INÍCIO	DURAÇÃO DA PROVA	CARGO
12/03/2017	Matutino	8h30min	8h40min	3 horas e 30 minutos	Todos os Cargos de Nível Superior
12/03/2017	Vespertino	14h	14h10min	3 horas e 30 minutos	Todos os Cargos de Nível Médio

#### 1.3.1. Leia-se:

QUADRO II - APLICAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVA E DE REDAÇÃO					
DATA DA APLICAÇÃO	TURNO	FECHAMENTO DOS PORTÕES	HORÁRIO DE INÍCIO	DURAÇÃO DA PROVA	CARGO
03/09/2017	Matutino	8h30min	8h40min	3 horas e 30 minutos	Todos os Cargos de Nível Superior
03/09/2017	Vespertino	14h	14h10min	3 horas e 30 minutos	Todos os Cargos de Nível Médio



## 2. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. O Edital 001/2016, de 06 de outubro de 2016, referente à Educação, disponibilizado no endereço eletrônico [www.copese.uft.edu.br](http://www.copese.uft.edu.br), será atualizado e estas retificações incluídas.

2.2. Permanecem inalterados todos os demais itens, subitens e anexos do Edital de Abertura nº 001/2016, de 06 de outubro de 2016, do Edital Complementar nº 002/2016, de 09 de novembro de 2016, e do Edital 003/2016, de 16 de dezembro de 2016.

Gurupi-TO, 20 de julho de 2017.

Laurez da Rocha Moreira  
Prefeito de Gurupi/TO

## EDITAL Nº 005/2017 - MUNICÍPIO DE GURUPI-TO/COPESE

CONCURSO PARA A PREFEITURA DE GURUPI -  
PROCURADOR MUNICIPAL 2016

O MUNICÍPIO DE GURUPI - ESTADO DO TOCANTINS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no Ministério da Fazenda sob o nº 01.803.618/0001-52, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal o Sr. Laurez da Rocha Moreira, considerando que o concurso em questão não foi objeto de impugnações, e ainda, que, após a suspensão não houve alterações ou modificações em seu conteúdo, torna pública a continuação do concurso e a RETIFICAÇÃO do Edital de Abertura nº 001/2016, de 06 de outubro de 2016, já retificado e complementado pelos editais nº 002/2016 de 09 de novembro de 2016, nº 003/2016 de 16 de dezembro de 2016, e nº 004/2017, de 14 de fevereiro de 2017, referentes à realização de concurso público destinado a selecionar candidatos para os cargos públicos efetivos de nível superior da Procuradoria-Geral do Município, de acordo com os termos a seguir.

## 1. DA RETIFICAÇÃO

1.1. No QUADRO I (CRONOGRAMA GERAL) do subitem 1.2, onde se lê:

QUADRO I - CRONOGRAMA GERAL	
2017 - FEVEREIRO	
Dia 15	Divulgação dos Locais de Provas
2017 - MARÇO	
Dia 26	Aplicação das Provas (conforme Quadro II do subitem 7.2 deste edital)
Dia 27	Publicação das Provas e dos gabaritos provisórios ( <a href="http://www.copese.uft.edu.br">http://www.copese.uft.edu.br</a> )
Dia 29	Prazo para interposição de Recursos contra as questões e gabarito provisório das provas objetivas. Horário: das 0h às 23h59min, pela internet ( <a href="http://www.copese.uft.edu.br">http://www.copese.uft.edu.br</a> )
2017 - ABRIL	
Dia 20	Divulgação da resposta aos recursos contra o gabarito provisório Divulgação dos gabaritos definitivos
2017 - MAIO	
Dia 03	Publicação do Resultado Final
Dia 10	Homologação do Resultado Final

## 1.1.1. Lêia-se:

QUADRO I - CRONOGRAMA GERAL	
2017 - AGOSTO	
Dia 11	Divulgação dos Locais de Provas
Dia 27	Aplicação das Provas (conforme Quadro II do subitem 7.2 deste edital)
Dia 28	Publicação das Provas e dos gabaritos provisórios ( <a href="http://www.copese.uft.edu.br">http://www.copese.uft.edu.br</a> )
Dia 30	Prazo para interposição de Recursos contra as questões e gabarito provisório das provas objetivas. Horário: das 0h às 23h59min, pela internet ( <a href="http://www.copese.uft.edu.br">http://www.copese.uft.edu.br</a> )
2017 - SETEMBRO	
Dia 19	Divulgação da resposta aos recursos contra o gabarito provisório Divulgação dos gabaritos definitivos
Dia 28	Publicação do Resultado Final
2017 - OUTUBRO	
Dia 05	Homologação do Resultado Final

1.2. Em virtude do Decreto nº 438, de 20 de abril de 2017, que alterou a formação da Comissão de Realização do Concurso Público da Prefeitura de Gurupi/TO, no item 1.8, onde se lê:

1.8. A fiscalização de todos os atos do Concurso ficará sob a responsabilidade da Comissão de Realização do Concurso Público da Prefeitura de Gurupi/TO, composta pelo Senhor Manoel Moraes dos Reis Filho - Presidente, a Senhora Joelma Carvalho de Souza Silva - Secretária, o Senhor Wesley Batista Silva - Membro e a Senhora Odete Miotti Fornari - Membro, indicados pelo Prefeito Municipal de Gurupi/TO, reconhecida idoneidade moral e, quando possível, com conhecimento das matérias a serem examinadas.

## 1.2.1. Leia-se:

1.8. A fiscalização de todos os atos do Concurso ficará sob a responsabilidade da Comissão de Realização do Concurso Público da Prefeitura de Gurupi/TO, composta pelo Senhor Cleudes Costa de Oliveira - Presidente, a Senhora Joelma Carvalho de Souza Silva - Secretária, a Senhora Dilma Francisco Lopes Dantas - Membro e a Senhora Odete Miotti Fornari - Membro, indicados pelo Prefeito Municipal de Gurupi/TO, reconhecida idoneidade moral e, quando possível, com conhecimento das matérias a serem examinadas.

1.3. No QUADRO II (APLICAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS) do subitem 7.2, onde se lê:

QUADRO II - APLICAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVA E DE REDAÇÃO					
DATA DA APLICAÇÃO	TURNO	FECHAMENTO DOS PORTÕES	HORÁRIO DE INÍCIO	DURAÇÃO DA PROVA	CARGO
26/03/2017	Matutino	8h	8h10min	4 horas	Todos os Cargos

## 1.3.1. Leia-se:

QUADRO II - APLICAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVA E DE REDAÇÃO					
DATA DA APLICAÇÃO	TURNO	FECHAMENTO DOS PORTÕES	HORÁRIO DE INÍCIO	DURAÇÃO DA PROVA	CARGO
27/08/2017	Matutino	8h	8h10min	4 horas	Todos os Cargos

## 2. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1. O Edital 001/2016, de 06 de outubro de 2016, referente à Procuradoria, disponibilizado no endereço eletrônico [www.copese.uft.edu.br](http://www.copese.uft.edu.br), será atualizado e estas retificações incluídas.

2.2. Permanecem inalterados todos os demais itens, subitens e anexos do Edital de Abertura nº 001/2016, de 06 de outubro de 2016, do Edital Complementar nº 002/2016, de 09 de novembro de 2016, do Edital de Reabertura de Inscrição nº 003/2016, de 16 de dezembro de 2016, e do Edital de Retificação nº 004/2017, de 14 de fevereiro de 2017.

Gurupi-TO, 20 de julho de 2017.

Laurez da Rocha Moreira  
Prefeito de Gurupi/TO

## PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DA CONFUSÃO

## ATO DE CONVOCAÇÃO Nº 083/2017, DE 13 DE JULHO DE 2017.

O PREFEITO DE LAGOA DA CONFUSÃO, ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais e constitucionais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Lagoa da Confusão - TO, resolve:

## CONVOCAR,

A partir de 13 de julho de 2017, para exercer as funções do cargo de provimento efetivo homologado através de Concurso Público, objeto de aprovação do Concurso Público Nº 001/2016 a que se submetem na forma da Lei:

Cargo: M323 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
13º	201613642381139	CLARISSA DE LIMA SANTOS
14º	201615803381139	MARILMA DORTA SANTOS
15º	201612035381139	LETÍCIA GOMES ANDRADE
16º	201613483381139	ALLYNE ALVES DA SILVA
17º	201614934381139	BOAVENTURA BATISTA RODRIGUES
18º	201615436381139	PATRICIA FERNANDES DE LIMA

Gabinete do Prefeito Municipal de LAGOA DA CONFUSÃO - TO, aos 13 (treze) dias do mês de julho de 2017.

NELSON ALVES MOREIRA  
Prefeito Municipal

## ATO DE CONVOCAÇÃO Nº 084/2017, DE 13 DE JULHO DE 2017.

O PREFEITO DE LAGOA DA CONFUSÃO, ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais e constitucionais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Lagoa da Confusão - TO, resolve:

## CONVOCAR,

A partir de 13 de julho de 2017, para exercer as funções do cargo de provimento efetivo homologado através de Concurso Público, objeto de classificação do Concurso Público Nº 001/2016 a que se submeteu na forma da Lei:

Cargo: F201 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
3º	66 20161302838	LUCIVÂNIA PEREIRA DE MELLO E SILVA

Gabinete do Prefeito Municipal de LAGOA DA CONFUSÃO - TO, aos 13 (treze) dias do mês de julho de 2017.

NELSON ALVES MOREIRA  
Prefeito Municipal

**ATO DE CONVOCAÇÃO Nº 085/2017, DE 13 DE JULHO DE 2017.**

O PREFEITO DE LAGOA DA CONFUSÃO, ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais e constitucionais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Lagoa da Confusão - TO, resolve:

CONVOCAR,

A partir de 13 de julho de 2017, para exercer as funções do cargo de provimento efetivo homologado através de Concurso Público, objeto de classificação do Concurso Público Nº 001/2013 a que se submeteu na forma da Lei:

Cargo: FISIOTERAPEUTA

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
4º	330001820	Cezar Luiz Dos Santos Filho

Gabinete do Prefeito Municipal de LAGOA DA CONFUSÃO - TO, aos 13 (treze) dias do mês de julho de 2017.

NELSON ALVES MOREIRA  
Prefeito Municipal

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRACEMA DO TOCANTINS****EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

A Secretaria Municipal de Juventude e Cultura de MIRACEMA DO TOCANTINS/TO, em cumprimento ao Termo de Ratificação procedido pelo Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de MIRACEMA DO TOCANTINS/TO, o Sr. MOISES COSTA DA SILVA, faz publicar os extratos resumidos dos processos de Inexigibilidade de Licitação nº 05/2017, 06/2017, 07/2017 e 008/2017, conforme abaixo:

Objeto: A contratação de Show Artístico com o artista Regional SEMPRE SAMBA para realização de show na Praia Mirassol na cidade de Miracema do Tocantins, no dia 16/07/2017, em favor da empresa N A PRODUÇÕES E LOCAÇÕES EIRELI - ME.

Favorecido: N A PRODUÇÕES E LOCAÇÕES EIRELI - ME. O valor total previsto para a realização do show é de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), Fundamento Legal: art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores. Declaração de Inexigibilidade de Licitação emitida pela Comissão Permanente de Licitação e Ratificada pelo Sr. Moises Costa da Silva, Ordenador de Despesas.

Objeto: A contratação de Show Artístico com o artista Regional BANDA DOCE BALANÇO para realização de show na Praia Mirassol na cidade de Miracema do Tocantins, no dia 23/07/2017, em favor da empresa N A PRODUÇÕES E LOCAÇÕES EIRELI - ME.

Favorecido: N A PRODUÇÕES E LOCAÇÕES EIRELI - ME. O valor total previsto para a realização do show é de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), Fundamento Legal: art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores. Declaração de Inexigibilidade de Licitação emitida pela Comissão Permanente de Licitação e Ratificada pelo Sr. Moises Costa da Silva, Ordenador de Despesas.

Objeto: A contratação de Show Artístico com o artista Regional FLAVIO BRASIL para realização de show na Praia Mirassol na cidade de Miracema do Tocantins, no dia 23/07/2017, em favor da empresa N A PRODUÇÕES E LOCAÇÕES EIRELI - ME.

Favorecido: N A PRODUÇÕES E LOCAÇÕES EIRELI - ME. O valor total previsto para a realização do show é de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), Fundamento Legal: art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores. Declaração de Inexigibilidade de Licitação emitida pela Comissão Permanente de Licitação e Ratificada pelo Sr. Moises Costa da Silva, Ordenador de Despesas.

Objeto: A contratação de Show Artístico com o artista Regional LEO e NAIRON para realização de show na Praia Mirassol na cidade de Miracema do Tocantins, no dia 29/07/2017, em favor da empresa N A PRODUÇÕES E LOCAÇÕES EIRELI - ME.

Favorecido: N A PRODUÇÕES E LOCAÇÕES EIRELI - ME. O valor total previsto para a realização do show é de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), Fundamento Legal: art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores. Declaração de Inexigibilidade de Licitação emitida pela Comissão Permanente de Licitação e Ratificada pelo Sr. Moises Costa da Silva, Ordenador de Despesas.

MIRACEMA DO TOCANTINS, 20 de julho de 2017.

GHISLEI MARTINS DOS SANTOS  
Secretário de Juventude e Cultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANORTE

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

Espécie: Ata de Registro de Preço 007/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DIVERSAS SECRETARIAS DESTE MUNICÍPIO. Fornecedores registrados com os seguintes preços por itens: Elétrica Radiante Materiais Elétricos Ltda, CNPJ: 15.984.883/0001-99, vencedora nos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 08, 10, 19, 20, 34, 44, 45, 48, 49, 54 e 55, no valor total de R\$ 219.776,00 (duzentos e dezenove mil setecentos e setenta e seis reais); MULTICOISA COM. ATAC. DE MAT. P/ CONSTRUÇÃO EIRELI-ME, CNPJ: 23.743.770/0001-20, vencedora nos itens 07, 09, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 56, 57, 58, 59 e 60, com proposta no valor total de R\$ 95.053,90 (noventa e cinco mil cinquenta e três reais e noventa centavos). As discriminações dos itens citados encontram-se na Ata de Registro de Preços 007/2017 no Pregão Presencial 011/2017. Validade: 12 meses.

Antônio Carlos Martins Reis  
Prefeito Municipal de Miranorte

**CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO ACORDO****EXTRATO DO CONTRATO PP SRP - CMNA Nº 001/2017**

PROCESSO ADMINISTRATIVO CMNA: 001/2017 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PELO SRP Nº 001/2017. A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO ACORDO torna público para o conhecimento de quantos possam interessar o extrato de contrato, referente ao Processo Licitatório PP/CMNA nº 001/2017, cujo objeto é a aquisição de equipamentos e material permanente (bens móveis, cadeira, mesa, armários etc.) para a Câmara Municipal de Novo Acordo - TO. CONTRATADO: empresa PRAPEL COMERCIAL ATACADISTA LTDA - ME, estabelecida na Qd. 1106 Sul, Av. LO 27, Lote 15, Sala 02, na cidade de Palmas - TO, inscrita no CNPJ sob nº 10.460.274/0001-17 que venceu todos os itens do certame (4 - 01 a 13) no valor de R\$ 23.481,40 (vinte e três mil quatrocentos e oitenta e um reais e quarenta centavos), conforme mapa de apuração. Assinatura: 05/07/2017. Vigência: 12 meses. A íntegra da ata estará disponível na sede da Câmara Municipal de Novo Acordo - TO, 20 de julho de 2017.

FÁBIO MELO LUSTOSA  
Presidente da Câmara Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO PP SRP - CMNA Nº 002/2017**

PROCESSO ADMINISTRATIVO CMNA: 002/2017 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PELO SRP Nº 002/2017. A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO ACORDO torna público para o conhecimento de quantos possam interessar o extrato de contrato, referente ao Processo Licitatório PP/CMNA nº 002/2017, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de conversão, manutenção dos sistemas de gestão orçamentária, contábil e financeira, gestão de recursos humanos e folha de pagamento, protocolo (tramitação de processos e controle de combustível e patrimônio). CONTRATADO: empresa PITS TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA-ME, estabelecida na ACSV-SP 32 (305 Sul), Av. LO 05, Lote 25, andar térreo, Sala 01, na cidade de Palmas - TO, inscrita no CNPJ sob nº 12.310.510/0001-44 que venceu o certame no valor de R\$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais), conforme mapa de apuração. Assinatura: 17/07/2017. Vigência: 12 meses. A íntegra da ata estará disponível na sede da Câmara Municipal de Novo Acordo - TO, 20 de julho de 2017.

FÁBIO MELO LUSTOSA  
Presidente da Câmara Municipal

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

PROCESSO ADMINISTRATIVO CMNA: 003/2017 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PELO SRP Nº 003/2017. A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO ACORDO resolve registrar os preços das empresas: MANOEL COELHO DE SOUSA - EIRELI-ME, estabelecida na Av. 07 de Setembro, s/nº, centro na cidade de Novo Acordo - TO, inscrita no CNPJ sob nº 02.658.670/0001-25 que venceu o item 01 do certame, no valor de R\$ 26.130,00 (vinte e seis mil cento e trinta reais) e ANDRADE & DOURADO COMBUSTÍVEL LTDA - ME, estabelecida na Qd. 20 A, Lt. 01, nº 480, centro na cidade de Novo Acordo - TO, inscrita no CNPJ sob nº 18.872.797/0001-82 que venceu os itens 02 e 03 do certame, no valor de R\$ 236,00 (duzentos e trinta e seis reais) cujo objeto é a contratação de empresa para futuras e eventuais aquisições de combustíveis e derivados de petróleo para os veículos da Câmara Municipal de Novo Acordo - TO. O valor total registrado foi de R\$ 26.366,00 (vinte e seis mil trezentos e sessenta e seis reais) conforme mapa de apuração. Assinatura: 07/07/2017. Vigência: 12 meses. A íntegra da ata estará disponível na sede da Câmara Municipal de Novo Acordo - TO, 20 de julho 2017.

FÁBIO MELO LUSTOSA  
Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO DO TOCANTINS

### AVISO DE LICITAÇÃO

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PARAÍSO DO TOCANTINS - PREVIPAR

PREGÃO PRESENCIAL 03/2017: Contratação de empresa especializada para Prestação de Serviços de Licença de Uso de Programa de Informática (*Softwares*) abrangendo instalação, manutenção e treinamento dos Sistemas de Gestão Orçamentária, Contábil e Financeira, Gestão do Patrimônio, Gestão de Materiais e Protocolo.

DATA DE ABERTURA: 03/08/2017, às 15h, na sede da Prefeitura de Paraíso do Tocantins.

Retirada de Edital: Sede da Prefeitura de Paraíso do Tocantins, na Comissão de Licitações, ou pelo e-mail [cplparaisoto@hotmail.com](mailto:cplparaisoto@hotmail.com). Telefone: (63) 3602-2780.

Paraíso do Tocantins-TO, 20 de julho de 2017.

CRISTINA SARDINHA WANDERLEY  
Progoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SALVADOR DO TOCANTINS

### EDITAL DE COMUNICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SALVADOR DO TOCANTINS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 37.344.371/0001-09, torna público que requereu junto ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, LICENÇA PRÉVIA, LICENÇA DE INSTALAÇÃO E LICENÇA DE OPERAÇÃO, relativas ao licenciamento ambiental do Aterro Sanitário municipal. O empreendimento se enquadra na RESOLUÇÃO CONAMA nº 273/2000 e Resolução COEMA nº 07/2005, que dispõem sobre Licenciamento Ambiental da atividade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TALISMÃ

### AVISO DE PROCESSO SELETIVO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

O Fundo Municipal de Saúde de Talismã-TO comunica que realizará Processo Seletivo Simplificado destinado à contratação por tempo determinado de profissional Odontólogo para prestar serviços de odontólogo junto ao consultório odontológico da Unidade Básica de Saúde do Município. As inscrições serão gratuitas e realizadas de forma presencial no período de 21 de julho a 27 de julho de 2017, das 8h às 13h, na sede do Fundo Municipal de Saúde de Talismã, na Avenida Rio Formoso, 127, Centro. Mais informações: (63) 3385 1120 (Leidiane) ou pelo site da prefeitura [www.talisma.to.gov.br](http://www.talisma.to.gov.br). O Edital estará disponível no site da Prefeitura.

Talismã-TO, 19 de julho de 2017.

Alexandre B. de O. Carrijo  
Secretário Chefe de Gabinete

## PUBLICAÇÕES PARTICULARES

### NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL

NEYLON DOS REIS VIEIRA, Oficial/Tabelião/Titular do Cartório do Registro de Imóveis e Anexos de Juarina-TO (CNS: 128744), nos termos da Lei dos Registros Públicos (6015/1973, de 31/12/1973), estatuído no §1º do art. 213, combinado com os ditames do art. 9º, §5º, do Decreto Federal nº 4.449/2002, ficam Notificados o Sr. ALOYSIO SERWI, empresário, portador da Cédula do RG nº 58615 GDF/DF, CPF/MF sob nº 00064459187 e sua esposa MARIA LUIZA FERREIRA SERWI, ambos brasileiros, casados, estão em lugar incerto e não sabido, são confrontantes do imóvel abaixo descrito, conforme Matrículas 1108-1122 e 1124, ficam por este Edital conforme estatui o art. 213, II, §2º, da Lei 6.015, de 31/12/1973, com finalidade de cientificar que foram procedidos os Trabalhos Técnicos de Medição respeitados os direitos de confrontantes, consoante cartas de anuência nas Declarações. Plantas/Mapas, Memorial Descritivo do imóvel denominado "FAZENDA NOSSA SENHORA APARECIDA E VALE DO RIO ARAGUAIA", constituída pelos lotes 07 (sete), 33 (parte), 09 (nove), 06 (seis) e 05 (cinco), Loteamento Barra do Juari, localizada neste município de Juarina, Estado do Tocantins, com a área de 800,4911 ha (oitocentos hectares, quarenta e nove ares

e onze centiares), Cadastrado no INCRA sob Código: 922048007692-6, devidamente registrado sob nº M.3, efetuada aos 15/09/1994, M.24, efetuada aos 03/10/2003, 883, R.07/M.883, R.07/M. 1010, efetuada aos 12/04/2010 e R.05/M.1011, fichas 01/02, Livro nº 2 Registro Geral, efetuada aos 12/04/2010, Cartório do Registro de Imóveis e Anexos, CNS: 128744, Município de Juarina, Comarca de Colinas do Tocantins, UF: Tocantins, de propriedade de JOSÉ ALBERTO DE BASTOS, pecuarista, portador do RG nº 1323066 SSP/TO, CPF/MF sob nº 17104750134 e sua esposa SILVIA GOMES MARTINS DE BASTOS, do lar, portadora do RG nº 1188270 SSP/TO, 35441410191, ambos brasileiros, casados, residentes e domiciliados no imóvel acima mencionado. Caso Vossas Senhorias não concordarem com a ANUÊNCIA em relação aos limites e confrontações existentes há décadas, ficam os mesmos com o direito de manifestarem a requerimento no prazo de dez (10) dias a contar da data de publicação do presente Edital, conforme art. 213, §2º, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 e legislações posteriores.

Juarina-TO, 18 de julho de 2017.

Bel. Neylon dos Reis Vieira  
Oficial.

### EDITAL DE COMUNICAÇÃO

O Sr. Cicero Antônio Almeida Gonçalves, inscrito CPF de nº 229.802.373-53, proprietário do imóvel Fazenda Frei Damião, torna público que requereu ao Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS, o licenciamento ambiental bovinocultura, tendo como atividade empreendimentos agropecuários no município de Araguaína-TO. O empreendimento se enquadra na Resolução COEMA nº 007/2005, que dispõe sobre Licenciamento Ambiental desta atividade.

CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS, PESSOAS JURÍDICAS,  
TÍTULOS, DOCUMENTOS, PROTESTOS E TABELIONATO DE  
NOTAS E REGISTRO CIVIL.  
MUNICÍPIO DE NOVO JARDIM - COMARCA DE DIANÓPOLIS-TO

### PROCEDIMENTO DE RETIFICAÇÃO DE MATRÍCULA DE IMÓVEL RURAL (art. 213, II, DA Lei Federal nº 6.015/73)

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONFRONTANTE (PRAZO: 15 DIAS PARA IMPUGNAÇÃO)

O Registrador de Imóveis de Monte do Carmo - TO, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que o Senhor EDGAR CARLOS SERAFINI, brasileiro, agricultor, portador da CI-RG nº 2043367735-SSP/RS e CPF nº 681.487.710-49, casado no regime da comunhão parcial de bens com SIMONE PEREIRA SERAFINI, brasileira, do lar, residentes e domiciliados na Fazenda Santa Maria, S/N, LPT 32900, Rural, Dianópolis-TO, requereu a retificação da descrição do imóvel objeto da MATRÍCULA nº 094, desta Serventia de Registro de Imóveis de Novo Jardim-TO, processado nos Termos dos arts. 212 e 213 da Lei dos Registros Públicos (Lei nº 6.015/73). E, diante da falta da expressa anuência na planta e no memorial descrito do proprietário do imóvel Chácara "CAPÃO", (Cessão de Direito de Posse), que lhe é confrontante, fica o proprietário do aludido imóvel, o Senhor LEONES FERREIRA DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, comerciante, portador da CI-RG nº 1485562-SSP/GO e CPF nº 307.851.541-91, residente e domiciliado na Rua do Ouro, nº 20, Bairro Novo Horizonte, na cidade de Dianópolis-TO, notificado do inteiro teor dos trabalhos técnicos que se encontram arquivados neste serviço registral, podendo, nos termos do §2º do art. 213, impugnar fundamentadamente os presentes trabalhos, no prazo legal de 15 dias. O pedido de retificação foi instruído com os documentos enumerados no art. 213 da Lei dos Registros Públicos, os quais se encontram disponíveis nesta Serventia registral para exames e conhecimento do Notificando. ADVERTÊNCIA: Nos termos do §4º do art. 213 da LRP, a falta de impugnação no prazo da notificação resulta na presunção legal de anuência do confrontante ao pedido de retificação de registro. Portanto, as opções que a Lei confere ao NOTIFICADO são: 1) impugnar fundamentadamente; 2) anuir expressadamente; e 3) deixar transcorrer o prazo, aceitando os trabalhos tacitamente. Esclarece-se, finalmente, que eventuais falhas que venham a ser provadas no futuro não impedem novo procedimento retificatório nem vinculam a pessoa que anuiu nos presentes trabalhos, estando resguardados seus direitos reais nos termos da legislação civil, exceto nos casos de usucapião (art. 214, §5º, da LRP). Decorrido o prazo legal sem impugnação, contado da primeira publicação deste edital que será publicado duas vezes, poderá ser deferida a retificação pretendida.

Novo Jardim-TO, 14 de julho de 2017.

Edlamar Aquino de Lisboa  
Registradora de Imóveis